

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RITA DE CÁSSIA AZEVEDO FERREIRA DE VASCONCELOS

**REPÚBLICA SIM, ESCRAVIDÃO NÃO:
O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República**

Niterói
2011

RITA DE CÁSSIA AZEVEDO FERREIRA DE VASCONCELOS

**REPÚBLICA SIM, ESCRAVIDÃO NÃO:
O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Mestrado em História Contemporânea I na Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado

Niterói
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

V331 Vasconcelos, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de.

República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República / Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos. – 2011.

214 f.

Orientador: Humberto Fernandes Machado.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 208-214.

1. Abolição da escravatura, 1888. 2. Proclamação da República, 1889. 3. Patrocínio, José do, 1854-1905. I. Machado, Humberto Fernandes. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDR 001 04

REPÚBLICA SIM, ESCRAVIDÃO NÃO:
O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República

Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do título
de Mestre em História Social.

Aprovada em ___/___/2011

BANCA EXAMINADORA:

Profº Drº Humberto Fernandes Machado (orientador)
Universidade Federal Fluminense

Profº Drº Carlos Gabriel Guimarães
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Nem acredito que consegui terminar esse trabalho. A sensação é de alívio e felicidade. E ao relembrar a trajetória do curso de dissertação percebi que não estive sozinha em nenhum momento. Por isso considero este espaço tão importante.

Primeiro quero agradecer aos membros da minha família pela paciência que tiveram todo o tempo. Graças ao conforto que recebia de todos pude continuar o trabalho.

Vitor, você é o meu anjo, com você pude compartilhar as minhas hipóteses, dúvidas e angústias. Saiba que o mérito desse trabalho também é seu. Eu te amo muito.

Meus pais, Maria das Graças e Ivan, obrigada por ensinar a importância do estudo, como professora eu vejo dia a dia a consequência da ausência dos pais na formação dos seus filhos. Vocês sempre me incentivaram a estudar. Esse foi o melhor ensinamento que pude receber e espero transmiti-lo a minha filha.

Um agradecimento especial vai para a minha princesa Sofia, queira desculpar a minha ausência, chorei com você todas as vezes que tive de sair escondida. Tenha certeza, você foi a grande inspiração desse trabalho, mudou seu rumo, ficou melhor.

Amo todos vocês.

Agradeço, com um forte abraço, o meu orientador e o Prof. Humberto Fernandes Machado, aprendi muito com a sua orientação não apenas a parte teórica do trabalho, mas a motivação e paixão dedicadas a pesquisa.

Ao professores da pós-graduação da UFF e da UFRJ, em especial aqueles que eu tive a oportunidade de cursar disciplinas – Prof.^a Magali Gouveia, Prof.^a Martha Abreu, Prof. José Murilo de Carvalho e a Prof.^a Hebe Mattos – todos contribuíram para a concretização do trabalho. Suas aulas foram primorosas.

Devo agradecer a contribuição valiosa dada pelos professores que participaram da qualificação, o Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães e o Prof. Dr. Eduardo Silva. Muito obrigada pelas considerações apresentadas, aprendi muito. Fiquei lisonjeada com a participação de professores que admiro na banca de qualificação.

Quero agradecer aos amigos conquistados durante a pós-graduação por terem compartilhado comigo os seus sonhos e angústias de pesquisa, foi muito importante trocar essas experiências. Querida amiga Flávia Company como nos divertimos no campus da UFF, só o fato de colocarmos a conversa em dia valia a viagem. Luiz Gustavo, Matheus Serva, Eric Nepomuceno, Denílson vocês são feras, sonhamos juntos

um Seminário e conseguimos realizá-lo com sucesso, isso só demonstra a competência que possuem.

Tenho que agradecer a atenção e carinho com que sempre fui recebida pela equipe da Coordenação do PPGH UFF. Consegui terminar e entregar o trabalho devido à compreensão da coordenação que estendeu o prazo de entrega do material, considerando o presente que foi a maternidade.

Os funcionários da Biblioteca Nacional, principalmente da sessão dos periódicos, obrigada pelo empenho e ajuda em tirar dúvidas burocráticas. Todos são muito solícitos, o que facilita muito a pesquisa.

*E não se lembram de que o bom senso público vai
ler o que eles escrevem e se esquecem de que tudo
quanto está impresso será depoimento perante a
história!*

(José do Patrocínio. À ponta da pena. *Cidade do Rio*,
5 de janeiro de 1889.)

Resumo

José do Patrocínio trabalhou ao longo da sua vida como jornalista, chegou a ser proprietário da *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*. A sua grande causa foi a libertação dos escravos, e por ela dedicou muitos artigos e discursos para convencer a sociedade da necessidade moral, política e econômica da abolição. Trabalhou também pela instauração de uma República democrática e constitucional.

Por suas convicções políticas arrumou inimizades com os próprios republicanos, como Quintino Bocaiúva e Silva Jardim, ao discordarem da prioridade de mudança necessária ao país, ou seja, para Patrocínio a ordem era abolição-república, para aqueles republicanos, república e abolição caso a monarquia deixasse o problema para eles. Por conta desse conflito é comum encontrarmos a afirmação de declínio e ostracismo de José do Patrocínio com a instituição do regime republicano. Após a abolição, momento auge de prestígio, teria vindo o esquecimento.

É claro que nas comemorações da abolição do trabalho escravo, Patrocínio foi muito homenageado, chamado até de Redentor dos escravos, em consequência dos anos dedicados e da forma como se empenhou. No entanto, a sua vida e carreira não cessaram com o 13 de Maio, pelo contrário foi esse evento que deu a Patrocínio projeção nacional e internacional, lhe deu autoridade como jornalista e orador. E com isso se impôs em outras questões políticas durante o governo de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Palavras-chave: Abolição, República, José do Patrocínio

Abstract

José do Patrocínio worked throughout his life as a journalist, became owner of the Evening Gazette and City of Rio. Its great cause was the liberation of slaves, and she devoted many articles and speeches to convince society of moral necessity , economic and political abolition. He also worked for the establishment of a democratic republic and constitutional.

Arranged by their political enemies with his own Republicans, as Quintino Bocaiuva and Silva Jardim, to disagree with the priority of the country needed change, or for Patrocínio the order-republic was abolished for those Republicans, if the republic and abolish monarchy leave the problem for them. Because of this conflict is common to find the assertion of decline and obscurity of José do Patrocínio with the institution of the republican regime. After the abolition, when the height of prestige, would have been forgetting.

Of course, the celebrations of the abolition of slavery, Patrocínio was very honored, even called Redeemer of slaves, as a result of years of dedicated and engaged way. However, his life and career did not end with the May 13, on the contrary it was this event that gave national prominence Patrocínio and international, gave him authority as a journalist and speaker. And with that imposed itself on other political issues during the administration of Deodoro da Fonseca and Floriano Peixoto.

Key-words: Abolition, Republic, José do Patrocínio

Sumário

Sumário.....	10
Introdução.....	11
Capítulo 1 – José do Patrocínio: conflitos e vitórias do abolicionista.....	22
nos anos de 1888 e 1889	
1.1. Breve história do jornalista José do Patrocínio.....	22
1.2. José do Patrocínio: um intelectual brasileiro do final do século XIX e início do XX.....	25
1.3. Conhecendo o jornal <i>Cidade do Rio</i>	30
1.4. Os partidos republicanos do Rio de Janeiro, de São Paulo e a abolição.....	41
1.5. José do Patrocínio: “... o último negro vendido do Brasil ...”.....	47
Capítulo 2 – Cidadania levada a sério: experiências de cidadanias.....	64
no Rio de Janeiro de José do Patrocínio	
2.1. A conferência no Clube Ginástico Francês.....	64
2.2. - Condenado pela cor: o preconceito racial no Brasil de José do Patrocínio.....	76
2.3 ‘Eu prometo’: uma análise das candidaturas de José do Patrocínio.....	91
2.3.1. A eleição de 1884.....	92
2.3.2. A eleição de 1886.....	98
2.3.3. Patrocínio, o vereador	104
2.3.4. A eleição de 1890.....	111
2.3.5. A eleição de 1893.....	116
2.3.6 A eleição de 1895.....	120
2.4. As urnas, cidadãos!!!.....	128
3 – Enfim, a República.....	135
3.1. José do Patrocínio, o proclamador civil de república.....	135
3.2. Primeiro momento: A República parece um sonho.....	142
3.3 Segundo momento: a República se transforma em pesadelo.....	148
3.3.1. Debate sobre a legalidade do governo Floriano Peixoto.....	148
3.3.2. O dia 10 de abril de 1892.....	152
3.3.3. A viagem dos desterrados a Cucuí.....	164
3.3.4. Finalmente, anistia.....	172
3.3.5. A luta continua	184
3.4. O sonho de voar.....	196
Considerações Finais.....	205
Fontes.....	208
Referência bibliográfica.....	210

Introdução

Sentado a sua mesa de trabalho na modesta casa onde se abrigou depois que a molestia o feriu e o arrancou a vida turbilhão que sempre viveu, empunhando a penna, que foi nessa mão poderosa, um instrumento fecundissimo, ora, terrível como o raio, ora doce e suave como uma aza de pomba, morreu hontem, as 7 horas da tarde, José do Patrocínio. Morreu como viveu: na labuta da imprensa. A imprensa o atraiu desde moço. [...]. Affirmando-se republicano e abolicionista, collocando a questão da abolição da escravidão como problema maximo de nossa politica e não vendo nem homens, nem factos senão sob esse prima [...]. A abolição apaixonou-o. Elle sentiu que não poderia ser um jornalista profissional commentando os factos occorrentes, resignado a uma intervenção passiva ou intermitente, ao acaso dos acontecimentos, para as quaes não contribuisse. A causa da abolição reclamava-o e attrahia-o. Não era um jornalista: era um apostolo. Não podia ser um commentador traquilo: era um combatente.
(O Paiz, 30 de janeiro de 1905)

A morte de José do Patrocínio entristeceu a cidade do Rio de Janeiro. Imediatamente seus amigos foram à sua casa, em Engenho de Dentro, Freguesia de Inhaúma, demonstrar seu pesar a família e homenagear o falecido. Todo o seu funeral durou 14 dias. Coube a Confederação Abolicionista¹ e a Irmandade da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito² a organização do mesmo. Segundo os jornais, a *Gazeta de Noticias* e *O Paiz*, o embalsamento e parte do funeral foram custeados pela Irmandade do Rosário onde era benfeitor.

A Confederação Abolicionista também financiou o funeral e criou comissões para ajudar a organizar o velório, são elas: comissão para se entender com a família de Patrocínio levando os pêsames e sendo uma intermediária entre este e toda parte burocrática do funeral; comissão para se entender com o governo no intuito de receber tanto ajuda material como financeira³; e comissão para se entender com a imprensa⁴.

¹ A Confederação Abolicionista foi criada em 11 de agosto de 1883 e congregou diversos clubes, sociedades e escolas abolicionistas da cidade do Rio de Janeiro e Niterói. Contou com a presença dos abolicionistas José do Patrocínio e João Clapp. Ver: Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta Nacional, 1883.

² A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi criada em 1669 com a união das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ambas fundadas por homens pretos, livres e escravos. Último acesso: 27/05/2011. Disponível em: <http://www.irmandadedoshomenspretos.org.br/>. Último acesso: 27/05/2011.

³ A ajuda financeira para a realização do funeral veio de todos os lugares, por exemplo: a comissão recebeu a quantia de “1:000\$000, auxilio do governo, tendo sido entregue 1:000\$000 a viuva para as despesas de luto.” O Sr. General Marciano de Magalhães enviou 10\$000 para ajudar. *Correio da Manhã*. 2 de fevereiro de 1905.

⁴ A Confederação enviou aos presidentes dos Estados um telegrama noticiando a morte de José do Patrocínio. O ministro da Aviação, Dr. Lauro Muller, autorizou que fossem utilizadas as linhas do

Todas as comissões trabalharam e obtiveram algum êxito para realizar um funeral grandioso.

A primeira medida era transferir o corpo do jornalista do subúrbio para o centro da cidade. Um grande número de pessoas o aguardava na Estação Central da Estrada de Ferro. “Todas as classes sociaes achavam-se alli representadas, diplomacia, altas autoridades da Republica, magistratura, política, homens de letras e diversas associações.”⁵. O aumento do número de pessoas na Estação Central preocupou Ernesto Sena, jornalista e membro da comissão para se entender com a família da Confederação Abolicionista. Desta forma, convenceu a família de Patrocínio a transferir o mais rápido possível o corpo do jornalista para a Igreja do Rosário. O que foi feito. Com a ajuda de Ernesto Sena o corpo de Patrocínio chegou à Central cerca de 6 horas da tarde. De acordo com a *Gazeta de Noticias* um grande número de pessoas encontrava-se no local para acompanhar o cortejo até a Igreja do Rosário, local do velório.

As homenagens chegaram de diversas maneiras, em forma de coroas de flores oferecidas pelos jornais *O Paiz*, *A Noticia* do Rio de Janeiro, *A Semana* da Bahia. Por amigos como Olavo Bilac, Ferreira Viana. Por personalidades como o barão do Rio Branco e pela família Clapp⁶. A Câmara do Rio de Janeiro decretou luto e o seu fechamento por três dias. A *Associação Nacional dos Artistas Brasileiros*⁷ suspendeu a sessão do conselho e nomeou representantes para acompanhar o velório. O *Circulo dos Reporteres* emitiu um ofício para a Confederação Abolicionista declarando sua disponibilidade nas homenagens ao jornalista. Para isso enviou representantes ao Engenho de Dentro para acompanhar a transferência do corpo para a Igreja do Rosário, selecionou, entre os sócios, aqueles que revezariam no velório do corpo enquanto este estivesse na igreja, decretou luto por 8 dias, iniciou uma subscrição popular com propósito de levantar um monumento em praça pública a José do Patrocínio.

telegrafo para enviar notícias e pedidos de representação aos Estados da República: “Fallecimento do grande brasileiro José do Patrocínio causou immensa consternação. Cadáver embalsamado, hopje depositado solemnemente na igreja do rosário, onde ficará em exposição até quinta-feira. Confederação Abolicionista promove condgnos funeraes, saimento marcado no dia 2 de fevereiro. Governo associa-se homenagens. Pedimos a V. Ex. nomear representantes acompanhar préstito, de modo a ter este cunho glorificação nacional heroe immortal abolição. Frederico Borges, presidente.” *O Paiz*, 31 de janeiro de 1905.

⁵ José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 31 de janeiro de 1905.

⁶

⁷ Diversas entidades participaram do evento fúnebre, tais como: As Companhias do S. José Carlos Gomes, Apollo e Recreio nomearam uma comissão para acompanhar o enterro e conduzir uma coroa. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância, a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, os funcionários do laboratório Nacional de Análises e o Conselho Administrativo da Sociedade do Socorros Mútuos Marques de Pombal também prestaram seu pesar. A Loja Capitular Esperança, o Centro Cearense e o Centro Radical Campista enviaram representantes para o velório.

Chegaram telegramas de pesar de várias partes do país: Curitiba, Aracaju, São Paulo, Recife, Campos, Bahia, Maceió, Natal. Políticos de diversas instâncias também se fizeram presentes por meio de telegramas e cartões.

Patrocínio Filho - Abraça-o penalizado pelo falecimento do seu illustre pai e meu querido amigo. Queira apresentar a Exma viúva minhas respeitadas condolências – Seabra, ministro do interior.

Roma, 31 – Viuva Patrocínio – Rogo aceitar os meus mais profundos pezames; sabe a minha admiração e a solidariedade na obra que o immortalizou o nome de Patrocínio. Nabuco.⁸

A viuva recebeu telegrama do presidente da camara municipal de Santos, o sr. Francisco Correia de Almeida Novaes, communicando que a referida corporação lançara hontem na acta dos seus trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do egrégio jornalista e que fora incumbido pela camara de apresentar a família os votos da mais sincera condolências.⁹

Podemos observar um grande número de políticos, jornalistas, oficiais das Forças Armadas, engenheiros, sociedades de diversas matizes participando das honrarias a José do Patrocínio, seja enviando coroas de flores, grinaldas para serem colocadas no túmulo, telegramas, representantes para acompanhar o velório e enterro. A movimentação em torno do evento fúnebre foi grande e mudou a rotina da cidade do Rio de Janeiro.

A uma nota curiosa a referir desse longo momento em que o cadáver do illustre brasileiro esteve vedado a visita publica. O povo, diante das portas e janelas da sacristia, onde havia guardas de policia e da Irmandade de S. Benedito, reclamava contra a demora da necessária interdição e, violentamente emocionado pela angustia de ver o corpo de José do Patrocínio, tentava forçar a entrada da igreja.¹⁰

A participação popular foi frequentemente salientada pela imprensa como presença marcante desde a transladação do corpo de Inhaúma até a Igreja do Rosário, durante todo o velório e enterro. A comoção foi geral.

⁸ Notas retiradas do artigo José do Patrocínio na Camara Mortuária. *Gazeta de Noticias*, 01 de fevereiro de 1905.

⁹ *O Paiz*, 2 de fevereiro de 1905.

¹⁰ *O Paiz*, 3 de fevereiro de 1905.

No dia 2 de fevereiro, às 2 horas da tarde, estava marcado o cortejo que levaria o falecido Patrocínio até o cemitério São Francisco Xavier. O itinerário¹¹ era de conhecimento de todos, pois os jornais publicavam todos os detalhes que envolvia o jornalista. A organização hierárquica que seguiria o cortejo também estava devidamente preparada e divulgada pelos jornais.

Abrirá o préstito a banda de musica do corpo de Bombeiros, seguindo-se o coche fúnebre e os carros conduzindo as grinaldas.

Banda de musica da Brigada Policial.

Seguem os membros da Confederação Abolicionista e os demais membros da comissão do funeral, o Circulo dos Reporteres, os representantes dos Estados, das Prefeituras e de todas as corporações scientificas, litterarias, artisticas, commerciaes, industriaes, militares, clero, magistratura, funcionalismo publico e das classes operarias.¹²

Tanto a *Gazeta de Noticias* como *O Paiz* relataram a participação maciça de pessoas de todas as classes sociais no funeral de Patrocínio. A *Gazeta de Noticias* salientou que foi preciso especificar na Igreja do Rosário a porta de entrada e saída da população, para assim evitar atropelamentos e confusões devido à aglomeração que se formou na rua. “A custo, apesar dos esforços empregados pela autoridade, foi aberto um claro por entre a multidão para dar passagem ao esquife.”¹³ As ruas e as janelas da cidade do Rio se encheram de pessoas para ver a passagem de José do Patrocínio.

O coche que levava Patrocínio foi descrito pela *Gazeta de Noticias* como um dos mais ricos e belos da Empresa Funerária. Era todo dourado com cortinas de seda preta e dourada, o cocheiro estava “vestido a Luiz XV, com chapéu de tres bicos e era puxado por 4 lindos cavallos pretos, cobertos com rêde de renda preta.”¹⁴

No trajeto ao cemitério o inusitado aconteceu! Na esquina da rua dos Ourives a multidão mandou parar o coche, desatreou os cavalos que puxavam e amarrou ao “carro duas grandes cordas linhas, e nellas pegou a multidão. D’ahi continuou o préstito a mover-se vagarosamente, sendo difícil o movimento de todos os que nelle tomavam parte, tão composta era a massa do povo.”¹⁵ O carro que levava o corpo do jornalista

¹¹ O itinerário é o seguinte: ruas do rosário, 1º de Março, Praça 15 de Novembro, contornando a estátua do General Osório, rua 1º de Março, Ouvidor, Largo de São Francisco, rua do Teatro, Praça Tiradentes, lados do teatro São Pedro e Secretaria de Justiça, rua Visconde do Rio Branco e Praça da República. José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 2 de fevereiro de 1905.

¹² Idem.

¹³ Os funeraes de José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 3 de fevereiro de 1905.

¹⁴ Idem.

¹⁵ *O Paiz*, 3 de fevereiro de 1905.

abolicionista, segundo os jornais, foi carregado pela multidão. Glória maior não haveria para Patrocínio.

Foram realizadas, ao longo do caminho, muitas paradas para que discursos fossem proferidos ao ilustre morto. Somente às 7 horas e 40 minutos, quase 5 horas depois, chegavam todos ao Cemitério de São Francisco Xavier. Neste momento, o caixão foi retirado do coche e levado para o interior do cemitério. Mais um discurso foi anunciado, agora por Sampaio Ferraz¹⁶. O orador frisava o que acabava de acontecer, a gratidão do povo para com Patrocínio. “A morte é a cessação da vida, mas para Patrocínio a vida se fizera a cessação da morte, porque elle se libertava desta por essa immortalisação, feito pelo povo.”¹⁷

O representante do Rio Grande do Sul, Pedro Moacyr afirmou ser Patrocínio morto ainda maior que vivo. Relembrou que o mesmo não libertou apenas os negros, libertou também os brancos, quando na guerra civil no Rio Grande do Sul defendeu, ao lado do então presidente Prudente de Moraes, a anistia aos revoltosos. Patrocínio recebia o título de cidadão rio-grandense e cearense. Às 9:30 da noite o cemitério ainda contava com muitas pessoas. No dia seguinte, 4 de fevereiro, estava marcada uma cerimônia fúnebre na Igreja de São Francisco de Paula com a presença de uma orquestra com 60 pessoas e regida por Francisco Braga e Elpidio Pereira.

O corpo de José do Patrocínio só foi enterrado no dia 12 de fevereiro permanecendo todo esse tempo na capela do cemitério luxuosamente arrumada a pedido da Confederação Abolicionista¹⁸. Esta instituição também encomendou uma placa de bronze, a ser fixada pelos quatros membros mais antigos da Confederação, residentes na cidade do Rio: Frederico Borges¹⁹, Sampaio Ferraz, Luiz de Andrade e Serpa Junior. A placa foi exposta em uma loja da rua do Ouvidor e tinha a seguinte descrição:

¹⁶ João Batista de Sampaio Ferraz nasceu em Campinas em 1857 e faleceu em 1920 no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito e trabalhou também como jornalista. Foi o primeiro Chefe de Polícia do Rio de Janeiro na República, onde atuou contra os capoeiras. Ficou conhecido como “Cavanhaque de aço”. Disponível em: libdigi.unicamp.br/document/?down=CMUHE034062. Último acesso: 18/12/2011.

¹⁷ Os funeraes de José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 3 de fevereiro de 1905.

¹⁸ Segundo a *Gazeta de Noticias* a capela se achava ornamentada de veludo preto, tendo ao centro o catafalco forrado de veludo preto com ornamentações prateadas. No teto estava armada uma linda aranha de veludo preto, “deixando cair as quatro pernas sobre o catafalco. Esta aranha estava ornamentada com lagrimas prateadas, cahindo sobre o caixão mortuário que desaparecia em consequencia da extraordinaria quantidade de coroas que o cobriam. Na parte da capella que separa o alta-mór da nave e que fórma um longo arco, foram feitos artisticos apanhados de velludo preto e franjas de prata. Todo altar-mór estava forrado de velludo preto com ornamentações prateadas. Na prota principal da igreja via-se um grande reposteiro de velludo preto, deixando apparecer nos apanhados lagrimas prateadas e figurando as iniciaes J.P. todo o chão da igreja estava forrado de baeta preta, encobriendo desse modo todo o assoalho da igreja.” José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 13 de fevereiro de 1905.

¹⁹ Abolicionista que atuou pela libertação dos escravos no Ceará.

Encerra este caixão, mandado construir pela Confederação Abolicionista, o cadáver do grande libertador José Carlos do Patrocínio, mandado embalsamar pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito do Rio de Janeiro e transportado à mão em procissão cívica até cemitério de São Francisco Xavier. Rio, 02 de fevereiro de 1905.²⁰

Na ocasião do enterro, marcado para as 4 horas da tarde, os sinos deveriam tocar nas igrejas de São Francisco de Paula, Santa Ifigênia, Matriz de São Cristão, Nossa Senhora do Rosário, São domingos e Gusmão.

Houve a encomendação do corpo na capela do cemitério²¹. Depois se formou o préstito para levá-lo até o jazigo da família. O caixão foi levado por três representantes da Irmandade do Rosário e três da Confederação, acompanhado pela banda militar que tocava marcha fúnebre.

Simbolicamente o auto de transladação foi escrito com a mesma caneta que Patrocínio usava quando escrevia seu ultimo artigo.

Ao longo dos 14 dias de funeral as personagens envolvidas na organização ou que participaram de alguma forma do evento acabaram por contribuir para transformar o rito fúnebre de José do Patrocínio em verdadeiro rito cívico, um ato de civismo com a presença de representante dos Estados, da imprensa, da polícia, dos bombeiros, das Forças Armadas e do povo. A imagem de Patrocínio era salientada como um herói nacional e para isso foi usado todo aparato fúnebre, tanto material como ritual. O escultor Benevito Berna foi à casa de Patrocínio para tirar-lhe uma máscara, um molde para futuro busto.

“A sua família havia deliberado a respeito do seu enterramento, o que lhe era possível fazer; mas José do Patrocínio ao deixar a vida passou a pertencer a historia de nossa pátria, e o seu cadáver numa relíquia sagrada do povo brasileiro.”²² A imprensa ajudou e muito na construção da imagem de herói nacional, herói libertador. O corpo de Patrocínio não pertencia mais a sua família era do povo. O velório não seria um acontecimento simples mais um verdadeiro ato de reconhecimento cívico. A Confederação Abolicionista e a Irmandade do Rosário organizaram um velório

²⁰ José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 11 de fevereiro de 1905.

²¹ Momento antes do enterro caiu uma forte chuva na cidade do Rio a ponto de inundar o jazigo. Foi preciso realizar toda a parte religiosa na capela para depois prosseguirem o enterro. O jazigo, de acordo com a *Gazeta de Noticias* esta ornamentado com grande variedade de flores naturais vindas quase todas de Petrópolis. José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 13 de fevereiro de 1905.

²² *O Paiz*, 31 de janeiro de 1905.

pomposo. Ambas as instituições arcaram com muitas despesas, pediram ajuda financeira ao Estado e a receberam, como também doaram dinheiro amigos e associações.

A Igreja do Rosário foi decorada com “eça de velludo preto com enfeites dourados, em redor da qual se acham seis castiças grandes e seis pequenos com tochas accesas.”²³ Sobre o seu caixão foram colocadas as bandeiras da Confederação e a Nacional. Depois depositaram muitas flores e jornais do dia. A Igreja do Rosário ficou enfeitada por muitas coroas de flores e grinaldas. O coche usado no trajeto até o cemitério de São Francisco Xavier foi descrito como o mais luxuoso. A capela do cemitério foi arrumada a altura das homenagens. Os sinos das igrejas tocaram durante o sepultamento. Missas foram organizadas e divulgadas na imprensa. A música esteve presente e tocada por bandas militares. Assim, é evidente o cuidado e preparação para criar um funeral diferenciado e glorioso para José do Patrocínio.

A imprensa participou da glorificação do jornalista. Os jornais *O Paiz* e *Gazeta de Noticias*, com publicação na cidade do Rio, colaboraram para este fim. Ambos demonstraram seu pesar em reportagens biográficas na primeira capa ilustrando a importância daquele que morreu. Noticiaram todos os dias informações referentes ao velório e enterro. O teor das reportagens transformou Patrocínio em um herói nacional e do povo. Morrer herói não era para qualquer um. Somente personagens políticos e militares receberam esta dádiva após sua morte, nos anos iniciais da República como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Floriano Peixoto.²⁴

A imagem heróica atribuída a Patrocínio foi de libertador dos escravos, ao participar ativamente da campanha abolicionista. O abolicionista seria o libertador da sua raça. E isso o diferenciava dos demais heróis nacionais, uma vez que ele também seria o herói para o povo. A sua identificação como herói popular foi enaltecida nos discursos de amigos e na imprensa, principalmente após o préstito quando a população fez questão de carregar, com a ajuda de cordas, o caixão que levava o corpo de

²³ José do Patrocínio. *Gazeta de Noticias*, 31 de janeiro de 1905.

²⁴ Existem trabalhos que se dedicaram a analisar a construção do mito político de personagens importantes para a política da Primeira República. Mitos que se construíram após o falecimento. Apud: BONAFÉ, Luigi. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF - PPGH, mimeo, 2008; GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um Estudo de Caso da Construção Fúnebre de Heróis Nacionais na Primeira República. *Revista Estudos Históricos*, n. 25, p 135-161, 2000; MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do conceito de mito político. *Dados*, vol. 41, n. 3, 1998; SIMAS, Luiz Antonio. O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República brasileira. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ - IFCS, mimeo, 1994.

Patrocínio. Como uma última homenagem o povo carregava nos braços aquele que tanto lutou por ele²⁵.

Era criada para José do Patrocínio a imagem de um herói. Aquele que apareceu no momento de crise para salvar uma raça. O anunciador²⁶, ou seja, o homem que traz a boa notícia, restabelece a esperança. Este herói é um grande orador. As suas palavras chegam e tocam o coração das pessoas, na verdade estas se sentem representadas pelo grande homem, é a própria encarnação da vontade geral.

“...o homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino. Quer restaure a ordem estabelecida ou a subverta, quer organize ou anuncie aquela que está por vir, é sempre, por outro lado, sobre uma linha de ruptura do tempo que se situa seu personagem.”²⁷

O herói nacional Patrocínio foi glorificado durante todos os eventos que envolveram o seu funeral. A sua celebração como mito ocorreu com a sua morte. As suas qualidades e valores vistos como excepcionais vieram à tona. O jornalista era, acima de tudo, uma pessoa extraordinária ao contribuir de forma diferenciada e positiva para a construção e consolidação de um país livre. E agora, cabia a Pátria reconhecer o seu grande agenciador no momento triste de sua perda com pompa e homenagens, por isso a transformação do rito fúnebre em rito cívico.

O objetivo deste trabalho é desmistificar a idéia de ostracismo vivenciado por José do Patrocínio durante a república, por isso torna-se fundamental compreender a construção do mito / herói Patrocínio a partir do grandioso velório realizado em sua homenagem. Principalmente durante o regime político que tanto Patrocínio lutou para concretizar. O seu velório durou 14 dias, com participações ilustres, telegramas de várias partes do Estado brasileiro, mobilizações de sociedades, amigos e políticos para fazer uma grande homenagem ao jornalista.

²⁵ A organização hierárquica estabelecida para o préstito foi totalmente desmantelada com a iniciativa dos populares ao carregar o coche que levava o corpo de José do Patrocínio.

²⁶ A idéia de herói anunciador parte do trabalho desenvolvido por Raoul Girardet, *Mitos e mitologias políticas*. Segundo o autor existem 4 modelos essenciais de interpretação das características dos heróis são eles: o legendário – representa o herói providente, sábio e cauteloso; o aventureiro – é o jovem que busca a ruptura com o tradicional, é o herói impetuoso e guerreiro; o legislador – responsável por estabelecer as regras e valores da sociedade; e por fim, o anunciador – o herói que possui o dom da palavra, devolve a esperança. Apud: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁷ GIRARDET, Raoul. *Idem*, p. 80.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro irei apresentar uma breve trajetória do jornalista José do Patrocínio, assim como o seu jornal *Cidade do Rio* (quais objetivos do periódico, a retórica utilizada para convencer a opinião pública da emergência da abolição da escravidão). Procuo compreendê-lo como um intelectual do século XIX que fez da imprensa a sua profissão e instrumento de luta social e política. Também irei analisar o posicionamento do Partido Republicano de São Paulo e do Rio de Janeiro diante da questão servil ao longo da década de 1880, pois o mesmo motivará rachas entre os republicanos e conseqüentemente a formação de diversos grupos no interior dos partidos. Evidencio o conflito entre o republicano José do Patrocínio com os republicanos Quintino Bocaiúva e Silva Jardim.

No segundo capítulo continuamos no contexto abolição / república, ou seja, nos anos de 1888 e 1889, quando as discussões ficaram mais calorosas com o confronto entre republicanos e a Guarda Negra durante a conferência realizada pelo republicano Silva Jardim, em 30 de dezembro de 1888 no Clube Ginástico Francês. Neste momento analiso os diferentes olhares construídos para esta conferência, como o posicionamento de Patrocínio e de Silva Jardim com relação ao acontecimento e a atuação da Guarda Negra.

Procuo ainda, inserir Patrocínio no contexto da legalidade das diferenças raciais, uma vez que o jornalista negro era lembrado, por seus inimigos políticos, da sua cor e do lugar subalterno que deveria ocupar. Irei estudar as campanhas políticas realizadas por Patrocínio quando candidato a deputado e a vereador. Patrocínio candidatou-se 5 vezes, 4 para deputado, não obteve vitória em nenhuma delas, e 1 para vereador, quando finalmente assumiu um cargo político. E por fim a sua atuação como legislador na Câmara dos Vereadores na cidade do Rio de Janeiro.

Enfim, a República. No terceiro capítulo serão destacadas as ações e estratégias de José do Patrocínio para se inserir no regime político que, como republicano, desejou. Patrocínio vai participar ativamente destas discussões por meio de seu jornal *Cidade do Rio*, a ponto de incomodar o presidente Floriano Peixoto e ser degredado no Amazonas com um grupo de pessoas. Patrocínio se fará presente em todas as discussões políticas, permanecendo no debate promovido pela imprensa.

Os conceitos pilares deste trabalho são cidadania, república e imprensa por considerá-los fundamentais para a análise dos artigos escritos por José do Patrocínio no jornal *Cidade do Rio* onde evidenciou o seu projeto social e político, no desejo de incluir o Brasil no grupo dos países civilizados, a exemplo de França. Para tanto,

Patrocínio estabeleceu as suas prioridades – primeiro a mudança social com a abolição e depois a política com a república.

A imprensa foi o lugar de trabalho e contestação de Patrocínio, que de acordo com o corte temporal estabelecido, entre 1888 a 1905, era proprietário do *Cidade do Rio*. Desta forma, irei trabalhar com a perspectiva do lugar de onde fala Patrocínio, a imprensa, como elemento que influencia a sua prática cotidiana em defesa dos seus ideais sociais e políticos, onde apresenta suas ideologias e argumentos a fim de convencer o leitor. Para pensar a questão da imprensa no século XIX será fundamental o trabalho de Robert Darnton²⁸ “*O Beijo de Lamourette*”, que indica o cuidado que os historiadores devem ter ao trabalhar com a imprensa, e não adotar os fatos narrados como verdadeiros e únicos. Soma-se a esta perspectiva os trabalhos de Luiz Gonzaga Motta²⁹ e Nelson Traquina³⁰.

Para analisar a questão da cidadania neste período utilizarei os trabalhos realizados por José Murilo de Carvalho, principalmente o livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* e o artigo *Cidadania: tipos e percursos*, onde são analisados os conceitos de cidadania paroquial, súdita e participativa. Para este autor a cidadania brasileira foi construída de cima para baixo e transferida da paroquial para a súdita durante o século XIX. O Estado ao se consolidar como instituição governamental estabeleceu diversas medidas para englobar a população a uma prática cidadã a partir da regulamentação do recrutamento militar, o registro civil, o processo eleitoral e jurídico.

A república, o terceiro pilar deste trabalho, era o regime que espelhava aos olhos dos republicanos o progresso, a civilização, a descentralização do poder com o federalismo, o respeito à opinião pública e a sua verdadeira expressão no processo eleitoral. Para José do Patrocínio a república seria o segundo passo na direção da civilização. A monarquia e o poder moderador representavam para o abolicionista a ausência de democracia, liberdade e representatividade política.

De acordo com o conceito moderno de república presente no “*Dicionário de política*” organizado por Norberto Bobbio, Nicola Metteucci e Gianfranco Pasquino, o “termo república se contrapõe à monarquia. Nesta, o chefe do Estado tem acesso ao

²⁸ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁹ MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p.305-319.

³⁰ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005.

supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe do Estado, [...] é eleito pelo povo [...]”.³¹

Para este empreendimento teremos como fonte principal os artigos publicados no jornal *Cidade do Rio* entre os anos de 1888 até o seu fechamento no ano de 1902, por considerá-lo o principal porta voz de Patrocínio. Como o jornalista escrevia sobre diversos assuntos, mas nos deteremos aos artigos que discutem a questão dos regimes políticos – República e Monarquia -, do seu republicanismo e dos embates políticos travados com os republicanos após a abolição e com o vice-presidente Floriano Peixoto. Outras fontes importantes são os artigos publicados por Patrocínio nos jornais *O Combate* e *Diário de Manáos*.

E para compreendermos o embate entre José do Patrocínio, Floriano Peixoto e os republicanos em geral será preciso analisar, além dos artigos publicados no *Cidade do Rio*, as documentações oficiais produzidas pelo governo nos momentos de crises, uma vez que foram assuntos tratados no jornal de Patrocínio, como: a revolta federalista e a revolta da armada durante o governo de Floriano Peixoto.

Acrescentam-se as biografias a respeito do nosso personagem principal que ajudarão compor os momentos cruciais de debates entre monarquia / abolição / república: *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, escrita por Raimundo Magalhães Júnior³² no ano de 1969 e o *O tigre da abolição* de Osvaldo Orico³³. E também os trabalhos biográficos escritos por Vivaldo Coaraci³⁴, Ciro Vieira da Cunha³⁵ e Ernesto Sena³⁶.

³¹ Norberto Bobbio, Nicola Metteucci e Gianfranco Pasquino (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, c1986, p.1107.

³² Raimundo Magalhães Júnior exerceu diversas atividades, foi jornalista, biógrafo e teatrólogo, nasceu em 1907 e faleceu em 1981. Trabalhou em diversos jornais e revistas, como a Folha do Comércio, diário de Notícias, revista Carioca, Vamos Ler, Revista da Semana e A Noite. Escreveu inúmeras biografias, dentre delas sobre José do Patrocínio. Era membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e do Ceará. Ocupou a cadeira 34 na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=317>. Ver JÚNIOR, Raimundo Magalhães. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed. Sábina, 1969.

³³ ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953.

³⁴ COARACI, Vivaldo. *Todos contam sua vida*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

³⁵ CUNHA, Ciro Vieira da. *No tempo de Patrocínio*. São Paulo: Sariva, 1960.

³⁶ SENNA, Ernesto. *Rascunhos e Perfis*. Brasília: Ed. Universidade Federal de Brasília, 1983.

1 - JOSÉ DO PATROCÍNIO: CONFLITOS E VITÓRIAS DO ABOLICIONISTA NOS ANOS DE 1888 E 1889

1.1 Breve história do jornalista José do Patrocínio

Jornalista por opção e farmacêutico de formação, José Carlos do Patrocínio nasceu em 1853 na cidade de Campos dos Goitacazes, filho do Cônego João Carlos Monteiro com a quitandeira liberta Justina Maria do Espírito Santo. Criado pelo pai, que não o registrou, veio para Corte em 1868 para estudar e ingressou, anos depois, no curso de Farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir daí começou a se fazer presente nas publicações de jornais estudantis, até criar o panfleto *Os Ferrões* junto a Dermeval da Fonseca. Não parou mais de escrever e tornou-se figura de destaque na imprensa da Corte, combatendo o trabalho escravo no Brasil.

José do Patrocínio³⁷ é por todos lembrado como o importante jornalista abolicionista que atuou na cidade do Rio de Janeiro, a partir da década de 1870, na defesa da libertação dos escravos sem indenização. O seu instrumento de luta foram os jornais em que trabalhou e /ou fundou como a *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Com uma escrita direta e até mesmo agressiva arrumou inimizades com jornalistas, políticos, fazendeiros escravocratas e juristas. Criticava abertamente o Imperador, D. Pedro II, a Monarquia e a escravidão como elementos que prejudicavam a verdadeira prática democrática. A sua atuação na imprensa o incluiu no importante grupo dos abolicionistas que teve destaque nos anos finais da escravidão, lutando ao lado de Joaquim Nabuco e André Rebouças, homens da política e da ciência.

Em 1877, Patrocínio ingressou na equipe do jornal *Gazeta de Notícias*, de propriedade de Ferreira de Araújo, onde escreveu crônicas, noticiários, artigos e foi redator. Ganhou destaque com a coluna *Semana de Política* de caráter político, onde assinava com o sugestivo pseudônimo de Proudhomme – possível referência a Pierre-Joseph Proudhon³⁸. No mesmo ano iniciou a publicação do seu primeiro romance em

³⁷ Sobre a análise da campanha abolicionista realizada na imprensa da corte a partir de 1870, a Tese de Doutorado de Humberto Fernandes Machado constitui consulta obrigatória. Seu personagem principal é José do Patrocínio e os jornais *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Machado analisa os artigos abolicionistas através dos conceitos de paternalismo e reformismo. Apud: MACHADO, Humberto F. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, mimeo, 1991.

³⁸ Anarquista francês, publicou em 1840 o livro que o torna conhecido, seu ensaio *Qu'est-ce que la propriété?*, afirma « La propriété c'est le vol » (A propriedade é o roubo).

folhetim – *Mota Coqueiro ou A Pena de Morte*³⁹. Seu segundo livro intitulado *Os Retirantes* foi resultado dos artigos escritos para a *Gazeta de Notícias* onde atuou como correspondente enviado à província do Ceará para relatar a grave seca que assolara a região. E por fim, o romance novelesco *Pedro Espanhol* escrito durante a sua primeira viagem à Europa, entre novembro de 1883 a maio de 1884.

O trabalho como romancista foi sobreposto ao de jornalista onde de fato ganhou notoriedade por defender a causa abolicionista. Sua campanha nos jornais e comícios contra a escravidão o imortalizou na história do país como o *Tigre da Abolição*⁴⁰, o defensor dos escravos ao atirar-se pela causa contra tudo e contra todos.

O início da década de 1880 apontava mudanças na prática social no Rio de Janeiro com a ampliação do espaço público, adquirindo a rua um novo significado – lugar de discussão de questões políticas e sociais⁴¹. A campanha abolicionista foi favorecida e ao mesmo tempo favoreceu o crescimento de uma opinião pública nos debates políticos e sociais cruciais para a Nação. A “divulgação dos debates da Câmara, feita especialmente pela *Gazeta de Notícias* cujo redator era José do Patrocínio, favoreceu o surgimento na Corte de uma verdadeira ‘onda de abolicionismo popular’”⁴². O abolicionismo definitivamente “ganha as ruas”⁴³ da Corte ao longo dos anos de 1880. Patrocínio percebeu este novo cenário político quando o Ministro da Fazenda do Gabinete Sinimbu⁴⁴, Afonso Celso, criou diversos impostos para salvar a economia do país, dentre eles o famoso “imposto do vintém”, uma taxa que acrescentava um vintém ao preço de passagem dos bondes.

Patrocínio e Lopes Trovão incitaram a opinião pública a não aceitar tal imposto, criticaram duramente as ações do governo nos jornais em que trabalhavam e organizaram comícios e passeatas. A Revolta do Vintém, como ficou conhecida o conflito entre os manifestantes e a polícia, durou algumas semanas no Rio de Janeiro e

³⁹ O livro relata a história de um crime bárbaro que ocorreu na cidade de Macaé no ano de 1852 contra uma família. Os suspeitos foram condenados a pena de morte. Patrocínio percorre a trama judicial para demonstrar os erros cometidos pela justiça e a violência da pena.

⁴⁰ Referência ao livro biográfico “O Tigre da Abolição” de Osvaldo Orico. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953.

⁴¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007.

⁴² MACHADO, Humberto Fernandes. *O abolicionismo “ganha as ruas” no Rio de Janeiro*. Revista da SBPH. Curitiba, n. 4, pp. 71-76, 1998, p. 72.

⁴³ MACHADO, Humberto Fernandes. Op. cit.

⁴⁴ O gabinete Sinimbu, do Partido Liberal, governou o gabinete ministerial do Império nos anos de 5 de janeiro de 1878 a 28 de março de 1880.

evidenciou a politização presente nas ruas e a forte influência exercida pelos jornais junto à opinião pública.

Em junho de 1881 o jornalista se retirou da *Gazeta de Notícias* e com a ajuda do sogro, o Capitão Emiliano Rosa Sena, conseguiu tornar-se sócio do periódico *Gazeta da Tarde* que estava quase falido devido a morte do seu proprietário Ferreira de Menezes. Patrocínio ficou a frente deste jornal até o ano de 1887 e transformou a *Gazeta da Tarde* em um jornal totalmente voltado para a campanha abolicionista. A *Gazeta da Tarde* “não aceitava anúncios sobre venda ou aluguel de cativos” e denunciava, com tom dramático, as violências cometidas pelos fazendeiros aos seus escravos. “Os assassinatos de escravos ocupavam um espaço privilegiado no jornal”⁴⁵, tudo no intuito de convencer a opinião pública do quanto a escravidão era cruel.

No ano de 1887, Patrocínio acabou vendendo a *Gazeta da Tarde* por problemas financeiros e fundou o jornal *Cidade do Rio*. Nesta folha continuou sua campanha abolicionista e vivenciou os momentos gloriosos da Lei Áurea assinada pela Regente Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Imediatamente após a libertação dos escravos o jornalista abolicionista iniciou a campanha contra a indenização aos ex-proprietários de escravos e pela defesa da divisão da propriedade de terra.

José do Patrocínio⁴⁶ candidatou-se cinco vezes para cargos legislativo. Em 1884 ocorreu a primeira candidatura, a deputado do 3º Distrito do Município Neutro, tendo o apoio da Confederação Abolicionista. A sua plataforma política tinha como base à defesa da libertação dos escravos e as reformas educacional e eleitoral. A *Gazeta da Tarde* foi o espaço de divulgação das idéias defendida pelo candidato Patrocínio. Patrocínio não obteve sucesso.

Em 1887 a nova empreitada foi a candidatura para vereador do Município Neutro. Nesta campanha saiu vitorioso, mas não chegou a cumprir seu mandato até o fim, optando pela renúncia com a Proclamação da República. As outras três candidaturas, todas para deputado, aconteceram em 1890, 1893 e 1895. Patrocínio não conseguiu se eleger em nenhuma delas.

Já na República o momento dramático para Patrocínio foi vivenciado no governo de Floriano Peixoto, 1891 a 1894, que mandou o jornalista e mais um grupo de pessoas para degredo no Amazonas em 1892 acusando-os de desordeiros e conspiradores contra a República. Patrocínio não reconhecia a legitimidade do governo de Floriano Peixoto,

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 176.

⁴⁶ No segundo capítulo deste trabalho serão analisadas as ações e estratégias utilizadas por José do Patrocínio nas eleições das quais participou como candidato.

após a renúncia de Deodoro da Fonseca. Para ele a Constituição de 1891 não lhe dava este direito, de acordo com o Art. 42 – “Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”⁴⁷.

O governo de Prudente de Moraes foi celebrado por Patrocínio como o pacificador, aquele que restabeleceu a ordem nacional anistiando os revoltosos do Rio Grande do Sul, mergulhado numa guerra civil desde o governo de Floriano Peixoto. Sentiu-se ‘punido’ por Campos Salles que como presidente, entre 1898 a 1902, lançou uma política de beneficiamento aos jornais, com integração à comitiva presidencial e recebimento de dinheiro para a manutenção dos mesmos. Salles excluiu o jornal *Cidade do Rio* destes benefícios. Posteriormente, Patrocínio e Salles se aproximaram. A alegação do jornalista para essa mudança de atitude, de antipatia para aproximação de Campos Salles, relacionava-se à necessidade de defender a legalidade e a República ameaçada neste momento pela revolta de Canudos. O resultado foi muito positivo para Patrocínio que teve seu jornal incluído na lista dos que recebiam benefícios do governo Salles.

Os momentos finais de sua vida foram dedicados ao sonho de voar, com a construção de um balão. Não obteve sucesso. O jornal *Cidade do Rio* fechou no início de 1903 o que levou a ser colaborador dos jornais *O País* e *A Notícia*. Endividado e doente, Patrocínio também perdeu a casa, foi morar no subúrbio de Engenho de Dentro. Morreu em janeiro de 1905, vítima de uma hemoptise.

1.2. José do Patrocínio: um intelectual brasileiro do final do século XIX e início do XX

A imprensa, como lugar de fala de Patrocínio, foi também a porta-voz de idéias e valores de pessoas influentes na sociedade da Corte, da segunda metade do século XIX, principalmente por políticos que se faziam jornalistas. O jornalismo não era uma profissão que se aprendia na universidade e sim na prática cotidiana da redação, até porque não existia curso de jornalismo. Entretanto, não era qualquer um que assumia a edição / direção de um jornal, mas pessoas letradas e com reconhecimento suficiente para assumir tal cargo - os intelectuais.

⁴⁷ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891. Esta Constituição encontra-se disponível no site da Presidência da República - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm

Mas, como conceituar os intelectuais? Segundo o autor Jean-François Sirinelli a conceituação do termo intelectual passa por problemas que ele diagnostica de problema de “‘compreensão’ e ‘extensão’ do termo intelectual”⁴⁸. A compreensão do que é intelectual interfere na sua extensão, que por sua vez pode englobar ou excluir, deste grupo, determinados elementos sociais/ profissões.

No entendimento de Jean-François Sirinelli podemos entender os intelectuais por meio de duas visões: a mais ampla, onde os intelectuais seriam os criadores e mediadores culturais; e a de proporção mais restrita, pela noção de engajamento social, com função reconhecida pela sociedade como peculiar, por ser fruto de um grupo que possui “notoriedade eventual ou [...] especialização [...]”⁴⁹.

Antonio Gramsci também se dedica a conceituar os intelectuais e a identificar a sua função social. Segundo Gramsci, em cada grupo social existem os intelectuais orgânicos, ou seja, intelectuais produzidos pela classe para formular e legitimar idéias e princípios, dando a classe “homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.”⁵⁰

Existe, ainda, outra categoria de intelectuais chamada de intelectual tradicional, assim intitulada por assumirem uma postura de neutralidade diante dos interesses defendidos por outros grupos sociais, se apresentando como uma categoria autônoma. No geral Gramsci considera todos os homens intelectuais, “mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”⁵¹, a diferença se estabelece na função que executa socialmente, a partir de uma especialização adquirida pela educação, ou seja, os intelectuais para Gramsci são aqueles que cumprem uma função organizada na sociedade.

Para Pierre Bourdieu, os intelectuais são aqueles que detêm capital cultural, possuidores de uma competência técnica “[...] que lhes é reconhecida socialmente [...]”⁵². E este reconhecimento social imprime a necessidade dos intelectuais em marcar a sua diferenciação frente àqueles que não fazem parte de seu campo, impondo-se, assim, como singulares uma vez que seu universo estaria separado do mundo comum. O lugar próprio dos intelectuais é o campo intelectual, onde se estabelece suas categorias

⁴⁸ Os Intelectuais. In: *Por uma história política*. René Remond (org.). Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996, p. 242.

⁴⁹ Idem, p. 243.

⁵⁰ *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988, p. 3.

⁵¹ Idem, p. 7.

⁵² BOURDIEU, Pierre. *Como liberar os intelectuais livres*. Entrevista a Didier Eribon. Le Monde Dimanche, 4 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/15633854/382dfa8b/> Último acesso no dia 15 de dezembro de 2009, p. 6.

de seleção e consagração, onde formaliza o *habitus* do grupo e se institui as relações sociais de negociação e conflito, tendo em vista a acumulação de capitais específicos e o monopólio da autoridade científica e o domínio da técnica.

[...] o fato de pertencerem ao campo intelectual implica em interesses específicos, [...], cargos acadêmicos ou contratos editoriais, resenhas ou cargos universitários, e também sinais de reconhecimento e gratificações frequentemente imperceptíveis para quem não pertence ao universo em questão, mas através das quais ocorrem todos os tipos de pressões e censura sutis.⁵³

O campo é o formador de interesses, o que motiva o homem, dotado de um determinado *habitus*, a empreender a sua ação / estratégia dentro de uma determinada demanda social. O *habitus*, como esquemas fundamentais e categorias do pensamento socializadas, possibilita recuperar o indivíduo como agente da história, pois suas convicções e práticas são produtos possíveis de uma conjuntura e do campo do qual pertence. Assim, os indivíduos são situados histórica e socialmente. Por isso, considero enriquecedor trabalhar com os conceitos de campo intelectual e *habitus* de Pierre Bourdieu.

O *habitus* nos permite compreender as estratégias de Patrocínio relacionadas à sociedade em que vivia, onde suas experiências em diversas instâncias (família, faculdade, imprensa, clubes) possibilitavam a reestruturação constante do *habitus* individual, da sua identidade. Assim, o indivíduo não é dotado de especificidades estranhas ao seu tempo quando tomado como objeto histórico.

È evidente que devemos fazer algumas ressalvas, quanto à utilização dos conceitos de campos e *habitus* formulados por Bourdieu, uma vez que no período em destaque neste trabalho, fim do século XIX e início do XX, não existia uma autonomia para os intelectuais, o que implica na ausência de uma institucionalização do campo intelectual. No entanto, podemos já vislumbrar um encaminhamento neste sentido a partir de inúmeros fatores, como: a evidência na imprensa do conflito entre os diferentes projetos de nação⁵⁴ (abolição, república, monarquia federativa, divisão ou

⁵³ Idem, ibidem, p. 3-4.

⁵⁴ O trabalho de Angela Alonso é um exemplo de análise sobre a diversidade de grupos que se constituíram entre os anos 1870 e 1880. Estes grupos foram qualificados pela autora de acordo com o tema principal que uniam seus componentes na conjuntura política de crise do Segundo Reinado, tais como: liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas da Corte, federalistas científicos de São Paulo e federalistas positivistas do Rio Grande do Sul. Claro que estes grupos não estavam fechados e não possuíam propostas coesas coordenadas e institucionalizadas, sendo comum a “flutuação de membros”. Apud: ALONSO, Angela. *Idéias em movimentos: a geração de 1870 na crise do Brasil* –

monopolização da propriedade de terra); o compartilhamento, entre os intelectuais, da valorização da sua prática no jornal e no parlamento colocando-se como representantes do povo / da nação / dos escravos; e a consagração, dada pela sociedade e seus pares, aos intelectuais que alcançavam prestígio e autoridade. Dessa forma, podemos pensar a virada do século XIX para o XX como um encaminhamento para a institucionalização do campo intelectual com a profissionalização dos intelectuais.

A Academia Brasileira de Letras é um claro exemplo desse processo. Criada em 1897 com o intuito de ser um espaço para valorizar e estudar a língua e a literatura, um lugar da arte e não da política⁵⁵. E sentaram nas cadeiras da Academia Brasileira de Letras jornalistas, políticos e funcionários públicos que participavam ativamente da imprensa e do parlamento nas décadas finais do século XIX. José do Patrocínio já aparecia na primeira lista de intenção de membros, formulada por Lúcio de Mendonça durante a criação da instituição. Patrocínio acabou ocupando a cadeira de número 21 e escolheu como patrono o abolicionista Joaquim Serra.

Como podemos observar a discussão sobre a conceituação de intelectuais é complexa e ao mesmo tempo crucial para o entendimento e produção de uma história dos intelectuais. Os trabalhos, aqui apresentados, nos possibilitam algumas considerações, tais como: os intelectuais formam um grupo específico, com destaque e reconhecimento da sociedade e de seus pares; sua função está atrelada ao conhecimento adquirido.

Proponho pensar José do Patrocínio como intelectual do fim do século XIX e início do XX. Com formação universitária obtida no curso de Farmácia⁵⁶, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ingressou no jornalismo e aos poucos ganhou reconhecimento da sociedade como o jornalista abolicionista da Corte do Rio de Janeiro, graças às redes de amizades iniciadas na faculdade e a participação em sociedades e clubes, como o Clube Republicano de São Cristovão e posteriormente na

Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 268.

⁵⁵ A ABL foi criada com o discurso de ser uma instituição afastada da política e das questões mundanas, e totalmente voltada para uma arte literária neutra. No entanto, a neutralidade política e social dos acadêmicos não passou de uma retórica, pois no dia-a-dia da instituição o que se verificava era uma prática com “lutas políticas internas, por conta das aspirações pessoais ou de grupos, como pela presença de grandes temas nacionais da política cultural.” Apud: RODRIGUES, João Paulo de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na ABL (1896 – 1913)*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, Cecult, 2001, p. 12-13.

⁵⁶O curso mais importante era o Direito, que formava magistrados e bacharéis, depois Medicina e por fim os profissionais e técnicos ligados a Engenharia, Farmácia e até mesmo Mineralogia, apud: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Confederação Abolicionista, em 1883. Segundo Ana Carolina Feracin da Silva⁵⁷, José do Patrocínio acionou no início de sua carreira “os mecanismos de dependência para estabelecer-se socialmente”⁵⁸, ou seja, a partir dos laços de amizades estabelecidos nos diversos espaços que freqüentava – faculdade, clubes, jornais – o jornalista abolicionista conseguiu se inserir “naquele mundo predominantemente branco e letrado”⁵⁹.

Patrocínio conseguiu criar e aproveitar as oportunidades e, gradativamente, foi reconhecido como um renomado orador e jornalista. Reconhecimento dado pela sociedade e em especial pelos letrados, que dialogaram com Patrocínio na imprensa a favor ou contra ele. A sua ação como jornalista e abolicionista o incluiu no grupo dos intelectuais, ou seja, das pessoas reconhecidamente engajadas nas questões sociais e políticas do país, pessoas que formularam diversos projetos para o enquadramento da nação na civilização e no progresso tão sonhados nos anos finais do século XIX e início do XX.

A notoriedade, a especialização e o engajamento, de que fala Sirinelli, permitiram o ingresso de Patrocínio no grupo dos intelectuais, formado por advogados, médicos, políticos e funcionários públicos.

Por fim cabe ressaltar uma prática comum do *habitus* dos intelectuais brasileiros do fim do século XIX e início do XX, a retórica⁶⁰. Da prática jesuítica à reforma pombalina, a retórica esteve presente como disciplina nas escolas médias e superiores em Portugal. A arte de persuadir e convencer o público leitor / ouvinte esteve presente, no século XIX, nas discussões políticas do Parlamento e da imprensa. A virtude e competência eram qualidades de um perfeito orador, pois validavam tanto quem falava quanto os seus argumentos. Daí a presença, nos jornais e panfletos, de uma linguagem, por vezes, violenta, o excesso de verbalismo e figuras de linguagens. Para José Murilo de Carvalho⁶¹ a retórica deve ser entendida como uma chave de compreensão dos textos do século XIX, levando em conta as seguintes características: relação estreita entre

⁵⁷ SILVA, Ana Carolina F. da. Op. Cit.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 80.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 79.

⁶⁰ No contexto da independência do Brasil a imprensa já era muito participativa, apresentando e discutindo diversos projetos de organização para o país recém criado. Segundo Isabel Lustosa, após uma rápida censura, durante o ministério de José Bonifácio, a imprensa vivenciou período de grande liberdade e tensão. Quando os jornalistas utilizavam uma linguagem agressiva e até difamadora sobre o adversário. “Foi um momento extremamente vibrante, onde se assistiu a um processo de liberalização política sem precedentes na história. Cada um escrevia a assina o que bem entendia. Os jornais não noticiavam: produziam os acontecimentos”. Apud: LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência. 1821 – 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 32.

⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, nº1.

argumento e orador, a importância do auditório e o fato do campo da argumentação estar aberto a novos argumentos.

Nos anos finais do século XIX os conteúdos desta retórica passavam pela questão abolicionista e a forma ideal de governo – monarquia ou república – que gerou conflitos, tensões e também cordialidades entre os intelectuais. Patrocínio atuou na imprensa⁶², nas conferências e comícios a serviço da causa abolicionista, onde foram constantes os conflitos entre os intelectuais que muitas vezes criavam seu próprio jornal para legitimar suas idéias políticas e sociais como expressões da Nação. A imprensa se instituiu como o lugar onde se estabeleciam as relações de poder e disputas, entre os intelectuais, pela construção e condução de um projeto nacional que direcionasse o Brasil para o progresso.

A escrita e a oratória de José do Patrocínio foram frequentemente pontuadas pelos seus contemporâneos como emotiva, quando desejava convencer seu público, e por vezes agressiva no ataque aos seus adversários, com intuito de desmoralizá-los. Vejamos agora a imprensa, o lugar de atuação de Patrocínio ao longo de sua vida.

1. 3. Conhecendo o jornal *Cidade do Rio*

Toda a notícia que couber, a gente publica.⁶³

A imprensa é uma importante fonte de trabalho para o historiador e permite ampla possibilidade de temática de acordo com a metodologia escolhida. A análise pode partir do texto (estrutura, editorial, retórica) ou do contexto (conjuntura política, econômica e social de uma sociedade). Ou ainda da junção das duas perspectivas, texto e contexto, o que torna o diálogo entre o historiador e a imprensa mais enriquecedor. Examinaremos o jornal *Cidade do Rio* com esta preocupação, ou seja, relacionar o texto com o contexto.

Após este ponto de partida de que forma tomaremos as notícias, a alma da imprensa? São elas reproduções ou reconstruções da realidade?

⁶² José do Patrocínio iniciou sua carreira jornalística na Faculdade de Medicina no jornal estudantil *O Lábaro Acadêmico*, depois publicou o panfleto *Os Ferrões* com Dermeval da Fonseca, até ingressar no destacado jornal *Gazeta de Notícias*. Apud: JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. Cit.

⁶³ DARNTON, Roberto. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 96.

Nelson Traquina, *Teorias do jornalismo*⁶⁴, identificou e avaliou as teorias, desenvolvidas pelo jornalismo, que procuram compreender a produção de notícias. Aqui as entenderemos a partir da Teoria Construcionista⁶⁵, que tomam as notícias como construções. Surgida nos anos de 1970, o paradigma da notícia como construção desmistifica o papel de neutralidade e imparcialidade atribuída até hoje a imprensa por muitos jornalistas, como uma forma de legitimar a sua ação - noticiar a verdade - graças as técnicas, normas e valores que envolvem a profissão e lhes dão autoridade de expor a verdade.

As notícias não são informações fidedignas dos acontecimentos e nem o jornalismo uma ação deslocada da realidade, que observa imune a tudo que se passa na sociedade. Identificamos o jornalismo como uma “prática social – realizada em condições de produção específicas – capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e nomeando situação e sentimentos do presente.”⁶⁶

A realidade é construída e reconstruída pela imprensa. Essas reconstruções partem de diversos determinantes, desde a escolha do que é noticiável, do perfil editorial do jornal, das pressões internas e externas ao trabalho jornalístico (concorrências, financiadores, fontes de informação, público leitor e comunidade profissional) e, por fim, da expectativa e do olhar do jornalista.

“As notícias são o resultado de um processo de produção, com a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias).”⁶⁷ No entanto, este produto não é uma ficção, uma narrativa livre dos fatos, mas sim uma narrativa presa a valores e procedimentos de um fazer jornalístico, reconhecido socialmente como o profissional da informação.

A imprensa possui o poder de criar imagens e construir sentidos que devem manter intimidade com o acontecido, pois dessa forma “é que a informação compõe o campo de credibilidade e de verdade que habilita a mídia ao exercício de sua função de ‘expositor do real’.”⁶⁸ Se a notícia é uma construção, o que torna o fato com relevância noticiável? Para o autor Luiz G. Motta, *Teoria da notícia*⁶⁹, o que transforma um fato

⁶⁴ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, pp. 168-175.

⁶⁶ BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente pública. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p.283.

⁶⁷ TRAQUINA, Nelson. *Op. cit.*, p. 180.

⁶⁸ BERGER, Christa. *Op. cit.*, p. 279.

⁶⁹ MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p.305-319.

em notícia depende de atributos inerentes ao próprio fato (excepcionalidade, atualidade, significância), correlacionado com o ambiente jornalístico e a interferência do profissional da informação.

Para pensar a questão da imprensa no século XIX é fundamental, também, o trabalho de Robert Darnton, *O Beijo de Lamourette*, que indica o cuidado que os historiadores devem ter ao trabalhar com a imprensa, pois “... a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu.”⁷⁰

Assim, devemos ter precaução ao analisar os jornais para não cairmos em armadilhas e acolher os fatos narrados como verdadeiros. Primeiro porque o jornal se dirige a um público e para isso é utilizada uma linguagem de convencimento para o mesmo, que pode vir ou não a influenciar outros grupos. Acrescenta-se também as diversas formas como o leitor se apropria do texto e da escolha do tema que será tratado no jornal, que não ocorre de forma aleatória e implica na subjetividade das notícias.

São estas as perspectivas metodológicas que irei utilizar para compreender os discursos apresentados na imprensa, tendo em vista ser a mesma a principal fonte do meu trabalho. Assim, trabalharei com o paradigma da notícia como construção, correlacionando o texto com o contexto social. A ‘voz’ de José do Patrocínio, por exemplo, foi lançada na imprensa por meio de seus artigos publicados nos Jornais *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. A imprensa foi para Patrocínio o lugar de trabalho, contestação e divulgação de propostas sociais e políticas. E para compreendermos os seus artigos (a sua retórica, argumentos e finalidade) devemos relacioná-los ao lugar de onde fala, ou seja, a imprensa, uma vez que possibilita estratégias e arranjos para a condução do(s) objetivo(s) desejado(s) – convencer, expor e defender sua concepção sobre os acontecimentos.

O *Cidade do Rio* foi lançado por José do Patrocínio em 28 de setembro de 1887, data em que se comemorava os 15 anos da assinatura da Lei do Ventre Livre. O jornal possui 4 folhas estruturadas em diversas seções: na primeira folha aparece o artigo de fundo e notícias, geralmente, relacionados a escravidão, a abolição e ao governo monárquico; as folhas seguintes são compostas pelo folhetim, uma seção financeira, do comércio, “Proscênio e Salões” com a divulgação de festividades realizadas na cidade do Rio de Janeiro, “Indicador” que trazia, como o próprio nome diz, indicação de

⁷⁰ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 18.

prestação de serviços como de advocacia e médicos⁷¹, “Secção Alheia” espaço disponível à qualquer pessoa que quisesse publicar artigo mediante o pagamento, muito parecida com a seção de ‘*A Pedidos*’ do *Jornal do Commercio*, além das notícias em geral e anúncios.

Instalado na rua do Ouvidor nº 74, o *Cidade do Rio* era publicado diariamente. Seu preço avulso era 40 réis, com possibilidade de assinaturas; anual (12 mil réis), semestral (6 mil réis) e trimestral (3 mil réis) para quem morava na Corte. Comparando com outros jornais podemos perceber que o *Cidade do Rio* não era caro⁷². No mesmo período que este jornal foi lançado, o *Jornal do Commercio* não vendia número avulso e nem recebia assinatura por menos de três meses, cobrando pela mesma o valor de 10 mil réis; já *O Paiz* cobrava 12 mil réis por assinatura anual e 40 réis pelo avulso.

O que o jornal do Patrocínio cobrava por um ano de assinatura era quase o que o *Jornal do Commercio* recebia por três meses de assinatura. É claro que devemos levar em consideração o tamanho do jornal, o número de folhas publicadas, o público alvo e o tempo de vida do jornal, no entanto, com todas estas ressalvas, o exercício comparativo evidencia a discrepância de preço e possibilidades de vendas. Enquanto o *Cidade do Rio* buscava um público socialmente diversificado, o *Jornal do Commercio* era claramente vendido para um público específico, aqueles que tinham dinheiro para fazer a assinatura. O jornal *O Paiz*, por sua vez, vendia o número avulso por 40 réis, o mesmo valor cobrado pelo *Cidade do Rio*, disputando assim um público semelhante, pois ambos circulavam na Corte.

A aparição do *Cidade do Rio* foi noticiada e celebrada por diversos jornais, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. O que demonstra a evidência em que estava José do Patrocínio no ano de 1887, graças ao seu combate a escravidão travado na imprensa desde 1877, quando ingressou na *Gazeta de Notícias*. O *Cidade do Rio* republicou as notas e artigos que noticiavam sobre o seu aparecimento, como uma forma de confirmar a importância e reconhecimento dado, a ele, pelo grupo de jornalistas do qual fazia parte. A *Gazeta da Tarde*, por exemplo, fez a seguinte declaração:

⁷¹ Acredito que estes anunciantes de serviços sejam patrocinadores do jornal *Cidade do Rio*, por terem destaque no jornal e aparecerem frequentemente no mesmo. A referência vinha da seguinte forma: “Livros Collegiaes – Preços commodos; na livraria clássica se Alves & C.; rua Gonçalves Dias 42”; “Dr. Tibureio Figueira – Advogado, Escriptorio, à rua do rosário n.68, das 10 às 12 e das 2 às 3 da tarde, todos os dias úteis”. *Cidade do Rio*. 13 de abril de 1888.

⁷² A título de curiosidade podemos também comparar o valor cobrado pelo jornal com outros tipos de serviços. Nos anúncios do *Cidade do Rio* encontramos o Restaurante do Universo, presente na rua Uruguaiana 32, que cobrava por almoço ou jantar 400 réis. Ou ainda a loja A`Onça de Ouro, da rua do Hospício 168, com a chamativa liquidação de roupas que vendia “Colletes de dita dita, grande sortimento, de 2\$, 3\$ e 4\$000.” *Cidade do Rio*. 10 de outubro de 1887.

[...] apareceu hoje uma folha do qual o proprietário e director o Sr. José do Patrocínio, que illustrou por muitos anos as columnas da *Gazeta da Tarde*. [...] Apostolo convencido e dedicado da abolição e da democracia radical José do Patrocínio continua, na nova folha, a ser o mais denotado athleta da grande causa abolicionista e da republica. Talento brilhante e flexível, o nosso collega occupa sempre o primeiro lugar onde se achar. [...] Saudando ao digno director da *Cidade do Rio* e aos illustres companheiros de redacção, desejamos toda a especie de prosperidade àquela folha, onde se vão continuar as brilhantes tradições da *Gazeta Tarde*, que hoje luta com essa difficuldade.⁷³

José do Patrocínio trabalhou na *Gazeta da Tarde* entre 1881 a 1887, chegando a sócio da folha após a morte de Ferreira de Meneses. Agora era o antigo jornal que felicitava o novo empreendimento de José do Patrocínio. Interessante notar os elogios que remete a Patrocínio, como um homem de talento e obstinado e que usa toda sua energia em favor da abolição e da república. Dessa forma, todos já poderiam esperar do *Cidade do Rio* um jornal que contestaria a escravidão e não recuaria “diante de sacrificio algum”⁷⁴

Outros jornais também felicitaram José do Patrocínio e o novo periódico falando da importância do jornalista para a causa abolicionista, são eles: os periódicos de São Paulo *Diário de Campinas*, *Mercantil*, *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, *Garibaldi*, *Diário Popular*, o de Resende *Itatiay*, a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* do Rio de Janeiro.

Gazeta de Notícias. *Cidade do Rio* – Com este titulo encetou hontem a sua publicação, nesta corte, uma folha diária, na qual é proprietário e director o Sr. Jose do Patrocínio. Na *Cidade do Rio* o brilhante e valente jornalista continuará a sua campanha a favor das idéias de cuja realização julga depender o futuro e bem-estar da nação. O nome José do Patrocínio é só por si um programma e os seus precedentes na imprensa respondem pela lealdade como que elle o manterá na sua nova folha, cujo apparecimento saudamos com a mais sincera cordialidade⁷⁵.

Itatiaya. *Cidade do Rio* – E` este o titulo de um novo jornal diário, fundado por José do Patrocínio, o illustre jornalista, que começou a publicação no dia 28 de setembro. [...] A historia registrara os esforços e dedicação de José do Patrocínio, e lhe dará o logar saliente no Pantheon dos beneméritos da pátria, fazendo justiça às suas patrióticas intenções.⁷⁶

⁷³ Artigo da *Gazeta da Tarde* publicado no *Cidade do Rio* em 29 de setembro de 1887.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ *Cidade do Rio*, 30 de setembro de 1887.

⁷⁶ *Cidade do Rio*, 3 de outubro de 1887.

Diario Popular. Cidade do Rio – Temos à vista o primeiro numero do novo jornal que appareceu na corte com esse titulo. [...] Vale dizer que o programma da folha é o seu redactor. O que este vale no conceito publico, e notadamente no seio da democracia brasileira, exprime o mérito e viabilidade da nova folha. A franca e incansável propaganda abolicionista é o capitulo dominante da Cidade do Rio.⁷⁷

Os três jornais fizeram coro na saudação ao *Cidade do Rio*. Sendo, também, comum à forma como qualificaram José do Patrocínio, um jornalista abolicionista brilhante e ilustre. O *Cidade do Rio* nasceu no momento de efervescência abolicionista, quando o trabalho de Patrocínio como jornalista estava bem consolidado. E a imprensa já o conhecia pelo pseudônimo de Proudhomme. Patrocínio dialogava o tempo todo com demais jornalistas e políticos sobre os temas centrais da pauta política. Primeiro a urgência de se fazer abolição do trabalho escravo no Brasil e impedir a indenização aos senhores de escravos. Após estes primeiros passos, finalmente, o país caminharia rumo ao progresso tão sonhado, implicando a resolução de outras questões como a imigração e a terra.

Entretanto, nem todos receberam o *Cidade do Rio* cordialmente. Patrocínio publicou no dia 2 de outubro, a crônica *Aos Domingos* com objetivo de desmoralizar o político Antônio Marcelino Nunes Gonçalves⁷⁸ que teria feito um comentário infeliz sobre o novo periódico, pois para “o nobre pae da pátria, este jornal não poderá fazer muito, attentas as suas pequenas proporções; pelo peso, segundo o S. Ex., é que se calcula o valor.”

Se para diversos jornais o *Cidade do Rio* representava a mais nova folha da Corte com sucesso garantido devido ao seu empreendedor José do Patrocínio, para o político em questão seria mais um periódico pequeno em número de folhas, tiragens e dimensão pública. Pois, ainda “... que fosse como o Jornal do Commercio... Bom tamanho! Nós deveríamos tremer. Mas tão pequeno ...” A crônica em defesa do *Cidade do Rio* finaliza argumentando que não se devia julgar o livro pela capa e pelo tamanho e que não “...recommendaria à posteridade o illustre membro da câmara vitalícia.”⁷⁹

⁷⁷ *Cidade do Rio*, 5 de outubro de 1887.

⁷⁸ Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, visconde de São Luis do Maranhão. Político, nascido no Maranhão, faleceu em 1899; foi magistrado, presidente de várias províncias, deputado, senador. Entrou para o Conselho de Estado no último anno do Império. Apud: GUIMARÃES, Argeu. Dicionário biobibliográfico brasileiro. De diplomacia, política externa e diplomacia internacional. Rio de Janeiro: edição do autor, 1938, p. 428.

⁷⁹ Citações retiradas do *Cidade do Rio*, 2 de outubro de 1887.

A desqualificação do *Cidade do Rio* é feita ao se comparar com o tradicional e elitista *Jornal do Commercio*⁸⁰, ou seja, um jornal novo e questionador como o *Cidade do Rio* não chegaria ao mesmo patamar de importância ao já consolidado *Jornal do Commercio*. A grande diferença entre os dois jornais não é apenas uma questão formal de tamanho e quantidade de folhas, mais está principalmente nos interesses políticos e sociais que cada um defendia e representava, o que acabava por influenciar nos investimentos recebidos pelas folhas e também nos riscos de empastelamento⁸¹.

O *Cidade do Rio* era publicado na parte da manhã, mas mudou o horário de sua publicação no dia 7 de novembro de 1887, passando ser à tarde. Esta mudança é explicada pela necessidade de otimizar a propaganda abolicionista, “...dando ao leitor abolicionista um jornal que o informe de todas as ocorrências do dia e que relata imediatamente as afirmações dos nossos contraditores.”⁸²

O trabalho começava nas oficinas às sete; na redação, às oito. Às duas e meia da tarde, o jornal estava na rua. Havia uma corrida permanente entre a *Cidade do Rio* e a *Notícia*, a ver qual a primeira a sair, envolta no berro agudo dos garotos vendedores, para apanhar os níqueis dos primeiros fregueses. Mas não podia sair antes das duas e meia, porque só às duas corria a loteria.⁸³

⁸⁰ O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1827 pelo francês Sergnot Plancher. Na segunda metade do século XIX, o jornal apresentava caráter ora conservador, não se envolvendo em extremos, ora liberal. De vida longa, o jornal em 1890 era lido pela elite política e intelectual brasileira. De acordo com Nelson Werneck Sodré, tratava-se de uma empresa sólida. Apud: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

⁸¹ Ao longo dos anos de 1880 foi muito comum aos jornais abolicionistas e seus proprietários o recebimento de ameaças e empastelamentos por parte de fazendeiros escravistas. A *Gazeta da Tarde* de propriedade de Patrocínio, entre 1881 a 1887, foi invadida por capangas e capoeiristas no dia 4 de janeiro de 1885, “quando a primeira edição saía do prelo, um grupo de mais de 50 capoeiristas, armados [...] parou em frente à redação daquela folha, aos gritos de ‘mata!’”. Outro jornal abolicionista que foi duramente atacado pelos fazendeiros foi o *Vinte Cinco de Março* de Carlos de Lacerda que circulava na cidade de Campos. Patrocínio escreveu diversos artigos defendendo Carlos de Lacerda e a liberdade de manifestação e opinião da imprensa. Apud: JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. cit., p. 182.

⁸² *Cidade do Ri*, 6 de novembro de 1887.

⁸³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996, p. 311.

Cidade do Rio contava com jornalistas de peso, tendo à frente da gerência Serpa Júnior⁸⁴ e colaboradores como Luís Murat⁸⁵, Coelho Neto⁸⁶, Olavo Bilac⁸⁷, Paula Nei⁸⁸. De acordo com Osvaldo Orico⁸⁹, o entusiasmo com a nova folha, *Cidade do Rio*, vinha da idealização de Patrocínio em criar um jornal moderno⁹⁰, com força política e econômica. O primeiro objetivo, ser uma força política, de fato, foi concretizado, uma vez que este jornal tornou-se porta-voz do combate à escravidão e ganhou notoriedade sobre o assunto. Já o segundo objetivo, ficou apenas na idealização. “Temperamento desordenado, gastando facilmente o que ganhava, [...]. Um dia era de abundância; o outro, de pobreza.”⁹¹

Passada a questão que dava alma ao jornal, a abolição do trabalho escravo, Patrocínio envolveu-se em outras questões. Defendeu o Terceiro Reinado com a Princesa Isabel, a divisão da propriedade da terra, combateu a indenização aos escravistas e a liberdade como um todo. Na República contestou o governo Floriano Peixoto ao afirmar a inconstitucionalidade de seu governo e por outro lado mostrou toda simpatia pelo governo civilista de Prudente de Moraes. O *Cidade do Rio* sempre foi um jornal de combate. O combate ao trabalho escravo permeava toda a estrutura do jornal, era o artigo de fundo, motivava a transcrição de notícias publicadas em outros jornais, e também, por coerência de princípios, na parte de anúncios não saía nada relacionado a compra, venda e aluguel de escravos. Era um jornal abolicionista.

⁸⁴ Abolicionista membro da Confederação Abolicionista.

⁸⁵ Luís Murat nasceu no Estado do Rio de Janeiro em 1861. Fez Direito na Faculdade de São Paulo, em 1879, recebendo o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma faculdade tendo apenas 21 anos. Fundou o jornal *Vida Moderna* com Arthur Azevedo, que durou alguns meses entre 1886 a 1887. Depois colaborou no *Cidade do Rio* de José do Patrocínio, no jornal *A Rua* com Olavo Bilac e em outros jornais. Defendeu a abolição do trabalho escravo e a república. E na república ocupou diversos cargos políticos, como deputado. Apud: MARTINS, Mario Ribeiro. Dicionário biobibliográfico de membros da Academia Brasileira de Letras. Goiânia: Kelps, 2007, p. 17-18.

⁸⁶ Coelho Neto nasceu no Maranhão em 1864. Com vida acadêmica tumultuada, tentou medicina, iniciou o curso de Direito em São Paulo, depois foi para Recife e recebeu, por fim, o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de São Paulo. Nunca exerceu a profissão de advogado. Optou pela literatura e pelo jornalismo. Tornou-se amigo de José do Patrocínio lutando pela causa abolicionista, no *Cidade do Rio*. Apud: MARTINS, Mario Ribeiro. Op. cit, p. 44-45.

⁸⁷ Olavo Bilac nasceu no Rio de Janeiro em 1865. Matriculou se, em épocas diferentes, nos cursos mais importantes da época, medicina e direito, mas não concluiu nenhum dos dois. Dedicou-se desde cedo à literatura e ao jornalismo. Fundou inúmeros jornais como: *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. Escreveu artigos para o *Cidade do Rio* de José do Patrocínio. Foi perseguido político durante o governo de Floriano Peixoto. Apud: MARTINS, Mario Ribeiro. Op. cit, p. 353

⁸⁸ Francisco de Paula Nei nasceu no Ceará em 1858 e faleceu no Rio de Janeiro em 1897. Trabalhou como jornalista no Rio de Janeiro. Escreveu diversos poemas. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/teorialiteraria/44129>. Último acesso: 26 de julho de 2010.

⁸⁹ ORICO. Osvaldo. Op. Cit.

⁹⁰ “Moderno – adjetivo recente, de pouco tempo; que é dos tempos mais próximos. [...] Actual, presente, de hoje; que está na moda [...] Segundo usos recentemente estabelecidos.” Apud: AULETE, F. J. Caldas. *Dicionário Contemporâneo da lingua portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1881.

⁹¹ ORICO. Osvaldo. Op. cit., p. 134.

O que tornou o *Cidade do Rio* peculiar? Será que este jornal mudou seu perfil editorial ao longo dos anos? Qual a característica da narrativa de Patrocínio? A peculiaridade deste jornal esteve no seu editorial, criado para expor e defender o ideal político e social do seu proprietário e editor José do Patrocínio.

Para tanto, Patrocínio e seus colaboradores abolicionistas utilizavam da emoção para elaborar suas narrativas jornalísticas. Osvaldo Orico narra uma reunião de amigos jornalistas da *Gazeta da Tarde*, onde ainda trabalhava Patrocínio. O assunto, em questão, era a formação de uma nova folha que pudesse ter a contribuição de todos – Paula Nei, Patrocínio, Guimarães Passos, Coelho Neto, Olavo Bilac. Segue o diálogo, iniciado por Patrocínio:

- Se esses rapazes quisessem, que esplendido jornal poderíamos nós agora fazer, heim? Imagina! Tu com a direção da reportagem, este com a crônica literária. O Guima com a crônica mundana e eu com o artigo e o noticiário.
- O noticiário? Tu? Estás louco!
- Como louco?
- Pois és lá homem para fazer notícias, José?!
- Como não? Para mim são as duas coisas sérias do jornal: noticiário e gerência. O artigo de fundo não é mais do que uma grande notícia desenvolvida.
- De acordo, mas queres encher o jornal com artigos de fundo?
- Não, mas quero a notícia feita com talento. É preciso que a local emocione. O público tem a necessidade de choques violentos. O melhor jornal é o que mais comove, isto é, o que explora, com mais habilidade, o emocional.⁹²

José do Patrocínio ao criar o *Cidade do Rio* vislumbrava escrever um jornal moderno, “que reunisse ao mesmo tempo as aspirações do povo e os desejos da inteligência e da mocidade do tempo, uma folha de vibração e de construção, com vasto noticiário e páginas de apreciável colaboração intelectual.”⁹³ A alma do jornal era a defesa da abolição imediata e sem indenização. E é aí que está sua modernidade, no sentido de *atual, o que está na moda*. O abolicionismo, nos anos 1880, ganhava maior projeção com a ampliação do debate nas ruas, nas festas, comícios, meeting. O jornal de Patrocínio foi reconhecido na Corte como combatente da escravidão.

Além da narrativa emotiva, o jornal *Cidade do Rio*, também utilizava uma linguagem violenta e de ataque, quando era preciso. Os jornalistas / políticos conheciam as práticas da retórica⁹⁴ e as utilizavam em seus jornais, com Patrocínio não foi

⁹² ORICO. Osvaldo. Op. cit., p. 115.

⁹³ ORICO, Osvaldo, p. 132.

⁹⁴ Sobre a análise da retórica no Brasil Império, apud: CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*.

diferente. Como já abordamos anteriormente, uma das características da retórica é a relação estreita entre o argumento e o orador. “A autoridade do último (pela competência, prestígio, honestidade) é elemento importante de convicção.”⁹⁵. Desqualificar moralmente o adversário era conseqüentemente desqualificar seus argumentos.

A história do *Cidade do Rio* não foi apenas de sucesso. O jornal atravessou muitas crises financeiras. Em setembro de 1894 teve de fechar suas portas mergulhado em dívidas, ameaças de greve por parte dos seus funcionários que não estavam recebendo o salário e pelos processos comerciais movidos pelo “negociante italiano Domingos Condes”⁹⁶, devido à falta de pagamento de um empréstimo de 4 conto de réis contraído por Patrocínio com o negociante; além do não pagamento do aluguel do prédio onde funcionava o jornal, de propriedade do “comendador José Augusto Laranja”⁹⁷. Ambos os processos resultaram na perda dos bens pertencentes a empresa de José do Patrocínio, como: “máquinas, móveis e material tipográfico em geral”⁹⁸.

Após alguns meses fechado, o *Cidade do Rio* voltou a ser publicado em maio de 1895, tendo Dermeval da Fonseca como redator chefe e José do Patrocínio como redator político. O interessante é que o reaparecimento deste jornal foi notícia para muitos outros que felicitaram a sua volta sem detalhar os possíveis motivos que levaram ao seu fechamento temporário. O jornal *O Apostolo* foi ao mesmo tempo o mais explícito e irônico ao afirmar que *Cidade do Rio* “teve a gloria de ser suspenso pela *legalidade* por que dizia a verdade.”⁹⁹, fazendo assim referência ao complicado período político sob exercício presidencial de Floriano Peixoto. Entre os dias 4 a 10 de maio, o *Cidade do Rio* reproduziu as notas de felicitações dadas pelos demais periódicos.

O Jornal do Commercio chamou José do Patrocínio de “laureado jornalista”, “o batalhador incansável que só imperiosas circunstancias fizeram estar por algum tempo”. Agora o jornal voltava revigorado e com um novo programa, “pedir a revisão da Constituição” e “mostrar a urgência de pacificar o Rio Grande do Sul” mergulhada na guerra civil. E por fim legítima uma imagem combativa para o *Cidade do Rio*, uma vez que a “folha tantas vezes deu do seu amor à liberdade não desmentirá o seu passado”¹⁰⁰.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 137.

⁹⁶ SILVA, Ana Carolina F. da. *Op. Cit.*, p. 176.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 181.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 182.

⁹⁹ Reprodução do *O apostolo. Cidade do Rio*, 7 de maio de 1895.

¹⁰⁰ *Cidade do Rio*, 4 de maio de 1895.

Para a *Gazeta de Noticias* o reaparecimento do *Cidade do Rio* representava uma nova fase desta folha, “porque teve sua publicação interrompida por largo espaço de tempo, e porque de folha da tarde, passou a ser folha da manha.”¹⁰¹ Permanecia como marca do jornal o seu caráter popular e democrático. A *Gazeta da Tarde* também reforça a idéia do *Cidade do Rio* como um jornal que luta contra a opressão.

Volta assim aos combates diários da imprensa o valente propagandista da abolição e da Republica, o que é caso de felicitações ao paiz por vermos novamente o talento extraordinário de Patrocínio a serviço da causa publica, da democracia e dos direitos do povo, sempre prompto a bater-se contra os abusos do poder, contra a tyrannia.¹⁰²

Outros jornais também fizeram questão de noticiar o retorno do jornal de José do Patrocínio, tais como *O Paiz*, *Noticia*, *Correio da Tarde*, *Século*, *Minas Geraes*, de Ouro Preto, *Tribuna do Povo*, de Santos, *Don Quixote*, *A Platea*, de São Paulo, *Cigarra* e o jornal francês *Echo du Brésil*. Todos estes periódicos produziram discursos semelhantes, começando por elogios ao jornalista José do Patrocínio o “valente combatente e defensor extremo dos direitos do povo”¹⁰³, a frente do popular *Cidade do Rio*, que na primeira publicação expressava o seu programa: “trabalhar pela revisão constitucional no sentido de se modificar o ‘*autoritarismo presidencial*’.”¹⁰⁴

A boa recepção dada por alguns periódicos a Patrocínio e ao seu jornal indica que o mesmo representava uma figura importante entre seus pares, o mundo jornalístico, daí a alusão a sua competência como profissional da informação, e mais ainda, explícita também a função social que o jornal adquiriu ao longo dos anos – veículo de luta a favor do bem estar público.

Patrocínio não conseguiu resolver seus problemas financeiros, que foram constantes. De acordo com a biografia sobre Patrocínio, escrita por Raimundo Magalhães Júnior¹⁰⁵, o *Cidade do Rio* ficou, em setembro de 1901, sem as oficinas e um lugar destinado à redação. Suas publicações só não foram suspensas porque tiveram a ajuda do *Jornal do Commercio* que as imprimiram. A redação do *Cidade do Rio* foi para a Rua do Sacramento, nº08, onde arrendou as instalações de uma tipografia

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² *Cidade do Rio*, 5 de maio de 1895.

¹⁰³ *Cidade do Rio*, 7 de maio de 1895.

¹⁰⁴ *Cidade do Rio*, 5 de maio de 1895.

¹⁰⁵ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. A vida turbulenta de José do Patrocínio. Rio de Janeiro: Ed. Sábia, 1969.

também falida. Em agosto de 1902 o *Cidade do Rio* teve de mudar mais uma vez o seu endereço por falta do pagamento dos aluguéis. Indo agora para a Rua do Rosário onde ficou por pouco tempo. No início do ano de 1903 a folha parou de circular. Patrocínio passou a escrever artigos e vendê-los para os jornais *O País* e *A Notícia* até o ano do seu falecimento em 1905.

1.4. Os partidos republicanos do Rio de Janeiro, de São Paulo e a abolição

Abolição e república formavam a definição de mundo para Patrocínio dentro de um amplo quadro de arranjo político e social – republicano e monarquista; escravista e abolicionista. E essas diferenciações estavam presentes na sociedade como um todo e também nas elites intelectuais, daí os conflitos na imprensa e no parlamento, onde foi comum o insulto pessoal. Patrocínio, por exemplo, utilizava a imprensa como seu alto-falante, seja para publicizar sua campanha abolicionista e republicana, seja para defender-se de ataques realizados por pessoas discordantes do seu ponto de vista.

Patrocínio se envolveu em diversos conflitos, por conta de sua campanha abolicionista imediata e sem indenização, que tomou força nos anos de 1880. Para um panorama geral podemos citar a complicada relação entre o jornalista e os republicanos do Partido Republicano do Rio de Janeiro e do Partido Republicano de São Paulo, vez que estes assumiram posição ambígua diante da questão da abolição, impondo outras possibilidades para o enfrentamento da questão. O que torna complexo entender a abolição a partir das ações dos partidos republicanos.

Os republicanos defenderam a escravidão, a emancipação ou a abolição? Os argumentos dos partidos modificaram-se com o tempo? Existiram divergências entre os republicanos a respeito da questão servil?

O documento que funda o Partido Republicano do Rio de Janeiro é o Manifesto Republicano, publicado no jornal *A República* no dia 3 de dezembro de 1870. A data escolhida, um dia após o aniversário de D. Pedro II¹⁰⁶, marca o ‘renascimento’ de uma forma de pensar a política, uma alternativa de organização para a nação. A República aparece em oposição à Monarquia. Enquanto a primeira simbolizava o progresso e a forma política das nações civilizadas, a segunda era a prática política caduca e ultrapassada.

¹⁰⁶ D. Pedro II, imperador do Brasil durante os anos de 1840 a 1889, nasceu no dia 2 de dezembro de 1825.

A preocupação do Manifesto foi de criticar os princípios e instituições do regime monárquico no desejo de esclarecer à população o quanto este regime era prejudicial para o desenvolvimento da nação. Com base neste modelo o Brasil estaria preso a uma política fictícia na qual os direitos civis e políticos eram constantemente violados e suprimidos em nome de privilégios vividos pela família Bragança. O federalismo e a defesa de uma aliança com os países americanos seriam os contrapontos ao centralismo e à guerra externa, tendo como parâmetro a Guerra do Paraguai (1865-1870).

O Manifesto Republicano de 1870 silenciou-se quanto à existência e à problemática da escravidão, o que já é um posicionamento do partido naquele momento – a escravidão não era uma preocupação política do partido recém criado. A indiferença, no entanto, não pode ser qualificada como defesa do escravismo. Com o crescimento da campanha abolicionista, os republicanos da Corte foram chamados a se posicionarem sobre a questão. Cautela e prudência direcionaram os partidos republicanos.

Para os partidos republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo a questão servil “[...] está no pensamento da maioria da nação, está no pensamento do próprio governo que, se a não fez ainda, é porque não pôde”¹⁰⁷. Quintino Bocaiúva defendeu o mesmo método utilizado na campanha republicana para a abolicionista – uma reforma gradual empreendida pela lei. O problema servil era grave, por isso mesmo a necessidade de resolvê-lo pacificamente, encontrar, segundo o republicano, o melhor modo para sua dissolução sem provocar agitação e violência no país. Quintino se colocava “no terreno da evolução e não no da revolução”¹⁰⁸, para ele o país precisava estar preparado moralmente e intelectualmente para reformar e empreender as mudanças que fossem necessárias.

Assim como o P.R. do Rio de Janeiro, o P.R. de São Paulo procurou no início afastamento da campanha abolicionista. Era um assunto incômodo, uma pedra no sapato para um partido novo com idéias reformistas, em busca de crescimento e novas adesões. Em julho de 1873 realizou-se o Congresso Republicano de São Paulo que publicou o Manifesto do Congresso Republicano que tinha a questão servil como o tema principal. O P.R. de São Paulo sentiu a necessidade de se posicionar sobre esta questão porque ora era acusado pelos monarquistas de defensor de uma abolição radical, ou seja, sem indenização, e ora era visto como escravista. Segundo o partido, com “a primeira imputação pretende-se manifestadamente arredar de nossas fileiras os possuidores de

¹⁰⁷ BOCAIÚVA, Quintino. Op. cit., p. 568.

¹⁰⁸ Idem.

escravos, [...], ao passo que com a segunda intenta-se embaraçar a marcha do partido apresentando-o como ilógico e contradictório com as suas doutrinas.”¹⁰⁹

Para o P.R. de São Paulo a responsabilidade da resolução da escravidão era da Monarquia porque era o governo atual e afirmou que “[...] não tem e nem terá a responsabilidade de tal solução, pois antes de ser governo estará ela definida por um dos partidos monárquicos.”¹¹⁰ No entanto, se a deliberação fosse entregue aos republicanos de São Paulo suas medidas seriam as seguintes:

- 1º em respeito ao princípio da união federativa cada província realizará a reforma de acordo com seus interesses peculiares mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.
- 2º em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate.¹¹¹

Assim o P.R. de São Paulo expunha o seu caráter conservador em relação à abolição ao expor como solução a indenização e o resgate, reconhecendo, dessa forma, o direito de propriedade dos senhores como superior ao direito de liberdade inerente a qualquer ser humano. Outro ponto que tornaria complexo a abolição, neste molde, é a sua federalização, onde cada província resolveria de acordo com a sua necessidade e interesse. O país poderia ficar dividido entre províncias com escravos e as sem escravos. Por fim fica bem caracterizado que neste momento a solução seria em longo prazo.

Para o partido republicano o seu alvo era instituir a república no Brasil, era uma reforma política e não social. Já a abolição “está no domínio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarchistas mais do que nosso, porque compete aos que estão na posse do poder, [...], estabelecer os meios do seu desfecho pratico.”¹¹² E sendo assim um problema social, “de alcance coletivo para todas as opiniões”¹¹³ não poderia o partido republicano aferir por este lado as dimensões da sua bandeira. Claramente o partido retirava qualquer responsabilidade diante do problema escravidão.

Entre junho e julho de 1887, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro o Congresso Republicano Federal com intuito de estabelecer a posição atual dos

¹⁰⁹ BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos políticos no Segundo Império*. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, p. 113.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem, p. 114.

¹¹² PESSOA, Reinaldo X. C.(org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973, p. 65.

¹¹³ Idem, p. 66.

correligionários, em virtude da doença e viagem do Imperador e o início da Regência da Princesa Isabel. Neste congresso foram reforçados os malefícios advindos com a Monarquia, responsáveis, sobretudo pela “anarquia moral das consciências e anarquia moral dos espíritos.”¹¹⁴ Segundo o manifesto o Brasil era um país contaminado pela corrupção, pelo privilégio, pela monopolização do poder exercido pelo Imperador. A Monarquia é descrita como um sistema falido e infeliz que levou a nação a falência. No entanto, os responsáveis por essa situação caótica não seria diretamente o Imperador e seus mandatários e sim os cidadãos, por terem abdicado a sua soberania, por agirem indiferentes a tudo que o governo instituíra.

O povo brasileiro, antes da decretação da República em 15 de novembro, já estava doente pelo indiferentismo. E “é por efeito desse indiferentismo, que todos os atentados se realizam, que todas as espoliações se efetuam, que todos os vícios se ostentam”¹¹⁵. A força do poder ilegítimo estava “mais no abandono e na indiferença do cidadão do que nos seus próprios meios de ação.”¹¹⁶

A solução para este quadro conjuntural estaria nas mãos dos esclarecidos republicanos. Propagar o regime republicano como o democrático era o dever de todo republicano. O Partido Republicano do Rio de Janeiro e o Partido Republicano de São Paulo valorizavam a propaganda como o método mais eficaz de luta. Cautela e disciplina são palavras-chave para entender a ação de ambos os partidos. Embora afirmassem que estavam em conflito com o poder monárquico, o combate se daria na esfera legal, ou seja, na arena parlamentar e na imprensa. Para os republicanos¹¹⁷ Quintino Bocaiúva e Alberto Sales¹¹⁸ o povo encontrava-se nas trevas, sem consciência do estado de opressão em que vivia resultado da falta de uma instrução séria e filosófica. A campanha republicana possuía, assim, uma dupla função: desenvolver a

¹¹⁴ Idem, p. 88.

¹¹⁵ Idem, p. 89.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ A escolha destes dois jornalistas - Quintino Bocaiúva e Alberto Sales – partiu da necessidade de delimitar a concepção de república proeminente nos partidos nos quais tiveram Quintino e Sales um dos seus principais teóricos. No entanto, não tomamos tal concepção como a única presente em cada partido e sim aquela que obteve grande número de adeptos republicanos direcionando as ações partidárias. Mas, sem esquecer outras alternativas de abordagens para a república, a exemplo do republicano radical como Silva Jardim.

¹¹⁸ João Alberto Sales nasceu em 1857 na cidade de Campinas, em São Paulo. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Capital. Atuou, também, como jornalista. Escreveu diversos trabalhos sobre república, democracia e federalismo para o Partido Republicano de São Paulo. Na República foi deputado federal. Faleceu aos 46 anos no ano de 1904. Apud: Centro de documentação do Pensamento Brasileiro (org.). *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999, p. 427.

disciplina moral e intelectual dos cidadãos. Daí a necessidade de criar folhas oficiais dos partidos republicanos, órgãos moralizadores dos princípios republicanos.

Outro elemento de divulgação republicana foi a organização legislativa e executiva do próprio partido. A vivência e a postura dos correligionários no partido serviriam de exemplos em como viver numa democracia com real representatividade política. O partido, como uma associação de cidadãos com objetivos comuns era, em escala menor, a nação. Por isso a preocupação com a disciplina e a coesão de princípios entre os correligionários. Outro caminho seria a formação de Cursos Públicos Gratuitos¹¹⁹. Cidadania se aprenderia, também, na escola.

A escravidão aparece no manifesto de 1887, somente no último parágrafo, qualificada como um entrave ao desenvolvimento nacional. No entanto, é importante notar a clara mudança de postura frente à abolição. Como vimos, o Manifesto de 1873 afirmou ser a abolição / escravidão um problema social e não político, por isso de responsabilidade do governo atual e da sociedade como um todo. Agora o P.R. de São Paulo estabelecia um prazo para a resolução da escravidão. Esta não deveria passar do aniversário do centenário da Revolução Francesa, embora não esclarecesse como seria realizada a abolição total da escravidão, apenas exprime a preocupação de uma reforma sem abalos a propriedade. Vejamos a citação abaixo:

[...] não tendo a monarquia resolvê-lo, de acordo com a justiça, [...], adotadas as precauções necessárias para evitar o abalo da propriedade mal constituída, o que nos resta exigir e promover é a abolição total da escravidão no Brasil dentro de um período que não exceda a data aniversária e gloriosa da Revolução Francesa¹²⁰, quando foram proclamados pela primeira vez os direitos inauferíveis do homem.¹²¹

Este novo posicionamento é uma clara estratégia política do partido a partir da importância adquirida pela propaganda abolicionista. Não foi uma ação contraditória, simplesmente a circunstância política e social era outra e permitia a junção das duas causas. Após a abolição, o P.R. de São Paulo atribuiu a si a co-responsabilidade pela vitória estabelecida. A abolição feita sem derramamento de sangue era o indício da

¹¹⁹ A criação de Cursos Públicos Gratuitos foi proposta realizada por Quintino Bocaiúva durante a Assembléia do P.R. do Rio de Janeiro, na sessão do dia 29 de junho de 1873.

¹²⁰ A Revolução Francesa com o seu lema – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – representava para muitos brasileiros o momento auge da expansão da cidadania e da democracia. Os abolicionistas como José do Patrocínio, por exemplo, estabeleceram o centenário da revolução como uma data limite para a extinção da escravidão no Brasil. Apud: MACHADO, Humberto F. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, mimeo, 1991.

¹²¹ PESSOA, Reinaldo X. C.(org.). Op. Cit., p.91.

mudança de velhos costumes para as novas idéias liberais e democráticas. Essa mudança de pensamento foi, segundo o P.R. de São Paulo, fruto da propaganda republicana. Colaborador do lento processo abolicionista, “o partido republicano nunca foi contrário ao movimento emancipador da raça negra.”¹²²

Mas por uma questão de disciplina política deveria prevalecer o objetivo primordial do partido: “a destruição da monarchia.” A abolição poderia, na visão do partido, “enfraquecel-o nas luctas violentas e apaixonadas”. Os republicanos paulistas esclareciam que a soma das duas bandeiras – abolição e república - não seria positivo para o partido naquele momento, ou seja, nos anos iniciais da década de 1880.

Cabe ressaltar a necessidade expressa no manifesto em descaracterizar o papel da Redentora atribuída a Princesa Isabel¹²³, para assim desfavorecer qualquer possibilidade de estabelecimento de um Terceiro Reinado. Daí a necessidade de legitimar a ação do próprio partido como condutor de mudanças positivas para a sociedade. De afirmar a abolição como uma “reforma dictada pela vontade popular [...] apoiada pelo orgam social que melhor traduz, nos países que se debatem na anarchia mental, a integração da Pátria – o exército.”¹²⁴

Os temas escravidão e liberdade se impuseram aos partidos republicanos recém fundados. O P.R. do Rio de Janeiro utilizou à tática da cautela, do ‘*vamos esperar para ver o que isso vai dar*’. O P.R. de São Paulo foi mais explícito, ao ponto de propor a indenização e uma resolução de caráter federalista, onde cada província resolveria a reforma “[...] conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.”¹²⁵ A questão servil era um problema social e não político, por isso não casava com o programa dos republicanos cuja principal preocupação era política. Quando o P.R. de São Paulo argumentou que a abolição era questão social, talvez desejasse afirmar que o problema era de todos, independente do partido ou grupo social ao qual pertencia.

¹²² As citações a seguir estão na mesma página do livro de PESSOA, Reinaldo X. C.(org.). Op. Cit.

¹²³ Andréa dos Santos da Silva Pessanha no seu trabalho de tese analisou os jornais *O Paiz* e *Gazeta Nacional* com o objetivo de compreender os discursos construídos, nestes jornais, sobre os temas abolição do trabalho escravo e a imagem do negro. Ambos jornais são republicanos, aquele de responsabilidade de Quintino Bocaiúva e este de Aristides Lobo. De acordo com Pessanha com a proximidade da abolição a imprensa tornou-se palco da construção da memória do abolicionismo, provocando disputa entre as diversas interpretações por sua legitimação. *O Gazeta Nacional* e *O Paiz* vão reforçar o espírito ordeiro do escravo e a “ação / imagem do abolicionista / jornalista, que por sua pureza de intenções não subverteu a alma cordial do escravo.” Apud: PESSANHA, Andréa dos Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro. 1884 -1888. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, mimeo, 2006, p.102.

¹²⁴ PESSOA, Reinaldo X. C.(org.). Op. Cit., p.95.

¹²⁵ BRASILIENSE, Américo. Op. Cit., p. 114.

No geral, o que prevaleceu no direcionamento dos partidos republicanos da Corte e de São Paulo foi, inicialmente, um distanciamento da campanha abolicionista. Evidente que um dos fatores que levará os republicanos a terem muita cautela com relação à abolição imediata e sem indenização estava na sua composição, com presença de fazendeiros escravistas, além da necessidade de ganhar mais adeptos à causa republicana. Abolição e República foram bandeiras de lutas que ora se distanciaram, ora se aproximaram de acordo com a estratégia e o momento em questão.

1.5. José do Patrocínio: “... o último negro vendido do Brasil ...”¹²⁶

No ano de 1881, durante a apresentação de Quintino Bocaiúva a candidato a deputado da Corte, na Assembléia Geral do Partido Republicano, ocorreu uma interessante discussão entre Patrocínio e Bocaiúva. O candidato Bocaiúva se apresentou “como reformador e propagandista” que “está e pretende ficar no terreno da evolução social repudiando absolutamente todo e qualquer apelo à revolução material.”¹²⁷ José do Patrocínio provocou Bocaiúva pedindo que explicasse melhor “as idéias do partido” pois muita “coisa poderia passar por idéia do partido, não o sendo”¹²⁸. O candidato republicano retrucou ao afirmar que nenhum partido escolheria um candidato que não soubesse das suas idéias, e no fim respondeu que o Manifesto publicado em dezembro de 1870 era a base do partido.

Encerrado este ponto da discussão, Bocaiúva fez questão de trazer à tona a problemática da abolição da escravidão por “saber ser o pensamento dominante do amigo que o interrompe”. Afirmou que esta reforma social é uma causa nobre e que “não admitia a idéia da república ligada à idéia da escravidão.”¹²⁹ Mas, pediu cautela aos abolicionistas pois a forma como estava sendo desencadeada a campanha abolicionista poderia trazer sérios riscos à nação.

“Como republicano é e não pode deixar de ser abolicionista”, afirmou Bocaiúva na ocasião, acusando, por sua vez, Patrocínio de ser antes abolicionista que republicano, e é neste ponto que estava instalada a divergência – o que deveria vir primeiro, a

¹²⁶ Segundo o biógrafo Raimundo M. Júnior a frase “*Cala a boca, negro! Foste o último negro vendido no Brasil...*” é atribuída a Paula Nei, amigo de José do Patrocínio, que a lançou durante uma conferência realizada pelo abolicionista, a fim de estimular a sua oratória. Apud: JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. Cit., p. 248.

¹²⁷ BOCAIÚVA, Quintino. Op. Cit., p. 564.

¹²⁸ Idem, p. 565.

¹²⁹ Idem, p. 567.

abolição ou a república?-. Segundo Quintino Bocaiúva a abolição era uma preocupação dos republicanos. A polêmica com os abolicionistas era “somente quanto à ocasião e modo de efetuar-se essa importante e necessária reforma.”¹³⁰ No momento caloroso da discussão Patrocínio afirmou: “ Se o partido republicano quer fazer aliança com os Senhores de escravos, nós outros havemos de fazê-la até com o imperador.”¹³¹

Patrocínio acusava Bocaiúva de querer contemporizar com a escravidão, de vê-la como necessária para o país, contrariando a tradição republicana que sempre combatera a escravidão. Bocaiúva, por sua vez, alegava que a emoção, tão presente nos discursos abolicionista de Patrocínio, não era o caminho para resolver o problema da escravidão. No fim da discussão Patrocínio conclui. “Voto no Sr. Quintino Bocaiúva, como republicano; mas desde já reservo-me o direito de combater-lo na tribuna do parlamento se repetir estas palavras que aqui proferiu.”¹³²

A querela entre abolicionistas e republicanos esteve presente na década de 1870 e percorreu os anos finais de 1880 e é neste cenário de disputa de projetos sociais e políticos que devemos compreender as ações de Patrocínio qualificadas, por muitos da sua época, como contraditórias e imprevisíveis. Um momento claro de distanciamento entre republicanos e abolicionistas ocorreu durante as comemorações da abolição na província do Amazonas, no ano de 1884, quando o Clube Republicano Tiradentes pediu afastamento da Confederação Abolicionista.

O Clube Republicano Tiradentes alegou, no seu afastamento, divergência diante da “atitude que os republicanos, que fazem parte da Confederação tomaram diante dos últimos acontecimentos políticos. Atitude que o Clube considera desproveitosa para causa republicana.”¹³³.

Que atitude é esta? Possivelmente o apoio da Confederação Abolicionista ao Gabinete liberal de Sousa Dantas.

O jornal *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio, respondeu da seguinte forma a questão:

Se a República, que se quer fundar no Brasil, pretende se limitar a escrever um programa e a deixar perdurar todos os erros sociais, contra os quais ela se insurge, melhor é deixar-nos ficar como estamos, porque ao menos a monarquia vai procurando mascarar diante da América e do mundo a nossa vergonha. *O manifesto é uma*

¹³⁰ Idem, p. 571.

¹³¹ Idem, p. 568.

¹³² Idem, p. 580.

¹³³ *Gazeta da Tarde*, 27 de agosto de 1884.

*offensa a sinceridade de alguns dos co-religionarios do Clube Tiradentes, é um erro politico, filho não sabemos da que causas secretas [...]*¹³⁴

Em 1887, quando Quintino Bocaiúva se candidatou a deputado da Corte, este buscou apoio político junto à Confederação Abolicionista. A Confederação, por sua vez e por ironia do destino era quem agora desejava afastamento do Partido Republicano ao conjeturar momento propício à realização da abolição, decidindo, então, apoiar a candidatura do conservador Ferreira Viana. Para a Confederação a causa abolicionista estava fora de qualquer interesse partidário, principalmente depois que “nenhum dos partidos quis encarregar-se della”¹³⁵. Atemorizados pela complexidade que era a questão servil, “cada um desertou dos seus compromissos históricos para com os escravos”.

Assim, “reconhecido que um ministro vem servir com sinceridade à abolição” é o dever de todos “aqueles que querem a abolição immediata sem indemnização é votar no ministro”. A idéia passada pela Confederação Abolicionista era que todos os abolicionistas deveriam votar em Ferreira Viana como uma forma de mostrar ao governo a urgência da abolição e o quanto ela era desejada pela nação.

Nenhum abolicionista sincero pode deixar de votar no ministro candidato. Não devendo os abolicionistas republicanos, ainda [...], thair os aliados monarchistas da véspera, na hora da vitória da causa, obtida por esforços communs [...]. Primeiro honra-lhes pela a selecção do problema servil do da fôrma de governo. Segundo: a previsão política lhes aconselha não offerecer pretexto, e o mais justificado, por que a prudência governamental demore a extincção definitiva do captiveiro.”

A Confederação aproveitou para fazer uma campanha contra a candidatura de Quintino Bocaiúva relacionando-o a um eleitorado escravista.

Sob o ponto de vista histórico e social que há de responder o republicanismo quando apresenta candidato para receber suffragio do escravismo em favor da republica, ao passo que a monarchia se sujeita-se à ameaça da condemnação perpetua em nome e em serviço da liberdade?

¹³⁴ *Gazeta da Tarde*, de 27 de agosto de 1884.

¹³⁵ As citações a seguir fazem parte do Manifesto da Confederação Abolicionista, divulgado no *Cidade do Rio* em 13 de abril de 1888.

O jornalista José do Patrocínio além de publicar em primeira página este manifesto também assinou como membro orador da Confederação, ratificando o posicionamento da instituição abolicionista.

Se para Patrocínio a prioridade era a abolição para Quintino era a república. A disputa intelectual tornou-se mais evidente na discussão escravidão e abolição. Em artigo publicado no dia 19 de março de 1888 o abolicionista Patrocínio dirigiu sua crítica aos partidos acusando-os de nunca terem feito da “... abolição o seu programa de ação...”, mas de a utilizarem como arma de oposição ao partido que então dominava o Gabinete do Conselho de Ministro. Segundo Patrocínio “republicanos, liberais, conservadores são igualmente réus do crime do roubo de almas, como o Canning chamou à escravidão.”.

A sua estratégia era apresentar o maquiêismo dos partidos, diante do abolicionismo, para justificar a ação do Poder Moderador, exercida pela Regente Isabel, que acabava por estabelecer um novo Gabinete chefiado por João Alfredo. Patrocínio demonstrou seu apoio à nova situação política totalmente favorável a uma revolução, pois segundo a sua visão se concretizava, com João Alfredo e a Princesa Isabel, uma aliança entre o soberano e o povo. E por fim, concluiu: “A idéia da libertação da escravatura é grande demais para se enquadrar nos estritos moldes dos partidos atuais do Brasil [...] A extinção da escravidão é uma idéia nacional, pertence ao povo brasileiro.”¹³⁶.

Com a assinatura da Lei Áurea, Patrocínio deixou explícito em seu jornal, *Cidade do Rio*, e em diversas festas, das quais participou em comemoração à assinatura da “Lei Emancipadora”, o seu agradecimento ao Gabinete João Alfredo e à Princesa, chamando-a de Redentora. A sua gratidão à Princesa Isabel foi para os republicanos um ato imperdoável, acusando-o de defensor da monarquia, ou seja, um traidor.

No dia 14 de setembro de 1888, Patrocínio escreveu um artigo, intitulado *Respondo...*, onde justificava a sua posição de elogios e aproximação à Princesa nos momentos finais da abolição. O jornalista culpou os próprios representantes do partido republicano de São Paulo e do Rio de Janeiro por esta aproximação, já que estes contaram com adesões de fazendeiros defensores da escravidão que pleiteavam uma indenização do governo devido à abolição. Afirmou ser seu principal objetivo acabar com a escravidão, e mesmo sendo “republicano revolucionário” apoiava a Princesa

¹³⁶ *Cidade do Rio*, 19 de março de 1888.

Isabel e o Gabinete 10 de Março por terem decretado a abolição. Uma vez que, “Partido Republicano negou-se a deixar aferir a sua bandeira pelos sentimentos abolicionistas.”

Qual é mais digno, beijar a mão da senhora que levantou uma raça ao ponto de o sr. Silva Jardim já a considerar capaz de poder presidir a República,[...]; ou apoiar-se na fortuna e no ódio dos escravistas para subir às altas posições do Estado? Há no meu procedimento uma contradição e eu não contesto. Quem é responsável, porém, eu ou o Partido Republicano? [...] Os republicanos não assumiam a responsabilidade da propaganda abolicionista; a princesa não se arreceava de tomar patentes, públicos os seus desejos de ver extinta a escravidão.¹³⁷

Patrocínio viu no Partido Republicano do Rio de Janeiro e de São Paulo partidos de escravocratas interessados na indenização. E afirmou em artigo publicado no dia 18 de junho de 1888.

Este pedido de indemnização, de auxílios a lavoura, de bancos de emissão, essa lenga-lenga do venha nós dos cofres públicos, demonstra o que sempre dizemos: que a escravidão havia convertido o governo brasileiro no socialismo o mais torpe, porque se resumia no roubo do paiz inteiro em benefício de uma classe: a lavoura. [...] **Os clubs neo-republicanos são os mesmos clubs de lavoura da escravidão. O tom, a ameaça são os mesmos.** (destaque dado pelo autor)¹³⁸

O Terceiro Reinado representava para José do Patrocínio o governo do povo, uma vez que a abolição do trabalho escravo evidenciava a relação harmoniosa entre o governo e a vontade do povo. “Sua alteza sentindo que o povo desejava a abolição e que tinha no governo homens que a queriam também, embarcou-se resolutamente na galera que devia aventurar-se aos mares desconhecidos do futuro.”¹³⁹ Sim, Patrocínio defendeu o Terceiro Reinado, porque este governo seria da Princesa Isabel o que para ele representava a continuidade das reformas sociais. A forma de governo, Monarquia vinha atrelada à pessoa, e não o inverso, que é um entendimento completamente diferente.

Aderiu ao que chamo de isabelismo, ou seja, a defesa de um Terceiro Reinado com a Princesa Isabel, a “Imperatriz-opinião; a Rainha-fraternidade”¹⁴⁰. Opinião e fraternidade, saber ouvir e colocar em prática o que o povo pede, características de um

¹³⁷ *Cidade do Rio*, 14 de setembro de 1888.

¹³⁸ *Cidade do Rio*, 18 de junho de 1888.

¹³⁹ Raciocinemos. *Cidade do Rio*, 8 de junho de 1888.

¹⁴⁰ Notícias de Isabel, a Redemptora. *Cidade do Rio*, 11 de junho de 1888.

bom governante. Como veremos adiante a adesão de Patrocínio foi a pessoa, seus princípios e valores. E tal atitude ganhou mais sentido para José do Patrocínio à medida que os republicanos recebiam apoio de antigos fazendeiros. Patrocínio era republicano, mas pela conjuntura que se apresentava, pós abolição, acreditava ser o Terceiro Reinado mais democrático que a república dos partidos republicanos que adquiria a conotação escravista-latifundiária, tudo que o abolicionista negava. O Terceiro Reinado representava o caminho certo para a futura república.

Por isso a necessidade de relativizar a afirmação de que Patrocínio tornou-se monarquista, traiu os princípios republicanos, pois assim acabaríamos aceitando passivamente as críticas realizadas pelos republicanos, que o chamavam de traidor. Acredito que Patrocínio e os partidos republicanos do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam perspectivas diferentes, o primeiro partia da problemática social, enquanto que o segundo, da reforma política, e por enquanto, ambos, não viam possibilidade em combiná-las, nos tumultuados meses pós-abolição.

Patrocínio publicou em 27 de agosto de 1888 um artigo para D. Pedro II que havia voltado para o Brasil, com o objetivo de alertá-lo para o momento político muito complicado em que se encontrava o Brasil devido o grande número de “contingente de despeitados” que lutavam pela indenização e pela urgência de continuar com a política de reconstrução, pois agora era o proletariado quem vivia no “cativeiro agrícola e industrial”.¹⁴¹

José do Patrocínio apresentou no artigo qual seria o governo ideal para combater os neo-republicanos e dar continuidade às reformas sociais. A princípio acabar com o sistema parlamentar, pois segundo o jornalista o parlamentarismo “desceu o nível mais baixo a que elle pode chegar”, tendo em vista a cúpula parlamentar ser representativa dos escravistas. Com o fim do Parlamento deveria ser instalada “uma dictadura progressiva e humanitária”. E como seria este governo? Segundo Patrocínio, seria um governo em que a Princesa governasse com pulso firme, sem intervenções alheias e desinteressadas. Caberia a Princesa a tarefa de dar continuidade as reformas que o país tão urgentemente precisava empreender. Ao Imperador bastaria “por um acto de patriotismo esquecer todas as tradições do imperio, ou passar o governo a sua augusta filha que já pertence a Immortalidade.”

¹⁴¹ As citações a seguir estão no artigo publicado no *Cidade do Rio*, 27 de agosto de 1888.

As reformas não poderiam ser orientadas pelo “parlamentarismo banal” e sim por esta “política experimental, que exige dar par com a unidade e permanência do governo central a mais completa autonomia regional”.

Essa ditadura seria provisória “limitada à vida da imperante”, e responsável por encaminhar aos “verdadeiros elementos republicanos do país a uma orientação real e científica”. Para Patrocínio os ideais republicanos estavam destruídos pelos interesses oligárquicos e escravistas e por isso não via outra saída naquele momento senão o direcionamento das reformas sociais pelo Imperador ou pela Princesa, uma vez que teria sido a própria Princesa quem iniciara as mesmas com a abolição. A ditadura imperial proposta seria uma forma de salvar o país dos interesses particulares. Uma ditadura provisória que levaria o país para a verdadeira república com o voto “largo, popular”, “governado por todos e não por algumas classes”, leigo e paisano. Esta república viria naturalmente após a morte da futura Imperatriz.

Os anos de 1888 e 1889 foram de posicionamentos para José do Patrocínio, acusado de trair os ideais republicanos e criar a Guarda Negra, ações condenadas pelos republicanos. Em artigo publicado no dia 31 de julho de 1888, Patrocínio rebate a crítica recebida pelo jornal *Federação* que assim se referiu ao abolicionista.

Se o senhor Patrocínio ajoelhou-se, não foi porque a libertação fosse um benefício que precisasse ser pedido de joelhos; a libertação não foi uma dádiva, foi uma conquista, uma imposição; se o senhor Patrocínio ajoelhou-se, é porque há naturezas que nunca estão tão bem como quando estão de joelhos.¹⁴²

O jornal *Federação* procura desqualificar José do Patrocínio em dois pontos, primeiro ao criticar a idéia de uma Princesa Redentora, a abolição como uma dádiva da Regente Isabel, pelo contrário para este jornal a abolição foi uma conquista, fruto de uma luta que se impôs ao governo. E segundo ao falar das ‘naturezas’ de Patrocínio, ou seja, implicitamente a *Federação* faz referência à cor de Patrocínio, um homem negro¹⁴³. Talvez a acusação de ‘ter pedido de joelhos’ seja uma figura de linguagem, uma aproximação com dependência, inferioridade e submissão, características atreladas

¹⁴² *Á Federação. Cidade do Rio*, 31 de julho de 1888.

¹⁴³ Teorias que se preocupavam em analisar e hierarquizar os homens em grupos, superior e inferior, com base no estudo da biologia, assim os homens estariam divididos em 3 grupos: o branco, o amarelo e o negro. De acordo com Lília M. Schwarcz fizeram sucesso no Brasil o darwinismo e o evolucionismo social. A discussão sobre raça / racismo está presentes no capítulo 2 deste trabalho. Apud: SCHWARCZ, Lília, Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

aos negros. Patrocínio lamentou, em artigo a sua defesa, o posicionamento do jornal *Federação* que reforçava as calúnias promovidas pelos neo-republicanos, que “comia tranquilamente o suor do negro, e tratava a chicote os seus irmãos”¹⁴⁴.

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 1888, Patrocínio realizou inúmeras conferências no Rio de Janeiro sob o título de *A Nova Republica*. Em todas elas o jornalista reafirmou o seu republicanismo e a triste distorção dos ideais republicanos feitas pelos próprios republicanos como Quintino Bocaiúva e Silva Jardim. Estes dois republicanos foram alvos permanentes das conferências de Patrocínio. Todas as conferências foram publicadas no *Cidade do Rio* e transcritas por Antonio Luiz Caetano da Silva, taquígrafo da Câmara dos Deputados.

A primeira delas aconteceu no dia 23 de setembro no Teatro Lucinda. Patrocínio dizia lamentar ter de vir a público para se defender do fato de ter participado da campanha abolicionista. “Declara franca e sinceramente que é republicano, nunca foi senão republicano e não será senão republicano”¹⁴⁵. E toda a sua defesa parte de ataque ao partido republicano. Para o jornalista “não há conciliação possível entre os republicanos abolicionistas e os republicanos de 14 de maio”, uma vez que foi o partido republicano quem teria provocado toda a situação de estranhamento com os abolicionistas ao se distanciar da campanha defensora da abolição sem indenização e, mais ainda, por estar, o mesmo partido, se aproveitando da instabilidade política instigando os fazendeiros a lutarem pela indenização.

Na fala do jornalista abolicionista e republicano o partido republicano do Rio e de São Paulo colocaram-se a “distancia, deixou correr o pleito em que se devia decidir nada menos do que a liberdade de uma ração”, para depois “vir, como um esperto, apoderar-se dos sacrifícios alheios afim de constituir-se como elles a gloria do próprio partido.”

O que é isto? Que republica, que sentimentos republicanos é este? As formas de governo foram feitas para resolver questões sociaes, para servir, por assim dizer, de laboratório, dentro do qual se recolhem as ruins paixões, as ruins instituições, para serem decanta-las pelos princípios afim de, apuradas, formarem outras instituições novas, conducentes ao progresso e aperfeiçoamento das nacionalidades.

É desta forma que Patrocínio interpretava aquele momento político. Enquanto o jornalista vislumbrou a grande oportunidade de ser realizada à abolição com a Princesa

¹⁴⁴ Á Federação. *Cidade do Rio*, 31 de julho de 1888.

¹⁴⁵ Todas as citações compreendem ao artigo *A Nova Republica*. *Cidade do Rio*, 26 de setembro 1888.

Isabel e colocou-se, por isso, ao lado dela, não via com bons olhos a aproximação de muitos ex-proprietários de escravos ao partido republicano de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tanto para um, quanto para outro existia uma traição e o traidor era lógico, o seu oponente do momento.

A Nova Republica de que fala Patrocínio era uma “republica falsificada, uma republica de despeitos, uma republica de interesses, uma republica de indenização, uma republica de capadocagem.”¹⁴⁶ Os representantes desta república seriam Silva Jardim e Quintino Bocaiúva. Por isso o ataque de Patrocínio aos mesmos.

Patrocínio rememora a candidatura de Quintino Bocaiúva a deputado, realizada no ano de 1881¹⁴⁷, para legitimar a sua percepção de imprudência por parte de Bocaiúva quanto à questão servil. Perguntado a Quintino “o que pensava a respeito da abolição, e este respondeu-lhe de forma evasiva, dizendo que a república era a synthese de todas as liberdades”¹⁴⁸. Patrocínio alegou que perguntou mais uma vez ao candidato: “Mas enquanto não se chega a esta synthese, o que pretende o senhor fazer em analyse para chegarmos a liberdade dos captivos?” E Quintino falou coisas bonitas, mas não respondeu sobre a questão. A explicação do porque o candidato não quis se pronunciar sobre o tema abolição estava no direcionamento enviado do partido de São Paulo para o do Rio de Janeiro. A “lei para a idéa republicana devia vir de São Paulo, e lá entendiam que não era possível de forma alguma prejudicar o partido, tratando da questão abolicionista”. Quintino seria, então, mais um representante da oligarquia.

Silva Jardim também foi lembrado por Patrocínio na conferência sobre a Nova República.

O Sr. Dr. Silva Jardim disse outro dia nesta tribuna: ‘Não se póde demonstrar que a princesa Imperial seja igual, nem superior ao Sr. Pedro II.’ O orador (Patrocínio), parodiando estas palavras, diz que se não póde afirmar que a republica de hoje seja igual, nem superior a republica de hontem.

Tanto a ‘republica de hontem’, quanto à ‘republica de hoje’ estavam, para Patrocínio, marcadas por erros. Enquanto a primeira tinha uma posição hesitante evidenciada no Manifesto de 1870 e 1872 a “republica de 14 de Maio não tem a mesma virtude [...]. Ella nada cede [...]”, não cede a indenização que julga merecer. Esta é a

¹⁴⁶ *Cidade do Rio*, 27 de setembro de 1888.

¹⁴⁷ A análise deste documento está presente na página 47 deste trabalho.

¹⁴⁸ As citações a seguir encontram-se no artigo *A Nova Republica*. *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1888.

imagem que Patrocínio cria para o partido republicano do Rio de Janeiro e de São Paulo, partidos mergulhados no interesse da lavoura escravista, que pensavam no bem de um grupo em detrimento da nação. O partido republicano é quem seria o traidor do momento e não o jornalista.

Pensam que o orador é um vendido ao governo? Não é assim? Pois fiquem sabendo: é um vendido, sim, um vendido ao ministério que salvou a sua raça, contra a opinião daquelles que a espoliavam; [...] é um vendido, a essa mulher sagrada e meiga, boa e santa, que enquanto a republica se agachava miseravelmente diante da lavoura a sua coroa aos tufões desencontrados da falsificada republica.

Segundo a percepção política de Patrocínio a sua adesão não foi ao sistema de governo monárquico, mas a alguns de seus representantes – o Ministério e a Princesa. E os apoiariam enquanto estes estivessem no direcionamento do país. Isabel representava o reinado do amor, da liberdade e da igualdade. A senhora que libertou um povo e por isso digna de toda admiração e comemoração, “a princeza imperial, comparada com o Sr. Dr. Pedro II, esta, sim, é mil vezes superior a seu pai.”

É muito interessante o posicionamento político de Patrocínio. Neste manifesto ele esclarece a distinção feita com relação à Princesa: “uma é a herdeira do throno dos Braganças, com a qual nada tem; outra é a Sra. D. Izabel, regente do paiz, no momento em que a causa da abolição dos escravos precisava do poder executivo para tornar-se lei, e nessa senhora encontrou a melhor e a maior dos collaboradores.”

Patrocínio articulava as palavras para reafirmar sua imagem de republicano, uma vez que ele não se considerava “penhorado em cousa nenhuma para a mesma herdeira e pôde continuar depois da abolição a ser tão republicano como era antes.” O que ele defendia era a pessoa, a senhora D. Isabel cuja imagem era deteriorada pelos republicanos, era uma “indignidade, [...] uma infâmia da parte daquelles que dizem servir a liberdade, calumniar, infamar, aturdir, atirar lama contra essa senhora, que vale muito mais que todos os seus difamadores.”

Na conferência de 30 de setembro, Patrocínio começou o seu discurso dizendo que se sentia um réu, que precisava se justificar, que já “disse e precisa repetir: foi, é e será republicano.”¹⁴⁹ Foi republicano porque ao longo de sua vida teve de romper com a pressão social para chegar a posição em que estava, assim sentia “então que a necessidade que tinha o povo de respirar livremente numa esphera de igualdade e

¹⁴⁹ As citações a seguir encontram-se no artigo A Nova Republica. *Cidade do Rio.*, 3 de outubro de 1888.

fraternidade.” É republicano porque entende que a América deve existir para a América. E será republicano pois “entende que esta pátria precisa de larga esfera de liberdade, para desenvolver-se.”

Nesta conferência Patrocínio foi categórico: “Do mesmo modo que a sciencia não respeita a religião, a liberdade não respeita a monarchia.” O futuro pertencia a “sciencia e a republica”, mas era “preciso sujeitar-se à evolução do direito e da liberdade a leis certas e infalliveis”, uma vez que a “natureza não dá saltos, os povos não os podem dar também”. José do Patrocínio condenou a atitude mais incisiva do partido republicano que atacava qualquer possibilidade de um Terceiro Reinado.

Para Patrocínio não era preciso fazer uma revolução como propagava Silva Jardim nos seus comícios republicanos, uma vez que a democracia viria naturalmente com a transformação contínua dos sentimentos e valores do povo brasileiro. O jornalista reconhecia a existência de dois métodos explicativos do desenvolvimento da democracia, o de Augusto Comte¹⁵⁰ e o de Herbert Spencer. De acordo com o primeiro teórico a democracia “vem do coração para o cerebro e faz-se sentimentos para pensar e agir”, para o segundo “vem do cérebro para a economia humana, para sentir depois automaticamente”. Depois, Patrocínio conclui:

A raça anglo-saxonica, que começou vivendo para si, mas vivendo egoisticamente, póde acceitar o processo de Spencer, mas já o não póde acceitar a raça latina, porque tendo sempre existido pelo sentimento, tendo tido como primeiro molde uma religião de caridade e de amor, não póde de fôrma alguma abandonar este processo do grande mestre francez, para modelar-se pelo grande mestre inglez.¹⁵¹

Assim por pertencemos à raça latina o mais correto e eficaz, segundo Patrocínio, seria a mudança que viria do coração, pois os sentimentos evoluiriam em cada etapa percorrida pelo país, até que o povo brasileiro estivesse preparado para viver democraticamente. Já a mudança comandada pelo cérebro e pela razão, o exemplo do caso inglês, seria uma transformação imprópria e radical, pois o povo brasileiro viveria sentimentos e práticas dos quais ainda não estaria preparado. Nesta conferência,

¹⁵⁰ Augusto Comte nasceu na França no ano de 1798 e morreu em 1857. Criou a filosofia Positivista. O núcleo da filosofia comteana, segundo o livro *Os Pensadores*, consiste na idéia de que a sociedade só pode ser consistentemente reorganizada por meio de uma completa reforma intelectual, sendo para isso necessário proporcionar a sociedade novos hábitos de pensar, de acordo com o estado das ciências do seu tempo. O espirito do conhecimento humano seria progressivo e dividido em três estágios: o estado Teológico, o estado Metafísico e o estado Positivo. Ver: Auguste Comte. *Os Pensadores*. Seleção e tradução José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Nova Cultural 1983.

¹⁵¹ A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 6 de outubro de 1888.

Patrocínio estava inclinado para o evolucionismo e não para a revolução. E acusava Quintino Bocaiúva de ser revolucionário.

Ao longo da década de 1880 o Partido Republicano liderado por Quintino Bocaiúva acusou José do Patrocínio de radical e agitador abolicionista. Com a abolição do trabalho escravo e o desejo de continuar as reformas sociais com a Princesa Isabel, a radicalidade de Patrocínio deu lugar a um movimento progressivo de transformação política.

Para Patrocínio a abolição e depois a república eram os elementos pilares para se alcançar, no Brasil, a modernização e a civilização a exemplo dos países europeus, onde a “França exercia um fascínio sobre boa parte da intelectualidade brasileira, especialmente Patrocínio que a considerava o ‘berço’ da ‘civilização’.”¹⁵² O objetivo da sua campanha era justamente promover o rompimento com o atraso, representado pela escravidão. E o momento da transformação social era aquele em que vivia, e o governo não deveria desperdiçá-lo, pois a abolição era, atualmente, um dos símbolos do grau de desenvolvimento da humanidade.

O progresso apresentava-se como inevitável e significava o fim de seus entraves: a escravidão e depois a monarquia sob o governo de D. Pedro II.

Outro tema presente nesta conferência foram os artigos escritos por Quintino Bocaiúva e publicados no *O Paiz* entre os meses de setembro e outubro, cujo tema era a lavoura fluminense. Patrocínio pegou trechos dos artigos que o interessava para rebatê-los seguindo a sua linha de pensamento político. Os artigos procuravam chamar a atenção para a situação problemática vivida pelos fazendeiros fluminenses que poderia levar a província do Rio de Janeiro à ruína sem os dividendos vindos da lavoura. Nem “o governo, nem o parlamento, nem os próprios representantes temporários e vitalícios dessa província mostram-se preocupados com a crise que é manifesta”¹⁵³.

De acordo com os artigos escritos por Bocaiúva os auxílios financeiros dados pelo governo aos fazendeiros eram insuficientes para organizar o novo sistema de trabalho com base na mão-de-obra livre, forçando os mesmos a utilizarem recursos próprios para sanar tais problemas, por isso encontravam-se endividados e sem créditos. A melhor saída para os fazendeiros, principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais áreas mais afetadas era o governo realizar, não apenas a reforma do regime de trabalho,

¹⁵² MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. In: XXIV Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Leopoldo, 2007.

¹⁵³ As citações a seguir fazem parte do artigo A lavoura fluminense. *O Paiz*, 26 de setembro de 1888.

mais também da propriedade, “transferindo-a do domínio individual, que até era a regra, para o domínio das coletividades, das associações, que, pela agregação de capitães, possam afrontar com êxito o problema” cujo diagnóstico era a questão da mão de obra imigrante, ou seja, como trazê-la para o Brasil e mantê-la fixa nas fazendas.

A grande questão era a instabilidade no serviço rural, em como garantir a permanência e assuidade do trabalhador na fazenda. “Os trabalhadores não se fixam permanentemente, vagueiam de uma a outra propriedade, estanceiam temporariamente, [...]; a própria pontualidade no pagamento do salário não é uma garantia de permanência para elles.”. Enquanto os imigrantes preferem ir para a rica região de São Paulo, área que paga melhor além do grande número de compatriotas, os libertos e livres “passeiam sem constrangimentos.”

Somente uma boa soma de dinheiro reunida com a agregação dos capitais poderia estimular a vinda de imigrantes trabalhadores. Este montante poderia vir também do exterior, “sem que se careça recorrer nem a compensações onerosas nem a sacrifícios do Estado.”

A agregação de capitais proporcionaria a formação de núcleos ou centros agrícolas que deveriam funcionar no regime de aforamento ou do arrendamento das terras, os únicos sistemas que poderiam “conciliar com os interesses do trabalhador livres os interesses das grandes propriedades rurais.”

O arrendamento e aforamento aparecem nos artigos como soluções, pois implicaria para o imigrante e liberto a sua permanência na terra.

Ora, este meio não está ao alcance dos recursos individuais dos lavradores, os quês forçosamente, na sua maioria, terão de perder a dualidade do seu caracter como cultivadores e industriaes, ficando limitados à natural posição de beneficiadores do producto obtido da exploração das terras pelos seus proprietários ou arrendatários, que serão os immigrants ou os colonos nellas estabelecidos pela iniciativa das associações que hão de ser no futuro as (grandes) exploradoras do trabalho agrícola.

O que Quintino Bocaiúva previa era uma crise estrutural na província do Rio de Janeiro decorrente da falência de sua maior fonte de receita - a lavoura. No entanto, para José do Patrocínio o que Bocaiúva fazia era uma defesa da renda dos fazendeiros escravistas que desejavam indenização pela Lei áurea, chamando o chefe do partido republicano, de “chefe do socialismo agrícola.”¹⁵⁴ Ironicamente Patrocínio falou que

¹⁵⁴A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 5 de outubro de 1888.

“sente dor pelo facto do fazendeiro não ter dinheiro, mas declara que também não o tem.”

Os olhares diferentes para uma mesma situação, a crise na lavoura, gerou soluções, também, diferentes. De acordo com José do Patrocínio, todos possuíam “obrigação de dar braços à lavoura, porque a agricultura é à base da nação, mas é preciso dar braços à lavoura dando ao mesmo tempo terra para esses braços”¹⁵⁵. O ideal era que o trabalhador da lavoura possuísse terra, “dividir, portanto a grande propriedade é o começo da solução desejada e necessária.” A abolição do trabalho escravo deveria vir acompanhada de outras como a divisão da grande propriedade de terra. Este tema foi defendido por André Rebouças e José do Patrocínio no *Cidade do Rio*. Os fazendeiros perderam os escravos, no entanto continuavam a prejudicar as reformas sociais, ao monopolizar a terra.

Com o título *Pequena Propriedade*, escrito por André Rebouças, o jornal *Cidade do Rio* enfatizou a campanha pela *Democracia Rural Brasileira*¹⁵⁶. O assunto esteve presente diariamente no jornal durante os meses de junho e julho de 1888. A justificativa era a necessidade de promover o real desenvolvimento econômico no Brasil. Patrocínio endossava a defesa da pequena propriedade de terra ao publicizar, no *Cidade do Rio*, os artigos de André Rebouças. Nas palavras de Rebouças:

Agora nos vamos fazer despontar na Nacionalidade Brasileira um outro Remorso. O remorso do latifúndio; - o remorso do monopólio territorial – o remorso de deixar milhões e milhões de Brasileiros, sem uma nesga de terra para nelle fincar os postes de uma choupana, - o remorso de trancar o mais bello continente, que Deus há creado, as mais nobres e activas raças do Velho Mundo.¹⁵⁷

Outro ponto interessante na conferência de Patrocínio é a defesa dos libertos que não desejavam mais permanecer nas antigas fazendas de quando eram escravos. Isso porque Quintino Bocaiúva em artigo sobre a lavoura, divulgado no *O Paiz*, como foi acima demonstrado, reclamava da instabilidade do serviço rural devido o permanente movimento dos trabalhadores, responsabilizando assim os libertos de não terem a noção

¹⁵⁵ A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 3 de outubro de 1888.

¹⁵⁶ A questão da propriedade da terra foi preocupação de André Rebouças que atrelava a abolição dos escravos à necessidade de divisão da propriedade de terra. Ambas as ações seriam as bases para o desenvolvimento econômico do Brasil. Para um aprofundamento sobre o assunto ver PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford-Roxo RJ: UNIABEU, 2005.

¹⁵⁷ Democracia Rural Brasileira. *Cidade do Rio*, 28 de junho de 1888.

de responsabilidade adquirida com a liberdade - chamando-os de retirantes. Quintino era acusado de querer “braço atarrachado a velha instituição agrícola.”¹⁵⁸

Para Patrocínio esse tipo de pensamento era “anti-patriótico, e anti-humanitário”¹⁵⁹, ainda mais por equiparar retirantes com vadiagem.

A palavra retirante é uma criação da dor e da angustia. Os príncipes [...] não sabem o que equivale esta palavra; mas o orador que esteve no norte, que apertou contra o seu peito o peito desencarnado do cearense e sentiu que lá dentro bradavam ao mesmo tempo a fome e a honra, o orador que é cearense naturalizado por aquele povo bom e generoso, protesta contra a expressão retirantes applicado à vadiação.

O “homem de côr, desde que são libertos, procuram collocar-se no nível da sociedade em que vivem”¹⁶⁰, e isso implica escolher outras alternativas de trabalho, buscar melhores condições de vida, ou seja, “fazer-se cidadão”. Para Patrocínio, um partido republicano ao defender a democracia não deveria articular alianças com a oligarquia e culpar os libertos pela decadência da lavoura que escravizou ilegalmente milhares de pessoas. O “meio de construir a democracia [...] é [...] levantar as classes operarias, as classes activas, as classes productivas, de modo que ellas pela autonomia possam realizar [...] a liberdade, a fraternidade e solidariedade.”

A república nas palavras de Patrocínio era aquela que valorizava o trabalhador, o humilde, era aquele que “não pede aos seus representantes que nasçam nas grandes famílias, nas familias privilegiadas, não; pede-lhes somente que nasçam no trabalho.”

Dessa forma *A Nova Republica* nada mais seria que o movimento interesseiro dos fazendeiros com os falsos republicanos que “não deu um só passo, um único, durante toda a campanha abolicionista” e “se propõe indemnizar os ex-proprietarios de escravos”, que pretende “circunscrever a pátria aos limites de uma aristocracia analphabeta, como é a nossa aristocracia rural, e de uma plutocracia quase desnacionalizada, como é a plutocracia commercial da nossa terra.”¹⁶¹ Patrocínio opõe dois ideais de repúblicas, a república oligarca e a república democrática, uma vez que há muitos republicanos “que, apesar de filiados a essa republica infeliz e desastrada,

¹⁵⁸ A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 3 de outubro de 1888.

¹⁵⁹ As citações a seguir fazem parte do artigo A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 5 de outubro de 1888.

¹⁶⁰ As citações a seguir fazem parte do artigo A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 6 de outubro de 1888.

¹⁶¹ A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 9 de outubro de 1888.

pensam de maneira opposta, mas a verdade, é que elles hão de ser absolvidos, porque a tal republica não é para a liberdade, é para os republicanos, que são fazendeiros”¹⁶².

Patrocínio defendeu, em outra conferência, que se fizesse no Brasil uma república da liberdade, da justiça, “da abnegação e do amor a humanidade”¹⁶³, e não um república marcada pelo ódio e pela vingança. A república dos abolicionistas em que o Terceiro Reinado

talvez seja uma republica para o povo, muito melhor do que a tal republica do Sr. Saldanha Marinho, porque a monarchia, se quiser substituir no Brazil, há de ser essencialmente popular e democratica, ao passo que essa republica para vingar tem de ser essencialmente aristocrática.¹⁶⁴

José do Patrocínio faz alusão a um partido republicano abolicionista que agia com cautela e prudência em nome dos verdadeiros princípios republicanos de liberdade e democracia. Este partido adiava as suas “impaciencias em nome de seus princípios”.¹⁶⁵ Não sustentava dinastia, “porque republicano não sustenta reis, mas salvando na execução serena e calma os unicos princípios que devem triumphar – os do amor e da justiça”, pois o ódio nada edifica.

Com a decretação da Lei Áurea a monarquia regida pela Princesa Isabel lhe parecia a mais republicana possível no sentido de governo do povo e para o povo. O radical abolicionista e republicano não economizou sua retórica para defender todos que se apresentaram a favor da abolição dos escravos, imediata e sem indenização. Com a Lei Áurea, Patrocínio colocou-se eternamente grato as pessoas que a tornaram legalmente possível - a Princesa e a todos os membros do Gabinete João Alfredo.

A sua defesa não se estendia ao imperador que, de acordo com Patrocínio, teria deixado que o país morresse lentamente com a instituição escravista. O imperador em “primeiro lugar quis arrebatrar a soberania das mãos do povo para exercê-la sozinho; fez-se e desfez situações, armou e desarmou chefes políticos.”¹⁶⁶

Segundo o jornalista, o imperador não desejava a abolição imediata do trabalho escravo, somente pressionado pelo povo acabou possibilitando a execução da lei que libertou os cativos. O “povo fez e sua alteza sancionou” afirmava Patrocínio. “Qual é

¹⁶² A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 10 de outubro de 1888.

¹⁶³ A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 15 de outubro de 1888.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁵ *Cidade do Rio*, 31 de outubro de 1888.

¹⁶⁶ As citações a seguir estão no artigo A Nova Republica. *Cidade do Rio*, 11 de outubro de 1888.

a forma de governo que existe actualmetne neste paiz? A constitucional representativa, em que o povo faz e o imperador sanciona.” Para Patrocínio, a Princesa escutou o povo, por isso o seu governo era caracterizado de democrático, qualidade oposta ao que atribuía aos partidos republicanos.

É clara a ausência de coesão entre os republicanos fossem eles membros ou não do Partido Republicano do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os republicanos estavam divididos em várias facções devido a diferentes posicionamentos sobre a abolição, escravidão e república. Desde 1870, quando o Manifesto Republicano foi publicado, alguns republicanos priorizaram a república a ponto de se afastarem da propaganda abolicionista. Outros já deram prioridade à abolição, a república seria o segundo passo. Além dessa divisão marcada pela nuance dada a abolição ou a república, existia ainda, como elemento de desestruturação, as variações acerca da forma de implementar esta forma de governo, disputando aí o evolucionismo e a revolução.

2 – CIDADANIA LEVADA A SÉRIO: EXPERIÊNCIAS DE CIDADANIAS NO RIO DE JANEIRO DE JOSÉ DO PATROCÍNIO

O final do século XIX e início do XX é marcado por diversas experiências de lutas por melhores condições de vida, seja pela liberdade dos escravos, por uma descentralização política, pelo sonho do progresso e da democracia. A cidadania e a luta contra o preconceito racial foram bandeiras levantadas por personagens importantes da história política e social do país, sem esquecer as que foram empreendidas cotidianamente pela população pobre como a que vivia no Rio de Janeiro.

José Carlos do Patrocínio participou não apenas dos debates pela abolição da escravidão, ao analisar os seus artigos, manifestos, circulares e discursos podemos compreender também o seu posicionamento favorável a uma relação direta entre o governo e o povo, pela expansão dos direitos políticos, do respeito ao voto, do direito dos libertos se reunirem para defenderem o Terceiro Reinado. Em diversos momentos o jornalista colocou em prática modalidades de cidadanias para questionar uma medida governamental ou um oponente político, e são estas modalidades que abordaremos neste capítulo. Sem esquecer que suas ações podem ser elucidativas para compreendermos também a sociedade carioca do século XIX.

2.1. A conferência no Clube Ginástico Francês

No dia 30 de dezembro de 1888 ocorreu uma conferência que mexeu com a cidade do Rio de Janeiro, antes, durante e depois da sua realização. O palco desta conferência foi o Clube Ginástico Francês, situado na Travessa da Barreira hoje conhecida como rua Silva Jardim, próxima a praça Tiradentes. O orador era o republicano Antônio da Silva Jardim. E seu discurso uma resposta aos artigos publicados por Joaquim Nabuco na sua coluna no *O Paiz*.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Joaquim Nabuco escreveu artigos para a coluna, de sugestivo nome, *Campo Neutro* do *O Paiz*. Era uma demonstração da imparcialidade e verdade jornalística que o jornal tentava imprimir, visto que

A proposta de uma monarquia federativa de Joaquim Nabuco era completamente refutada por Silva Jardim, pois monarquia era um regime centralizador incompatível com o federalismo que preconiza a autonomia. Outro ponto muito discutido por Jardim nesta ocasião foi a relação dos republicanos com os fazendeiros, muito criticada pelos monarquistas. Para Jardim, os fazendeiros republicanos não defendiam a indenização e os republicanos não a prometiam, pois a indenização levaria os cofres públicos a falência e geraria aumento de impostos aos próprios fazendeiros.¹⁶⁸

Silva Jardim lançou-se em nova campanha republicana em janeiro de 1888 visitando várias cidades do Brasil com o lema ‘*viva a república!*’. Segundo José Murilo de Carvalho¹⁶⁹, Silva Jardim foi o grande defensor de uma república de caráter jacobina, ou seja, estabelecia uma total correspondência de problemas entre França pré-revolucionária e o Brasil monárquico dos anos de 1880. Com o centenário da Revolução Francesa a comparação, França-Brasil, ficava ainda mais forte. Se a solução para as mazelas na França foi a revolução, no Brasil o mesmo deveria se dar, com a queda da monarquia e a instituição da república.¹⁷⁰

Silva Jardim era visto como radical republicano até pelos seus concidadãos do Partido Republicano e não foram poucas as divergências de opiniões sobre a condução que o partido deveria tomar. Enquanto Silva Jardim defendia ações, vistas como mais radicais, envolvendo o povo e uma postura mais combativa e direta contra a monarquia. Outros, como Quintino Bocaiúva, marcado pelo evolucionismo, propunha uma mudança intelectual e moral do povo brasileiro a partir das campanhas republicanas. Somente em maio de 1888 foi evidenciada uma mudança na postura do Partido Republicano de São Paulo com o lançamento de um manifesto escrito por Rangel Pestana, Américo de Campos e Silva Jardim. De acordo com o manifesto os republicanos no desejo de tornar sua ação, contra o Terceiro Reinado, mais eficaz

Nabuco era reconhecidamente monarquista e *O Paiz* de caráter republicano. O assunto principal da coluna era a campanha pelo fim do trabalho escravo. A parceria acabou justamente quando a questão que os aproximava chegou ao fim com a Lei Áurea.

¹⁶⁸ SILVA, Antônio da Silva. *Propaganda Republicana 1888-1889*. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, conselho Federal de cultura, 1978.

¹⁶⁹ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 25-26.

¹⁷⁰ Para Silva Jardim a revolução no Brasil ocorreria de forma pacífica, uma vez que os homens aprendendo com o passado estavam mais fraternos e propensos à paz. Seria uma “revolução, sem desvio de termos, pacífica, em que pequenos motins não tirarão o caráter de paz ao movimento geral.” Apud: SILVA, Antônio da Silva. Op. Cit., p. 289.

declarava “por todos os meios em franca hostilidade”¹⁷¹, “combater o 3º reinado em todos os terrenos em que as circunstancias o colloque.”¹⁷²

Quando Silva Jardim programou a sua conferência para o dia 30 de dezembro de 1888, a cidade do Rio de Janeiro representava o palco das discussões mais importantes e inflamadas da vida política e social. E não poderia ser diferente, pois além de ser a Corte do Império um novo grupo fazia questão de participar das discussões, além dos habituais políticos e jornalistas, era a população pobre da cidade do Rio, entre livres e libertos. “O debate entre monarquistas e republicanos ganham as ruas da Corte, desta vez com um novo personagem: o liberto.”¹⁷³

O Rio de Janeiro parecia um barril de pólvora, pronto a explodir. E foi o que aconteceu na conferência de Silva Jardim. Uma grande confusão, uma luta armada e violenta envolvendo os republicanos e os defensores do Terceiro Reinado chamados de Guarda Negra da Redentora.

A Guarda Negra da Redentora foi organizada por um grupo de pessoas, abolicionistas e libertos, cujo objetivo era defender fisicamente e moralmente a Princesa Isabel, caracterizada de a *redentora dos escravos*. A primeira informação sobre este grupo apareceu no *Cidade do Rio* em 10 de julho de 1888. De acordo com o artigo, no dia anterior os libertos se reuniram para fundar uma associação em agradecimento à Princesa Isabel e em defesa do Terceiro Reinado. Emilio Rouêde teria pedido a Patrocínio que publicasse as deliberações e auxiliasse a “a realização de tão bello pensamento. Como nunca neguei nada a esse bom amigo accedo gostosamente ao seu pedido.”¹⁷⁴ As primeiras medidas tomadas foram:

- 1 – Criar uma associação com o fim de opor resistencia material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o paiz.
- 2 – Só podem fazer parte, como seus socios activos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efectuara em momento oportuno.
- 3 – Poderem ser socios efectivos unicamente os que consideram o acto memoravel do dia 13 de maio acontecimento digno da admiração

¹⁷¹ PESSOA, Reinaldo X. C.(org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973, p.105.

¹⁷² Idem, *ibidem*.

¹⁷³ GOMES, Flávio dos Santos. *No meio das águas turvas*. (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889). *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: (21): 75-96, dezembro de 1991, p. 75. Sobre a guarda Negra ver também: MACHADO, Humberto F. “A Guarda Negra no contexto urbano do Rio de Janeiro”, in *Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Porto Alegre, 1992, ps. 171/175.

¹⁷⁴ As citações a seguir estão no artigo Chronica de Hontem. *Cidade do Rio*, 10 de julho de 1888.

geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.

4 – Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o império.

5 – E ultimo. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado.

As cinco medidas apresentadas esclarecem as intenções do grupo recém criado – os libertos agradecidos com a Lei Áurea deveriam se juntar para resguardar o trono à Redentora Isabel. A guerra parece que estava travada contra todos aqueles que se opunham ao Terceiro Reinado. Outro ponto importante é o sentimento de gratidão que motiva a Guarda Negra. Para muitos a Princesa Isabel foi a libertadora dos escravos, sem esquecer que esse era um dos critérios para ser membro, deixando de lado todo o trabalho de contestação articulado pelos escravos e os próprios abolicionistas.

Flávio dos Santos Gomes observa, em artigo citado, a existência de leituras diversas na caracterização da Guarda Negra: para os abolicionistas defensores da Princesa Isabel era um “grupo organizado de libertos”; já para os republicanos era uma “milícia de capoeiras recrutadas pelo Império para reprimir os republicanos”. O mais importante segundo o autor “é que as elites a identificava como uma possível participação política dos libertos naquele momento crítico.”¹⁷⁵ E por isso temiam.

Assim, podemos visualizar as personagens envolvidas nesta conferência: os republicanos, a Guarda Negra e os policiais. Os republicanos encontravam-se no Clube Ginástico Francês para ouvir o discurso de Silva Jardim. A multidão aglomerada ao lado de fora do Clube era formada, em grande parte, por monarquistas. O cenário estava armado e como esperado por muito alarmistas o embate entre republicanos e monarquistas se instalou em frente ao Clube.

Cada grupo irá rememorar este acontecimento de forma diferente. Apresentando seu oponente direto como o responsável pelo conflito estabelecido na conferência de Silva Jardim. O que é comum a todos os relatos é o confronto direto entre republicanos e a Guarda Negra, o uso da violência, muitos feridos e a destruição do Clube Ginástico Francês.

O olhar dos republicanos

¹⁷⁵ As citações no parágrafo correspondem à seguinte referência: GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit., p. 90.

Os republicanos expuseram o seu ponto de vista no jornal *O Paiz* na seção diária *Partido Republicano*. Em 5 de janeiro de 1889 foram publicados dois artigos interessantes e ao mesmo tempo contraditórios. Na primeira página, o artigo *Hoje como ontem* argumentava total isenção partidária do jornal, “servindo com dedicação a todas as causas nobres e justas e defendendo com energia todos os direitos e todos os interesses legítimos”¹⁷⁶. É a idéia tão comum, na época, de isenção do trabalho jornalístico cujo objetivo era lutar pelo bem social e político por meio da verdade na imprensa.

Na terceira página do jornal a propagada isenção partidária fica em segundo plano com a seção diária *Partido Republicano*, onde se divulgava as notícias e as idéias do Partido Republicano, sem falar que um dos principais ideólogos do Partido Republicano no Rio de Janeiro era o redator-chefe do *O Paiz* – Quintino Bocaiúva. Nesta seção noticiou-se o artigo *O conflicto de 30 de dezembro. Rectificação histórica*. A verdadeira história, sobre o conflito na conferência de Silva Jardim, seria contada naquele momento. A violência contra os republicanos, relatava o artigo, fora comum antes mesmo daquele dia fatídico. Na conferência do dia 23 de dezembro os republicanos já teriam sido agredidos por “um grupo de homens de cor”¹⁷⁷

Os republicanos, desde então, teriam ficados receosos com a realização de uma nova conferência marcada para o dia 30 de dezembro por Silva Jardim. Por toda cidade espalhou-se “o boato de que a guarda negra não consentiria que ella se realizasse, e que provocaria distúrbio.” Amigos pediam a Silva Jardim o adiamento do seu pronunciamento pois existia, segundo o artigo, o risco de ser assassinado.

A conferência foi mantida por Silva Jardim, reverenciado como um herói republicano e defensor da liberdade ao por em risco sua vida, recusando “toda e qualquer defeza assalariada”. “Foi, portanto, sob a pressão das ameaças *publicas* da guarda negra que se realizou a conferencia do dia 30.” O texto nos revela um clima de instabilidade e de um conflito iminente entre os republicanos ameaçados e a Guarda Negra agressora. Para os republicanos a responsabilidade do caos instalado era da Guarda Negra, mais principalmente do governo, financiador da milícia, e da polícia que nada fez para impedir as agressões.

“Desde cedo a rua em que funciona a Sociedade Gymnastica Francesa estava guarnecida de grupos de homens de cor, armados de cacetes e provocando os

¹⁷⁶ Hoje como ontem. *O Paiz*, 5 de janeiro de 1889.

¹⁷⁷ As citações a seguir são do artigo *O conflicto de 30 de dezembro. Rectificação histórica*. *O Paiz*, 5 de janeiro de 1889.

transeuntes”. Neste clima de terror, Silva Jardim foi ao local da conferência, subiu a tribuna e iniciou o seu discurso. No início do seu discurso tudo corria sem transtornos. Momentos depois:

[...] ouvia-se fora uma tempestade e vozes, um alarido infrene que trazia ao salão esta exclamação ruidosa – “Ahi vêm elles; ahi vem elles”

Os ouvintes ergueram-se e precipitaram-se em uma anciã indescritível para sahir; ouviu-se no fundo da sala a denotação de um tiro - o povo recuou e atirou-se em debandada pelos fundos; os republicanos avançaram para a porta – dispostos a morrer às mãos da guarda negra e da policia do imperador.

Estava travada a lucta; que marcará nos dias gloriosos da democracia brasileira o primeira acto de heroísmo dos republicanos!

De acordo com os republicanos, a policia não apaziguou o conflito no início, pelo contrário lutou ao lado da Guarda Negra, “ajudando-a a atirar projectis aos populares que defendiam-nos das janelas do andar superior”¹⁷⁸. A policia era descrita como a força estatal conivente com a brutalidade da Guarda Negra. “Era evidente a senha da policia – chegar depois da carnificina dos republicanos.”

Somente com a ação do tenente Sr. Franca e do republicano Lopes Trovão o confronto chegou ao fim. Silva Jardim, que permaneceu na tribuna durante toda a confusão “continuou-a e levou-a ao fim entre applausos entusiastas!” Mais tarde outras confusões teriam ocorridos, como no Largo do Rocio, com aclamações de “morra Silva Jardim!”

Silva Jardim divulgou uma *Carta política ao país e ao Partido Republicano*¹⁷⁹ no intuito de também se manifestar sobre o que aconteceu no dia de sua conferência. Para o republicano a confusão de 30 de dezembro foi talvez “o primeiro conflicto politico directo sobre a questão da forma e governo e sobre a dynastia, que a capital do Imperio tenha visto”.¹⁸⁰ O ministro e a Princesa Isabel foram apontados por Jardim como os responsáveis pelo que se viu na Corte, utilizando e manipulando os sentimentos dos negros em favor da monarquia e em prejuízo da campanha republicana.

Para Silva Jardim o ministério e a Princesa Isabel teriam agidos com a ajuda do jornalista José do Patrocínio. “Este homem, de cor, mas até então tolerado por todos os

¹⁷⁸ As citações fazem parte do artigo O conflicto de 30 de dezembro. Rectificação história. *O Paiz*, 6 de janeiro de 1889.

¹⁷⁹ BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos políticos no Segundo Império*. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

¹⁸⁰ PESSOA, Reinaldo X. C.(org.). Op. Cit., p. 115.

brancos, que jamais lhe haviam feito questão de raça, muito amado mesmo pela mocidade e pelo publico, em vista de uma supposta dedicação á causa dos escravos, converteu-se em órgão da dynastia.”¹⁸¹ Agora a cor de Patrocínio vinha à tona. Ingrato com os brancos que o receberam bem e acreditaram na sua dedicação ao abolicionismo, Patrocínio mostrava a sua verdadeira face: ambicioso, vaidoso e traidor.

[...] trahidor então á sua raça, que, por proletária do Brazil carece claramente para o seu desenvolvimento de um regimen republicano, trahidor ao partido a que dissera pertencer, [...], e traidor á sua pátria, composta de brancos e de pretos.para todos os quês uma sagacidade desgraçadamente perdida e perversa lhe podia fazer claramente entrever que a Republica seria a felicidade.¹⁸²

Sobre o dia 30 de dezembro, afirmava Silva Jardim.

Entrei no edificio e realizei a minha conferencia, ora no meio do socego, pelo meos aparente, do auditório, ora no meio da agitação que alguns apartes produziam. Pedi sempre silencio, e a ordem só foi alterada, quando justamente em um ponto sobre o qual prendia-se a atenção dos ouvintes, por tratar eu da questão que a propaganda republicana não tratara ainda - a questão dos chins - foram os assistentes atacados, sendo impossível restabelecer-se a audição, e não devendo mesmo restabelecer-se no momento, porque o ataque era claramente violentissimo pela sua prolongação.¹⁸³

Portanto, os republicanos, atentos as palavras de Silva Jardim, foram covardemente atacados pelos “elementos dos governos”¹⁸⁴, “um grupo de negros” pertencentes a guarda negra. Segundo Jardim, “todo o mundo percebe que esses homens, na sua generalidade, não podem ser perfeitamente conscientes do que estão fazendo. Que luzes, a não serem as do ódio do coração desviado por exploradores, podem ter para a formação de um partido político?”

Os libertos formam qualificados e tratados como pessoas inconscientes dos atos que cometiam, resultado de séculos de trabalho escravo e por pertencerem à raça negra, legitimada pela ciência como a raça inferior. Assim, como os membros são manipulados a Guarda Negra não poderia ser um partido político, que exige organização, fundamentos políticos e base teórica, ações atreladas a elite intelectual e política e não aos ex-escravos.

¹⁸¹ Idem, p. 17.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem, p. 122.

¹⁸⁴ Idem, p. 125.

Silva Jardim arquiteta um cenário de luta iniciado pelos monarquistas durante o conflito do dia 30 de dezembro. E promete combater: “Vencer ou morrer!”¹⁸⁵. A sua radicalidade é exarcebada, após este episódio e pelo ano de 1889 que começava, centenário da Revolução Francesa e modelo de transformação social e política com a queda da monarquia francesa quilhotinada. “A republica torna-se então, para nossa honra eterna, e para nossa salvação única, a grande fatalidade: é a Republica que é urgente instituir, é a Republica que é urgente proclamar; morrendo, si for preciso: morrendo para faze-la viver.”¹⁸⁶

O olhar de José do Patrocínio

No dia seguinte à confusão José do Patrocínio noticiou, no *Cidade do Rio*, o artigo *O dia de hontem* para expor seu ponto de vista sobre o fato e convencer o leitor da sua verdade. Logo no início do artigo, Patrocínio apontou os republicanos de 14 de maio como os responsáveis pelo ocorrido, ao promoverem uma campanha contra a monarquia, campanha marcada pela vingança e pelo ódio, “principalmente contra a princeza, que teve a honra de sancionar a lei de reabilitação moral e política da nossa nacionalidade”¹⁸⁷

Patrocínio apresentou um clima de instabilidade e terror social provocado pelos neo-republicanos, não só contra a família imperial e os abolicionistas, como também aos homens de cor com manifestações injuriosas e agressivas. No domingo anterior ao discurso de Jardim, dia 23 de dezembro, um grupo de republicanos teria atacado alguns negros, segundo a descrição de Patrocínio:

Passando das palavras aos actos, no penúltimo domingo, alguns manifestantes que acompanhavam um dos mais pretenciosos dos novos apóstolos, agrediu um grupo de 5 cidadãos de côr preta, ferindo-o a pedradas e tiros e repartindo ferimentos e sustos com outros cidadãos que faziam tranquilamente a sua refeição no hotel Petit-Console.

Desta forma, os primeiros a serem agredidos foram os “cidadãos de côr preta” e não os republicanos. E mais, a direção da Guarda Negra pediu aos seus membros que

¹⁸⁵ Idem, p. 131.

¹⁸⁶ Idem, p. 138.

¹⁸⁷ As citações que seguem estão no artigo *O dia de hontem*. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.

não revidassem a agressão, “que elles não deviam intervir no conflicto imminente”, pois os únicos que ganhariam com a desordem provocada seriam os neo-republicanos.

A própria Guarda Negra divulgou uma nota, no *Cidade do Rio*, para se defender das acusações de baderneiros e capoeiras. Clarinto de Almeida foi quem se apresentou como chefe-geral do grupo, formado por “cidadãos que, levados pelos sentimentos de gratidão e do patriotismo, hypothecaram a sua vida e a sua honra à Princesa Redemptora”. O seu propósito não era perturbar a ordem e provocar a anarquia, ou seja, a Guarda Negra se apresentava para os leitores do *Cidade do Rio* como um grupo organizado, formado por novos cidadãos, os libertos, e com fins totalmente pacíficos.

Mesmo a Guarda Negra se abstendo das confusões “foi impossível conter, hontem, a explosão da colera popular” diante da propaganda injuriosa dos republicanos. De acordo com o relato de Patrocínio, um número de cidadãos reuniu-se no Largo do Rocio para fazer uma contramanifestação pelas ruas, sem o propósito de perturbar a conferência em si. A multidão permaneceu do lado de fora do edificio e foram os republicanos no interior do clube que a provocaram dando vivas à república.

[...] um cidadão lembra-se de chegar a uma das varandas do club e dar um viva à republica, no momento em que o conferenciador perorava. A multidão fora agita-se, pensando que ia sahir o préstito e procura por sua vez organizar o seu. O vedeta considera esse movimento o inicio ao ataque e brada para dentro.

- Lá vêm elles! Lá vêm elles!

Fecham-se as janelas e portas o clube, enquanto lá dentro o auditório prepara-se para a resistência a aggressão imaginaria.

Fora a multidão continua a bradar:

- Viva a monarchia, viva a Izabel Redemptora!

Abram-se as janellas e alguns imprudentes sem se lembrar, que compromettiam a própria causa, disparam alguns tiros de revolver.

Houve uma confusão indescritível. Fugiam uns, recuavam outros, mas um grupo ficou firme em frente ao clube, continuando a acclamar às suas ideas.

Volve de novo a multidão armada de pedras e começa deslapidar o edificio.

Conforme Patrocínio¹⁸⁸, enquanto a população de fora, que não esperava por nenhum confronto lutava com pedras, os republicanos dentro do edifício estavam preparados, atiravam com revólveres e “não se julgando garantida, arrombou o telhado como arma”¹⁸⁹. Somente depois com a intervenção da polícia, cavalaria, praças e infantaria é que a violência e o tumulto foram apaziguados. No entanto, os ânimos entre republicanos e monarquistas continuaram presentes durante toda à tarde e à noite na cidade do Rio de Janeiro.

José do Patrocínio saiu em defesa da Guarda Negra, a “corporação que é um verdadeiro partido político, tão respeitável como qualquer outro”, formado por cidadãos agradecidos a sua libertadora.

O jornal *O Paiz*, por exemplo, teve a sua redação atacada por pedras e pessoas que gritavam “fora e morra ao seu redactor chefe”¹⁹⁰. Foi preciso a ação policial, com 25 praças, para acabar com a depredação e proteger o edifício. A imprensa lamentou o episódio em defesa da liberdade de expressão. O *Cidade do Rio*, da mesma forma, condenou os ataques ao *O Paiz*, mas lembrou que inúmeras vezes foi vítima dos republicanos com vaias, “couces nas portas; depois à pedrada.” E mesmo assim, *O Paiz* nunca teria tido “uma palavra para admoestá-lo, um conselho para circumscrever os seus direitos e para garantir a nossa liberdade.”¹⁹¹

A versão da polícia, divulgada no *Cidade do Rio*, em 31 de dezembro de 1888, é muito parecida com as argumentações dos abolicionistas defensores do Terceiro Reinado. Acredito que não poderia ser diferente, pois ambos os grupos estavam, neste momento, favoráveis ao governo. O chefe de polícia Manoel José Espínola argumentava que o “ódio nada pode construir que honra a historia de um povo”, por isso pedia aos “cidadãos que como nós, discordam do modo como está sendo feita a propaganda republicana, [...] que dêem o exemplo da mais absoluta tolerancia e do maior respeito à

¹⁸⁸ Cabe ressaltar que a relação amistosa entre a Guarda Negra e Patrocínio não durou muito tempo. Por ocasião das festividades promovidas no Brasil para o centenário da Revolução Francesa, em 14 de junho de 1889, o abolicionista que, de certo modo, ajudou a promover a sociedade sentiu-se traído pelo rumo que a Guarda Negra vinha tomando. Uma grande confusão ocorreu na rua do Ouvidor, entre as ruas Gonçalves Dias e Uruguaiana, durante a passeata das academias e sociedades republicanas. Os membros da Guarda negra atacaram as pessoas que participavam da festa. Para Patrocínio a violência cometida pela guarda negra foi um ato imperdoável, pois o que estava em pauta era a “commemoração pacifica, do centenário da Emancipação humana.” A Revolução Francesa era o exemplo de empenho e luta pela liberdade da humanidade, por isso deveria ser comemorada por todos. A Guarda Negra, conforme Patrocínio desviou-se do “seu nobre e generoso fim por indivíduos que entendem fazer della escada para as posições.” Aos homens de cor. *Cidade do Rio*, 15 de julho de 1889.

¹⁸⁹ O dia de hontem. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.

¹⁹⁰ Liberdade de Pensamento. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.

¹⁹¹ Trumfo!. *Cidade do Rio*, 3 de janeiro de 1888.

liberdade".¹⁹² Este relatório policial dá a entender que os cidadãos aliados da polícia eram os defensores da monarquia e do Terceiro Reinado.

O responsável pela 3ª delegacia, Dr. Francisco de Paula Valladares, esteve no local e interrogou algumas testemunhas:

Segundo fui informado, ganhou esse tumulto graves proporções, quando ao sahir, grande parte do auditório em grita provocadora, dando vivas à república, encontrou signaes de desapprovação do povo, que já se achava fora agglomerado. A excitação dos animas então cresceu, passando das ameaças, de parte a parte, a luta em que envolveram os dous grupos.¹⁹³

Sobre o conflito na conferência de Silva Jardim a polícia apresentou o seguinte parecer: por volta de 1 hora da tarde iniciou-se uma conferência no Clube Ginástico Francês. Os assistentes republicanos, por sua vez, receberam a tiros de revolver a multidão que estava ao lado de fora do prédio, a multidão reagiu a agressão com pedras e outros projeteis.

Assim temos duas versões. Os republicanos acusavam o governo monárquico de aliciar os libertos para impedirem manifestações republicanas, com a criação da Guarda Negra¹⁹⁴, a grande provocadora do caos que se instalou no dia 30 de dezembro de 1888. A segunda apresentada pelos policiais e abolicionistas favoráveis ao Terceiro Reinado da Princesa Isabel, este grupo colocava toda responsabilidade do conflito nas mãos dos neo-republicanos, por promoverem uma campanha de ódio à Princesa.

Em cada ponto aparece o viés político defendido por cada grupo - monarquistas, republicanos e no caso de Patrocínio o seu republicanismo evolucionista ao apoiar o Terceiro Reinado. Implicitamente transparece a instabilidade social e o envolvimento de muitos grupos - ricos e pobres, livres e libertos - nas discussões políticas que escapou do Parlamento e se instalou nas ruas, nos teatros e clubes. Diferentes projetos para reconstrução do país são apresentados. República ou monarquia, extensão ou limitação da cidadania aos libertos, novas formas de controle social em divergência com novos sentidos atribuídos, pelos libertos, à liberdade.

Em janeiro de 1889 ainda podemos verificar nos jornais a polarização política, república e monarquia, em conseqüências do dia 30 de dezembro de 1888. José do

¹⁹² *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ A ação da Guarda Negra foi passageira. Criada em 1888, agitou a cidade do Rio de Janeiro, atemorizou alguns grupos e foi defendido por outros. Nos anos finais de 1889 teria desaparecido das ruas. GOMES, Flávio dos Santos. Op. cit. p.89. MACHADO, Humberto. Op. Cit., p.174.

Patrocínio vem a publico questionar Silva Jardim e Quintino Bocaiúva, protagonistas de falsas acusações ao ministério e à Princesa Isabel. Para Patrocínio, Quintino Bocaiúva em sua “indignação scenographica”¹⁹⁵ mentiu sobre quem primeiro teria atacado e provocado a confusão. Não foram os libertos e sim os republicanos que agrediram, em 23 de dezembro, cinco homens de cor “porque estes tiveram a audácia de levantar vivas à monarchia, enquanto os republicanos davam vivas à republica. Ao direito daquelles, responderam os correligionários do Sr. Quintino Bocaiúva, à pedra.”¹⁹⁶

E no dia 30 de dezembro, indagou o jornalista: “Quem quer atacar vai desarmado?”, isso porque o grupo que estava armado era dos republicanos e não a multidão que estava fora do ginásio. Na visão de Patrocínio este conflito ultrapassava a questão política – república e monarquia -, sendo marcado pela questão racial – brancos e negros. Os brancos republicanos não admitiam a defesa do Terceiro Reinado pelos libertos. A sua participação, nas ruas, das discussões políticas era um evento que incomodava a elite republicana, os ex-proprietários de escravos. O ódio aos negros estaria presente nas manifestações dos neo-republicanos ao procurarem, mesmo após a abolição, controlar seus ex-escravos e ainda receber a indenização do governo.

A abolição do trabalho escravo impunha a elaboração de novas formas de controle e hierarquia social. Como também a formulação de novos significados de liberdade. “Com certeza, a liberdade não representou para a maioria dos libertos continuarem nas fazendas de seus ex-senhores em troca e salários ou a integração no mercado de trabalho livre assalariado das cidades.”¹⁹⁷ Para o liberto a liberdade significava a autonomia na tomada das suas decisões e a mobilidade no espaço.

Medo, otimismo e prudência foram sentimentos compartilhados pelas pessoas nos momentos finais da escravidão no Brasil. Enquanto alguns, a exemplo dos proprietários e chefes de polícia, viam atemorizados as práticas dos libertos na confirmação de sua autonomia; outros como os abolicionistas festejavam a abolição como o início de uma nova era para o país; e existia, ainda, aqueles mais cautelosos e prudentes quanto a nova ordem social que se instalava.

De acordo com Wlamira R. de Albuquerque o fim do escravo simbolizava, por outro lado, o fim da sua outra metade – o senhor – pelo menos moralmente. As velhas estratégias de subordinação utilizadas pelos fazendeiros, bem como a hierarquização social, não faziam mais sentidos, não eram mais legítimas. “Afinal, não havia mais

¹⁹⁵ Trumfo!. *Cidade do Rio*, 3 de janeiro de 1889

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ GOMES, Flávio dos Santos. Op. cit. p. 89.

senhores, [...]. Corria-se o risco de ser riscada da gramática das relações sociais, junto com a palavra escravo, a condição senhorial dos homens brancos”¹⁹⁸.

Cabe ressaltar o problema da racialização neste contexto, tema caro que foi potencializado nos anos finais do século XIX. Patrocínio desejava, com seus artigos, evidenciar o conflito racial estimulado pelos neo-republicanos que com a sua propaganda “insulta duas vezes a pátria, rebaixando-lhe o ideal americano e uma raça que pelos seus sentimentos generosos, conseguiu, fazer-se amar ao ponto de sermos nós um povo quase sem preconceito de cor”¹⁹⁹.

2.2. - Condenado pela cor: o preconceito racial no Brasil de José do Patrocínio

Uma mulher de Tananarive (Madagascar) deu a luz um monstro singularíssimo. Era uma menina dupla, pois tinha quatro olhos, mas uma só cabeça e um só corpo. Tudo o mais era duplo. As duas boccas emittiam sons, mas uma somente podia mamar. O tal monstro foi estrangulado poucos dias depois de nascido. A mãe vendo-o sentiu-se tomada de tal horror, que cahiu gravemente doente.²⁰⁰

A notícia acima foi publicada, no jornal *A Provincia de São Paulo*, na primeira página, ao lado de um artigo que criticava o posicionamento político do jornalista José do Patrocínio²⁰¹. Esta pequena nota tem muito a nos dizer a respeito da imagem que o jornal veiculava sobre a África e os africanos, quando o frenesi pela abolição estava no auge.

Diversas interpretações podem ser veiculadas a esta nota. Será que o jornal desejava apenas noticiar algo de muito inusitado que ‘aconteceu’ justamente na África, sem ter o objetivo de manipular nenhuma simbologia para este continente? Ou acreditava que a África era um lugar exótico, onde coisas estranhas poderia acontecer, como o nascimento de um monstro, fruto de uma relação entre dois africanos? Ou ainda legitimava a imagem de uma África bárbara e incivilizada. Como tudo que escrevemos tem um sentido e uma representação da nossa realidade e ao que consideramos ser a verdade, podemos supor que, mesmo indiretamente, ou seja, de uma forma sutil, *A*

¹⁹⁸ ALBUQUERQUE, Wlamira R. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 125.

¹⁹⁹ O dia de hontem. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.

²⁰⁰ *A Provincia de São Paulo*, 4 de maio de 1888.

²⁰¹ Com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que aboliu o trabalho escravo sem indenização o abolicionista José do Patrocínio passou a defender, no seu jornal *Cidade do Rio*, o Terceiro Reinado da Princesa Isabel e o Gabinete João Alfredo. Já o jornal *A Provincia de São Paulo*, como jornal republicano, fazia campanha contra um possível governo da Princesa Isabel.

Provincia de São Paulo associou à África e aos africanos, homens de cor negra, uma imagem grotesca e distante da civilização exemplificada pela Europa.

O continente africano aparece como um lugar exótico, onde existe, até, a possibilidade de um ser humano dar a luz a um monstro, que não é considerado nem uma criança. Possuía uma cabeça, um corpo e os demais membros do corpo eram duplicados – quatro olhos, quatro pernas, duas bocas, e, provavelmente, quatro orelhas e dois narizes. O fim para esta aberração era iminente: dias depois foi estrangulada. A mãe, coitada, não suportou a situação e “cahiu gravemente doente.”²⁰²

A questão racial, sua legitimação e seus usos, tiveram destaque no Brasil nas décadas finais do século XIX. Neste contexto a valorização do pensamento racial no Brasil é sintomática das mudanças sociais que vinham se estabelecendo no país, com a bancarrota do trabalho escravo. As teorias raciais foram imprescindíveis para legitimar as desigualdades sociais em um país em que todos, de acordo com a lei²⁰³, eram livres e cidadãos. No entanto, a cidadania acabou sendo limitada aos novos cidadãos, que sentiram na pele a reprodução das hierarquias raciais.

Aos novos cidadãos foram negados, na prática, os direitos civis e políticos por serem comumente desqualificados. O jornalista José do Patrocínio nos servirá aqui de exemplo, pois em diversos momentos utilizou a imprensa para defender-se de acusações pejorativas de cunho raciais. Patrocínio mesmo sendo um renomado jornalista, um ilustre abolicionista, glorificado nas festas pela abolição, membro da Academia Brasileira de Letras, continuou considerado, para muitos brasileiros de sua época, um negro infiel, imoral que falava e escrevia demais. Um homem deslocado do seu verdadeiro lugar, o povo, por desejar viver uma mentira no mundo dos brancos.

Utilizarei neste trabalho o termo raça com base nas teorias raciais praticadas no Brasil neste momento, pelos intelectuais e cientistas brasileiros, tendo como parâmetro o trabalho desenvolvido por Lilia Moritz Schwarcz.

Do darwinismo social adotou-se a suposta diferença entre as raças humanas e sua natural hierarquização sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento, obliterando-se a idéia de que a humanidade era una.²⁰⁴

²⁰² *A Provincia de São Paulo*, 4 de maio de 1888.

²⁰³ A Lei Áurea promulgada em 13 de maio de 1888, pela Regente Princesa Isabel, estabelecia o fim do trabalho escravo no Brasil. A partir de então todos os escravos foram transformados em homens livres.

Caso I

No início dos anos de 1880 começou a circular o pasquim *Corsário*²⁰⁵ de responsabilidade de Apulco de Castro. Foi um periódico polêmico. Possuía uma linguagem irônica, direta e por vezes rude. Como republicano criticava a monarquia e todos os seus representantes, e os engajados abolicionistas como José do Patrocínio, pois para Apulco de Castro a abolição deveria ser pensada com muita cautela, para ser realizada dentro da ordem. Patrocínio foi alvo de muitos ataques por parte do *Corsário*. Quando alguém lia, neste pasquim, sobre o Preto-Cínico já sabia que se reportava a Patrocínio, também chamado de moleque, cão, rei zulu dos abolicionistas de escravos e negrinho.

O atrito entre José do Patrocínio e Apulco foi além das questões abolicionistas, estava impregnado do preconceito embasado na raça. Ambos os jornalistas eram pardos, seguindo a conceituação da época. “Mulato escuro, nascido na Bahia, Apulco vira no casamento de Patrocínio com moça branca uma deserção”²⁰⁶. O casamento de Patrocínio foi um acontecimento na Corte, tendo em vista o noivo e a noiva serem de nível social diferentes e, para alguns, representantes de raças diferentes. Apulco vai chamar atenção para estas diferenças e com o artigo *Casamento de um tipo* vai expor toda a sua contrariedade e preconceito sobre o fato:

Casou-se o Preto-Cinico da “Gazeta” e está muito ancho com a lança que meteu em África! Em África, não, e aí é que está o mal.

[...]

Mas, com quem foi casar o imaculado apóstolo protetor dos negros seus parceiros? Procurou por ventura fazer a felicidade de uma pretinha sua parceira?

²⁰⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930*. São Paulo: companhia das Letras, 1993, p. 18.

²⁰⁵ Este periódico foi tema de trabalho de dissertação defendido no programa PPGH da UFRJ por Rodrigo Cardoso Soares de Araújo. Ver: ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível no site: http://teses2.ufrj.br/Teses/IFCS_M/RodrigoCardosoSoaresDeAraujo.pdf.

²⁰⁶ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. Cit., p. 94.

Escolheu alguma dona de sua própria raça, de popa planturosa, e catiguenta a valer?

Pois não! Nessa não caiu o nosso moleque.

Isso é bom para os tolos, para os boçais parceiros, não para os quilombolas da grande imprensa moralizadora da Corte, não para o espertalhão jornalista ganhador.

O negrinho quis por força moça bonita, dengosa e [...] branca [...]”²⁰⁷

Para Apulco o casamento de Patrocínio era uma grande contradição. Como poderia um preto, de acordo com este pasquim, defensor ardoroso da abolição, advogado dos negros, não se casar com uma mulher da sua raça e sim com uma branca. Tal caso era considerado uma traição de Patrocínio aos negros escravos. O referido jornalista abolicionista era visto, então, como um oportunista, no sentido negativo, pois teria se aproveitado da situação de professor dos filhos do Capitão Emiliano Rosa de Sena²⁰⁸ para seduzir a filha mais velha, arrumar um bom casamento, ascender socialmente e adquirir cidadania segundo a lógica do “silêncio sobre a cor”²⁰⁹.

De acordo com a historiadora Hebe Mattos o “silêncio sobre a cor como um símbolo de cidadania foi uma experiência construída nas lutas anti-racistas do século XIX.”²¹⁰ Lutas que envolveram a defesa de novos elementos de critério e classificação social que deveriam passar longe do critério da cor, uma vez que os homens livres e libertos de cor eram constantemente prejudicados em seus direitos civis e políticos²¹¹. As lutas anti-racistas tiveram evidências em diversos momentos, como a que foi empreendida pelo advogado mulato Antônio Pereira Rebouças ao longo de sua vida (1798 - 1880). Para Rebouças os direitos civis deveriam ser respeitados e estendidos a todos os homens livres, independente de sua cor. Uma de suas preocupações era acabar

²⁰⁷ *Corsário*, 9 de fevereiro de 1881.

²⁰⁸ José do Patrocínio conheceu a família Sena, em fins de 1874, por intermédio do seu amigo de faculdade João Rodrigues Pacheco Vilanova filho do capitão Sena. A partir de então, sem moradia, passou a morar com a família e ser o professor das crianças que aí moravam, entre ela a sua futura esposa Maria Henriqueta. JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. cit., p. 39.

²⁰⁹ Termo presente no trabalho da historiadora Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*, que analisou documentos oficiais do Estado - os processos cíveis, criminais e registros civis - e verificou, nos mesmos, a ausência de dados referente à cor, principalmente após a segunda metade do século XIX. O silêncio sobre a cor é tomado paralelo a noção de liberdade, ou seja, marcava juridicamente o lugar social ocupado pela pessoa, “era um signo de cidadania na sociedade imperial”, mais do que expressar uma perspectiva de branqueamento. Apud: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 109.

²¹⁰ MATTOS, Hebe. “*Remanescentes das Comunidades dos Quilombos*”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, n. 68, dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 15.

²¹¹ A prática do silêncio da cor também foi influenciada pelo crescente número de negros e mestiços livres, na segunda metade do século XIX. “O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos”. MATTOS, Hebe. Op. Cit., p. 110.

com categorias raciais que excluía os libertos dos direitos civis, políticos e militares. De acordo com Rebouças o critério justo era o estabelecido pela renda, por ser considerado o indicativo do seu trabalho, competência e virtudes.

Se a liberdade silenciava a cor de um indivíduo, imagine então o casamento com uma branca de família importante. Este foi o pensamento de Apulco de Castro proprietário do *Corsário*. Patrocínio, na verdade, estaria negando a sua cor e ascendência. Tanto é assim que Apulco o acusou diversas vezes de ter abandonado e esquecido a sua mãe na miséria em Campos dos Goitacazes, sua cidade natal. Patrocínio foi também qualificado como o homem de duas caras, de duas palavras, “... o mentecapto que hoje diz e escreve uma cousa e amanhã outra, [...] o cão hydophobic que do roda-pé da Gazeta insulta a todo mundo”.²¹² Em outro momento foi reforçado um certo traço instável da personalidade do abolicionista. O redator da *Gazeta da Tarde* era apresentado como incoerente politicamente, pois como um republicano poderia oferecer “braço em defesa do Throno caso o imperador decreta a liberdade dos escravos [...]”²¹³

Em 11 de maio de 1881 o *Corsário* publicou versos sobre Patrocínio, que assinava seus artigos na *Gazeta de Notícias* com o pseudônimo Proudhomme, que tem o seguinte trecho:

Fugiu-me, fazem dois meses,
O meu moleque Proudhomme.
Tem fugido muitas vezes ...
[...]
Tem sinais particulares
O meu crioulo fujão,
Desde a cara aos calcanhares
Tem sinais particulares!
Tem do macaco os esgares
E as vilanias do cão!
Tem sinais particulares
O meu crioulo fujão!²¹⁴

Apulco de Castro parecia atacar o ponto mais franco de Patrocínio - a sua cor e origem - num contexto em que as teorias raciais eram utilizadas para compreender a sociedade.

²¹² *Corsário*, 14 de maio de 1881.

²¹³ *Corsário*, 2 de setembro de 1882.

²¹⁴ *Corsário*, 11 de maio de 1881.

Que teria(m) motivado(s) esta complicada relação, vivida publicamente, por José do Patrocínio e Apulco de Castro? Sabemos que a resposta não é simples. O que possuímos são algumas hipóteses: Patrocínio e Castro eram jornalistas com prioridades diferentes, enquanto o primeiro defendia a abolição da escravidão e na sua perspectiva dividia a sociedade entre abolicionista e escravista, o segundo partia de um republicanismo radical e de uma feroz crítica ao governo e ao Imperador. Com relação à extinção do trabalho escravo, Apulco de Castro parecia compactuar com o direcionamento do Partido Republicano do Rio de Janeiro, ou seja, muita cautela, pois defendeu em artigos no *Corsário* importantes membros republicanos – Saldanha Marinho, Lúcio de Mendonça, Quintino Bocaiúva e Lopes Trovão²¹⁵.

Segundo Rodrigo Cardoso Soares de Araújo as duas personagens mais criticadas por Apulco de Castro foram José do Patrocínio e D. Pedro II. Para o proprietário do *Corsário* o abolicionismo de Patrocínio era falso por visar uma autopromoção, por projetar uma visibilidade maior para o seu nome – José do Patrocínio, abolicionista – do que para a causa dos escravos. “José do Patrocínio, [...], e Joaquim Nabuco eram [...] acusados de propor a abolição de maneira impensada, com o único intuito de promoverem seus nomes, sem considerarem possíveis conseqüências nefastas para o país.”²¹⁶

Caso II

Os desagrvos contra Patrocínio tornaram-se mais freqüentes nos anos de 1887 e 1888, principalmente depois da criação do Gabinete 10 de Março presidido por João Alfredo. José do Patrocínio vai apoiar abertamente João Alfredo e a Princesa Isabel vislumbrando a possibilidade da extinção da escravidão sem indenização, que de fato tornou-se realidade com a Lei Áurea. Os artigos publicados no seu jornal *Cidade do Rio* eram em defesa do Ministério e da Regente.

No dia 10 junho de 1888 realizou-se, no Teatro Imperial D. Pedro II²¹⁷, uma grande festa organizada pelo professorado público do ensino primário da Corte em celebração à Princesa Isabel, ao Gabinete João Alfredo e à Lei Áurea. Pessoas importantes compareceram ao evento como a Princesa, o Conde d’Eu, membros do

²¹⁵ ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. Op. Cit, p. 56.

²¹⁶ Idem, p. 57.

²¹⁷ VASCONCELOS, Rita de Cássia A. F. *A festa das crianças e dos adultos: celebração à Princesa Isabel, libertadora dos escravos*. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: O Museu, v.40, 2008, p. 55-71.

Ministério, o Inspetor Geral de Instrução Pública, José do Patrocínio e a imprensa. Patrocínio foi convidado para ser orador oficial da festa em substituição ao deputado Affonso Celso Junior, por motivo de doença na família. No seu discurso o jornalista abolicionista a compara a imagem de Virgem Maria retratada pelo pintor Murillo.

[...] ao ver senhores, nesta festa da infância, a Excelsa Princesa Regente saudada pela revoada de crianças, recordo-me do belo e inspirado quadro de Murillo, que representa a Virgem cercada de anjos e tendo os pés sobre as nuvens. O reinado do amor, [...], da igualdade e da fraternidade, é o único que se poderá sustentar no torvelinho das ambições não satisfeita, dos pequeninos ódios das parcialidades políticas, e, sobretudo, no egoísmo que mata todas as crianças; amesquinha, vilipendiando, todos os caracteres, e altera os fatos para deturpar as grandes energias! A Lei, que sancionaste, abriu-vos os corações dos bons patriotas e aureolou a vossa frente com anarcessível coroa, que mais vale, por certo, que os diademas herdados. Em cada coração brasileiro erguestes um altar; em cada personalidade criastes um admirador de vossas virtudes²¹⁸

Isabel representava, na festa, o reinado de amor, da liberdade e igualdade. A senhora que libertou um povo e por isso digna de toda admiração e comemoração. Patrocínio de fato enalteceu Princesa Isabel. Desagradando, por outro lado, os republicanos, que o qualificou de traidor, pois Patrocínio, antes do Gabinete João Alfredo propagou a causa republicana e participou do Clube Republicano de São Cristovão.

República–abolição ou abolição–república eram bandeiras que se diferenciavam. A ordem aqui alterava o produto. Para os Partidos Republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo a primeira luta era a causa política, com a instalação da república, já para Patrocínio a principal causa era abolição do trabalho escravo. No dia 28 de abril de 1888, Patrocínio escreveu que o Manifesto do Congresso Republicano de 1872 era “... um estatuto cruel, deshumano, pois se retiravam da luta pelo fim da escravidão.”²¹⁹ O jornal *A Província de São Paulo* começa a rebater as acusações feitas por Patrocínio de que o Partido Republicano de São Paulo estava apoiando os escravistas.

A Província de São Paulo publicou, no dia 4 de maio de 1888, um artigo para defender-se de tais acusações por parte do *Cidade do Rio*, chamando José do Patrocínio de “democrata fetichista”²²⁰. O termo fetichista é utilizado para menosprezá-lo, pois

²¹⁸A Festa das Creanças. *Commemoração da Lei 13 de Maio que aboliu a Escravidão no Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 50.

²¹⁹*Cidade do Rio*, 28 de abril de 1888.

²²⁰*A Província de São Paulo*, 4 de maio de 1888.

segundo a filosofia positivista o conhecimento humano é progressivo e dividido em três estágios diferentes, sendo inevitável passar pelos dois primeiros estágios para alcançar o último. São eles: o estado Teológico, o estado Metafísico e o estado Positivo.

No estado Teológico prevalece a imaginação sobre a observação dos fenômenos. O homem, nesta fase acredita ter uma compreensão absoluta do conhecimento, recorrendo à intervenção das divindades para entender os fenômenos que acontecem ao seu redor. Este estado está subdividido em 3 períodos sucessivos: o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo, sendo a última fase a etapa de transição para o estado Metafísico²²¹. Assim, Patrocínio era visto como o homem que estava na primeira fase de sua evolução. Por isso os seus devaneios e explicações falsas sobre os acontecimentos. Patrocínio não teria a clareza do que acontecia, estava no plano da imaginação. Vale ressaltar que ao lado deste artigo estava aquele, da menina monstro de Madagascar.

Para *A Província de São Paulo* a abolição era uma questão de tempo e resultado do progresso e da vontade nacional. “Dahi se deduz que o resultado natural não via exclusivamente da constituição política da republica. Mas, por isso mesmo, no dia em que a República for a força capaz de concretisar-se em fôrma de governo aquella instituição terá deixado de existir.”²²²

Em 9 de maio de 1888 outro artigo foi publicado pelo jornal paulistano. A ofensa a Patrocínio partia de sua cor e de uma suposta necessidade de dinheiro, razões que o jornal alegava teriam motivado a mudança de lado de Patrocínio, pois “não é que o neguinho onça, como lhe chama o Sr. Antonio Bento²²³, fez-se monarchista, e daquelles de virar e romper?”²²⁴ Assim, Patrocínio teria se aproximado da Monarquia interessado em favores e privilégios, já que a República “ainda está verde, e os pecúlios desaparecem e já não dão para a cova de um dente”²²⁵. E por fim ironiza:

²²¹ No estado Metafísico os fenômenos seriam explicados pela física e química, forças reunidas na natureza. E por fim, o estado Positivo seria a subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Para maior aprofundamento da filosofia elabora por Augusto Comte. Ver: COMTE, Auguste *Os Pensadores*. Seleção e tradução José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Nova Cultura 1983.

²²² *A Província de São Paulo*, 4 de maio de 1889.

²²³ Antonio Bento liderava os caifazes, movimento abolicionista em São Paulo que contava com a participação de diversos grupos sociais como políticos, jornalistas, professores e ex-escravos. A ação do grupo pode ser segmentada em dois momentos, a princípio realizavam comícios e arrecadavam dinheiro para o fundo de emancipação para a compra da liberdade dos escravos. “No entanto, em finais de 1886, os caifazes, passaram a empregar métodos ilegais, como o incitamento às fugas de escravos, organizando, além disso, uma estrutura para abrigar os fugitivos, atraindo-os para a capital provincial e o porto de Santos.” VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit., p. 110 (verbete escrito por Hebe Mattos e Cláudia Regina A. dos Santos).

²²⁴ *Cidade do Rio*, 4 de maio de 1888.

²²⁵ Idem.

Eu tencionava chamar o Zé para meu secretario; necessito a quem copiem os meus trabalhos para que os revisores não façam o que fizeram hontem ao Don Pedrito, que puzeram houvia os sons – ouvia e de mais com h; já tinha escripto uma carta ao Zé, fazendo-lhe a proposta, visto que me disseram não andar elle por lá muito alentado, mas o homem não esperou pelo auxilio de um correligionário e passou-se para o inimigo com armas e bagagens. Foi o diabo. K. Fuso”²²⁶

Os Partidos Republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo não perdoaram o fato de o jornalista abolicionista ter defendido a Princesa Isabel e chamá-la de Redentora, associando a imagem desta à libertação dos escravos, e mais ainda por ter defendido o Terceiro Reinado. Seria a partir de agora visto como ‘o último negro vendido do Brasil’²²⁷. O traidor, por isso a alcunha de ‘neguinho-onça’.

Nos dias 4 e 5 de janeiro de 1889 o *Cidade do Rio* divulgou dois artigos de Patrocínio com o título *À ponta da pena*. Mais uma vez o jornalista abolicionista foi acusado de traição à república, agora por parte de Rangel Pestana, editor do jornal *A Provincia de São Paulo*²²⁸, cujo artigo foi republicado no *O Paiz* de Quintino Bocaiúva. No seu direito de resposta, Patrocínio colocou-se como um homem pobre e com dívidas contraídas por sustentar a campanha contra a escravidão, entre 1881 a 1888. O jornalista pensou sair da vida pública com promulgação da abolição do trabalho escravo sem indenização, mas “os escravistas reclamavam esta; eu conservei-me na imprensa para resistir-lhes.”²²⁹ Além da gratidão à Princesa a sua atitude era de repugnância frente aos novos republicanos na ânsia de uma indenização.

Vendo que não podiam bater-me no terreno dos princípios, porque eu tinha por mim um passado de firmeza e intransigência, ao passo que eles tinham o mais triste passado de tergiversações e dobrez, os Rangel e Quintino recorreram à difamação.

Declararam-me traidor à República e como sabem que **eu sou pobre e sou negro** venderam-me ao governo.

Já no dia imediato à abolição da escravidão, sem que nenhuma palavra minha houvesse dito qual a orientação política futura do amigo da véspera, **eu era já o último negro que se vendera.**²³⁰ (destaque dado pelo autor)

²²⁶ *A Provincia de São Paulo*, 9 de maio de 1888.

²²⁷ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. Cit., p.248.

²²⁸ *A Provincia de São Paulo* foi criada por um grupo de republicanos paulistas ligado ao Partido Republicano de São Paulo. A direção coube aos maiores acionistas – Rangel Pestana e Américo de Campos. A sua primeira circulação ocorreu em 4 de janeiro de 1875. O diário buscava apresentar imparcialidade nas suas publicações, todavia o caráter republicano e antimonárquico era latente. Após a Proclamação da República o jornal passou a ser intitulado O Estado de São Paulo e circula até hoje.

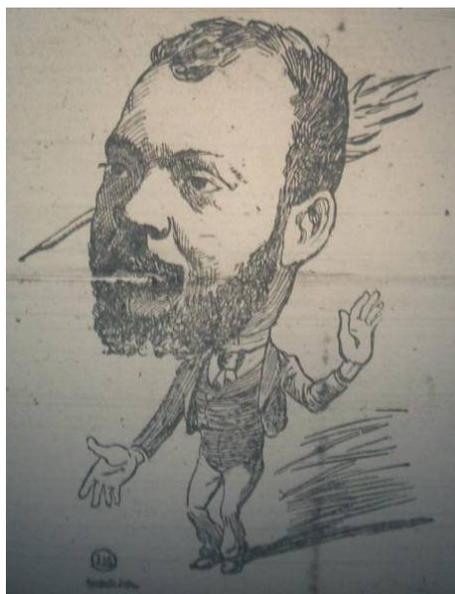
²²⁹ *À ponta da pena. Cidade do Rio*, 4 de janeiro de 1889.

²³⁰ Idem.

Na visão de Patrocínio como os republicanos não poderiam atacar a sua moral e sua ética, procuraram na questão racial o elemento para denegrir a sua imagem. E tal argumento parecia incomodar muito José do Patrocínio, jornalista com reconhecimento social e com uma rede de amizade que incluía André Rebouças.

Caso III

Já em 1896, 8 anos após a abolição, Patrocínio continuou alvo de difamação, tendo a sua cor uma referência negativa. Agora é o jornal *Gazeta de Notícias* que tripudia sua imagem com a caricatura de *O Guayamu*²³¹. Com texto de Juvenal Gavarni, pseudônimo de Lúcio de Mendonça²³², o então ministro do Supremo Tribunal Federal, e o desenho de J.M.



Charge publicada no *Gazeta de Notícias*, no dia 13 de setembro de 1896.

A caricatura lhe é atribuída como consequência de uma briga política com Lúcio de Mendonça. Segundo Raimundo Magalhães Júnior, em *A vida turbulenta de José do*

²³¹ Guaiamum é um termo tupi referente a um caranguejo preto muito comum no sudeste e nordeste do país. “Tupi guaia ou goia caranguejo; mu, mum, preto.” BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico*. Prosódio da Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Lisa S.A., vol.4, 1988, p.1642.

²³² Lúcio Furtado de Mendonça Drummond nasceu no Rio de Janeiro a 10 de março de 1854. Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Atuou como promotor público em inúmeras cidades do Rio de Janeiro. Participou da campanha republicana e com a sua instalação foi nomeado ministro do supremo tribunal de Justiça Federal. Apud: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 226.

Patrocínio, Lúcio de Mendonça tomou partido das críticas sofridas por seu irmão Salvador de Mendonça²³³, “muito atacado por Patrocínio desde o malsinado projeto de importação de chineses, e entusiasta do florianismo”²³⁴. Sem nenhuma sutileza o artigo começava afirmando que a “alcunha caracteriza-o um capoeira no estylo”, “um homem da rua”, que só se faz presente no meio do povo e da “multidão agitada”, já em um ambiente “entre gente fina [...] faz o efeito do deslocamento que produziria, entretanto, num bello aviario de luxo, uma porcelana selvagem”²³⁵

Era igualmente um esquecido na República, passada a “abolição tem decrescido sempre; o chronista petroleiro [...]. Devia ser um aposentado na glória [...] e quem hoje o vê tem saudade do luctador do outro tempo e tem pena do de agora”²³⁶.

Dessa forma, José do Patrocínio era identificado à capoeira e os “capoeiras eram sempre associados a escravos fugidos, vadios, desordeiros e até mesmo assassinos perigosos.”²³⁷ Os praticantes eram vistos como vândalos e criminosos. A imagem de Patrocínio capoeira era prejudicial e perigosa para o jornalista podendo atrapalhar os negócios na folha *Cidade do Rio* e até ser uma ameaça a sua integridade física.

A atividade era qualificada como crime e prevista com punição no Código Criminal de 1890. A regulamentação da capoeiragem como crime foi dedicado ao Capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras. No Art. 402. proibia qualquer exercício corporal que pudesse lembrar a “capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal”²³⁸. A pena poderia ser a prisão por dois a seis meses, de um a três anos em colônias penais se reincidente, caso fosse estrangeiro seria deportado.

O *Cidade do Rio*, no dia 14 de setembro de 1896, divulgou uma nota em defesa do seu proprietário desmoralizado pela *Gazeta de Noticias*.²³⁹

²³³ Salvador Furtado de Mendonça Drummond nasceu no Rio de Janeiro a 1845. Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Trabalhou como literato e jornalista. Na Monarquia foi nomeado cônsul geral do Brasil em Nova Iorque. Foi condecorado com a Ordem de Rosa. Na República foi ministro plenipotenciário de primeira classe em Washington e Londres. Apud: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Op. Cit., p. 186.

²³⁴ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. Cit., p. 333.

²³⁵ *Gazeta de Noticias*, 13 de setembro de 1896.

²³⁶ *Gazeta de Noticias*, ibidem.

²³⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 116. (verbete escrito por Hebe Mettos).

²³⁸ BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Último acesso: 02/05/2010.

²³⁹ A *Gazeta de Noticias* foi fundada em 1875 por Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes. A época da publicação deste artigo o periódico era controlado por Ferreira de Araújo.

A alcunha escolhida por Juvenal Gavarni para José do Patrocínio é o Guayamu.

Juvenal foi injusto, bastante injusto.

José do Patrocínio nem é capoeira nos seus hábitos de homem, nem tão pouco um capoeira no seu estylo de jornalista, como aprouve dizer Juvenal.

José do Patrocínio é sim um luctador.

Lucta hoje pela verdade do ideal republicano, pela sua consecução, com o mesmo desinteresse, o mesmo amor com que durante muitos annos luctou pela liberdade da sua raça.²⁴⁰

O artigo negou tudo que foi associado à imagem do jornalista. José do Patrocínio não era um capoeira, diga-se vândalo e violento, e não possuía nenhuma característica associada à capoeiragem. O artigo em defesa de Patrocínio afirmou o espírito lutador do jornalista, a sua motivação para a luta era nobre, pois lutava ao lado da verdade e da justiça sem nenhum interesse pessoal que não fosse a liberdade e depois a instalação da República. Tanto assim, que lutou até o fim para libertar os de sua raça, a negra.

Caso IV

Existem ainda dois casos emblemáticos de preconceito racial sofrido por Patrocínio. Na noite de 3 de maio de 1900 José do Patrocínio foi atacado na rua Gonçalves Dias pelo filho do candidato a senador por Mato Grosso, o político José Maria Metello. De acordo com Patrocínio o candidato José M. Metello fraudou e corrompeu as eleições para vencer e ocupar o cargo de senador por Mato Grosso. Por isso o jornalista pediu ao Senado o cancelamento da eleição.

A questão é a forma como o jornalista foi atacado. Segundo a biografia de Raimundo Magalhães Júnior, o ataque a Patrocínio foi feito com um chicote. Já relato de Patrocínio, no *Cidade do Rio*, fez menção a um “instrumento aviltante”, ou seja, um instrumento humilhante. Então, é bem possível que fosse mesmo um chicote a arma do crime. Sendo assim, estaria Patrocínio sendo tratado como um escravo rebelde merecedor de umas chicotadas como punição? Podemos supor que sim. E o que é mais emblemático é o restabelecimento, mesmo que momentâneo, da relação de poder e hierarquia entre o senhor branco e o escravo negro.

O jornalista agredido pediu a alguns amigos que fossem a casa do Sr. Metello, para que este assumisse a responsabilidade, já que o agressor era menor de idade e seu

²⁴⁰ *Cidade do Rio*, 14 de setembro de 1896.

filho. O resultado da investida não foi nada favorável. O Sr. José M. Metello argumentou que não tinha mais contato com o rapaz há quase 14 anos e por isso não assumiria nenhuma responsabilidade. A questão ficou por isso mesmo, não foi feito nenhum inquérito contra o agressor, o Sr. Metello não assumiu qualquer associação com a agressão e por fim passou a exercer o cargo de senador por Mato Grosso, o que deixou Patrocínio desolado: “Sinto-me, pois, desamparado, sem garantias legais e obrigado a resignar-me a morrer indefeso ou a expor com a minha, a liberdade de meus amigos, para cumprir com o meu dever cívico.”²⁴¹

E por fim, o caso de 1901 envolvendo o nosso jornalista com o advogado Edmundo Bittencourt. A partir de uma briga²⁴² entre Rui Barbosa e Patrocínio, motivada mais uma vez por questões políticas, Edmundo Bittencourt saiu em defesa de Rui Barbosa, acusando Patrocínio de receber dinheiro da presidência²⁴³ para prejudicar o advogado baiano. Bittencourt escreveu no jornal *Correio da Manhã* que Patrocínio era um “um negro do ganho”²⁴⁴, denominação dada aos escravos que vendiam mercadorias ou alugavam sua força física e serviços a outros, com a autorização de seus senhores.

No dia 15 de novembro o *Cidade do Rio* publicou o *Ammonia a um bêbado*, onde acusou Bittencourt de bêbado, um “sacripanta desta ordem, tão ingrato quanto cynico, é um *vigarista* com os clientes e com a credulidade pública”²⁴⁵. Como levar a sério um bebarão, declarou Patrocínio. “Eu bem sei que não é elle, mas a cachaça, que escreve os seus artigos”. A parte mais interessante é quando Patrocínio afirmou ser “um negro do ganho”:

Sim, sou negro do ganho. Trabalho desde menino, fiz-me à custa da minha perseverança, porque antes de tudo quis honrar os negros, de que tenho orgulho de descender, porque a historia delles é esta:

Meus avós conquistaram a sua liberdade pela sua honradez e minha mãe amou tanto ao trabalho que ao chegar aqui e vendo que o meu escriptorio da redacção tinha duas portas, pediu-me uma dellas para continuar com a quitanda, a sua querida quitanda companheira fiel e arrimo da sua honestidade.

Sou negro do ganho, sim, recebo o salário do meu trabalho honesto; não vendo as causas que me confiam, bato me por ellas, lealdade, e

²⁴¹ *Cidade do Rio*, 4 de maio de 1900.

²⁴² A briga entre Rui Barbosa e José do Patrocínio foi provocada por diferenças políticas. Patrocínio saiu em defesa do presidente Prudente de Moraes, que decretou estado de sítio após atentado sofrido, em 5 de novembro de 1897, quando morreu o Ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt, para Rui Barbosa o estado de sítio já durava muito tempo, por isso as criticas ao presidente. Apud: JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. cit. P. 345-354.

²⁴³ O presidente em questão era Campos Salles.

²⁴⁴ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. cit. p. 395.

²⁴⁵ As citações a seguir estão no *Cidade do Rio*, 15 de Julho de 1901.

d'ahi sobra-me de minha economia moral forças e desinteresse para transportar gratuitamente fardos pesadíssimos de alheios crimes. (destaque dado pelo autor)

José do Patrocínio em sua defesa afirmou ter orgulho da sua ascendência negra e escrava, atrelando aos negros qualidades de trabalhadores, honradez, perseverança e dignidade. A sua mãe mesmo idosa e doente amava o seu trabalho e ainda desejava trabalhar na porta do escritório do *Cidade do Rio*. Outro dado importante é a afirmação de que seus avós conquistaram a liberdade, esta não lhe foi doada ou concedida, mas o resultado de luta. Patrocínio cria uma identidade escrava / negra familiar.

Podemos observar ao longo dos casos apresentados que José do Patrocínio foi difamado a partir de sua cor. Preto-Cínico, o neguinho-onça, o capoeira ou ainda “o negro do ganho”. Estes apelidos ocorreram em momentos diferentes, motivados por diversas questões, como a de ordem pessoal, o seu casamento com uma mulher branca, e os dilemas escravidão/abolição e república/monarquia. Os conflitos políticos vivenciados por Patrocínio levavam os seus adversários a utilizarem a cor e a origem de José do Patrocínio como uma marca negativa

Pois estamos falando do contexto final do século XIX e início do XX. Momento em que estava em voga o “racismo científico”. Segundo as teorias raciais os homens estavam divididos e hierarquizados em grupos de acordo com a sua raça, e cada raça passava para as gerações futuras as características inerentes à mesma. Vem somar a este princípio da hierarquização, a discussão sobre a origem da espécie humana: eram frutos de uma mesma espécie ou não? Disputavam os monogenistas que defendiam a origem comum do homem, e os poligenistas que afirmavam a variedade da espécie humana fruto de um desenvolvimento diferenciado. Cresce a prática da antropometria – medição e classificação dos membros do corpo humano, com destaque para os crânios. Ao longo do século XIX as teorias raciais vão adquirir formas e conteúdos variados de acordo com o contexto e os interesses de cada nação.²⁴⁶

No Brasil a cor adquiriu sentido indicativo do lugar social e racial ocupado pelo indivíduo na sociedade. Mas devemos fazer uma ressalva quanto a esta afirmação, pois o lugar social e o racial não caminharam sempre juntos e nem com valores equivalentes.

²⁴⁶ O Conde francês Joseph Arthur de Gobineau defendeu a superioridade da raça branca. Segundo este autor, que escreveu o famoso postulado racista *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* em 1855, a mestiçagem debilitava a raça. Quando veio ao Brasil como diplomático, em 1869, atrelou ao povo brasileiro sentimentos negativos, devido ao cruzamento das raças. Numa declaração afirmou: a população brasileira “é toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo.” Apud: RAEDERS, Georges. O conde Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 39.

Ou seja, o conceito de raça no Brasil chegou a ser visto como um perigo social, diante do grande número de libertos. A luta anti-racial evidenciava que a exclusão dos direitos constitucionais determinada pela cor poderia até incentivar conflitos raciais generalizados.

Foi apenas a partir dos anos 1870 que os intelectuais brasileiros começam a pensar os dilemas da construção da nacionalidade com base no racismo científico então em voga.

[...] supondo uma origem comum da humanidade, com desdobramento evolutivo semelhante e hierarquizado, no qual o modelo europeu representava o limite superior.²⁴⁷

A raça ficou, ao longo do século XIX, implícito ao preconceito de origem social. Segundo Hebe Mattos, que trabalhou com processos cíveis e criminais do Sudeste escravista, no século XIX, a cor era um item presente nos documentos gerados por estas instituições até meados do século XIX, tendo, depois, desaparecido. Com estes documentos a historiadora chegou as seguintes classificações: o qualificativo pardo recebia denotações diferentes, quando o homem era livre, mas com alguma ascendência negra, significava que ele não era branco, já como escravo ou forro, e com ascendência branca, o sentido era mulato ou mestiço; a “cor negra aparecia virtualmente como sinônimo de escravo ou liberto (preto forro)”; e o branco “era [...] por si só indicador da condição de liberdade”²⁴⁸

Claro que as classificações não são estanques e variam conforme as necessidades da sociedade. Em fim do século XIX podemos visualizar outros sentidos as cores, com outras justificativas. Analisando alguns periódicos publicados em São Paulo, na segunda metade do século XIX, Lília Moritz Schwarcz também chega à conclusão da negatividade atribuída as palavras negros / pretos e, por outro lado, uma positividade para os brancos. “Por outro lado, as representações parecem constituir também o local da formação de polaridades, anulando as possíveis diversidades internas aos brancos, frente à constituição de um “outro”, o “negro”, também absolutamente homogeneizado.”²⁴⁹

Segundo a historiadora Lília Moritz Schwarcz, o negro / preto aparece nos jornais paulistanos sob dois prismas, ora ele é o bárbaro, ora é a vítima. Essa oscilação

²⁴⁷ VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit., p. 616. (verbete escrito por Hebe Mattos).

²⁴⁸ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.107.

²⁴⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 249.

permeará as décadas da segunda metade do século XIX. Ele é o degenerado, físico e moralmente, o instável, assassino, ou é o submisso, coitado, fiel e humilde. Nos anos de 1885 / 1888, com o auge do movimento abolicionista, surge na imprensa paulistana uma diferenciação entre as designações preto e negro, “na grande maioria dos textos o escravo, homem de cor ou liberto que era descrito como PRETO, quando se trata de notícias de insurreições ou quilombos passa a ser chamado de NEGRO.”²⁵⁰

Na República o negro continua sendo aquele ser incivilizado e incapaz de discutir e fazer política, esta foi a chave da sua exclusão. Foi muito comum à associação dos libertos aos vícios da bebida e da vadiagem. “Vadiar, sambar e embriagar-se durante todo o mês, assim o barão de vila viçosa definiu qual tinha sido a idéia de liberdade dos negros”²⁵¹

O jornalista abolicionista José do Patrocínio foi desqualificado por seus adversários (Apulcro de Castro, *A Provincia de São Paulo*, Edmundo Bittencourt, entre outros) a partir dos estereótipos preconceituosos de negro, escravo e porque não também africano. Patrocínio não era o negro submisso / dependente, era o homem degenerado, traidor, inconstante, de raça inferior. O preconceito racial e todo imaginário a respeito da inferioridade dos negros logo vinha à tona, estampado nos jornais e legitimado pela ciência.

Como se colocar diante das acusações racistas naquele contexto? Nestes casos apresentados, Patrocínio não negou a cor negra que lhe foi atribuída, reafirmou-a com sentido positivo. Sustentou, na imprensa e na tribuna, a imagem do negro que lutava pelo ideal da liberdade dos escravos, imbuídos da moral e da ética, era o trabalhador, honrado e justo, assim como foram seus avôs e sua mãe.

2.3 ‘Eu prometo’: uma análise das candidaturas de José do Patrocínio

José do Patrocínio buscou alçar outro espaço para expor e defender o seu projeto de organização político-social do país - o Parlamento e a Câmara Municipal. Patrocínio sempre fez política nos jornais em que trabalhou ou foi proprietário (*Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*), nas conferências, nos meetings e

²⁵⁰ Idem, p. 195.

²⁵¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Op. Cit., p. 133.

sociedades e clubes dos quais participou. Mobilizou pessoas pelo fim do imposto do vintém, lutou pelo fim do trabalho escravo, atacou o governo monárquico e seu poder moderador e quanto preciso apoiou a Princesa Isabel nos tramites finais para a abolição. O seu fazer político era cotidiano.

Patrocínio irá reforçar a sua prática política e cidadã ao se candidatar para cargos eletivos do legislativo, em cinco momentos diferentes – 2 durante o período monárquico e os demais na república. A sua primeira eleição ocorreu em 1884 para deputado do 3º distrito do Município Neutro, depois para vereador em 1886, e em 1890, 1893 e depois em 1895 candidatou-se a deputado da Assembléia Constituinte.

Das cinco experiências eleitorais apenas uma foi vitoriosa, a de vereador. Por este fato, podemos atribuir baixa popularidade política de Patrocínio? Como foram as campanhas políticas do candidato José do Patrocínio? O que fez amargar quatro derrotas para o cargo de deputado? As três derrotas eleitorais no período republicano evidenciam seu ostracismo? Quais foram os projetos apresentados como vereador?

2.3.1. A eleição de 1884

Em 1884, José do Patrocínio lançou a sua primeira candidatura a um cargo legislativo da Câmara dos Deputados, dissolvida em 3 de setembro de 1884 pelo presidente do Gabinete o Sr. Dantas²⁵² por ter discordado do projeto apresentado pelo governo, conhecido como Lei dos Sexagenários. Os abolicionistas ficaram esperançosos com a possibilidade de participar da nova legislatura para então apoiar e aprovar o projeto que libertava os escravos maiores de 60 anos sem indenização.

A eleição estava completamente imersa no debate da questão servil. A bancada de deputados que fosse eleita seria responsável pelo avanço ou retrocesso, no Parlamento, do processo gradual da abolição do trabalho escravo. O abolicionismo estava em festa pelo fim da escravidão nas províncias do Amazonas (11 de março de 1884) e do Ceará (25 de março de 1884), cada vez mais se discutia os maléficos da escravidão para o país seja nas conferências, meetings, festas e na imprensa.

A Confederação Abolicionista lançou José do Patrocínio como seu candidato a deputado pelo 3º distrito do Município Neutro²⁵³, termo utilizado para designar a capital

²⁵² O político liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas, conhecido pelo nome de Senador Dantas, presidiu o 32º gabinete, entre 6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885.

²⁵³ As freguesias que compunham o 3º distrito, local onde Patrocínio disputou votos, eram: São Cristóvão, Espírito Santo, Engenho Velho, Engenho Novo e Inhaúma. Acredito que outras freguesias compunham o

do Império. Apesar da expansão da campanha abolicionista na Corte, a vitória dos abolicionistas como José do Patrocínio não estava nada garantida, tendo em vista a presença do poder políticos dos escravistas do Rio de Janeiro e pela mudança no código eleitoral, Lei Saraiva de 1881. A lei 3.029 de 9 de janeiro de 1881 estabeleceu novas regras para o processo eleitoral. A partir de então as eleições seriam diretas e facultativas, excluía-se o votante com renda de 100 mil réis, agora somente homens alfabetizados com renda de e superior a 200 mil réis poderiam votar. Para ser candidato a deputado era preciso comprovar renda superior a 800 mil réis e senador de 1.000 mil réis.

Os candidatos abolicionistas teriam de ultrapassar uma legislação excludente, uma prática eleitoral fraudulenta e monopolizada por famílias políticas, além da reação escravista a qualquer projeto abolicionista sem indenização.

O ponta-pé na candidatura de Patrocínio foi dado em 13 de novembro com a divulgação, na *Gazeta da Tarde*, do manifesto ao eleitorado assinado pela Confederação Abolicionista. De acordo com o manifesto, José do Patrocínio era a imagem da luta abolicionista e de uma política renovada e cidadã, em oposição aos grupos envolvidos com o escravismo e beneficiada pela reforma eleitoral que restringiu “de tal modo o exercício da soberania popular que em um município como o da corte de mais de 600 mil almas, apenas 6.793 cidadãos gosam do mandato eleitoral.”²⁵⁴

A partir de agora era oficial a candidatura de José Carlos do Patrocínio para deputado, nas eleições que ocorreriam em primeiro de dezembro de 1884. A sua campanha se fez por dois caminhos, o uso constante da imprensa e das conferências.

Declarações – A Confederação Abolicionista participa aos Srs. Eleitores do 3º distrito desta corte que é seu candidato para deputado geral no próximo pleito eleitoral, o jornalista José Carlos do Patrocínio. (nota publicada nos classificados)

Confederação Abolicionista – Convida a todos os representantes das sociedades confederadas, que fazem parte das comissões deliberativas, e executiva, a comparecerem no dia 24 de novembro (segunda-feira) às 7 horas da noite, na sala principal da redacção da “Gazeta da Tarde” afim de ouvirem a leitura da circular política do Sr. José Carlos do Patrocínio, candidato da confederação, a qual tem de ser representada ao corpo eleitoral do 3º districto, depois de ser approvada nesta assembléa geral.²⁵⁵

quadro do 3º distrito, no entanto apenas estes nomes foram apresentados pela *Gazeta da Tarde*.

²⁵⁴ Manifesto ao eleitorado. *Gazeta da Tarde*, 13 de novembro de 1884.

²⁵⁵ *Gazeta da Tarde*, 20 de novembro de 1884.

A eleição de 1 de dezembro era assunto principal na pauta da *Gazeta da Tarde*. Tudo que pudesse favorecer Patrocínio era publicado. A sua imagem foi atrelada a renovação, um candidato independente dos tradicionais partidos, conservador e liberal, apoiado por uma causa, a abolição do trabalho escravo. Representava todos os simpatizantes ou membros da Confederação Abolicionista. A campanha de Patrocínio procurou alertar o eleitorado para o poder político que possuíam, o voto. “No momento em que elle exerce esse mandato, não há sobre a terra soberania alguma, que lhe seja superior.”²⁵⁶. Patrocínio parece colocar nas mãos do eleitorado a responsabilidade pelo andamento da abolição no Congresso - ou ela se faria pela ordem, por meio da lei, ou seria resultado de uma guerra civil.

Qual das soluções preferem?

(...)

Pois bem. Os que acharem que é patriótica seguir o exemplo das nações cultas, que extirparam a escravidão sem grandes abalos, tem de formar-se ao lado do governo. Os que aspirarem à immobildade emperrada, que nos levará a guerra civil, de provincias livres, contra provincias escravocratas, que digam peremptoriamente: - não!

(...)

Escolham!²⁵⁷

A circular de Patrocínio só foi apresentada no dia 25 de novembro, cinco dias antes da eleição, com a aprovação das sociedades abolicionistas pertencentes à Confederação Abolicionistas. Como já esperado, José do Patrocínio pontuou os malefícios da escravidão para o país, que prejudicava a prática da soberania popular, a agricultura e esteriliza a terra e o trabalhador. A primeira proposta política de Patrocínio foi direcionada a lavoura, que passaria “por uma transformação radical e pacifica dentro de cinco annos.”²⁵⁸ Tais mudanças tocavam em dois pontos delicados para a lavoura: a grande propriedade de terra e a mão-de-obra escrava. Utopicamente o candidato abolicionista propunha uma nova organização para a agricultura com base no capital bancário que financiaria a pequena propriedade de terra distribuída às margens da malha ferroviária e dos rios navegáveis, com base na mão-de-obra livre. Medidas que regularizariam a vida rural e a faria entrar “no regimen geral da industria” longe da influência negativa das classes parasitarias.

²⁵⁶ Os partidos e a eleição. *Gazeta da Tarde*, 21 de novembro de 1884.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ As citações que seguem estão na Circular. *Gazeta da Tarde*, 25 de novembro de 1884.

O desenvolvimento industrial é outro ponto destacado na Circular, caberia ao Estado iniciar o movimento industrial, criar oportunidades e ensinar ao particular a empreender, “... os arsenaes e as explorações de minas são grandes escolas de industria.”

A polícia, a saúde pública, a educação, o funcionalismo público e o sistema eleitoral foram outros assuntos pontuados. Patrocínio prometia criar leis que protegessem o funcionário público das ações arbitrárias do governo, nem “transferência, nem demissão sem processo” e igualdade de direitos entre todas as categorias que formavam o corpo burocrático do Estado. Propunha, com relação à educação, uma nova escolha para os cargos de diretor, delegado e inspetor geral das academias, estes deveriam ser escolhidos do grêmio constituído por docentes. E quanto ao sistema eleitoral propunha a expansão do número de eleitores, além de “fazer do município neutro uma circumscrição eleitoral, distinta da província do Rio de Janeiro”.

Podemos observar o quanto o programa político de José do Patrocínio era ambicioso. Suas propostas iam a sentindo inverso das ações empreendidas pelos partidos conservador e liberal. A defesa da ampliação do eleitorado em um momento em que se buscava a sua restrição é uma clara evidência. E mais, Patrocínio combatia dois pilares do sistema monárquico - a grande propriedade e a escravidão. Estabelecer uma agricultura com pequena propriedade e caráter industrial era no mínimo utópico, tendo em vista ser a terra, ainda hoje, uma questão problemática para o país. Dificilmente ele teria apoio de uma bancada, formada por deputados, para aprovar questões tão complexas.

A circular esclarece, também, para qual tipo de eleitorado o candidato Patrocínio discursava: abolicionistas, pequenos e médios fazendeiros, funcionários públicos em geral e professores. Esta circular foi, ao longo dos cinco dias antes da votação, republicada na *Gazeta da Tarde*. A *Gazeta de Notícias* também a publicou no dia 26 de novembro na seção A Pedidos. Patrocínio trabalhou até as vésperas da eleição.

Segunda-feira, primeiro de dezembro, era o grande dia. De acordo com a Lei Saraiva os candidatos deveriam apresentar-se com o diploma, documento obrigatório para comprovar o direito político, assim que a seção começasse, às 9:00 horas, pois cada eleitor seria chamado pelo mesário para votar e “se por acaso algum eleitor comparecer em ocasião que o seu nome já tenha sido pronunciado, poderá votar logo em seguida

ao encerramento da chamada.²⁵⁹ Caso o nome não estivesse presente na lista de chamada o leitor poderia reclamar e a seção lavrar um auto de ocorrência.

A cobertura da eleição foi intensa por parte da *Gazeta da Tarde*, pois segundo o próprio jornal saíam três edições neste dia, a primeira de manhã, a segunda após as 15:00 horas e a terceira às 8:00 da noite. Nas primeiras apurações Patrocínio já aparecia em quarto lugar com 105 votos, vencido por Bezerra de Menezes com 309 votos, Bulhões Carvalho com 214 votos e Ferreira Nobre com 139 votos. No dia 2 de dezembro a *Gazeta da Tarde* apresentou os seguintes números:

Candidatos	Votos
Bezerra de Menezes	486
Bulhões Carvalho	370
Ferreira Nobre	193
José do Patrocínio	154
Alberto Brandão	143
Magalhães Castro	91
Costa Ferraz	17
Total ²⁶⁰	1.454

Fonte: *Gazeta da Tarde*. 2 de dezembro de 1884.

José do Patrocínio era derrotado nas urnas. Por ficar em quarto lugar perdia o direito de participar do 2º escrutínio, disputado pelos dois primeiros candidatos, Bezerra de Menezes e Bulhões Carvalho, uma vez que nenhum deles obteve a maioria dos votos. Por fim, a eleição foi vencida por Bezerra de Menezes do Partido Liberal. José do Patrocínio perdeu a eleição para um político experiente e com uma importante caminhada política. O médico Adolfo Bezerra de Menezes²⁶¹ foi membro da Câmara Municipal por cerca de 20 anos, eleito deputado da Assembléia Geral quatro vezes, (1867-1870, 1878-1881, 1881-1884, 1885) seu nome chegou a ser apresentado à Coroa como candidato a senador pela província do Ceará. O segundo lugar, João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, era advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Para a primeira eleição disputada, Patrocínio teve boa acolhida pelo eleitorado, ainda mais se pontuarmos o programa político reformista e audacioso, o não

²⁵⁹ Informações eleitorais. *Gazeta da Tarde*, 29 de novembro de 1884.

²⁶⁰ No total de votos válidos, segundo dados oferecidos pela *Gazeta da Tarde*, o abolicionista recebeu 154, o que corresponde aproximadamente a 11% de aceitação. E a freguesia de São Cristóvão foi a que mais deu votos a Patrocínio, 46 no total. Devemos levar em conta que estes dados são parciais, pois fazem parte da primeira edição da *Gazeta da Tarde*.

²⁶¹ BLAKE, August, Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional [e] Imprensa Nacional, 1883-1902. 1º vol.

alinhamento a nenhum dos dois partidos políticos, liberal e conservador, pela composição das chapas adversárias composta por políticos profissionais e com carreiras privilegiadas na sociedade imperial – o médico e o advogado.

Patrocínio publicou, após o resultado da eleição, a seguinte declaração na *Gazeta da Tarde*:

Aos Srs. Eleitores do 3º districto²⁶²
 Cumpri com o dever de representar perante o eleitorado do 3º districto o [nome da] propaganda abolicionista, da corte.
 Recolho-me, desvanecido pela honra da escolha e pelos suffragios com que 160 eleitores ampararam a minha inequívoca candidatura. Agradeço-lhes, penhorado, a alta prova de consideração que me deram, e, promettendo-lhes continuar no caminho incetado com inquebrantável esforço, julgo corresponder às obrigações que esse voto me impoz. Rio, 4 de dezembro de 1884.²⁶³

Patrocínio agradece os votos, contabilizados em 160, e promete continuar a sua luta pelo fim da escravidão. No *A Pedidos do Jornal do Commercio* publicaram uma nota sobre a participação de Patrocínio na eleição, mesmo obtendo “... 158 votos (...) recebeu nessa votação expressivo testemunho da sympathia de que goza e da admiração que inspira pelo seu robusto talento e profunda dedicação a causa dos escravos.”²⁶⁴ Assim sendo, a sua derrota não descaracterizava os valores nobres presentes no 3º districto, que elegeu outro defensor da Lei dos Sexagenários, Bezerra de Menezes.

Em artigo de 30 de dezembro, a *Gazeta da Tarde* apresentou uma perspectiva animadora para o resultado geral do pleito. Afirmou que a despeito das ações escravistas em restringir o eleitorado, este quando foi a urna mostrou-se pela liberdade e pela idéias progressistas ao votar em candidatos dispostos a aprovar o projeto de libertação dos escravos sexagenários sem indenização, tais como: José Mariano, Joaquim Tavares e Joaquim Nabuco.

Deixando o otimismo de lado, a vitória fora mesmo dos escravistas, pois poucos abolicionistas saíram vitoriosos. “Rui Barbosa, autor favorável ao projeto Dantas, não foi reeleito. Joaquim Nabuco tece sua votação contestada. Em Minas, um dos membros do Gabinete, o ministro Mata Machado foi derrotado e em seu lugar foi eleito um

²⁶² O 3º distrito era formado por São Cristovão, Engenho Velho, Engenho Novo, Espírito Santo, Irajá, Inhaúma, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Paquetá, Ilha do Governador. Ver: *Gazeta de Noticias*, 2 de dezembro de 1884.

²⁶³ *Gazeta da Tarde*, 5 de dezembro de 1884.

²⁶⁴ *A Pedidos. Jornal do Commercio*, 3 de dezembro de 1884.

defensor dos interesses escravocratas.”²⁶⁵ Formou-se uma bancada na Câmara disposta a defender os interesses dos proprietários de escravos. Fragilizado o Gabinete Dantas caiu. O projeto finalmente foi aprovado após a inclusão da cláusula indenizatória e da pena para quem acobertasse escravos fugidos. A Lei dos Sexagenários, conhecida como Lei Saraiva – Cotegipe, só foi aprovada com estas reformulações e durante o Gabinete conservador de Barão do Cotegipe.

2.3.2. A eleição de 1886

Passada a tempestade de 1885 com a vitória dos donos de escravos no Parlamento com a Lei Saraiva - Cotegipe, a campanha abolicionista se fortaleceu nas ruas, ganhou a opinião pública e muitas vezes assumiu ar revolucionário a exemplo da rede de fugas criada pelos caifazes sob a liderança do paulista Antonio Bento somada a proliferação de quilombos abolicionistas²⁶⁶ que recebiam escravos em fugas a exemplo do famoso quilombo do Leblon²⁶⁷. É neste cenário de efervescência abolicionista, da fragilidade do sistema escravista que a Câmara Municipal do Município Neutro convocou eleição para formar novo grupo de vereadores.

O nome de José do Patrocínio para vereador apareceu em 20 de junho em um artigo escrito por Joaquim Nabuco no *O Paiz*, apenas 10 dias antes da eleição programada para 1 de julho. Em seu artigo, intitulado *José do Patrocínio*, Nabuco descreveu a desmoralização presente nas câmaras municipais, “órgãos atrofiados”²⁶⁸, sem representatividade política e a mercê de interesses de um determinado grupo. “Os vereadores não se fazem eleger para administrar os interesses municipais, mas para promover os seus próprios interesses à custa delles.” Para Joaquim Nabuco o jornalista abolicionista era o candidato da mudança, “... um homem de coragem, talento, integridade pessoal, e poder de se fazer ouvir”. O seu talento como orador e jornalista seria muito bem utilizado Câmara dos Vereadores.

²⁶⁵ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8º Ed, São Paulo: Editora UNESP, 2008. Ver. e ampl., p. 87.

²⁶⁶ Eduardo Silva nomeia como quilombo abolicionista uma nova forma de resistir à escravidão, no qual envolvia pessoas de diversos níveis sociais engajadas politicamente em prol da libertação dos escravos. Eram quilombos articulados à sociedade. SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

²⁶⁷ O quilombo do Leblon foi criado pelo português José de Seixas Magalhães e contou com ajuda de pessoas importantes da sociedade carioca, como: José do Patrocínio, João Clapp e até mesmo da Princesa Isabel. Seu símbolo maior era a flor camélia, quem a usasse / possuísse demonstrava o seu abolicionismo. Ver. Eduardo Silva. Op. Cit., p. 11-18.

²⁶⁸ As citações a seguir estão no artigo José do Patrocínio. *O Paiz*, 20 de junho de 1886.

José do Patrocínio começou bem sua campanha, tendo como padrinho político o renomado Joaquim Nabuco. No dia seguinte a *Gazeta da Tarde* enfatizou o artigo de Joaquim Nabuco sustentando a candidatura do seu proprietário e manifestando um dado novo ao contexto em questão. O governo imperial, com o Decreto 9.602 de 12 de junho de 1886²⁶⁹, regulamentou os arts. 3º (Das alforrias e dos libertos) e 4º (Disposições Gerais) da Lei dos Sexagenários. O que causou grande repercussão no Município do Rio foi o artigo a seguir:

Art. 2º Também se liberta o escravo:

§ 1º Pela transferencia de domicilio para Provincia diversa da em que estiver matriculado até á promulgação da lei, excepto nos seguintes casos:

1º Transferencia do escravo de um para outro estabelecimento do mesmo senhor.

2º Si o escravo tiver sido obtido por herança ou adjudicação forçada em outra Provincia.

3º Mudança de domicilio do senhor.

4º Evasão do escravo.

Para o effeito do paragrapho anterior, o municipio neutro faz parte da Provincia do Rio de Janeiro.²⁷⁰ (destaque dado pelo autor)

A reação foi geral. O decreto anexava o Município Neutro à Província do Rio de Janeiro no que se referia a transferência de escravos, ou seja, a partir de agora o trânsito de escravos entre as duas esferas era legal e livre de impostos. Abria-se, para os escravistas, uma possibilidade de tráfico de escravos. A luta contra o decreto, chamado de Regulamento Negro, era de caráter político e social. Os abolicionistas consideraram este decreto um retrocesso no encaminhamento da abolição, favorável, somente, aos interesses dos donos de escravos.

“Assim o município neutro, aberto à invasão de escravos, que lhe serão enviados como a um bom mercado, soffre um verdadeiro seqüestro na sua primordial e mais nobre aspiração: a de se libertar em curto prazo.”²⁷¹ Para a Confederação Abolicionista o candidato Patrocínio representaria as duas lutas – política e social. A sua eleição seria o primeiro protesto do eleitorado da Corte as arbitrariedades do governo.

²⁶⁹ BRASIL. Coleção de leis da Republica Federativa do Brasil de 1886. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol.1. (Decreto 9.602 de 12 de junho de 1886.)

²⁷⁰ Idem, ibidem, p. 313.

²⁷¹ Manifesto aos eleitores do 1º, 2º e 3º districto da Corte. *Gazeta da Tarde*, 21 de junho de 1886.

Nenhuma escolha melhor do que a do director e proprietário da *Gazeta da Tarde*, p²⁷²oderia ser feita, para desfraldar a bandeira da libertação do Município Neutro, em resposta ao accinte que o governo pretende atirar, ao Município Neutro, à capital do império, à primeira cidade da América do sul, transformando-a em dependência provincial, para servir de mercado de escravos!

Em 22 de junho a candidatura de Patrocínio ganhou mais um aliado, o Partido Republicano do Rio de Janeiro liderado por Quintino Bocaiúva. De acordo com uma nota divulgada na *Gazeta da Tarde*, os republicanos se reuniram em uma assembléia, presidida por Bocaiúva, para direcionarem os seus votos, sendo escolhidos três nomes: o advogado Ubaldino do Amaral Fontoura, o negociante Antonio Justiniano Esteves Junior e o jornalista José Carlos do Patrocínio. O Partido Republicano oficializou o apoio aos três candidatos por meio de um comunicado publicado nos jornais. “A comissão executiva roga a todos os seus correligionários [...], a fim de suffragarem com seus votos os nomes dos distinctos co-religionarios apresentados ao eleitorado desta capital como representantes do partido republicano.”²⁷³

Patrocínio obteve apoio dos abolicionistas, dos republicanos, de pessoas influentes como Joaquim Nabuco, além dos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. De fato o jornalista vivenciava alta popularidade, assim como a própria campanha abolicionista. A campanha de Patrocínio, da mesma forma que a anterior, foi realizada em poucos dias, começou oficialmente no dia 20 de junho com o artigo de Joaquim Nabuco e teve a imprensa e as conferências como meios de divulgação do seu programa político. O manifesto de Patrocínio e as notas referentes a sua eleição foram reproduzidas nos jornais ao longo da campanha.

O manifesto político de José do Patrocínio fez alusão ao duplo apoio recebido para a eleição de vereador, “uma de caracter inteiramente social, outra de caracter transcendentemente politico.”²⁷⁴ Enquanto os abolicionistas desejavam, com esta candidatura, a resolução da questão servil no município do Rio, os republicanos objetivavam a autonomia política e administrativa da Câmara Municipal. Dupla motivação que se complementavam.

²⁷² Idem, *ibidem*.

²⁷³ Eleição Municipal. *Gazeta da Tarde*, 28 de junho de 1886.

²⁷⁴ Ao eleitorado da Corte. *Gazeta da Tarde*, 28 de junho de 1886.

Eleito, pleitearei a aprovação de um conjunto de medidas para resguardar os direitos da civilização contra os arbítrios do escravagismo.

Forçarei o governo a aprovar-a, ou a desmascarar-se de uma vez, perante a humanidade civilizada, como cúmplice do maior crime que o povo cristão póde commetter: o de rebaixar a criatura humana, a imagem de deus, ao grau da besta fera, contra a qual há o direito de extermínio.²⁷⁵

O Regulamento Negro fortaleceu à campanha de Patrocínio.

Às 12:00 horas do dia 30 de junho a cidade do Rio de Janeiro presenciou uma grande festa política no Teatro Politeama. Estavam presentes José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Clapp, Quintino Bocaiúva, o jornalista argentino Hector Varela e, segundo a *Gazeta da Tarde*, mais de duas mil pessoas de diferentes classes sociais. O grande número de pessoas pode ser um indicativo da popularidade da campanha de Patrocínio e o repúdio a última investida do governo contra o município. Patrocínio conseguiu personificar o protesto, elegê-lo significava ir contra o governo imperial.

Para a *Gazeta da Tarde* o governo tentou sabotar o meetings, programando para o mesmo dia e horário diversas festas²⁷⁶. No entanto, “o povo não vacillou! Entre as diversões do dia e o dever de associar-se ao protesto dos que não querem ver esta capital transformado em mercado de escravos”²⁷⁷.

O meeting foi aberto por João Clapp, diretor da Confederação Abolicionista. O seu discurso enfatizava a importância em eleger Patrocínio e a necessidade de aprovarem uma moção contra o Regulamento Negro. Em sequência apresentou-se Joaquim Nabuco que reforçou o discurso de Clapp. “O que quer é dar a candidatura, que agora se apresenta todo o valor e toda significação que tem. É ella uma bandeira que entendemos sobre os escravos d`esta capital.” Ao final Joaquim Nabuco foi ovacionado e muito aplaudido, “as senhoras accenam com os lenços. Na platéa, repleta, os assistentes agitam os chapéus, e correspondem aos vivas que se levantam a Joaquim Nabuco.”

José do Patrocínio ocupou a tribuna. O tom do seu discurso não foi diferente dos anteriores. A ilegalidade do decreto de 12 de junho era o motor da sua campanha. Afirmava que se eleito levaria o povo para o governo municipal e acabaria com a taxaço que recaía sobre os trabalhadores, pois ao passo que um engraxate pagava 200

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Este foi o argumento da folha. Foram pesquisados outros jornais que não confirmaram esta informação.

²⁷⁷ As citações que seguem estão no artigo O meeting abolicionista. *Gazeta da Tarde*, 30 de junho de 1886.

mil réis para trabalhar, os milionários não pagavam nenhum tributo e ainda usufruíam do trabalho alheio, caberia a Câmara Municipal taxá-los.

Durante o intervalo da conferência, após o pronunciamento de Patrocínio, o publicou permaneceu no local a espera de um discurso do ilustre jornalista republicano Hector Varella. A sua presença no meeting reforçou a importância da candidatura de Patrocínio. Hector Varella falou em espanhol em favor do Brasil, da liberdade e reconhecia na monarquia brasileira um acidente político que tão logo seria corrigido.

Após os discursos, João Clapp propôs que fosse votada a seguinte moção:

Este meeting composto de mais e dois mil cidadãos, residentes n'esta cidade, protesta cheio de indignação e vergonha contra o acto do governo que restabeleceu o commercio de escravos entre a capital do império e a província do Rio de Janeiro e igualmente contra o acto do mesmo governo, elevando de 13 annos a 14 e meio, o prazo da escravidão segundo a lei Saraiva. Este MEETING appela para os sentimentos de humanidade do Povo Brasileiro, para que esse duplo e infame attentado contra a honra nacional, não se torne um factu consummado.

No dia primeiro de julho, uma quinta-feira, realizou-se a eleição. As primeiras apurações davam a Patrocínio 121 votos em 16 seções. Somente no dia 5 de julho foi a público o resultado final dos eleitos.

Candidatos	Votos
José Ferreira Nobre	237
José A.P. de Carvalho	219
Torquato Couto	208
José do Patrocínio	207
Total	871

Fonte: *Gazeta da Tarde*, 5 de julho de 1886.

De acordo com o art.22 da Lei Saraiva:

Serão declarados vereadores os cidadãos que, até o número dos que devem compor a câmara do município, reunirem votação igual, pelo menos, ao quociente eleitoral, calculado sobre o número total dos eleitores que concorrerem à eleição. Si algum ou alguns dos cidadãos não reunirem aquella votação, procederá-há à nova eleição [...]²⁷⁸

²⁷⁸ CAMARA DOS DEPUTADOS. *Anaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão extraordinária em 7 de janeiro de 1881. Redação do projeto n.2 D 1881. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico, p. 492.

O quociente da eleição foi de 207 votos, de um total de 4.364 votos²⁷⁹, o número exato recebido por Patrocínio. Os 34 candidatos menos votados deveriam concorrer no 2º pleito marcado para o dia 10 de agosto. Ao todo deveriam ser eleito para a Câmara Municipal, segundo a Lei Saraiva, 21 vereadores.²⁸⁰ Os jornais não trazem informações precisas sobre o total de votos válidos e para complicar a questão o total de votos válidos podem não corresponder ao total de eleitores, devido as habituais fraudes²⁸¹ e violências cometidas no dia da eleição, além das abstenções, seja por indiferença ou pela dificuldade em comprovar a renda.

“A indiferença dos eleitores, a ausência de espírito civico [...] são males que devem ser apontados e vícios que a imprensa deve combater e corrigir.”²⁸² Poucos foram os trabalhadores que votavam. O elemento popular não figurava, portanto, nos pleitos eleitorais ou era figura escassa, “a quasi unanimidade dos qualificados pertence à classe dos capitalistas, dos proprietários, dos funcionários públicos, dos bacharéis e doutores [...]”²⁸³.

Com todos os problemas eleitorais Patrocínio saiu vitorioso e eleito vereador do Município Neutro. O contexto mostrava-se favorável a sua eleição, consolidado por uma campanha forte apoiada pela Confederação Abolicionista, pelo Partido Republicano do Rio e por pessoas de diversos grupos sociais. A campanha abolicionista estava a todo vapor imbuído do sentimento de revolta com o Regulamento Negro.

No dia seguinte a eleição a população teria ficado em frente a redação da *Gazeta da Tarde* ansiosa por saber do resultado do pleito com clara chance de vitória de José do Patrocínio. O povo entrou “n`um verdadeiro delírio, ao saber que o director deste jornal fora eleito em primeiro escrutínio.”²⁸⁴ Com o passar do tempo a rua do Ouvidor se encheu de pessoas. Às 8:00 horas da noite apareceu na redação muitos amigos de Patrocínio com uma banda de música para saudar o novo vereador. Discursos e aclamações seguiram o roteiro da noite. A rua do Ouvidor virou uma passarela para a

²⁷⁹ ILLUSTRISSIMA CAMARA MUNICIPAL. Acta da apuração dos votos do 1º escrutínio para vereadores da Illma Camara Municipal da Corte. Sessão extraordinária em 29 de Julho de 1886.

²⁸⁰ Eleição Municipal. *Gazeta da Tarde*, 21 de julho de 1886.

²⁸¹ Durante a apuração geral para eleição de vereadores, sob a responsabilidade da Câmara Municipal, foi discutida pelos vereadores a inclusão ou não dos votos recebidos pela 3ª seção da Lagoa devido a suspeita de fraude noticiada pelo *Jornal do Commercio*. Ao fim da discussão o presidente da Câmara incluiu os votos desta seção alegando não ser atribuição da Câmara decidir se os votos eram válidos ou não. *Gazeta da Tarde*. Câmara municipal. Apuração Geral para eleição de vereadores. 20 de julho de 1886.

²⁸² *O Paiz*, 5 de julho de 1886.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ O escrutínio de hontem. A Victoria. *Gazeta da Tarde*, 2 de julho de 1886.

multidão e a banda de música que a percorria saudando a imprensa. Patrocínio recebeu felicitações dos jornais *O Paiz e Semana*, do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda, d'A Federação de Porto Alegre e de Hector Varella.

Em 5 de julho Patrocínio publicava o seu agradecimento:

Considero esses votos manifestações expontaneas da consciência dos eleitores, mas ainda assim agradeço-lhes o prestígio que me emprestam pelo suffragio e mais do que isso a força que dão a causa commum, assignalando-a como bandeira política perfeitamente definida. Há além disso nesses votos um nobre exemplo de civismo, uma viril accentuação patriótica que por isso mesmo que se tornaram patrimônio de todos [...]²⁸⁵

Civismo e humanidade, qualidades apresentadas pelo eleitorado da Corte. Como é doce a vitória!!

2.3.3. Patrocínio, o vereador

O ano de 1887 começou com muito trabalho para José do Patrocínio. Pela primeira vez assumia um cargo legislativo, como membro da Câmara Legislativa do Município Neutro. A posse aconteceu a 7 de janeiro, em uma sexta-feira, às 10:30 horas. Na cerimônia foram ainda eleitos o presidente e o vice-presidente da Câmara, consecutivamente Evaristo Xavier da Veiga e Benedito Hipólito de Oliveira.

A primeira sessão, realizada em 10 de janeiro de 1887, Patrocínio se pronunciou em oposição a uma proposta apresentada pelo vereador Candido Leal para a mudança do nome da rua do Ouvidor para rua Senador José Bonifácio. Patrocínio, por sua vez, propôs a alteração do Largo de São Francisco de Paula em praça de José Bonifácio. Assim, ficariam “perpetuados o José Bonifacio da emancipação política e o José Bonifacio da emancipação humanitaria -, ainda mais, que se creasse um asylo para meninas desvalidas com o nome de instituto ou asylo José Bonifacio.”²⁸⁶

Esta primeira atitude do jornalista abolicionista é bem elucidativa de algumas das características apresentadas como vereador: era figura assídua nas sessões, dificilmente faltava; sempre se posicionava diante das propostas e questões discutidas na Câmara, muitas vezes rebatia as colocações dos seus colegas vereadores, por não

²⁸⁵ Eleição municipal. *Gazeta da Tarde*, 5 de julho de 1886.

²⁸⁶ CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. *Boletim da Illustrissima Camara Municipal da Corte*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., jan., fev. e março de 1887, p. 7.

concordar com as idéias ou exigir maiores detalhes e estudos sobre o caso. Como na imprensa e na tribuna, Patrocínio sustentava com afincos o seu ponto de vista.

Patrocínio foi um típico vereador do Município da Corte de fins do século XIX. Ao analisar o Boletim da Câmara Municipal nos anos de 1887, 1888 e 1889 podemos conhecer os assuntos favoritos na pauta das sessões, quais sejam: urbanização e prestação de serviços. Muitas das intervenções do jornalista passavam pela exposição de problemas vivenciados pela população do centro do Rio de Janeiro no que tange a calçamento, saneamento, higiene pública, qualidade dos alimentos, além da preocupação com a instrução pública e o sistema tributário.

No dia 21 de janeiro se manifestou, com um grupo de vereadores, sobre um assunto problemático para a cidade do Rio, o abastecimento de carnes verdes, o problema se dava em todo o procedimento, desde o abate do gado, feito às 10:00 da manhã em Santa Cruz, até o seu transporte para o centro da cidade. “Usa a palavra o Sr. José do Patrocínio que discorre minuciosamente acerca dos serviços do matadouro, referindo-se tudo quanto alli encontrou de irregular, e de imperfeição [...] e apresenta a seguinte proposta [...]”²⁸⁷. De acordo com a proposta o abate do gado deveria realizar-se às 5 horas da manhã para que tudo estivesse pronto para o embarque até ao meio-dia. A medida foi aprovada por unanimidade, no entanto o problema com o abastecimento e qualidade da carne permaneceu, o que demonstra que a sua solução não era tão simples.

Por suas manifestações a respeito do assunto Patrocínio foi eleito para integrar a comissão de Matadouro, criada para estudar a questão e buscar possíveis soluções. Após a votação o jornalista pediu dispensa do cargo alegando problema de saúde, “o que impossibilita desempenhar e dedicar-se ao assunto.”²⁸⁸

Sugeriu ainda, em outros momentos:

Proponho que se mande collocar um mictório no beco dos Barbeiros. Paço Municipal, 17 de março de 1887. Aprovada.²⁸⁹

Proponho que a Illma camara mande orçar a despeza que se póde fazer com o prolongamento da rua Larga de São Joaquim até ligar-se à rua Municipal. Paço Municipal. 5 de março de 1888. Aprovada.²⁹⁰

²⁸⁷ CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., p. 10.

²⁸⁸ Idem, ibidem, p. 77.

²⁸⁹ Idem, p. 86.

²⁹⁰ Citações presentes no documento, CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Boletim da Illustrissima Camara Municipal da Corte. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., jan., fev. e março de 1888, p. 99.

Proponho que se mande orçar e se chame concorrência para calçamento da rua Desembargador Isidro. Paço Municipal. 5 de março de 1888. Aprovada.

A cidade do Rio de Janeiro passava, desde meados do século XIX, por transformações na sua paisagem, com a urbanização e o surgimento de empresas nacionais e estrangeiras prestadoras de serviços – transporte, esgoto e luz, por exemplo. Estradas foram abertas, mangues aterrados, muitas ruas passaram a ser calçadas com paralelepípedos, as fazendas próximas ao centro urbano, antes destinadas em local de descanso e passeio, se transformaram em residências permanentes. Em 1854, “através da iniciativa de Mauá, a iluminação a gás é inaugurada no centro, que passava a beneficiar também, em 1862, do serviço de esgotos sanitários concedidos à empresa inglesa Rio de Janeiro City Improvements Company Limited”²⁹¹.

A partir de 1870 os bondes de burros e os trens passaram a atuar simultaneamente. A estrada de ferro D. Pedro II permitiu a ocupação das freguesias suburbanas por onde passava, e os bondes estimularam a expansão das freguesias como Botafogo, Gávea, São Cristovão, Gamboa e Saúde.

A *Cidade do Rio* se expandiu e cresceu também em número de habitantes. José Murilo de Carvalho afirma que a população do Rio “quase dobou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século.”²⁹²

Por essa forma o trabalho dos vereadores recaía em grande parte para a resolução dos problemas que a cidade vinha enfrentando com tanto crescimento. Por isso não é de se estranhar o procedimento e envolvimento de Patrocínio nas propostas de pavimentação e sanitário, a exemplo da instalação de mictório. Incluem, neste quadro, os diversos projetos de postura para ordenar a construção prédios²⁹³, sobre o funcionamento de quiosques e ainda a regulamentação da corrida de cavalos²⁹⁴.

²⁹¹ ABREU, Mauricio de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 3º Ed., 1997, p. 42.

²⁹² CARVALHO, José Murilo. Op.cit. p. 16.

²⁹³ Com relação a construção e reconstrução de prédios foi apresentada a proposta de postura que incluía a obrigatoriedade de usar determinados produtos, como a argamassa de cimento de Portland, com medidas específicas para alicerces, além da necessidade de criar ambientes iluminados e uma sala de banho de “água quente e fria com chuveiro no teto e comunicação imediata com a caldeira do fogão.” CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., março de 1887, p. 86.

²⁹⁴ Sobre a corrida de cavalos a intenção do vereador era tributá-la. Assim, toda corrida de cavalos, jogos atléticos e regatas deveria pagar uma licença para acontecer. As corridas no valor de 100 mil réis e os jogos e regatas 50 mil réis. Todo evento que envolvia aposta deveria pagar à Câmara municipal “2% dos dividendos da referida casa de apostas.” O dinheiro arrecadado seria empregado em um sorteio, chamado de Premio Municipal, disputado entre as sociedades existentes (prêmio de 20 contos de réis). E a outra parte, teria o destino mais nobre, financiaria a construção e o custeio de um asilo para meninas desvalidas.

Muitos dos projetos apresentados por Patrocínio foram incentivados pelo seu amigo e engenheiro André Rebouças. No diário de Rebouças existem referências de conselho e ajuda para Patrocínio, como no dia 23 de janeiro de 1889: “Escrevendo ao amigo José do Patrocínio, Vereador e Proprietario da *Cidade do Rio*, para colocar-se à frente da propaganda para o Saneamento da Capital do Imperio.”²⁹⁵

Por coincidência, ou não, em janeiro do mesmo ano, Patrocínio discorreu na tribuna legislativa a respeito da salubridade pública. Reclamou as seguintes medidas:

- 1º Obrigatoriedade dos fornos de cremação.
- 2º Arrendamento dos jardins municipaes, sob a garantia de melhor conservação.
- 3º Denegação de licenças às fabricas de vinhos falsificados.
- 4º Redução de imposto que pagão os engraxates.²⁹⁶

O vereador Patrocínio também teve preocupação em otimizar as finanças da Câmara Municipal e para isso exigia rigor na cobrança dos impostos já criados, além da criação de novos. Em 23 de abril de 1887, Patrocínio defendeu a necessidade de um estudo sobre as contas e todo o funcionamento do sistema tributário do município da Corte, para tanto pedia que se pagasse uma pessoa para produzir um relatório, pois as comissões da Câmara estavam sobrecarregadas de trabalho. Caberia ao Barão de Paranapiacaba²⁹⁷, “que tem desempenhado brilhantemente outras comissões de igual natureza e ainda há poucos annos, assignou como relator da competente commissão o importante relatório sobre a discriminação das rendas geraes, provinciaes e municipaes”.²⁹⁸ O Barão receberia mensalmente o valor de mil réis. A proposta foi aprovada.

Em outro momento o nosso vereador questionou o presidente da Câmara por ainda não ter colocado em discussão o orçamento do ano de 1887, assunto, para ele, de

A medida foi aprovada, dependendo apenas da aprovação do governo imperial. CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., outubro de 1888, p. 25.

²⁹⁵ REBOUÇAS, André. *Diário e Notas Autobiográficas*. Coleção Documentos Brasileiros. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e Inácio José VERÍSSIMO. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, p. 326.

²⁹⁶ CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., janeiro de 1889, p. 10.

²⁹⁷ João Cardoso de Meneses e Sousa (1827 – 1915) formou-se em 1848 pela Faculdade de Direito de São Paulo, trabalhou como advogado na corte no Rio de Janeiro, até 1857. Entrou para a repartição geral da fazenda, onde exerceu diversas funções no Rio, São Paulo e Pernambuco. Foi deputado por Goiás, de 1873 a 1876. Recebeu, por Decreto Imperial de 8 de maio de 1883, o título de Barão de Paranapiacaba. Disponível em:

http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/sao_paulo/joao_cardoso_de_meneses_e_sousa.html.

Último acesso em: 12 de agosto de 2010.

²⁹⁸ CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., abril de 1888, p. 30.

suma importância e que estava atrasada, pois já se encontravam em agosto de 1888. Por fim questiona o arrecadamento de taxas da praça do Mercado.

A segunda, é relativa à praça do mercado. Quizera saber que a quantia se tem recolhido desde que ella passou para a administração municipal?

Crê que a arrecadação a que a camara tem procedido tem sido muito insignificante já lhe disserão que a arrecadação tem sido oito vezes menor do que aquella que a mesma camara esperava poder fazer.

De acordo com Patrocínio a arrecadação caiu de 260 mil réis para 100 mil réis. Queda muito significativa. O presidente responde “que não deixa de ter fundamento o que affirma o seu collega; e que tem dado lugar a isso não saberem os locatários em que pé ficou ou ficará a magna questão.”

Meses depois o vereador solicitou a fiscalização das rendas municipais e a troca constantes dos fiscais nas freguesias, uma vez que a arrecadação em algumas delas havia caído. Pediu, também, que se tomasse uma atitude com diversas fábricas estrangeiras, “que abrem os seus escriptorios sem pagar os impostos à camara e ao thesouro, prejudicando assim enormemente”²⁹⁹ os nacionais, pois como não pagavam os tributos podiam baratear o seu produto para o consumidor. Desta forma, acha-se “de muita justiça tomar-se uma providencia energica e, se for necessário, o orador formulará uma postura a este respeito.”

Outro tema interessante exposto na Câmara corresponde ao contrato terminado entre esta instituição e o *Jornal do Commercio* para a publicação dos trabalhos municipais. José do Patrocínio se pronunciou e votou pela concorrência com os demais jornais, aquele que oferecesse realizar o trabalho pelo preço mais barato deveria ser contratado pela Câmara, outro argumento, além do preço, era a maior circulação da notícia entre a população carioca, pois “não sendo o *Jornal do Commercio* a folha mais lida, por seu preço excessivo e diminuta circulação, propõe em nome da moralidade social, tão comprometida por esse jornal, que não se renove o contrato com esta empresa.”³⁰⁰

O assunto gerou polêmica e divisão na Câmara, entre os favoráveis a proposta de Patrocínio e aqueles que desejavam renovar o contrato com o *Jornal do Commercio* –

²⁹⁹ As citações a seguir estão no documento: CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., setembro de 1889, p. 76.

³⁰⁰ CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., fevereiro de 1888, p. 46.

os vereadores Oliveira Rosário e Torquato José Fernandes Couto. “Lidas as propostas é aprovada a dos Srs. Oliveira Rosário e Couto”.³⁰¹

Aparentemente, não foi muito marcante na trajetória de Patrocínio como vereador a questão da abolição do trabalho escravo. O que causou certo desapontamento e estranhamento para os biógrafos do jornalista. Segundo Raimundo Magalhães Júnior a atuação de Patrocínio como vereador não foi “excepcionalmente fecunda”, os “seus vãos eram mais altos. O seu horizonte era nacional.”³⁰² Osvaldo Orico, autor de *O Tigre da Abolição*, nem menciona o momento de Patrocínio como vereador.

José do Patrocínio discursou sobre a necessidade de libertar os escravos do município do Rio e do país, no entanto ele enveredou também por outros problemas de soluções mais pragmáticas e aparentemente fáceis. A primeira fala do vereador sobre a abolição ocorreu em 17 de março de 1887 ao propor que a “camara presente ao governo, [...], contra os mãos tratos que a policia desta capital inflinge aos escravos, amarrando-os e espancando-os para obriga-los a embarcar nas estradas de ferro e navios.”³⁰³

Como representante eleito da Confederação Abolicionista, o vereador levou à Câmara o manifesto da Confederação, no intuito de chamar a “atenção para a mais urgente das questões da nossa pátria”³⁰⁴. A Confederação Abolicionista “interpretando fielmente as aspirações da maioria da população fluminense, [...], vem pedir-vos medidas de ordem que faça desaparecer neste município, [...], a nodoa infamante de 7.000 captivos!” Para tanto, tornava-se preciso criar comissões paróquias formadas por populares e vereadores para agirem em prol da libertação dos escravos. A moção da confederação Abolicionista não explicita como funcionaria a comissão e como os escravos seriam libertados, ficam algumas lacunas e um caráter utópico.

O projeto foi encaminhado à comissão de libertação, todavia esquecido dias depois. Quase um ano depois o projeto reapareceu na discussão dos vereadores, a partir da iniciativa de outro vereador – Sr. Torquato Couto. Este vereador solicitou uma sessão solene afim de “tratar-se exclusivamente da libertação total do município neutro”³⁰⁵, motivado pelo aniversário da Imperatriz Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, no dia 14 de março.

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 47.

³⁰² JÚNIOR, Raimundo Magalhães. *Op. Cit.*, p. 218

³⁰³ CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. *Op. Cit.*, março de 1887, p. 86.

³⁰⁴ As citações que seguem estão: CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. *Op. Cit.*, abril de 1887, p. 78.

³⁰⁵ As citações que seguem estão: CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. *Op. Cit.*, março de 1888, p. 91.

Proponho que a Illma camara responda à representação que lhe dirigio a Confederação Abolicionista sobre a libertação deste município, significando-lhe o alto apreço em que tem os seus serviços à causa dos miseros escravos e prometendo-lhe no caso de não se realizarem dentro de poucos mezes as lisonjeiras esperanças que desabro clarão com a organização do novo ministério, colocar-se na vanguarda da heróica e sublime propaganda que a mesma confederação encetou e há de forçosamente triumphar, porque exprime a mias justa e mais soberana aspiração de um povo livre.

Destarte ficaria a Câmara Municipal a espera de alguma solução por parte do governo dirigido pelo Conselheiro João Alfredo, e caso nada fosse resolvido a Câmara tomaria a iniciativa da libertação dos escravos residentes no município.

Patrocínio pediu a palavra e declarou que a Câmara não mostrou resistência contra a abolição da escravidão. Nada havia sido feito, até então, porque o momento político não era favorável, visto ser o Barão de Cotegipe o presidente do Gabinete de Ministro – 20 de agosto de 1885 a 10 de março de 1888.

No dia 14 de março foi realizada a sessão solene e manifestada a seguinte proposta pelo vereador Torquato Couto.

Proponho que a Illma camara delibere hoje a libertação completa do municipio neutro, promovendo para esse fim todos os meios ao seu alcance, quer por meio de commissões especiaes, quer por donativos philanthropicos, de fórmula que até o dia 29 de julho do corrente, aniversario da Excelsa Princesa Imperial, fique extincta a escravidão no município neutro. Sala das sessões. 14 de março de 1888.³⁰⁶

A proposta foi aprovada e uma comissão deveria ser formada para colocar em prática a decisão.

Com a abolição da escravidão, em 13 de maio, a Câmara festejou no dia seguinte. Todos os vereadores receberam flores, mas as do presidente da Câmara e de José do Patrocínio foram especiais. O vereador abolicionista teve seu dia de glória na Câmara Municipal da Corte. Passada as festas os vereadores retornaram seu habitual trabalho. Somente com a Proclamação da República que a Câmara se viu, mais uma vez, agitada. José do Patrocínio³⁰⁷ renunciou ao cargo de vereador em 30 de novembro.

E em 7 de dezembro de 1889, algumas semanas após a Proclamação da República, a Câmara dos Vereadores foi extinta e os vereadores perderam seus cargos.

³⁰⁶ CAMARA MUNICIPAL DA CORTE. Op. Cit., março de 1888, p. 98.

³⁰⁷ Trabalharemos a república e a atuação de Patrocínio, o proclamador da república no terceiro capítulo. .

Foi criado para assumir sua função legislativa um Conselho de Intendência Municipal, chefiado por Francisco Antonio Pessoa de Barros.

2.3.4. A eleição de 1890

Com a instalação da República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil precisava se reorganizar tendo como parâmetro novas regras políticas colocadas em pauta. E a constituição republicana era o lócus ideal para legislá-las e legitimá-las. O general Deodoro da Fonseca, um dos protagonistas do 15 de novembro, presidia o governo provisoriamente e por meio de decretos.

Em meados de 1890 a vida política agitou-se, ainda mais, com a convocação da eleição para a Assembléia Constituinte. Muita coisa estava em jogo. Os deputados eleitos teriam a grande responsabilidade em dar uma outra roupagem para o país, reorganizar os grupos sociais e seus interesses. Dependendo de quem formasse a bancada legislativa um ou mais grupo (militares, cafeicultores, trabalhadores em geral, funcionários públicos) poderia ser privilegiado dentre os demais, ou seja, caberia aos deputados legitimar o encaminhamento dos privilégios aos grupos que fossem mais fortes.

O processo eleitoral modificou um pouco se comparado com o do período monárquico pós Lei Saraiva de 1881. De acordo com o Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, foram considerados eleitores todos os homens que soubessem ler e escrever. A qualificação do voto passava pela educação, excluindo a necessidade de comprovar qualquer renda. Em 8 de fevereiro de 1890 o governo sancionou o Decreto n.200A³⁰⁸ que regulamentou sobre o eleitorado e sua qualificação. Foi reafirmada a necessidade de saber ler e escrever. Em dia e hora marcada o eleitor deveria comparecer frente a uma comissão formada pelo juiz de paz, o subdelegado e um cidadão escolhido pelo Intendente Municipal, para ser reconhecido como eleitor³⁰⁹.

O Regulamento Alvim³¹⁰, em homenagem ao Ministro do Interior José Cesarino de Faria Alvim, dispôs sobre todo o processo eleitoral. Conforme o novo regulamento eleitoral podiam se eleger aqueles que possuíam o direito de votar, com duas

³⁰⁸ BRASIL. Coleção de leis da Republica Federativa do Brasil de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. (Decreto n. 200A de 8 de fevereiro de 1890).

³⁰⁹ Fica evidente a preocupação do governo com o eleitor naturalizado. O Decreto n.200A reconhecia como cidadão brasileiro aqueles naturalizados, seja pela grande naturalização ou pelo voluntariado.

³¹⁰ BRASIL. In: Coleção de leis da Republica Federativa do Brasil de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. (Decreto n. 511 de 23 de junho de 1890).

especificidades: para a Câmara era preciso ter mais de 7 anos de cidadania brasileira e para Senador ter mais de 35 anos e 9 de cidadania brasileira. Os clérigos e religiosos seculares e regulares estavam impedidos de se elegerem.

O *Cidade do Rio* preocupado com o pleito divulgou alguns artigos da lei eleitoral, pois era a primeira eleição realizada no regime republicano. Segundo os artigos, a eleição iniciaria às 10:00 horas da manhã com a presença do presidente e dos mesários. Os eleitores seriam chamados obedecendo a uma listagem previamente elaborada e obrigatoriamente deveriam apresentar o seu título.³¹¹

O processo de retificação dos eleitores era de responsabilidade do juiz de paz de cada paróquia, o que gerou muitas reclamações por parte dos eleitores pela dificuldade em terem seu título de leitor validado. O *Cidade do Rio* notificou o problema, pois a sua redação chegavam mais de 40 eleitores reclamando em não conseguir retificar seu título mesmo feito um requerimento ao Intendente Municipal como pedia a lei. O aparelho burocrático parecia não funcionar em benefício do eleitor. Muitos deles corriam o risco de não participar da primeira eleição republicana.

O jornalista José do Patrocínio candidatou-se a deputado federal pelo Distrito Federal com pleito a ser realizado no dia 15 de setembro. Além de Patrocínio outros nomes conhecidos da imprensa, pelas campanhas abolicionistas e republicanas, também concorreram ao cargo: Silva Jardim, João Clapp, Luis Murat, Lopes Trovão, Silva Ferraz, Aristides Lobo, Carlos de Laet entre outros. Os interessados poderiam se candidatar em mais de uma circunscrição. Silva Jardim, por exemplo, foi candidato por Minas Gerais, Rio de Janeiro e pelo distrito federal. No total se candidataram para deputado pelo Distrito Federal 51 pessoas.

Patrocínio lançou seu manifesto, distribuído gratuitamente na porta da redação do *Cidade do Rio*, próximo as eleições, no dia 9 de setembro. A preparação em cima da hora para a campanha de convencimento do eleitor, característica no regime monárquico, permanecia.

O candidato Patrocínio fez uma longa descrição da sua atuação na década de 1880 e dos ideais defendidos entre os anos de 1888 e 1889, como uma forma de defender-se de uma imagem negativa, traidor e monarquista, atribuída a ele por muitos republicanos e pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro e de São Paulo, por se aproximar da Princesa Isabel durante o gabinete de João Alfredo. Conforme Patrocínio uma fatalidade o obrigou a combater o próprio partido republicano de que fazia parte.

³¹¹ Regulamento eleitoral (alguns artigos). *Cidade do Rio*, 13 de setembro de 1890.

A verdade, porém, é que as minhas relações com o partido republicano foram sempre as mais melindrosas e romperam-se de todo em 1881, quando qualifiquei a palavra do Sr. Quintino Bocaiúva sussuro de cafezal e neguei-lhe o caracter de candidato symbolico do partido republicano, porque S. EX. recusou-se a assumir responsabilidade directa e real no abolicionismo.³¹²

A abolição do trabalho escravo separou José do Patrocínio do Partido Republicano nos últimos suspiros da escravidão. Segundo o manifesto após a aprovação da Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885, foi convocada uma reunião com os membros do Partido Republicano, por iniciativa de Patrocínio, a fim de formular uma constituinte abolicionista. A empreitada era unir o partido, torná-lo forte e líder da campanha abolicionista. Mas tudo deu errado. Sob “o pretexto de que o abolicionismo vencido queria repartir a vergonha da sua derrota com o partido republicano, conspiração sorrateira desfez a conciliação por **nós** lealmente contractada.” O “nós” presente se refere a Patrocínio, Quintino Bocaiúva e Campos Sales.

No entanto, o abolicionismo arranjava outro aliado para a sua luta, o Exército. Instituição oficial das Forças Armadas que advertiu não mais perseguir escravos fugitivos. A abolição era só uma questão de oportunidade. Com o crescimento da campanha abolicionista mais as questões militares, atrito entre os militares e o governo, “o império já não era sinão a sombra de si mesmo e só do seu antigo poder guardava as insígnias.” Nas palavras de Patrocínio o governo imperial para salvar-se decidiu abraçar e dirigir no parlamento o caminhamento oficial para o fim da escravidão. Enquanto isso, “o partido republicano havia assistido a toda essa enorme agitação política – mudo, frio e indiferente. Só se sabia da sua existência pelo ronco da enxurrada negra [...]”.

Mesmo com todos os erros cometidos pelo Partido Republicano, Patrocínio declarou: “eu conservei-me republicano”.

Dois anos após a abolição do trabalho escravo, Patrocínio relembra os conturbados anos de 1888 e 1889 a partir do seu olhar sobre os eventos, construindo, assim, uma imagem positiva defensor da liberdade. O seu republicanismo é reafirmado inúmeras vezes no manifesto. A República seria o resultado do progresso e não para satisfazer a ambição dos poderosos.

Se eleito prometia:

³¹² As citações que seguem foram retiradas do Manifesto ao eleitorado da corte. *Cidade do Rio*, 9 de setembro de 1890.

- Aprovar desde logo a constituição para que fosse restituída a liberdade individual e da imprensa.
- Corrigir alguns equívocos presentes na Constituição apresentada pelo governo Provisório como: o impedimento do direito de elegibilidade para os sacerdotes e comandantes dos corpos, o que feria o pressuposto de igualdade de direitos.
- Enfatizar a soberania popular frente a qualquer perigo de militarismo.
- Reforçar, na Constituição, a responsabilidade do Poder Executivo. Pois da forma como estava elaborada isentava-o de cumplicidade dos atos políticos e administrativos dirigidos pelo ministério.

Apesar de tocar no delicado assunto do militarismo, se posicionando contra qualquer possibilidade de uma tirania militar, José do Patrocínio elogia Deodoro da Fonseca por ter “conservado a pátria única e amiga e de ter conseguido que se tivesse poupado o sangue brasileiro sumariamente em todo processo revolucionario.”

E por fim, o manifesto de Patrocínio rebate a perspectiva de que o povo assistiu bestializado³¹³ a proclamação da república. “Não foi por estar bestializado, mas por ser justo que o povo não reagiu a Revolução de 15 de novembro.”³¹⁴ O povo não participou da revolução, explicou o jornalista, porque “os chefes republicanos nunca o convidaram lealmente para fazel-o”, na verdade queriam apenas que “os generaes cobardes, que os soldados, sem direcção, si batessem, vencessem, e lhes viessem trazer os louros do triumpho para que elles egoisticamente os cingissem.”. Patrocínio inverte os papeis: o povo era justo e os chefes republicanos civis oportunistas.

O candidato recebeu apoio político de inúmeras associações de trabalhadores que antecipadamente escolhiam os seus candidatos e formavam uma chapa para votar. O operário do Arsenal da Marinha, Francisco Pereira de Lacerda, reuniu na casa de outro operário, João Francisco, um número expressivo de trabalhadores para escolherem os candidatos que apoiariam para o Congresso Nacional. Decidiram apoiar nove candidatos dentre eles José do Patrocínio.

O Centro Federativo 15 de Novembro e a chapa do comercio apresentaram dez nomes, cada uma, e mais uma vez estava presente o nome de Patrocínio. No dia 10 de

³¹³ Segundo o republicano Aristides Lobo o povo assistiu a proclamação da república bestializado, ou seja, distante da inovação política que se operava no país. O historiador José Murilo de Carvalho, a partir desta perspectiva apresentada por Aristides Lobo, realizou um trabalho de pesquisa para analisar que povo era este, “qual seu imaginário político e qual sua prática política”. Ver: *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³¹⁴ As citações a seguir foram retiradas do *Cidade do Rio*. Manifesto ao eleitorado da corte, 9 de setembro de 1890.

setembro um grupo de pessoas precedidas por uma banda de música foi à redação do *Cidade do Rio* parabenizar o proprietário do jornal pelo manifesto. “Muitos cidadãos eleitores vieram espontaneamente declarar, sem circunlequios, que estavam prontos a lhe dar o voto e a esforçarem-se para que elle fosse eleito.”³¹⁵

Os funcionários do *Cidade do Rio* também auxiliaram a campanha de Patrocínio. Escreveram um artigo elogioso do chefe junto a uma imagem, com direito a uma imagem no centro do jornal. Patrocínio era o batalhador laureado, o publicista e orador “que se ergue no combate, como o leão na arena Elegê-lo, então, era o maior ato de patriotismo que o eleitor poderia dar ao país.”³¹⁶

As eleições aconteceram numa quinta-feira, dia 15 de setembro, a partir das 10:00 horas. Patrocínio computava nas primeiras apurações 745 votos. O resultado final foi divulgado pelo *Jornal do Commercio* em 19 de setembro, e dos 51 candidatos que disputaram o cargo de deputado do Congresso Nacional somente os 10 primeiros seriam eleitos. Patrocínio aparece em 22º lugar com 1.718 votos. O seu grande oponente Silva Jardim ficou em 17º com 2.266 votos³¹⁷.

O reconhecimento da derrota veio através de um artigo. O jornalista parabenizou o eleitorado pelo seu civismo. Embora, derrotado numericamente não se sentia coagido a curvar a cabeça, ao contrario, julgava-se “provado que uma grande parte da opinião honra-me com a sua solidariedade e fortalece-me com a conveniência de seus sentimentos.”³¹⁸ Pela apuração, orgulhava-se Patrocínio, vê-se que muito raras foram as seções em que não recebeu nenhum voto.

Estou fora do congresso, não estou fora da opinião Nacional, e na imprensa, e na tribuna popular, hei de continuar a manter-me com a dignidade e o patriotismo que me levaram já até a honra dos suffragios dos distinctos cidadãos que acabam de dar-me os seus votos.³¹⁹

2.3.5. A eleição de 1893

³¹⁵ José do Patrocínio. *Cidade do Rio*, 10 de setembro de 1890.

³¹⁶ José Carlos do Patrocínio. Candidato ao Congresso pelo Distrito Federal. *Cidade do Rio*, 13 de setembro 1890.

³¹⁷ Foram eleitos os seguintes candidatos: Lopes Trovão com 7.160 votos, Sampaio Ferraz com 6.512, Jacques Oriques com 5.297, Silveira Lobo com 4.444, Werneck de Almeida com 4.140, Paula Mayrink com 3.916, Conde de Figueiredo com 2.564, José Augusto de Vinhaes com 2.531, Domingos José Freire com 3.353 e Thomaz Delfino dos Santos com 3.242 votos.

³¹⁸ Ao eleitorado Fluminense. *Cidade do Rio*, 18 de setembro de 1890.

³¹⁹ Idem.

O ano de 1893 foi de muito confronto no Brasil. No próximo capítulo trataremos dos embates entre José do Patrocínio e seus oponentes políticos. Nesse início de República cabe ressaltar a instabilidade política vivenciado neste ano. Marinha, Exército e civis disputavam o controle do governo. Patrocínio expõe nas páginas do *Cidade do Rio* o clima de intransigência do governo. O país estava sob o controle do Marechal Floriano Peixoto após a renúncia de Deodoro da Fonseca. Através das páginas do *Cidade do Rio*, Patrocínio assinalava o clima de intransigência e da falta de legitimidade do governo de Floriano Peixoto, pois não respeitava a Constituição. Por isso foi desterrado para Cucuí, no Amazonas, onde ficou de abril a agosto de 1892.

A eleição de 1893 deve ter sido a mais difícil para José do Patrocínio. O seu jornal sofreu vários ataques de pessoas partidárias de Floriano, chamadas de Jacobinos. A vida do jornalista foi muitas vezes ameaçada. Em seu manifesto político, lançado em 2 de março para anunciar a sua candidatura a Deputado pelo Distrito Federal o jornalista chamou o governo de ditatorial, que apagou “proporcionalmente o capítulo constitucional dos direitos e garantias do cidadão” e reduziu a ação dos poderes legislativo e judiciário. Patrocínio julgava a eleição de suma importância pelo momento político de então. Era um momento em que o congresso deveria restabelecer a sua fé na democracia, na República. Se assim não fosse, o Brasil estaria condenado a longos anos de anarquia. O seu desejo era reunir-se com os congressistas “que não estão dispostos a comprar a eleição pela moeda do servilismo.”³²⁰

Para o candidato muito ainda estava por fazer. “Tudo está anarchisado”, declarou. A garantia de um emprego era um sonho, “porque basta um olhar do poder para annullal-a”, por isso a desigualdade no serviço militar, a “humilhação e miséria no funcionalismo civil” e o “sacrifício frio e desumano do povo.” A Constituição não passava de uma “claraboia, vistosa a distancia pela luz que refrange, mas por onde entra triumphalmente o sol do despotismo”. Patrocínio prometia que eleito representaria intransigentemente os direitos do povo.

Assim começou a sua campanha, com a publicação deste manifesto. O mesmo foi publicado no dia 3 de março nos jornais *O Paiz* e *Gazeta Nacional*, na seção A Pedidos. No dia 14 de março estava programada um meeting, às 4 horas da tarde, na Praça Onze de Junho. A campanha de Patrocínio e dos demais candidatos foi rápida, já no dia 15 de março se realizaria o pleito. Os candidatos utilizaram-se da imprensa e da

³²⁰ José do Patrocínio. *Cidade do Rio*, 2 de março de 1892.

conferência nas ruas. Nove candidatos concorreram para a vaga de deputado federal deixada por Aristides Lobo.

Patrocínio recebeu apoio dos trabalhadores que abertamente divulgaram um abaixo assinado a favor da sua eleição. *As Classes Operarias e Proletaria* se organizaram e de comum acordo entre seus membros decidiram sufragar o nome do jornalista, pois “nenhum outro candidato reúne em torno de seu nome tantas symphatias como o do intimerato paladino da democracia no Brasil”. Além de apoiar a candidatura, a sociedade dos trabalhadores fez um apelo aos que eram operários independentes, “concitando-os a sufragar o nome do laureado jornalista e genuino republicano.”³²¹ Assinaram a representação um tipógrafo, um artista, um construtor de piano, um marceneiro, um encadernador, um aparelhador de gás, um maquinista, um bombeiro hidráulico e um operário. O apoio dado por esses a Patrocínio é bem significativo da valorização adquirida nos anos de luta pela abolição do trabalho escravo no Brasil. O seu passado de defensor da liberdade coroa o seu presente como candidato dos trabalhadores. Pelo menos para esse grupo que se expôs no jornal.

Patrocínio, foi ainda, merecedor de outro artigo elogioso publicado primeiramente no *Jornal do Commercio* e recopilado no *Cidade do Rio*. O artigo se propõe a confrontar os candidatos a partir de alguns critérios – eles devem ser honrados e repletos das melhores intenções, era preciso talento e ilustração, um passado de serviço político e estar ao lado do povo ao assumir a cadeira parlamentar. Somente dois candidatos alcançariam o patamar do talento e da ilustração – Silvio Romero e José do Patrocínio. “A exceção dos dous candidatos, de que por ultimo nos occupamos, nenhum tem sérvios politicos que possam ser registrados com vantagem.”³²² No Parlamento somente Patrocínio se sobressairia, já que representava oposição ao governo, enquanto os demais candidatos fariam apoio franco ao mesmo. Mais uma vez, a sua história atrelada à abolição vai contar positivamente para sua campanha a deputado.

A eleição ocorreu no dia programado e com as falhas características de uma eleição fraudulenta. Tanto no *Cidade do Rio*, como na *Gazeta de Noticias* e *O Paiz* o teor dos artigos foi de critica ao governo, a polícia e ao povo. O primeiro por não organizar as mesas eleitorais adequadamente, os mesários não sabiam, por exemplo, onde estavam alocados para trabalhar. O Conselho de Intendência Municipal,

³²¹ *As Classes Operarias e Proletarias*. *Cidade do Rio*, 14 de março de 1893.

³²² O Sr. José Carlos do Patrocínio. *Cidade do Rio*, 15 de março de 1893.

responsável por essa organização, enviou as mensagens aos mesários selecionados informando a sua seção eleitoral na noite do dia 14, sabendo que o pleito aconteceria no dia seguinte. Não houve uma publicação prévia e nem tempo hábil para que todos fossem comunicados. Faltaram mesários, conseqüentemente não houve eleição nas paróquias da Gávea, Gloria, Candelária, Campo Grande, Espírito Santo, Guaratiba, Santa Cruz e Irajá.

O Conselho também trocou as cópias de alistamento eleitoral, que foram parar em seções diferentes da original, “de sorte que o eleitor ficava em duvidas sobre o collegio em que deveria votar.”³²³ Aconteceram outros empecilhos como a falta de um lugar para instalar a mesa, por exemplo: “A mesa eleitoral da 3º secção do 2º districto do Engenho Velho não se instalou, por não ter sala onde se reunisse, porquanto a casa designada pelo conselho municipal foi recusada pelos respectivos inquilinos.”³²⁴

A polícia também interveio negativamente. A “ostentação da força armada nas parochias suburbanas revoltou e afugentou os eleitores que concorriam as urnas.”³²⁵ Segundo relatos dos jornais em algumas seções foram colocadas praças armados para impedir a realização da eleição. Além disso, a sua presença nas ruas contribuiu para aumentar o clima de insegurança. Tudo isso só veio contribuir para que ocorresse um *desinteresse* do eleitor que fugiu das urnas. De acordo com os jornais houve um grande número de abstenções. Talvez a insegurança e o clima de corrupção política tenham muito contribuído para esse fato.

A parte aqueles que se abstiveram do pleito, muitos eleitores protestaram com abaixo assinados enviados à imprensa manifestando o seu desgosto com a política em virtude da fraude eleitoral. Os eleitores da 1º seção da paróquia da Glória formalizaram o seu pesar por não conseguirem votar, declararam que foram a seção bem cedo, “para exercerem o direito do voto na eleição, [...], não tendo encontrado a dita mesa protestam solemnemente contra o procedimento dos mesários que deixaram de cumprir o seu dever”³²⁶ A declaração seguiu com 28 assinaturas. Os eleitores do 1º distrito da 5º seção da paróquia de Santana enfrentaram outro problema. Chegada a hora não puderam votar devido a irregularidade encontrada, como a troca de “urna e todos os papeis que deviam

³²³ Eleições. *O Paiz*, 16 de março de 1893.

³²⁴ Eleições. *O Paiz*, 16 de março de 1893.

³²⁵ Eleições. *Gazeta Nacional*, 16 de março de 1893.

³²⁶ Peripécias das eleições. *Cidade do Rio*, 16 de março de 1893.

ser necessários ao processo eleitoral, tendo sido remetida para esta secção a urna pertencendo a 3º secção.” O texto seguia com 40 assinaturas.³²⁷

Outra confusão foi quanto ao resultado, cada um dos jornais aqui apresentados divulgou um resultado.

	<i>Cidade do Rio</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>	<i>O Paiz</i>
Teixeira de Souza	820	841	519
Barata Ribeiro	305	363	368
Villela Tavares	180	184	183
José do Patrocínio	131	128	132

Dados: ver os respectivos nos jornais no dia 16 de março de 1893

A grande margem de erro ficou evidente com o resultado do vencedor Teixeira de Souza. Enquanto o *Cidade do Rio* contabilizou 820 votos, *O Paiz* foi de 519. Patrocínio mais uma vez foi derrotado nas urnas, ficou em quarto lugar. No entanto a sua derrota não expressa a vontade popular, de tão desrespeitada que foi a eleição devido à corrupção. O vencedor representava a vontade do governo e não do eleitor. Patrocínio era um inimigo do governo de Floriano Peixoto e dificilmente seria eleito com a prática eleitoral característica da época.

Patrocínio era visto com muita desconfiança por esse governo. Dois dias após a eleição o *Cidade do Rio* publicou o artigo *A conspiração*, em que protestava contra a perseguição policial que vinham sofrendo os desterrados de 10 de abril de 1892³²⁸, dentre eles o jornalista Patrocínio. Toda manhã esses agentes espíões entregavam a polícia os seus relatórios proporcionando um clima de conspiração, “inventam reuniões, depositos de armamentos, distribuição de dinheiro.”³²⁹

³²⁷ Idem. No *Cidade do Rio* encontramos relatos de diversos eleitores que não puderam participar do pleito por todo o inconveniente relatado.

³²⁸ No capítulo 3 trataremos deste assunto.

³²⁹ A conspiração. *Cidade do Rio*, 17 de março de 1893.

Com quem conspiramos? Com o povo? Mas as eleições de antehontem são a prova, a mais eloqüente submissão publica. A policia e a Intendência entenderam que devia haver eleição: o governo viu bem que o povo conformou-se com a resolução destes dois poderes, que se superpuseram a soberania popular e a lei.

O jornal de Patrocínio defendeu o direito de opor ao governo e censurá-lo quando fosse o caso. E se “o governo não permite, não quer a liberdade de imprensa, se não deseja que companheiros de exílio de visitem, então decreta.” Diante do quadro apresentado podemos apontar a coragem de José do Patrocínio ao se candidatar a deputado, quando era visto e perseguido pelo governo como um de seus inimigos.

2.3.6 A eleição de 1895

Neste contexto a política brasileira adquiriu forma de acordo com os interesses e o projeto político defendido pelos cafeicultores paulistas³³⁰. O presidente, de então, era Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil e o primeiro a ser eleito diretamente. Estava em pauta no momento a anistia aos revoltosos da guerra civil³³¹ no Rio Grande do Sul.

José do Patrocínio candidatou-se mais uma vez para deputado federal, em uma eleição diferenciada. Cabia preencher uma vaga deixada por Lopes Trovão eleito para senador. Três candidatos concorreram ao cargo: José do Patrocínio, Timoteo da Costa e Henrique Alves Carvalho. A eleição estava marcada para o dia 13 de outubro.

O *Correio da Tarde* foi o primeiro a noticiar a candidatura de Patrocínio para a vaga presente no Congresso Nacional. “Este nome é um programma, assim como o passado [...] representa a melhor (garantia) de que a cadeira da Camara ficaria perfeitamente ornada pelo exito da eleição do nosso laureado confrade.”³³² Os eleitores

³³⁰ O parâmetro de República para o P.R. de São Paulo, vinha dos Estados Unidos da América onde o liberalismo político e econômico foi colocado em prática pela primeira vez e com sucesso. Defendiam uma sociedade liberal, acima de tudo, o homem como ser privado e a prevalência dos direitos civis que o cerca – direito à propriedade, liberdade de expressão, religiosa, direito de ir e vir, entre outros. Eram federalistas.

³³¹ O Rio Grande do Sul mergulhou em uma complicada guerra civil durante o governo de Floriano Peixoto. O Estado ficou dividido entre aqueles que apoiavam a atual conjuntura política, liderado por Julio de Castilho e o Partido Republicano Rio-Grandense, e aqueles que lhe faziam oposição, motivado por Silveira Martins do Partido Federalista.

³³² Artigo transcrito do artigo José do Patrocínio. *Cidade do Rio*, 3 de setembro de 1895.

que votassem em Patrocínio teriam “cumprido um dever cívico se opondo a política do ódio e da desordem instalada no Brasil por pessoas como Francisco Glicério”³³³.

A *Gazeta da Tarde*, além de transcrever a circular de apresentação de Patrocínio ao eleitorado do 2º distrito, foi muito elogioso ao candidato, o batalhador intemerato a serviço da liberdade. “o nome da Patrocínio significa mais do que um programma político, porque traduz o trabalho, uma somma de sacrificios enormes, despendidos em beneficio da Pátria [...]”³³⁴. Sufragar a eleição de Patrocínio era para a *Gazeta da Tarde*, o dever de todo eleitor patriota. O *Don Quixote*, de Ângelo Agostini, declarou que se pudesse votar seu voto seria de Patrocínio. E mais uma vez exaltou a imagem de Patrocínio como o abolicionista. A sua atuação pela liberdade dos escravos era uma marca que o legitimava como grande homem. “Isto aqui não é uma casa de cabala eleitoral, mas por isso mesmo podemos dizer sem rebuço que quem der o seu voto a José do Patrocínio desempenha-se uma divida de honra.”³³⁵

As notícias sobre a candidatura de Patrocínio veiculada em diversos jornais evidenciam o quanto ele se apresentava como forte candidato. Patrocínio recebera apoio de parte da imprensa, das sociedades trabalhistas e de cidadãos comuns. A sua popularidade é reforçada pelo seu aniversário, comemorado no dia 8 de outubro. Ele recebe, segundo o *Cidade do Rio*, grande número de felicitações e cartões e diversos colegas. A imprensa escreve notas em sua homenagem (*Gazeta da Tarde*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Tarde*, *O Apostolo*, *Gazetinha*, *O Município*, *Gazeta de Notícias*) e o *Cidade do Rio* transcreve-as ao longo da semana.

Ocorre uma mistura de eventos, aniversário e eleição. Os funcionários do *Cidade do Rio* deram seus depoimentos na primeira página do jornal. Alves de Faria descreveu o seu orgulho em trabalhar no *Cidade do Rio* e como conheceu Patrocínio. Relembrou a visita do jornalista abolicionista ao Ceará para uma conferência no ano de 1887, no Teatro Maceioense e como ficou atordoado com a oratória emotiva do abolicionista. Sergio Cardozo, outro funcionário, coloca o nome de Patrocínio no patamar de nomes em que “nem a morte e nem os seculos terrão jamais o poder para apagar na nossa história.”³³⁶

³³³ Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1849 – 1916) teve importante atuação como republicano. Trabalhou como tipógrafo, professor e rábula, pois não cursou a faculdade de Direito. Esteve ao lado de Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e outros republicanos no vitorioso golpe contra a Monarquia em 15 de novembro. Na República foi Ministro da Agricultura, deputado federal e senador. Na Câmara dos Deputados votou contra uma medida que previa congratulações ao atual presidente Prudente de Moraes.

³³⁴ Artigo transcrito no *Cidade do Rio*, 5 de outubro de 1895.

³³⁵ Artigo transcrito do artigo José do Patrocínio. *Cidade do Rio*, 6 de outubro e 1895.

³³⁶ José do Patrocínio. *Cidade do Rio*, 8 de outubro de 1895.

A *Seção Livre*, semelhante *A Pedidos do Jornal do Commercio*, foi ponto alto na campanha de Patrocínio. Diversas pessoas e sociedades se manifestaram em favor de sua eleição. Patrocínio representava para muitos uma oposição a política de Francisco Glicério e das ações jacobinas³³⁷, foi assim que se manifestou uma pessoa que assinou como *Juarés*, no *A Pedidos do Jornal do Commercio*. Cabia ao eleitorado escolher entre José do Patrocínio o melhor representante “que o povo pode esperar alguma coisa a seu favor”³³⁸ ou os políticos que envergonhavam o país. O argumento utilizado para reforçar a campanha de Patrocínio era a sua origem humilde, um homem que venceu pelo seu talento.

Para outro entusiasta, que assinou como *Um Operário*, Patrocínio deveria ser eleito pela história de luta que representava, abolição e república, ambas bandeiras vitoriosas. O país, governado por falsos republicanos, precisava do talento e do “trabalho de seus filhos mais dedicados”³³⁹ e pedia, votai “em José do Patrocínio, que assim tereis desempenhado com toda a independencia de homens livres um dever cívico garantido pelo mais sagrado de todos os direitos.”³⁴⁰

Por conta desta eleição, instalou-se uma polêmica entre os veteranos e oficiais honorários da Guerra do Paraguai. O alferes honorário José Carlos Leite Sobrinho escreveu um artigo, para a seção *A Pedidos do Jornal do Commercio*, pedindo votos para Patrocínio por considerá-lo capaz de colocar em prática o Decreto 3.371 de 7 de janeiro de 1865³⁴¹. O seu artigo foi contestado pelo Coronel Alexandre Rodrigues Barroso que defendeu, por sua vez, o candidato do governo, Timoteo da Costa, alegando que Patrocínio não era republicano e nem presidencialista.

O conflito de opinião foi motivado pelo posicionamento revisionista do candidato Patrocínio. Segundo José Carlos Leite Sobrinho nada mais natural que modificar as imperfeições presentes na Constituição. Rever a Constituição não era alterá-la em seus fundamentos. Portanto, Patrocínio era sim um candidato republicano e presidencialista e não um parlamentarista como fora acusado.

³³⁷ Francisco Glicério e os jacobinos defenderam o governo de Floriano Peixoto, presidente que enviou Patrocínio e outros oponentes para degredo no Amazonas. No terceiro capítulo trataremos desta questão.

³³⁸ *Cidade do Rio*, A eleição de 13, 8 de outubro 1895.

³³⁹ *Cidade do Rio*, 10 de outubro de 1895.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ O decreto 3371 de 7 de janeiro de 1865, criou o corpo dos Voluntários da Pátria devido a emergência de enviar soldados para as frentes de batalha com a Guerra do Paraguai. Os países envolvidos na guerra foram: Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. O decreto prometia vantagens aos voluntários, desde a premiação de 300 mil réis, a lotes de terras em uma colônia militar, a preferência no emprego público, patentes de oficiais e a liberdade aos escravos. BRASIL. Coleção de leis da Republica Federativa do Brasil de 1865, tomo XXVIII, parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. (Decreto n. 3.371 de 7 de janeiro de 1865).

Os empregados municipais e os operários dos Arsenais de Guerra e da Marinha da mesma forma demonstraram apoio a campanha de Patrocínio. Ambos os grupos colocaram-se abertamente contra o Partido Republicano Federal e Francisco Glicério acusados de serem responsáveis por uma “politicagem obtusa, incongruente, anarchica e antipatriótica”³⁴². A antipatia a Glicério foi estendida ao candidato do governo, Timóteo da Costa, desconhecido por muitos da imprensa e da política.

Entretanto, há uma coisa que S. Ex. (Francisco Glicério) não pode fazer: é arvorar-se em supremo director do espírito publico da Capital Federal, ao ponto de tirar da gaveta de rábula habilidoso um nome achado a esmo entre seus papeis, e impol-o ao 2º districto eleitoral como uma nota antecipada e ultrajante para os nossos brios. “Esse que ahi vai ‘será’ o representante da Camara dos Deputados, substituo do Dr. Lopes Trovão a quem ‘nomeamos senador”³⁴³

A vitória do candidato do governo parece dada como certa pelo Partido Republicano Federal, o que irritava os trabalhadores em geral, sabendo do uso da máquina fraudulenta na eleição.

Somos um grupo de funcionarios públicos e de operários dos arsenais, que resolvemos espontaneamente levar às urnas o nome glorioso de José do Patrocínio, logo que soubemos que o famigerado partido republicano federal sem siquer teve o pudor de escolher um nome conhecido, de serviços geraes, de illustração provada, de talentos applaudidos para oppor esse ao nome do grande orador e tribuno do povo, ao seu defensor inconstituicional em todos os momentos difficeis e arriscados.³⁴⁴

O que estava em discussão era o julgamento das ações do governo. Ser oposição significava, no entender de Patrocínio e seus aliados, uma ação cívica e patriótica contra o abuso de poder depreendido pelo governo autoritário atrelado a Francisco Glicério. O governo assumia uma imagem negativa, bem distante de uma republica democrática e cidadã tão propagada pelos republicanos durante a vigência da monarquia.

Em 7 de outubro, finalmente, José do Patrocínio divulgou seu manifesto ao eleitorado do 2º distrito da capital federal. Faltavam poucos dias para a eleição. A campanha estava a todo vapor. A estratégia utilizada por Patrocínio para se eleger era

³⁴² *Cidade do Rio*, 8 de outubro de 1895.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem.

reforçar a sua identidade de patriota, defensor do bem público e ao mesmo tempo atacar o governo, neste caso autoritário e monopolista.

O monopólio da soberania, pelo partido republicano federal, tem nos custado 3 annos e descrédito financeiro, de ódios sanguinários e de barbarisação de costumes, parallelamente com a anarchia administrativa e legislativa [...]

Antes de tudo o Brasil precisa de construir um novo partido que facilite o revesamento constitucional da opinião no poder.

A minha candidatura pode ser aqui o ensino ao primeiro agrupamento dos elementos em opposição às praticas políticas do partido republicano federal. Affirmaremos nas urnas o nosso propósito decidido de empossarmos nos dos nosso direitos constitucionais e sustental-o legal mas intransigentemente.³⁴⁵

O candidato propunha em seu manifesto promover um *referendum* como instrumento de garantia da soberania popular, além da revisão constitucional para dar ao “governo federal a vida federativa que lhe falta”, ou seja, a relação entre a União e os Estados estava instável. O presidente Prudente de Moraes não possuía a “elasticidade governamental necessária para levar promptamente a acção federativa a todos os pontos da união.” Isso devido a regulamentação do art. 6º da Constituição que provocou debates sobre onde começava e terminava as atribuições dos Estados e da União.

Art 6º - O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

1 º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2 º) para manter a forma republicana federativa;

3 º) para restabelecer a ordem e a tranquillidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos;

4 º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.³⁴⁶

Patrocínio promoveu várias conferências. Foi uma verdadeira maratona aos palanques dos teatros, com uma conferência agendada para cada dia (10, 11, 12 e 13 de outubro). A primeira delas aconteceu no Teatro Santana, as outras “efetuar-se-hão nas freguezias de São Christovão, São José, Espirito Santo e Sant`Anna, que compõem a totalidade do 2º districto eleitoral, com as freguesias do Sacramento e São Antonio, em que está encravado o theatro Sant`Anna [...]”³⁴⁷

³⁴⁵ As citações que seguem fazem parte do artigo publicado Aos meus concidadãos. *Cidade do Rio*, 7 de outubro de 1895.

³⁴⁶ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm.

³⁴⁷ Conferencias políticas. *Cidade do Rio*, 10 de outubro de 1895.

O alvo de Patrocínio era a classe operária moradora deste distrito. E parece que seus pronunciamentos na imprensa e nas conferências surtiram efeitos. Uma personagem, com o pseudônimo de “O operário perscrutador”, procurou mobilizar os operários do 2º distrito a votarem em José do Patrocínio, homem de talento, redentor de uma raça e, mais do que isso, um ex-operário, firmando assim uma aproximação de semelhança entre candidato e eleitor. Por isso “merece o suffragio de todos os operários conscientemente fallando, porque nenhum outro tem patriotismo defendido as questões mais vitais da nossa Pátria [...]”³⁴⁸.

Nas conferências Patrocínio declarava, sem modéstia, que salvaria o país através da valorização do trabalho e da instituição de cooperativas - fontes de amparo e de riqueza para a classe operária. . O “seculo é do operário”³⁴⁹, escrevia Patrocínio. Operariado do Brasil possuía o voto como arma e solução para os seus problemas, por isso não precisava chegar ao extremo do socialismo.

O *Cidade do Rio* descreve as conferências do candidato jornalista como grandes eventos na cidade capital da república, com público numeroso, cerca de duas mil pessoas por evento. O seu discurso não terminava no teatro, tornou-se praxis após a conferência as pessoas caminharem ao seu lado, pedindo mais algumas palavras do orador que acabava discursando na rua ou na redação do seu jornal. No dia 11 de outubro, após discurso realizado na Cidade Nova, mesmo reverenciado pela multidão que o cercava na rua “pediu licença para retirar-se à sua residência pelo seu estado de fadiga.”³⁵⁰

Finalmente chegou o dia da eleição. Para decepção de Patrocínio as primeiras seções apuradas o colocavam em segundo lugar com 713 votos, contra os 1.074 recebidos por Timóteo de Castro, o candidato do governo e em terceiro aparecia Henrique Alves com 551 votos. Estes foram os únicos dados divulgados pelo *Cidade do Rio*. O *Jornal do Commercio* apresentou como resultado final as seguintes colocações:

Candidatos	Votos
Timóteo da Costa	1.142
Henrique Alves	706
José do Patrocínio	688
Total	2.536

³⁴⁸ Aos operários do 2º districto d’esta capital. *Cidade do Rio*, 11 de outubro de 1895.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Conferencia. *Cidade do Rio*, 12 de outubro de 1895.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 14 de outubro de 1895.

Como explicar mais uma derrota eleitoral? Se nas eleições anteriores é complicado conjecturar os motivos, nesta as evidências aparecem mais claramente nos jornais: fraude eleitoral. O próprio *Jornal do Commercio* declarou o não funcionamento de 22 seções, totalizando a ausência de 3.000 eleitores, um número muito expressivo. Na paróquia do Espírito Santo funcionaram somente duas seções das nove existentes. “Nas outras a influencia dos empregados e responsaveis pelo partido federal fizeram com que elles não se organisassem.”³⁵¹ Em muitas delas a tática usada foi o não comparecimento dos mesários e do presidente de mesa, o que inviabilizava o funcionamento da seção.

Na 4º secção, à rua Haddock lobo n. 27, houve eleição mas do curiosissimo modo que passamos a expôr.

Chegando ao local designado, o Sr. Dr. Costa Ferraz, o embaixador do marechal Floriano Peixoto, [...], organizou, usando de direitos que não lhe competem, uma mesa eleitoral em pleno dessacordo com todas as leis [...]

[...] A eleição, pois, foi feita a dedo com plena vantagem para o candidato Timoteo, por escolha e Ascenso do Partido Republicano Federal jacobino. Em toda a freguesia do Espírito Santo o Dr. Timoteo obteve 71 votos, não sabemos como, Patrocínio 50 e Henrique 58.³⁵²

A confusão estava armada. Muito eleitor ao encontrar a sua seção fechada tentou votar em outra e mesmo assim não conseguiu impedido pelo presidente de mesa. Na 7º seção do distrito do Sacramento a urna só veio aparecer no dia seguinte ao pleito, sendo notado por muitos eleitores que no rótulo estava escrito “‘esta não vai’ cuja letra foi reconhecida por eleitores, ser do Sr. Alvarenga Fonseca, chefe da repartição do Conselho Municipal.”³⁵³

Foram, também, relatados casos em que os mesário foram para a seção, mas não quiseram efetuar o processo eleitoral expulsando os eleitores (5º seção do 2º distrito de Santana). “O nosso collega Julio Pimentel, da *Gazeta de Noticias*, esteve às 8 e meia na 7º seção do 1º distrito de São José. Informou-nos que o relógio da secção já marcava 9 e 50, estando apurado a leição cujo resultado era o seguinte: Timoteo 75 votos, Henrique 2.”³⁵⁴

³⁵¹ Eleição cheio de ‘nullidades’ e processos falsos. *Cidade do Rio*, 14 de outubro de 1895

³⁵² Idem, ibidem.

³⁵³ *Cidade do Rio*, 14 de outubro de 1895.

³⁵⁴ Idem, ibidem.

Os eleitores operários da 8ª e 9ª seção da freguesia de São Christovão escreveram um manifesto assinado por de 85 pessoas.

Nós, abaixo assignados, operários de diversas fabricas de S. Christovão, eleitores da 8ª e 9ª secção da freguesia de S. Chirstovão, tendo ido votar conforme nos garante a constituição, não encontramos os Srs. Mesários nas ditas secções e para que fiquem scintes do que é eleição a bico de Penna, lavramos o nosso competente protesto, filho da pura verdade, que assignamos.³⁵⁵

A eleição “a bico de pena”, ou seja, realizada sem os eleitores, tirou de José do Patrocínio a chance mais concreta que teve para assumir o cargo de deputado. O nome Patrocínio apareceu, no decorrer da campanha, em diversos jornais como candidato favorito por muitos eleitores, fosse uma manifestação individual ou coletiva. No entanto, perdeu por não ser um candidato do governo.

Patrocínio não lamentou sua derrota, pelo contrário disse ser vitorioso pelo mais de 700 votos recebido. Declarou que no fim o candidato do governo, Timóteo, mesmo com toda fraude foi vencido, pois somado os seus votos com o com candidato Henrique Alves representariam a maioria da preferência do eleitorado do 2º distrito. “A eleição de hontem só houve um derrotado: a lei. A tramóia grosseira e que se serviram os nossos adversários evidenciou a fraqueza que os impossibilita para uma lucta leal”³⁵⁶, desabafou Patrocínio.

O povo não deveria se envergonhar do resultado do pleito, na verdade o povo era mais uma vítima de toda a violência e desrespeito cometidos pelo governo. “Tenho certeza de que terei vencido, porque está do meu lado a honra do povo brasileiro.”³⁵⁷

2.4. As urnas, cidadãos!!!

Ao longo das cinco eleições disputadas por José do Patrocínio, de 1884 a 1895, o Brasil passou por grandes transformações: aboliu o trabalho escravo, tornou-se república, a Família Imperial foi expulsa do país, instituiu uma nova Constituição e estabeleceu novas regras de relacionamento entre o Estado e seus habitantes - a cidadania, ou melhor as cidadanias (a cidadania oficializada pelo Estado e sua burocracia e a vivenciada cotidianamente pela população). As cidadanias podem

³⁵⁵ *Cidade do Rio*, 16 de outubro de 1895.

³⁵⁶ Aos meus concidadãos. *Cidade do Rio*, 14 de outubro de 1895.

³⁵⁷ Idem.

conviver pacificamente ou entrar em conflito quando a população sente seu espaço e cotidiano invadido pelo aparelho estatal.

Na década de 1880 podemos vislumbrar o trabalho conjunto de práticas cidadãs na luta pelo fim do trabalho escravo. Enquanto o Parlamento tentava direcionar uma abolição lenta, gradual e ordeira, os escravos promoviam fugas e / ou usavam o pouco da lei que lhes era favorável³⁵⁸, os abolicionistas pressionavam o governo na imprensa, nas conferências, nas festas e nos meetings. Era a ampliação do debate político.

Patrocínio utilizou as diversas cidadanias, ora estimulou, junto a Lopes Trovão, a revolta da população carioca contra o aumento do preço do bondinho em 1880, conhecida como Revolta do Vintém, em outros momentos mostrou-se um abolicionista radical, ora defendeu, na imprensa, uma abolição dentro da ordem, durante o Gabinete de João Alfredo, procurou ocupar espaço no Parlamento e foi vereador, e ainda buscou no povo a legitimidade para a proclamação da república.

As cidadanias nos levam a pensar os cidadãos. Nos anos finais do século XX e início do XXI muitos intelectuais brasileiros e estrangeiros afirmaram categoricamente que não existia povo no Brasil, qualificado de bestializado no contexto da proclamação da república devido a uma apatia e desinteresse pela vida política. Buscava-se no povo brasileiro as mesmas atitudes e práticas semelhantes a um modelo de cidadão europeu, sem levar em conta que a construção da cidadania é um processo histórico e intrínseco a cada sociedade. É uma marca individualizada que está envolvida com a construção do próprio Estado e sua identidade nacional. Para os intelectuais estrangeiros e brasileiros a cidadania européia era a escalada última para a civilização e não mais uma dos possíveis modelos que poderia ser construída por diferentes sociedades.

No Brasil foi intensa a participação popular na vida política do país desde a sua independência. “Se na República a participação popular foi realmente arranjada de última hora e de efeito apenas cosmético, logo após as agitações se tornaram cada vez mais frequentes e variadas, incluindo greves operárias, passeatas, quebra-quebra.”³⁵⁹ A evidência da participação popular não ocorria nos tramites oficializados pelo governo, como o processo eleitoral, até porque a Constituição de 1891 limitou e muito o direito político ao estabelecer o voto apenas para o alfabetizado.

O canal oficial de participação política, o voto e a organização de partidos políticos, foram colocados em segundo plano pela população carioca nos anos iniciais

³⁵⁸ Como a possibilidade de juntar pecúlio com a autorização do senhor para comprar a sua liberdade. Ver Lei do Ventre Livre.

³⁵⁹ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p. 70.

da República. Por isso, a população carioca foi muito criticada pelos intelectuais e qualificada de apática e sem capacidade política. Para José Murilo de Carvalho, essa população buscou e se reorganizou com bases em outros canais de comunicação a exemplo das festas religiosas, do carnaval, das associações de auxílio mútuo. É a cidadania oficializada pelo Estado em oposição ou complementaridade com a cidadania cotidiana / popular.

José do Patrocínio praticou diversas modalidades de cidadanias, dependendo do contexto e dos interesses em questão. Neste momento, cabe ressaltar a sua inserção na política estatal quando se candidatou aos cargos legislativos da Câmara Municipal e do Congresso, utilizando de todo aparato político reconhecido pelo Estado. Os direitos políticos vão se modificar durante as quatro campanhas apresentadas.

A eleição de 1884 foi regulamentada pela Lei Saraiva de 1881. As duas importantes mudanças empreendidas pela lei foram o estabelecimento da eleição direta e da necessidade de ser alfabetizado. Para ser candidato era preciso ter as mesmas condições do eleitor e ainda não se achar pronunciado em nenhum processo criminal. Patrocínio ao se candidatar a deputado comprovava que era alfabetizado, com renda igual ou superior a 800 mil réis e não respondia a nenhum processo criminal.

A legislação eleitoral, com relação a cidadania, mostrou-se retrograda e conservadora. A Constituição de 1824 já era excludente ao exigir determinada renda para ser votante, eleitor e candidato. A Lei Saraiva eliminou o votante, o analfabeto e imprimiu medidas severas de comprovação de renda mínima para usufruir o direito político. Segundo José Murilo de Carvalho, em “1872, havia mais de 1 milhão de votantes, [...]. Em 1886, votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores,[...]. Houve um corte de quase 90% do eleitorado.”³⁶⁰

A justificativa utilizada pelos liberais para aprovar a reforma eleitoral, em 1881, era a de defender a qualidade do voto. Os defensores da Lei Saraiva culpavam os votantes pelas fraudes, pela violência e corrupção que marcavam as eleições. Relacionavam essas práticas a falta de educação e propriedade por parte dos votantes / eleitores, pessoas mais suscetíveis a corrupção.

Mas, como bem observa José Murilo de Carvalho o discurso liberal, para aprovar a Lei Saraiva inverteu os reais culpados. Se existia quem vendesse seu voto era porque, do outro lado, estava quem o comprasse. A máquina eleitoral fraudulenta era

³⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 39.

sustentada por políticos que não desejavam perder o prestígio e o poder obtidos com cargos políticos. O candidato, pós 1881, ganhava em duas frentes: não corria o risco de qualquer imprevisto impedir sua (re)eleição e diminuía os gastos na compra de votos.³⁶¹

Com relação à propaganda política os principais canais foram a imprensa e as conferências. O candidato Patrocínio utilizou as duas para convencer o eleitorado da sua capacidade política. Na eleição para deputado em 1884, Patrocínio apresentou-se como candidato da Confederação Abolicionista e por vez utilizou de uma linguagem radical abolicionista durante a sua campanha. O eleitorado que participou do seu pleito era do 3º distrito, formado pelos bairros de São Cristovão, Espírito Santo, Engenho Velho, Engenho Novo e Inhaúma. Eram bairros residenciais dos trabalhadores, longe do centro do Rio e ligados por uma rede de bondes.

Mesmo com a campanha abolicionista em voga o candidato abolicionista não venceu, sendo eleito, em segundo escrutínio, o famoso político Bezerra de Menezes.

Como devemos entender a sua derrota? Faltava moderação nos seus pronunciamentos para convencer os eleitores? Podemos pontuar um conjunto de fatores: a máquina eleitoral voltada para eleger os candidatos do partido no comando do ministério, o voto facultativo e a burocratização para se alistar desanimavam os eleitores, acrescenta-se a radicalidade de Patrocínio que pode ter distanciado os eleitores indecisos e os mais conservadores.

Patrocínio alcançou a vitória na eleição para vereador no ano de 1886. As regras eleitorais foram as mesmas, incluindo algumas particularidade por se tratar de municipalidade. Para ser candidato a vereador se exigia que o mesmo morasse no município por mais de 2 anos. Na eleição para vereador cada eleitor deveria escolher um candidato. A apuração era de responsabilidade da própria Câmara Municipal, composta por 21 membros. “Serão declarados vereadores os cidadãos que, até ao número dos que deverem compor a camara municipal, reunirem votação igual, pelo menos, ao quociente eleitoral, calculado sobre o número total dos eleitores que concorrerem à eleição.”³⁶² José do Patrocínio recebeu 207 de 4.364 votos, número suficiente para ser eleito no primeiro turno em quarto lugar.

A sua campanha na imprensa e nas conferências se caracterizaram, como não poderia ser diferente, pelo teor abolicionista. Surpreendentemente, recebeu o apoio do

³⁶¹ Idem.

³⁶² CAMARA DOS DEPUTADOS. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão extraordinária em 7 de janeiro de 1881. Redação do projeto n.2 D 1881. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico, p. 492.

Partido Republicano do Rio de Janeiro e de Quintino Bocaiúva. Defender a abolição já não era um pecado político. O Partido Republicano começava a demonstrar a sua adesão à abolição no auge do movimento abolicionista. Outro fator favorável a sustentação de sua campanha e vitória foi a anexação do Município Neutro à província do Rio de Janeiro para o livre trânsito de escravos. Patrocínio utilizou de argumentos que defendiam a liberdade – escrava e do município.

As outras três candidaturas ocorreram no Brasil república. A lei eleitoral era outra. Na eleição de 1890, para a Assembléia Constituinte, estava em vigor o Regulamento Alvim, pois a Constituição brasileira ainda não estava outorgada. A eleição era direta e o voto secreto. Podia votar e ser votado somente homens que soubessem ler e escrever. A Constituição de 1891 confirmou os critérios para ser um eleitor: homens acima de 25 anos alfabetizados.

Conforme José Murilo de Carvalho a legislação eleitoral republicana é extremamente excludente. Ao invés de ampliar o número de eleitores o que se verificou foi uma drástica diminuição de eleitores. Para a eleição de 1890 o eleitorado em potencial na cidade do Rio de Janeiro correspondia a aproximadamente 20% da população total. “A exclusão e 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação.”³⁶³A diminuição do número de eleitores, com base no direito político instituído pela Constituição, e a abstenção eleitoral acabavam qualificando negativamente as eleições ao não possuírem caráter democrático e representativo tão teorizado pelos republicanos na vigência da monarquia.

A vitória esmagadora, no processo eleitoral de 1890, foi daqueles envolvidos diretamente no Partido Republicano do Rio de Janeiro e de São Paulo, daqueles reconhecidamente republicanos pela imprensa e ainda dos que possuíam autoridade política suficiente para impor a sua vitória. Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Rangel Pestana e Prudente de Moraes são alguns nomes de senadores eleitos. E os dez primeiros eleitos para deputado do Rio de Janeiro conta com a presença de Sampaio Ferraz, Lopes Trovão e Aristides Lobo.

Patrocínio possuía pouca chance de vitória. A sua imagem foi constantemente associada a de um traidor pela imprensa republicana, como *O Paiz* e *A Província de São Paulo*, tanto assim que o jornalista dedicou mais da metade do seu manifesto político,

³⁶³ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p. 85.

apresentado ao leitorado, para explicar suas ações políticas nos anos de 1888 e 1889, quando se aproximou da Princesa Isabel e do Gabinete João Alfredo. O jornalista procurou inverter o argumento dos republicanos, ou seja, para ele os verdadeiros traidores dos ideais republicanos eram o Partido Republicano do Rio e de São Paulo, aliados dos ex-proprietários de escravos e defensores da indenização. Não houve surpresas das pessoas que conseguiram se eleger, muitos eram membros da nova burocracia estatal que se consolidava.

A eleição para uma vaga deixada por Lopes Trovão em 1895 pode servir de panorama do processo eleitoral característico da Primeira República. Eleições marcadas pela fraude e comumente chamada de eleição a “bico de pena”, ou seja, uma eleição fantasiada sem a presença do eleitor e voltada para eleger um candidato e / ou grupo dono do poder coercitivo e financeiro. Podemos afirmar que Patrocínio foi vítima da corrupção política nesta eleição. Patrocínio recebeu apoio de diversos grupos. A imprensa estava voltada para sua eleição. Muitos operários se organizaram para defender o voto a Patrocínio. Por fim, acabou em último lugar. O grande vencedor foi o desconhecido advogado, segundo o relato do *Cidade do Rio*, e candidato do governo Timoteo da Costa. Vencer as eleições sem estar compactuado com um grupo / família importante era quase impossível.

Os jornais cariocas noticiaram as diversas falhas cometidas no dia da eleição que impediram o funcionamento das seções. Na 8ª seção da freguesia do Espírito Santo, por exemplo, não houve eleição porque o presidente de mesa faltou. E muitos outros casos semelhantes foram notificados. Houve certo impedimento do processo eleitoral. De acordo com Patrocínio a “Prefeitura pode surripiar-me votos, mas não conseguiu abafar a mais eloqüente manifestação, o civismo popular.”³⁶⁴ Era de conhecimento de todos os eleitores o caminho tomado pelas eleições no regime republicano.

Como bem sinaliza José Murilo de Carvalho a corrupção eleitoral e a sua conseqüente falsidade política desmotivaram muito eleitores. O povo, acusado de apatia política pelos intelectuais brasileiros e estrangeiros, estava descrente com a política estatal. A fraude e a violência acabaram distanciando o eleitor que muitas vezes se auto-excluía. Num jogo de palavras, entre bestializados e bilontra, José de Murilo de Carvalho resume o sentimento da época, “o bestializado era quem levasse a política a

³⁶⁴ Aos meus concidadãos. *Cidade do Rio*, 14 de outubro de 1895.

sério, era o que se prestasse à manipulação. [...] quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio [...]. Era bilontra.”³⁶⁵

Tanto na Monarquia como na República a população se fez presente, fosse para exigir ou reagir a alguma medida empreendida pelo Estado. A abolição da escravatura é um exemplo de sucesso de movimento que teve na participação popular um dos seus promotores. A sua participação em festas, meetings e conferências fez muita diferença. Cabia ao Parlamento realizar a abolição o quanto antes ou talvez perdesse o controle sobre todo o processo. A disputa entre a Guarda Negra e os republicanos na conferência de Silva Jardim, em 30 de dezembro de 1888, é outro exemplo de como a sociedade brasileira não era e nem estava passiva as questões colocadas no seu tempo - qual a melhor forma de governo, Monarquia ou República?

A imprensa expressava a opinião favorável a um e a outro regime. As pessoas chegaram ao ponto de saírem ‘no tapa e no tiro’ para defenderem a monarquia ou a república. A participação em grupo momentâneo ou duradouro, como associações religiosas e de auxílio mútuo, e ainda as aparições de diversos jornais de porte pequeno foram os caminhos encontrados pela população carioca para exercer a sua cidadania, expressar seu ponto de vista.

José do Patrocínio sempre procurou defender a participação e a soberania popular, tema presente nos manifestos e circulares políticos apresentados aos eleitores nas cinco campanhas em que disputou. A sua imagem era facilmente atrelada ao povo. Seja pela cor mulata, filho de uma liberta, de origem humilde, um ex-operário. A política brasileira ainda não estava preparada para assumir e respeitar a soberania popular e um político audacioso como fazia questão de aparecer José do Patrocínio.

3 – ENFIM, A REPÚBLICA.

³⁶⁵ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p. 160.

3.1. José do Patrocínio, o proclamador civil de república

O que nos levou ao isabelismo foi o sentimento abolicionista nacional.

Acreditamos que a monarchia tinha rompido de uma vez com o escravismo, que nunca mais recorreria, para colaboradores de sua politica, aos remanescentes d'esse espólio da ignomia.

Tínhamos declarado que não haveria entre nós e estes impenitentes, criminosos do maior attentado contra a nossa patria, conciliação possível.

Para demostral-o, infligimo-nos a tortura moral do afastamento de nosso partido, quando elle avolumou-se com a onda de 14 de maio [...]

Cidade do Rio. Outras Noticias, 13 de junho 1889.

Para muitos contemporâneos de José do Patrocínio as mudanças no seu apoio político - na visão deles ora monarquista, ora republicano - indicava a instabilidade emocional e de princípios do jornalista. Bem sabemos da coerência de suas decisões neste momento de crise constitucional. Patrocínio mesmo apoiando o Terceiro Reinado não deixou de ser republicano, apenas acreditava que o governo direcionado pela Princesa Isabel seria um governo democrático e o caminho verdadeiro para a república. Inúmeras vezes o jornalista veio a público, por meio do seu jornal, defender a sua postura frente à Isabel e ao republicanismo.

Atribuo sentido positivo às permanentes acusações de *monarquista* sofridas por Patrocínio, na República. Quem não incomoda, quem vive no esquecimento não é relevante caluniar ou defender, não é significativo circular seu nome na imprensa e da mesma forma não cria nenhum clima de comoção ou indignação entre as pessoas. Considero esse tratamento a Patrocínio como um indício da sua forte presença na política da capital do país. Ele circulava entre políticos e jornalistas que de certa forma contribuíam para dar significância às suas opiniões, seja para aprová-las ou não. Os seus adversários ao atacar a sua imagem política, caracterizando-a de interesseira e instável, desejavam enfraquecer o seu discurso e a sua presença no cenário político de então.

Em 1896, por exemplo, essa questão veio, mais uma vez, à tona. O jornal *Liberdade* reproduziu artigo de Pardal Mallet, escrito em 8 de maio de 1889, para o *A Rua*, acusando Patrocínio de monarquista, devido à seguinte frase atribuída ao mesmo: “Enquanto houver honra e sangue abolicionista, ninguém tocará no thono de Izabel, a

Redemptora.”³⁶⁶ Em sua defesa, Patrocínio afirmou que a campanha abolicionista nunca teve interesse em discutir forma de governo, o seu programa era o fim do trabalho escravo.

A verdade é que eu amei doudamente a causa da minha raça, que lhe sacrifiquei tudo e que ainda não me arrependi de tel-o feito.

Com a mesma paixão amei a República. Desde 1872 comecei a trabalhar dedicadamente a ella.

[...]

Os meus artigos, os meus discursos não são mais do que a consequência lógica do momento político, em que elles foram escriptos e proferidos.

Entre os republicanos, que adulavam os escravistas, para fazer proselytos e Isabel, a Redemptora, ameaçada pela lei de 13 de Maio, eu não podia escolher o posto de combate. Fiquei lealmente ao meu lado e disse e digo e repetirei sempre: prefiro um thono que liberte, a uma República que escravisa.³⁶⁷

Com a queda do gabinete João Alfredo e a instalação do Ministério sob o controle do visconde de Ouro Preto a então defesa ao Terceiro Reinado caiu por terra para o jornalista.

O anúncio que o governo não ia bem apareceu no dia 11 de junho durante a apresentação do novo ministério, “o deputado João Manuel, magestoso como propheta Nathan diante do sollo de Davi, [...], depois de exprobar com eloquência tribunicia, [...], concluiu pelo grito inesperado – **abaixo a monarchia, viva a republica.**” O novo gabinete com Ouro Preto não tinha como competir com a popularidade de João Alfredo. Desagradava a Patrocínio até mesmo a composição do ministério, segundo ele formado por escravistas e interesseiros. Para o jornalista, agora as decisões do Império, sob a chefia de D. Pedro II, indicavam a “aliança com a oligarquia da terra em detrimento do povo brasileiro. Um Império que ao longo dos anos em nada beneficiou o país.”³⁶⁸

Desta forma a sua critica ao governo monárquico, com Ouro Preto, em nada se contradiz com a anterior defesa ao Terceiro Reinado, uma vez que os reinantes – Imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel - e seus encaminhamentos políticos eram para Patrocínio completamente diferentes.

No aniversário da Princesa Isabel, em 29 de julho de 1889, o jornal de Patrocínio ao passo que exaltava a aniversariante redentora, também reafirmava o seu republicanismo. Para ele um republicano sincero, respeitoso da lei e da justiça podia,

³⁶⁶ Mais uma vez. *Cidade do Rio*, 30 de julho de 1896.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ A Sessão de Hontem. *Cidade do Rio*, 12 de junho de 1889.

sim “beijar publicamente, com o coração de joelhos, a mão da extraordinária compatriota que assim procedeu.” E mesmo fazendo campanha pela república não se sentia desobrigado “para com a santa mãe dos captivos”, proclamada “maior do que todos nós os abolicionistas”. O jornalista afirmava ainda que se a república brasileira fosse instalada pelo povo teria a Princesa uma especial homenagem, por ser o “maior cidadão nascido no Brasil, o mais corajoso, o mais desinteressado, o mais humano”.³⁶⁹

Meses depois, no dia 15 de novembro de 1889, o *Cidade do Rio* estampava a manchete “VIVA O EXÉRCITO LIBERTADOR”. Estava instituído provisoriamente um novo regime político – a República.

O interessante é que o jornal noticiou o evento imediatamente depois de acontecido, pois circulava na parte da tarde. Suas informações começaram na noite anterior e foram até ao meio dia. De acordo com o jornal, na noite anterior encontravam-se no quartel general do exército diversos oficiais, o batalhão de infantaria e o regimento da cavalaria em forma. Às 6 horas da manhã do dia 15 de novembro estavam fechados os quartéis do 7º e do 10º, além do Corpo de Bombeiros. De Niterói desembarcou uma parte do corpo de polícia da província. Às 7 horas estava na rua do Ouvidor uma força de fuzileiros navais. Já às 8 horas o trânsito para o Campo de Santana era praticamente impossível dado o número de soldados nas ruas, “batalhões de linha, fuzileiros navaes, bombeiros, corpo de policia de Nitheroy, policia da corte, piquete da cavallaria.” No quartel haviam duas forças que não queriam seguir para o lugar destinado, o 7º e o 24º, e foram apoiados pelo “general Deodoro, o 1º da infantaria, o 1º de cavallaria, o 2º de artilharia, e o 23º que deve chegar hoje de Ouro Preto. **Consta mais que o ministério está retido pelo exército. Confirma-se o boato de que o ministério pediu demissão.**”³⁷⁰

Os alunos da Escola Militar e um corneta do 22º foram para o Campo de Santana dando “vivas à Nação Brasileira e ao exercito.” Por volta das 10:30 o ministério se rendeu, o general Deodoro entrou no quartel “em triumpho, abraçado, entre aclamações entusiasticas. **O exercito dá vivas à Republica. É o grito que se ouve em todo o campo de Sant’Anna. [...] É geral o enthusiasmo.**” Às 11 horas vários cidadãos fazem ao povo a proposta de proclamação da república. José do Patrocínio propõe a abertura do Paço Municipal para “que o povo se possa alli recolher, se isso for preciso.” A frente do *Cidade do Rio* as pessoas passavam dando vivas à república.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Ibidem.

Entusiasmo, aclamações e vivas à Nação e à república são protagonizados a todo o momento. Por fim, ao meio dia ocorre um desfile da força na rua do Ouvidor acompanhada pelo povo. “Falaram: José do Patrocínio, na *Cidade do Rio*, e Silva Jardim, da *Gazeta de Noticias*.”³⁷¹. Os dois oponentes, Patrocínio e Jardim, comemoravam a queda do ministério e a tomada de frente política pelo exército.

Essa foi a primeira descrição do *Cidade do Rio* sobre os acontecimentos que conflagraram na República. Observamos que Patrocínio aparece nesta descrição propondo a abertura da Câmara Municipal e discursando mais tarde na sacada do seu jornal.

A alcunha de ‘proclamador civil da república’ atribuída ao jornalista Patrocínio começou a ganhar fôlego quando o mesmo descreveu a sua participação durante a instalação da república, no *Cidade do Rio* em 14 de dezembro de 1889. Isso porque era crucial para ele defender-se da acusação de falso republicano a qual vinha recebendo. Patrocínio rememora que no dia 12 de novembro recebeu um telegrama de Benjamin Constant avisando para preparar-se, pois estava próxima a revolução. Já no dia 14 teve uma conversa com o Almirante Wanderkolk que confirmou o fato. Estes dois fatos instituíam a idéia de familiaridade de Patrocínio com os futuros eventos, além de ser digno de confiança de pessoas tão importantes politicamente na República. Desta forma não era um suspeito, um vendido da monarquia. “Esta prova de confiança bastou para varrer de meu espírito todos os ressentimentos justos, que eu tinha do primitivo partido republicano.”³⁷²

A “revolução” não era surpresa para o jornalista, e sim o dia em que aconteceu. A precipitação foi resultado de um boato promovido pelo tenente-coronel Sólon e pelo capitão Mena Barreto da prisão do Deodoro da Fonseca e por isso não participou da “gloriosa vigília, de que resultou a Victoria da Republica”. José do Patrocínio ao descer de Petrópolis no dia seguinte percebeu o que estava acontecendo. Imediatamente esteve com Olavo Bilac delegando responsabilidades para o funcionamento da redação do *Cidade do Rio*. Patrocínio queria estar no meio dos acontecimentos.

Ao chegar ao Campo de Santana soube que Deodoro já se encontrava no interior do quartel general. Voltou, então para o *Cidade do Rio* e mandou espalhar boletins convidando o povo a dar vivas ao Exército, a Armada e a república. Com o desfile dos soldados na rua do Ouvidor foi Patrocínio à janela parabenizá-los chamando-os de

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Algumas Palavras. *Cidade do Rio*, 14 de dezembro de 1889.

revolucionários. O *Cidade do Rio* foi invadido pelo povo entusiasmado a festejar, correligionários “viram abraçar-nos e confraternisar connosco, reatando assim as nossas relações interrompidas.” Patrocínio descreve um dia de festa, de participação popular, como se todos, civis e militares, estivessem à espera da vitória republicana. O fato de correligionários procurarem justamente a sua folha seria uma indicação do reconhecimento do seu republicanismo.

A festa, no entanto, foi interrompida pelo boato de que a república não fora proclamada de fato. Instala-se um momento de incerteza. Surgem então algumas idéias:

- Façamos um grande movimento popular, aconselhou o Dr. Annibal Falcão.
 - Assaltemos a camara dos deputados e o senado e façamos com que o Povo dignifique por actos eloqüentes, que se reinvestiu da soberania, ponderou Emilio Rouéde.
 - Acho mais regular, observei eu, convidar o Povo a acompanhar-nos à Camara Municipal e ahi proclamar solemnemente, pacificamente, mas decisivamente a Republica.
- A minha opinião vingou.³⁷³

A escolha da Câmara Municipal por Patrocínio não foi aleatória por ser ele, neste momento, vereador da casa. Às 15:30 horas saíram do *Cidade do Rio* e foram para a Câmara levando a bandeira do Clube Lopes Trovão para simbolizar a república. “... invadimos a Camara Municipal, onde proclamei a Republica e fiz hastear a bandeira, que symbolisava o faustoso acontecimento.” Patrocínio escreveu e foi votada a seguinte representação divulgada pelo jornal *Novidades*:

EXMS. SRS representantes do exercito e da armada nacionaes – Temos a honra de comunicar-vos que, depois da gloriosa e nobre resolução que *ipso facto* depoz a monarchia brasileira, o povo, por órgãos espontâneos e pelo seu representante legal nesta cidade, reuniu-se no edificio da camara municipal, e, na fôrma da lei ainda vigente, declarou consummado o acto da deposição da monarchia e, acto seguido, o vereador mais moço, ainda na fôrma da lei, proclamou como fôrma de governo do Brazil a republica.

Attendendo ao que os abaixo assignados esperam que as patrióticas classes militares sanccionem a iniciativa popular, fazendo immediatamente decretar a nova fôrma republicana do governo nacional.³⁷⁴

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ *Novidades*. 16 de novembro de 1889.

Patrocínio com esta representação proclamava a república na Câmara dos Vereadores. Depois ao som da Marselhesa foram à casa de Deodoro, “a quem dirige a palavra, externando o voto do Povo”³⁷⁵ com a moção. A radicalização de Patrocínio e seus amigos, a exemplo de Aníbal Falcão³⁷⁶ e Emílio Rouéde³⁷⁷, não foi compartilhada por Deodoro e Benjamin Constant. Este agradeceu ao povo a manifestação de apoio recebido, mas por ora “devia declarar que, [...], só havia definitivamente assentada a organização de um governo provisório, incumbido de consultar a Nação, reunida em Constituinte, sobre a fôrma de governo.”³⁷⁸ O Governo Provisório se encarregou até então a defender a liberdade, a propriedade e a soberania da Nação.

Patrocínio insistiu para que o governo proclamasse efetivamente a república, estando o povo “alli para ouvir o Governo provisório repetir com elle um viva à Republica Federal Brasileira.” Instigando os que ali estavam levantou por três vezes o viva, e foi entusiasticamente correspondido. Segundo o próprio jornalista, ele e João Clapp foram ao sobrado da casa de Deodoro entregar pessoalmente a moção.

No dia seguinte os vereadores foram à Câmara Municipal discutir as ações do vereador Patrocínio e ratificaram a sua decisão de apoio ao Governo Provisório.

Os acontecimentos testemunhados hontem por esta cidade produzirão a fundação da Republica Brasileira. O governo democrático está instituído como fase m publico todas as folhas diárias de hoje. Avultado numero de cidadãos, tendo a testa o nosso collega vereador José do Patrocínio, occupou hontem os salões deste paço proclamando a “Republica Brasileira”.

O Imperador e a familia Imperial, tractados com maior respeito consta que retirão-se hoje do paiz. O governo Provisório acha-se a testa dos negócios públicos.

Vendo a Illma. Camara no cumprimento destes factos resolve reconhecer a nova ordem de cousas e declarar em nome da paz publica, que o povo deste municipio adhire ao Governo Provisório. Paço da Illma Camara, 16 de novembro de 1889.³⁷⁹

³⁷⁵ Algumas Palavras. *Cidade do Rio*, 14 de dezembro de 1889.

³⁷⁶ Escritor e político. Foi eleito deputado federal em 1900 e participou da Assembléia Constituinte criada em 1891. Nasceu em Pernambuco em 1859 e morreu no Rio de Janeiro em 1900. Participou ativamente da campanha abolicionista. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADbal_Falc%C3%A3o. Último acesso: 10/11/2011.

³⁷⁷ Nasceu em França em 1848 e morreu em Santos em 1908. Exerceu muitas atividades no Brasil relacionadas à arte – pintor, músico, fotografo, escritor, jornalista. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_rouede.htm. Último acesso: 10/11/2011.

³⁷⁸ *Cidade do Rio*. Algumas Palavras, 14 de dezembro de 1889.

³⁷⁹ O documento foi assinado pelo presidente da Câmara Municipal, José Ferreira Nobre, pelo vice-presidente, Antonio Dias Ferreira e por José do Patrocínio. Apud: Proposta, Requerimentos, Pareceres e votos apresentados em sessões da Illma Camara Municipal no anno de 1889. Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, março, 1916.

Como o governo “não havia procurado investir-se civilmente da governação nacional”³⁸⁰, Patrocínio apresentou mais uma sugestão, convidar o Governo Provisório para fazer o juramento de “bem a servir a nação.” Feito o convite, por meio de uma carta escrita por Patrocínio a Benjamin Constant, este foi aceito e a visita à Câmara realizada, sendo feito o seguinte Termo de Juramento:

Termo de juramento que prestam os membros do Governo Provisório abaixo assinados perante a Illma. Câmara Municipal da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Aos dezesseis dias do mês de novembro de mil oitocentos de oitenta e nove, compareceu no Paço Municipal o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, composto dos cidadãos Aristides da Silveira Lobo, Rui Barbosa, Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, chefe-de-Divisão Eduardo Wandenkolk e Quintino Bocaiúva, que declarou vir perante a Ilustríssima Câmara, reunida em sessão extraordinária, fazer a promessa solene de sob a sua honra manter a paz e a liberdade públicas, os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da Nação, quer no interior, quer no exterior. Em firmeza do que assinam os ditos cidadãos espontaneamente, com os vereadores da nossa Ilustríssima Câmara, este compromisso para com o Povo Brasileiro, representado neste momento pela Municipalidade da Cidade do Rio de Janeiro.³⁸¹

Para Patrocínio, essa sua atuação o inseriu no panteão dos proclamadores da República, vinculando os seus atos, em 15 de novembro, como essenciais para a institucionalização do novo regime e, mais ainda, restituindo ao evento um caráter civil, de reconhecimento e apoio popular ao convocar o “povo” à Câmara Municipal onde proclamou a república. “Pela linguagem da imprensa europeia se vê que a República incorreria na antipatia como consequência da revolta das classes ricas contra a abolição.”³⁸² Patrocínio enalteceu sua presença, considerando-a fundamental ao imprimir conotação popular e democrática a proclamação e não um revanchismo dos proprietários contra o Império.

José do Patrocínio evidenciou todo o seu lado radical e apaixonado na defesa de uma causa, neste caso a causa republicana. Anos depois lembrou este momento: “quando se proclamou a República eu era republicano, não moderado e evolucionista,

³⁸⁰ Algumas Palavras. *Cidade do Rio*, 14 de dezembro de 1889.

³⁸¹ JUNIOR, Raimundo Magalhães. Op. Cit., p. 287.

³⁸² Os jornais *Novidades* e *O Paiz* de 16 de novembro relataram, na descrição sobre os eventos da proclamação, a presença de Patrocínio e do “povo” na Câmara Municipal onde ocorreu a votação popular da moção escrita pelo mesmo proclamando a república.

como durante o gabinete immortal de João Alfredo, mas preparado para o combate”³⁸³. Foi para a rua convocar o “povo” a participar da instalação do novo regime, a sua república era popular. Na Câmara Municipal escreveu uma moção referendada pelo povo, declarando a monarquia deposta e proclamada a república. O documento era enfático ao decretar a nova forma de governo. Desejava, apenas, a sanção dos militares, ou melhor, a declaração oficial de Deodoro da Fonseca acerca do novo regime político.

No entanto a única certeza que ouviu do militar Benjamin Constant era o estabelecimento do governo provisório de caráter republicano, quanto à forma de governo esta seria decidida na Assembléia Constituinte, instituição representativa da nação.

Assim, considero José do Patrocínio como o proclamador civil da república. A moção entregue a Deodoro e a presença do Governo Provisório na Câmara Municipal para prestar juramento de respeito aos direitos dos cidadãos legitimam o poder que a Câmara assumiu. E esse poder somente se concretizou devido à iniciativa tomada pelo vereador Patrocínio. Deodoro da Fonseca junto as Forças Armadas derrubaram o ministério e o Império. José do Patrocínio junto a amigos republicanos radicalizaram o movimento clamando pela participação popular e a proclamação definitiva da república.

3.2. Primeiro momento: A República parece um sonho.

Após a proclamação da República o jornal *Cidade do Rio* descreveu entusiasmado as primeiras ações do Governo Provisório, idealizando a democracia e a soberania popular. O jornal destacava a confiança no novo governo, pedia calma e obediência aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros. “Até agora o governo provisório tem dado tantas e tão bellas provas de moderação, de prudência, de patriotismo e de amor à ordem, que é dever de todos, [...] aplaudir, sustentar e obedecer”³⁸⁴ os homens que acabaram com a Monarquia.

Para o jornal, estes homens foram responsáveis por “trazer a luz”, pois o Brasil era como um cego que “tivesse os olhos abertos de repente, offuscado pelo primeiro clarão, não compreendendo ainda o que visse, sentindo a alma dilatar-se, ávida e nova, diante do mysterio da luz.” A madrugada é configurada como a interseção entre a noite, Monarquia, e a manhã, simbolizada pela República. A República é sinônima de

³⁸³. O Sr. Ruy Barbosa. *Cidade do Rio*, 16 de fevereiro de 1901.

³⁸⁴ *Cidade do Rio*. 18 de novembro de 1889.

liberdade, de luz. “A madrugada da liberdade só teve, como todas as madrugadas da natureza, luz e alegria”³⁸⁵, com a libertação dos brasileiros.

Nas primeiras declarações oficiais do Governo Provisório apareciam este clima de harmonia entre as Forças Armadas e os civis, relação em “perfeita comunhão de sentimentos”³⁸⁶. Cabia ao Governo Provisório, representante do povo brasileiro, garantir a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos. “O governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.” O governo declarou respeitar os direitos dos cidadãos, e “todos os compromissos nacionaes contrahidos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potencias estrangeiras, a divida publica externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente instituidas.” Seu objetivo era transmitir segurança para os brasileiros e estrangeiros. Segundo o Decreto nº1, publicado no próprio dia 15 de novembro, ficava instituído “provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação brasileira - a República Federativa.”³⁸⁷, as províncias transformaram-se em Estados federativos com direito a uma constituição.

A folha *Cidade do Rio* além de transmitir para os seus leitores confiança no novo governo, criava também à imagem de um governo preparado, que sabia o que estava fazendo. Para o periódico, todas as providências foram tomadas “com uma admirável certeza, [...]. Pode-se dizer que na noite de 15 a República nascente já estava garantida.”³⁸⁸. A república consagrava as aspirações democráticas do país, tanto assim que suas primeiras medidas foram o fim do Poder Moderador, da vitaliciedade do Senado, do voto censitário e a instalação do regime federativo. Segundo este jornal, para o melhor entendimento das mudanças que se operavam no país o governo caracterizou as liberdades estabelecidas em três categorias, de acordo com “a ordem em que ellas se foram constituindo em bases da sociedade: liberdade civil, liberdade política e liberdade philosophica.”³⁸⁹. A liberdade civil corresponde a de propriedade, de indústria e contrato; a liberdade política é o direito à eleição, representação, reunião e associação; e a liberdade filosófica que compreende a liberdade de consciência, de culto e de expressão.

³⁸⁵ Madrugada. *Cidade do Rio*, 19 de novembro de 1889.

³⁸⁶ Proclamação. *O Paiz*, 16 de novembro de 1889.

387

BRASIL. Governo Provisório. *Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889*.

Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?pagina=1&idarea=17&idmodelo=2117>.
Último acesso em 27/07/2011.

³⁸⁸ O Governo Provisório. *Cidade do Rio*, 20 de novembro de 1889.

³⁸⁹ 15 de Novembro e as reformas necessárias. *Cidade do Rio*, 23 de novembro de 1889.

Para comemorar o governo Provisório e as recentes conquistas³⁹⁰ realizou-se um banquete, no Hotel Globo, no dia 28 de novembro com a presença de pessoas influentes da política nacional – Aníbal Falcão, Silva Jardim, Jacques Ouriques, Benjamin Constant, Campos Sales e José do Patrocínio. Muitos foram os brindes e discursos. O tenente-coronel Jacques Ourique aclamou o heroísmo de Deodoro e declarou que os militares não possuíam pretensão de supremacia governamental. “O exercito sabe qual é a sua missão moderna. [...] A tutela militar da pátria não tem por fim senão fortalecer a opinião republicana [...] A influencia militar é transitória e o exercito não aspira senão restituir o maior depressa possível a soberania ao seu legitimo possuidor – o povo.”³⁹¹

Campos Sales manifestou-se também, exaltando o início de um governo baseado no “amor e na concórdia”. “Calmo e moderado, o governo [...] sente em cada um de seus membros a energia necessária para evitar que a ordem se perturbe.” Afirmou não ver problema do exército ter tomado a iniciativa pela mudança do regime político, pois o soldado era da mesma forma um cidadão que compartilhava da idéia republicana. O general José Simeão de Oliveira³⁹², o homenageado da noite, levantou um brinde à imprensa, a força leal da liberdade, e as “estrellas de primeira grandeza Quintino Bocayuva, Ruy Barbosa e José do Patrocínio.” Patrocínio agradeceu as palavras de Simeão e “secunda o brinde do Dr. Benjamin Constant à mocidade militar.” Por fim, todos brindaram a Deodoro da Fonseca.³⁹³

O Governo Provisório e o Marechal Deodoro ganharam mais simpatia de Patrocínio quando foi convocada a Assembléia Constituinte. Segundo o decreto, a eleição, para compor a Câmara Legislativa, se realizaria no dia 15 de setembro de 1890, e o prazo para o início do trabalho dois meses após esse pleito³⁹⁴. Cabia agora o governo nomear uma comissão para organizar a primeira eleição republicana. Dias depois, foi publicado um decreto nomeando os membros da comissão eleitoral composta por

³⁹⁰ Também foi celebrada nesta festa a nomeação de José Simeão para governador do Estado de Pernambuco.

³⁹¹ Banquete dos livros. *Cidade do Rio*, 30 de novembro de 1889.

³⁹² José Simeão de Oliveira foi eleito governador de Pernambuco em 1889 e ficou no cargo até 1890. Esse banquete comemorava a sua vitória como governador eleito desse Estado. Disponível em: <http://www2.pe.gov.br/web/portal-pe/governadores>. Último acesso: 10/11/2011.

³⁹³ Um dia após o banquete o jornalista Patrocínio enviou um ofício à Câmara Municipal pedindo desligamento do cargo de vereador ao considerar incompatível com a nova situação política. Eleito durante o Império representava a parcela do eleitorado municipal que protestava a favor da abolição e da república, ambos os movimentos vitoriosos. Agora a “Revolução moralizadora do 15 de novembro” precisava “empossar-se de todas as funções legislativas e administrativas, para exercel-as brevemente e de modo que possa assumir toda a responsabilidade perante a nação.” Ver: *Cidade do Rio*. José do Patrocínio, 30 de novembro de 1889.

³⁹⁴ *Cidade do Rio*. 21 de dezembro de 1889.

Joaquim Felício dos Santos, Antonio da Silva Jardim e Benedicto Cordeiro de Campos Valladares. A comissão tinha toda autonomia de trabalho, lidando diretamente com as autoridades “jurídicas, eclesiásticas e administrativas da Capital Federal e de todos os Estados da Republica, afim de obter dellas os dados necessários à realização do presente decreto.”³⁹⁵ O *Cidade do Rio* expressou confiança e otimismo com o encaminhamento das questões políticas, ao ponto de sonhar com eleições limpas. Afirmou: “a verdade eleitoral ganhou não só em amplitude como em pureza, porque não é de presumir que o vicio do antigo systema ganhe uma vasta massa, que nunca soffreu directamente o seu contacto.”³⁹⁶

A pureza eleitoral, o respeito a soberania popular ficou na idealização, no sonho de uma república democrática. Vimos nas eleições nas quais Patrocínio participou nos anos de 1890, 1893 e 1895, que a eleição a bico de pena e corrupta prevaleceu ao longo da Primeira República. A vitória dos candidatos do governo era certa. A vontade popular era fictícia, ela era burlada pela fraude e pela exclusão da parcela populacional sem direito político por ser analfabeta, mulher, mendiga, praça de pré e religiosa.

Antes da desilusão com o processo eleitoral, José do Patrocínio aclamou o Governo Provisório de “**GOVERNO DO POVO**”. Para ele, a atual “ditadura” necessária para garantir a ordem no momento de mudança precisava agora ser substituída pela “vontade do povo”. Este ato demonstrava um governo benemérito que saberia respeitar a transitoriedade política e a soberania popular. Enquanto vinha de todos os lados o pedido para a convocação da Assembléia Constituinte, José do Patrocínio e o grupo que trabalhava no *Cidade do Rio* não duvidaram do patriotismo “dos cidadãos encarregados de salvaguardar” a liberdade do país. Declarou o jornal: “não acreditamos que elles resolvessem prolongar o seu poder ditatorial.” “O povo deve considerar como uma gloria sua ter instituido e acclamado um governo que é seu e absolutamente seu, um governo que é representante legitimo da sua soberania, e que nada quer fazer sem o seu conhecimento”.³⁹⁷

Para Patrocínio, o grande nome do Governo Provisório era Deodoro da Fonseca. Foi a sua presença no dia 15 de novembro que trouxe ao movimento um caráter patriótico e civilizador, e não uma sedição militar. A questão, no momento, era conservar a vitória do amor e do perdão instituído pelo General. Sabendo “que estava em suas mãos constituir um governo puramente militar, preferiu organizar desde logo

³⁹⁵ *Cidade do Rio*. 23 de dezembro de 1889.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ O Governo do Povo. *Cidade do Rio*, 21 de dezembro de 1889.

um governo civil, apesar de dictatorial, e o que é mais, modelar pelo seu espírito de prudência enérgica e de energia serena esse governo.” Deodoro era descrito como um “cidadão modesto de sempre, lhano, cavalheiroso, incapaz de sacrificar, conscientemente o direito e a justiça devidos aos cidadãos.”³⁹⁸

Deodoro da Fonseca³⁹⁹ foi eleito indiretamente presidente da República e Floriano Peixoto o vice-presidente. A primeira Constituição republicana foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. O país caminhava para a constitucionalidade.

No entanto, nada disso garantiu a paz. O que estava por vir foi muito diferente do quadro de harmonia e tranqüilidade idealizado pelo *Cidade do Rio* e por Patrocínio. O país vivenciou no decorrer da sua primeira década republicana um período de desordem e anarquia política.

O conflito pelo poder envolvendo civis e militares foi o marco nesse período. O governo de Deodoro exemplifica a queda de braço entre o Poder Executivo e Legislativo que conflagrou no fechamento do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891. A ditadura de Deodoro durou pouco, como “resposta, parte do Exército e o grupo civil comandado pelos paulistas derrubariam Deodoro da Fonseca”⁴⁰⁰. No dia 23 de novembro, Deodoro renunciou à presidência e explicou em manifesto as suas razões: temendo uma crise política achou-se, como chefe da nação, na obrigação de impedi-la com o fechamento do Congresso. De acordo com o Marechal, os últimos acontecimentos⁴⁰¹ e a “ingratidão daqueles por quem mais me sacrifiquei, e o desejo de não atear-se a guerra civil em minha cara pátria, aconselham-me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir-me.”⁴⁰²

Segundo Renato Lessa⁴⁰³ a queda do Império teria deixado um vazio organizacional que a República de imediato não soube suprir e nem controlar. Faltava, de acordo com o autor, a resolução de três problemas macropolíticos: “a geração dos

³⁹⁸ *Cidade do Rio*. Generalíssimo Deodoro, 5 de agosto de 1890.

³⁹⁹ Seu primeiro ministério estava organizado da seguinte forma: Campos Sales, Ministro da Justiça; Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha; Benjamin Constant, Ministro da Guerra e Instrução Pública, Correios e Telégrafos; Quintino Bocaiúva, Ministro de Negociações Estrangeiras; Aristides Lobo, Ministro do Interior; Francisco Glicério, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Rui Barbosa, Ministro da Fazenda. Apud: SENA, Ernesto. Subsídios para a história. Brasília: Sendo Federal; Conselho Editorial, 1999, p. 154.

⁴⁰⁰ LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 212.

⁴⁰¹ A greve dos funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, no dia 22 de novembro, e a Revolta da Armada comandada por Custódio de Melo, no dia 23, forçaram a renúncia do presidente Deodoro.

⁴⁰² CAMEU, Francolino; PEIXOTO, Artur Vieira. Floriano Peixoto: vida e governo. Brasília: ED. UNB, 1983, Vol. 44, p. 89.

⁴⁰³ LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

atores coletivos, as relações entre o Legislativo e Executivo e a interação entre Poder Central e poderes regionais.”⁴⁰⁴

No Império o responsável por estabelecer a ordem política e a harmonia entre as instâncias políticas foi o Poder Moderador, justamente por centralizar o poder. Isso possibilitou o afastamento da população das questões políticas, o controle na formulação de novos atores e o rodízio entre o partido liberal e o conservador. “O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem. O que se seguiu, conforme será visto foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos.”⁴⁰⁵

Com a renúncia de Deodoro tem início o tumultuado governo de Floriano Peixoto.

3.3 Segundo momento: a República se transforma em pesadelo.

3.3.1 Debate sobre a legalidade do governo Floriano Peixoto

O governo de Floriano Peixoto foi marcado pela instabilidade política e militar, motivada por disputa pelo poder e pela questão da legitimidade da autoridade do representante do poder executivo. A sociedade se dividiu entre defensores e opositores de Floriano. Para os opositores do governo, esse era ilegítimo e não reconhecido pela Constituição. Pois o artigo 42, do Capítulo I - do Presidente e Vice-presidente, deixava claro se "no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição."⁴⁰⁶ Deodoro da Fonseca foi eleito presidente no dia 25 de fevereiro de 1891 e renunciou em 23 de novembro do mesmo ano, ou seja, ficou menos de um ano na direção do governo. Dessa forma, segundo a Constituição deveria ser realizada uma nova eleição.

Os defensores de Floriano utilizaram também a Constituição, a favor da legitimidade do governo. As Disposições Transitórias estabeleciam a eleição indireta e separada para presidente e vice. Os eleitos "na forma deste artigo, ocuparão a

⁴⁰⁴ Idem, ibidem, p. 165.

⁴⁰⁵ Idem, p. 43.

⁴⁰⁶ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891. Esta Constituição encontra-se disponível no site da Presidência da República - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Último acesso: 24/09/2011.

Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial.⁴⁰⁷ E completava, para "essa eleição não haverá incompatibilidade"⁴⁰⁸. Ou seja, essa eleição tinha todo um caráter especial, o que inviabilizava o uso do artigo 42 citado acima. Cada um dos eleitos representava um cargo do poder executivo e deveria ficar até o fim do seu mandato. Tanto assim, que Floriano Peixoto continuou assinando os atos oficiais e se apresentando como Vice Presidente.

A cisão política foi levada até as últimas consequências. Ocorreram diversos embates, os principais foram: a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro. Os dois movimentos levaram o país a um desgaste econômico e político. Iniciados no ano de 1893 envolveram civis e militares durante todo o governo florianista. A anistia da Revolta Federalista, por exemplo, só foi decretada no governo seguinte, com Prudente de Moraes.

O descontentamento com Floriano Peixoto se refletiu nas páginas dos jornais *O Combate*⁴⁰⁹, organizado por Pardal Mallet, Olavo Bilac e Plácido de Abreu, e o *Cidade do Rio* de Patrocínio. Diversos personagens da sociedade carioca manifestaram a sua contrariedade nos jornais, como foi o caso daqueles jornalistas e dos oficiais das Forças Armadas como Jacques Ouriques. Segundo Pardal Mallet, o governo de Floriano caminhava para a tirania. Logo após a sua posse irrompeu o fanatismo sectário, ameaçando as instituições democráticas. Os governadores foram destituídos dos cargos, assumindo aqueles indicados por Floriano Peixoto, instaurando um momento de grande conflito com as oligarquias estaduais. "E então, diante dessas sucessivas deposições de governadores e dissoluções de congresso que tragicamente encenava com espingardamentos e bombardeios [...] o povo por inteiro, sem mais exceções, lavrou-lhe a sentença de morte."⁴¹⁰

O jornal *O Combate* era um jornal republicano e pela causa foi criado. A instabilidade política era um mal que combateria nas suas páginas. "O segredo de sua força está na sua crença e no seu optimismo."⁴¹¹ Acreditava no Brasil e nas leis universais que caminharia o país para o progresso e a felicidade. "Optisma, elle não se deixa impressionar pelo aspecto transitório dos acontecimentos [...] de que toda esta nossa

⁴⁰⁷ Art. 1º, inciso 2º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891.

⁴⁰⁸ Art. 1º, inciso 3º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891.

⁴⁰⁹ SILVA, Ana Carolina Feracin da. Entrea pena e a espada. Literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do jornal *O Combate* (1892). In: *Literatura e Imprensa no século XIX*. Caderno AEL. São Paulo: Unicamp, n.16-17, v. 9, 2002.

⁴¹⁰ *O Combate*, 19 de março de 1892.

⁴¹¹ Para começar. *O Combate*, 19 de janeiro de 1892.

actualidade política, desastrosa e fúnebre, é simplesmente muito boa e útil, [...], para limpar-nos do sangue a velha morrinha monarchica.”⁴¹²

A sua oposição a Floriano Peixoto logo foi contestada pelos governistas, um exemplo foi a acusação, publicada no A Pedidos do *Jornal do Commercio*, de circular em contrariedade aos estatutos da Companhia Jornalística e por ser “um órgão de despeito; de intuitos anarchicos; suspeito à republica; tendo sahido por coincidencia no mesmo dia da revolta de Santa Cruz”. Luiz Murat defendeu a sua folha, destacando a coincidência entre o início da revolta em Santa Cruz e a primeira aparição do *O Combate*, o que não significava uma cumplicidade entre os dois. “Suspeito da *Republica!* Pois sim! Mas de que republica fallam os senhores?!Será a republica do Sr. Floriano, do Sr. custodio , [...], Nunca ss.exx. nos conhecemos, nem nós o conhecemos nunca. Vivemos sempre em campos oppostos, por ideas, por índole e por temperamento”⁴¹³. Luiz Murat e *O Combate* fizeram história contra o mandato do vice-presidente. Faltava o seu companheiro José do Patrocínio.

O Combate anunciou a chegada de Patrocínio ao Rio de Janeiro, depois de uma temporada na Europa. O “grande fundador da cidade do Rio, cuja penna formidável tem sido sempre vibrada contra todas as tyrannias e contra todas as injustiças vem encontrar a sua pátria conflagrada e dividida pela guerra civil”⁴¹⁴, verá seus sonhos destruídos depois de tanta luta. O vice-presidente Floriano Peixoto era o responsável por todos os males, pela violação da constituição, da segurança e da liberdade, quando a própria imprensa oposicionista era perseguida, pela intervenção dos Estados e o aniquilamento do espírito federativo. “Mais nas horas tristes da desgraça do que nas horas serenas da paz, carece a pátria da dedicação e do trabalho dos seus filhos, quando esses filhos são como este que chega, e cujo nome glorioso já é uma tradição e um exemplo vivo do quanto póde o talento, alliado ao patriotismo.”⁴¹⁵

De fato o jornalista e sua família chegaram no dia 21 de fevereiro. E logo compareceu no escritório do *O Combate* para agradecer o esforço realizado pelo jornal na defesa da liberdade e da legalidade. Em muito se pareciam os jornais *O Combate* e *Cidade do Rio*, suas penas afiadas na luta dos seus ideais, sem meias palavras para criticar os adversários logo ganharam amigos e desafetos. Nesse dia de visita escreveu o

⁴¹² Idem.

⁴¹³ *O Combate*, 23 de janeiro de 1892.

⁴¹⁴ José do Patrocínio. *O Combate*, 21 de fevereiro de 1892.

⁴¹⁵ Idem.

artigo *Mais Sangue*, e depois publicou a sua famosa coluna política *Semana Política* como artigo de fundo no *O Combate*. A sua pena criticou duramente Floriano Peixoto, principalmente a sua intervenção no Ceará e o conflito armado instalado entre os oposicionistas e os defensores do governador desempossado do cargo. “Sangue, mais sangue. É preciso que o sr. Floriano beba. Os anêmicos dão-se bem na atmosfera dos matadouros, e o Brazil é um boi manso, que tanto serve para tirar a zorra do trabalho como para nutrir os tyrannos.”⁴¹⁶

A ilegalidade e o desrespeito a Constituição formavam o quadro traçado pelo jornalista ao governo de então. Desiludido, José do Patrocínio afirmou que os dois anos de experiência presidencialista, foram anos dolorosos. Depois de uma revolução para arrancar das mãos do presidente a Nação e restituí-la a ordem e a legalidade, "o vice-presidente, investiu-se da dictadura e ahi está praticando a peor das tyrannias [...] Como obrigar o sr. Floriano Peixoto a obedecer à legalidade ou a deixar o poder?"⁴¹⁷ O vice-presidente se manteve no poder mesmo pressionado pela imprensa e pelos políticos desejosos por uma nova eleição.

A situação do país ficou cada vez mais tensa a partir do Manifesto dos Generais entregue a Floriano. Um grupo de generais do Exército e da Armada declarou seu desacordo com a atual política, agravado pela substituição dos governadores imposta pelo Executivo. Os generais não "querendo, pelo silencio, comparticipar da responsabilidade moral da actual desorganisação em que se acham os Estados, [...], dando em resultado a morte de inumeros cidadãos, implantando o terror, a duvida e o luto no seio das familias", pediam ao representante do Executivo o fim do clima caótico, aprovando a organização de uma nova eleição como determinava a Constituição. Somente assim, se restabeleceria "promptamente a confiança, o socego, e a tranquillidade na familia brasileira, e bem assim o conceito da Republica no exterior, hoje tão abalados".⁴¹⁸

O Manifesto expôs a oposição de parte da oficialidade do Exército e da Marinha com o rumo que o país adquiria. A instabilidade nos Estados devido à nomeação de

⁴¹⁶ Mais Sangue. *O Combate*, 24 de fevereiro de 1892.

⁴¹⁷ *O Combate*, 28 de março de 1892.

⁴¹⁸ Os treze generais que assinaram o manifesto foram: Marechal José Almeida Barreto, vice-almirante Eduardo Wandenkolk, general José Clarinto de Queiroz, general Antonio Maria Coelho, general Candido José da Costa, contra-almirante José Marques Guimarães, general de brigada João Neponuceno de Medeiros Mallet, contra-almirante Dionísio Manhães Barreto, general de brigada João Severiano da Fonseca, contra-almirante Manoel Ricardo da Cunha Couto, general da brigada José Cerqueira de Aguiar Lima, general João José de Bruce e general de brigada João Luiz de Andrade Vasconcellos. Manifesto dos Generaes. *O Combate*, 6 de abril de 1892.

novos governadores e o perigo de uma guerra civil levou os generais a se pronunciarem pelo retorno da legalidade constitucional com a realização de nova eleição. A reação dos pós e contra Floriano foram imediatas. O governo para minimizar a questão declarou não ter recebido o Manifesto. O Marechal Almeida Barreto, um dos assinantes do documento, afirmou “que semelhante noticia é um triste recurso ainda uma vez usado para enganar o paiz, de que lançam mãos os que têm interesse de anarchinasol-o”, que o “manifesto foi entregue e está publicado, e, o que está escripto está escripto”⁴¹⁹. Outros personagens se pronunciaram favoráveis aos generais, a exemplo de Joaquim Saldanha Marinho, Jacques Ouriques e José do Patrocínio.

Saldanha Marinho não só acatou o Manifesto como afirmou aplaudir a indicação que se impõe “da eleição imediata do presidente da Republica, como é do espirito da Constituição, da intenção da força armada e da grande maioria da Nação”⁴²⁰. Para Jacques Ouriques o Manifesto escrito por dignos generais é um conselho ao Vice-presidente para que tenha calma e decida pelo respeito a lei. O documento é valorizado por ter sido assinado por companheiros de farda de Floriano Peixoto. Segundo Ouriques dos 18 generais presentes na capital, nove assinaram, cinco faziam parte da cúpula do poder e quatro não se pronunciaram.

José do Patrocínio, também, defendeu a legalidade do Manifesto apresentado pelos defensores do vice-presidente como uma insubordinação militar. O argumento do jornalista é todo pautado no artigo 12, inciso 9 da Constituição: “É permitido a quem quer que seja representar, mediante petição, aos poderes públicos, denunciar abusos e promover a responsabilidade dos culpados.”⁴²¹ Como a representação é um ato político e não militar os generais respondem como cidadãos e estão respaldados pela Constituição.

Não se dá, pois, o caso de insubordinação, nem de militarismo que os nossos illustres collegas denunciam Os generaes exerceram o seu direito civil e constitucional de representação, solicitando do chefe de Estado, que não tem character militar, [...] providencias julgadas necessárias para o bem estar e fortaleza da União.⁴²²

O governo de Floriano Peixoto era uma falsa democracia. Cabia aos cidadãos exercer o seu direito seja “conspirando com os actuaes detentores do poder, ou servindo-se como os generaes se serviram, dos instrumentos legaes, que a constituição

⁴¹⁹ *O Combate*, 7 de abril de 1892.

⁴²⁰ *Idem*.

⁴²¹ *Cidade do Rio*, 7 abril de 1892.

⁴²² *Idem*.

aparelhou para a garantia e a defesa das liberdades publicas.” Patrocínio não se intimidou frente a política de intolerância contra os opositores do governo. Para ele era preciso “continuar a dizer alto que este governo é a ruína e a deshonra nacional”. Confirmou, também, as ameaçadas sofridas pelos jornalistas: “já vivemos à noite rondados pela luz dos holofotes dos couraçados e pelas tigelinhas das fortalezas.” E declarava: “Faça, porém, o governo o que quizer; prenda, desterre, fuzille; as violencias não o salvarão.” A trajetória política do proprietário do *Cidade do Rio* e o seu claro posicionamento contra Floriano o tornou um dos alvos de perseguição dos florianistas. Patrocínio não se fez esquecer, com a sua palavra na imprensa, e nem foi esquecido pelos personagens políticos e intelectuais, que faziam referências positivas ou negativas ao mesmo, também por meio da imprensa.⁴²³

Após o Manifesto dos Generais outro evento sacudiu a capital do país. O dia 10 de abril ficou marcado na vida de Patrocínio e demais colegas jornalistas, militares e políticos desterrados pelo governo Floriano Peixoto. E, que fizeram os desterrados para merecerem essa punição? Como provocaram a ira do vice-presidente?

3.3.2 O dia 10 de abril de 1892

No dia anterior foram distribuídos boletins convidando o povo a participar de uma homenagem a Deodoro da Fonseca, o ponto de encontro foi o largo da Lapa, às 7 horas da noite. Depois todos deveriam partir para a casa de Deodoro, na rua Senador Vergueiro. E assim foi feito. A banda de música animava as pessoas que aclamavam o ex-presidente. Os manifestantes, quando chegaram a residência desejada, foram recebidos pelo deputado federal José Joaquim Seabra. “O Sr. Marechal mandou desculpar-se de não poder aparecer, por achar-se acomodado. Por essa ocasião foram erguidos muitos vivas.”⁴²⁴ Após essa manifestação, as pessoas se dirigiram a redação do jornal anti-florianista *O Combate*, na rua do Ouvidor, e “foram levantados muitos vivas a este jornal e aos seus redactores.” A situação parecia estar sob controle, quando dois bondes foram tomados pelos manifestantes no largo de São Francisco de Paula e dirigidos para o Palácio do Itamaraty, sede do governo. Na rua Visconde da Gávea foram impedidos de passar pelo 10º batalhão de infantaria formado em linha e com duas metralhadoras.

⁴²³ Ibidem.

⁴²⁴ *Gazeta de Noticias*, 11 de abril de 1892.

Diante do quartel-general estava formado o 24 e às portas do palacio Itamaraty o 23. Junto às grades da Escola Nacional formava um contingente de linha. Ao longo da rua S. Pedro estava o 9 regimento de cavallaria e o corpo de lanceiro. Toda a força estava reunida.⁴²⁵

O vice-presidente Floriano Peixoto apareceu para as forças reunidas com a farda de general e foi recebido com muitos vivas e ao som do Hino Nacional. “O marechal Floriano respondeu levando vivas aos batalhões, ao exercito e à armada, ao povo e à Republica.” A presença de Floriano parece ter desestabilizado a manifestação, que a principio era uma homenagem a Deodoro da Fonseca. O coronel Mena Barreto, um dos manifestantes, recebeu voz de prisão pelos oficiais presentes e foi recolhido ao quartel general. “As pessoas que haviam seguido nos bonds e a pé, logo que viram attitude da força, debandaram”⁴²⁶. Segundo os jornais, nesse mesmo dia foram presos José Joaquim Seabra⁴²⁷, Pardal Mallet e Olavo Bilac. A força policial e armada trabalhou a noite toda, resguardando a cidade e ouvindo as pessoas consideradas suspeitas.⁴²⁸

De acordo com a *Gazeta de Noticias* muitas pessoas foram presas no dia 11, interrogadas e conduzidas para os quartéis da policia e depois para os encouraçados Aquidaban e Riachuelo. Dentre os presos estava Patrocínio⁴²⁹. Ao longo da semana foram efetuadas outras prisões noticiadas pela imprensa, a exemplo do almirante Wandenkolk, detido no dia 14 de abril numa chácara na Gávea e o advogado e ex-juiz Dr. Julio do Valle, preso “por tornar-se suspeito como conspirador. Depois de interrogado na repartição da policia [...], foi o Dr. Valle remetido para o arsenal de guerra, para ter conveniente destino.”⁴³⁰ Todo mundo virou suspeito de conspiração e sedição. O clima era de medo.

O jornal *Diario de Noticias*, por outro lado, endossou as medidas governistas contra um movimento que, para ele, era uma “sedição” para tirar Floriano Peixoto do cargo máximo do Executivo. O jornal acusou o deputado Seabra e o jornalista Pardal

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ Nasceu em Salvador em 1855 morreu em 1942 no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife e participou ativamente da política brasileira, foi deputado e ministro. Fez oposição ao governo florianista. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Joaquim_Seabra. Último acesso: 10/11/2011.

⁴²⁸ Os jornais *Gazeta de Noticias* e *Novidades* apresentaram o mesmo artigo relatando os fatos ocorridos no dia 10 de abril na cidade do Rio de Janeiro.

⁴²⁹ Segundo o *Novidades* o jornalista foi preso na rua Riachuelo n. 78. *Novidades*, 12 de abril de 1892.

⁴³⁰ *Gazeta de Noticias*, 15 de abril de 1892.

Mallet de realizar discursos motivando a deposição do vice. De acordo com o jornal em nada resultou o movimento, pois o governista tinha apoio do exército, da armada, dos batalhões e do povo. “S. Ex. estava risonho e todas as ordens foram dadas com calma e energia. O sr. marechal Floriano Peixoto esteve sempre acercado de muitos populares, que invadiram, cheios e jubilo, o palácio de Itamaraty, cujas salas foram franqueadas ao povo.”⁴³¹

Antes da prisão, a pena de Proudhomme discorreu mais uma vez contra o governo no *O Combate*. No artigo afirmava ser Floriano a encarnação do ditador ao premeditar “cada dia uma cilada, deixando de ler e instruir-se no *magnon lexicon* do direito e dever nacional – a Constituição”, por declarar um ato de indisciplina o Manifesto dos Generais, e por “tomar à força a Constituição”. Age como um supremo e “pensa que pode vencer, porque tem as prisões e os pinhaes dos sicaros, porque tem o desterro e a morte à sua disposição.”

Para Patrocínio, o Marechal para acabar com seus inimigos foi capaz de inventar uma “conspiração de palacio”, e assim legitimar o uso da força e da bala. Nas palavras de Patrocínio era uma honra estar na lista de conspiradores contra o governo, pois “que nunca se acobardou ante a tyrannia.” Os covardes que o adulem. “Eu não”, declarou o jornalista, “eu o maldigo em nome da Constituição violada, [...], em nome do sangue derramado em todo o paiz, em nome das lagrimas e do lucto, que novamente ameaçam o povo brasileiro”.⁴³²

Um ano depois o *Cidade do Rio* lembrou o “10 de abril” como uma emboscada para calar e prender “todos os que podiam pensar e agir em defesa das liberdades publicas.” A homenagem ao ex-presidente, organizada anonimamente, foi transformada pelo governo em sedição para assim afastar opositores presentes no Congresso Nacional e dar maioria ao governo no poder legislativo. “Era preciso também apavorar a imprensa, condemnando à prisão e desterrros” os jornalistas. O país, com tal ato, perdia um dos seus símbolos máximo – a Constituição. Os direitos assegurados por ela tornavam-se letras mortas, inválidas, diante o poder de Floriano Peixoto. Por isso, a necessidade de lutar. Segundo o *Cidade do Rio*:

Nem as fortalezas, nem o desterro: nem, após a amnistia, a espionagem baixa e cobardes, as invenções infames de conspirações, que são feitas à verba secreta pelos caracteres perdidos: nem a

⁴³¹ *Diário de Noticias*, 11 de abril de 1892.

⁴³² *O Combate*, 11 de abril de 1892.

perseguição a mais cruel à fortuna, aos meios de vida, no direito do trabalho, puderam consolidar esse poder que, vivendo fora da lei, não é senão a allucinação quotidiana, e o terror de si mesmo [...].⁴³³

E apesar da opressão sofrida *os sacrificados* do 10 de Abril, como foram chamados pelo *Cidade do Rio*, afirmavam não terem ressentimentos e ódios contra ninguém. A liberdade da nação valia todo o sacrifício, esse era o maior exemplo cívico que poderiam dar aos brasileiros. “Si cada cidadão victimizado quizesse antes de tudo ser um vingador dos seus direitos, a Nação ficaria dividida em vencidos e vencedores.” Em tom romântico o artigo terminava colocando os oposicionistas, e não os conspiradores como heróis dispostos a morrer “dentro da lei pela defeza de suas liberdades.”

Segundo *O Combate* no dia 10 de abril estava programada uma “homenagem pacífica, natural, ordeira, que se ia fazer ao mais glorioso cabo de guerra do Brazil, [...] sem o mínimo intuito de arrastar o povo a uma sedição.”⁴³⁴ Com o agravamento da doença do marechal Deodoro um grupo achou por bem homenageá-lo. *O Combate*, que recebeu para divulgar a festa, acabou retirando o anúncio e procurou o responsável para “dissuadil-o de a levar a effeito, à vista das peioras que em seu estado de saude experimentava o marechal.” Pardal Mallet e Olavo Bilac, presos no dia da confusão, foram, de acordo com o jornal, ao encontro dos manifestantes no largo da Lapa para pedir a transferência do evento a partir da melhora de saúde do homenageado.

No entanto, “houve uma parte do povo que protestou energicamente, aos gritos, exigindo que se seguisse imediatamente para casa do velho fundador da Republica.”⁴³⁵ Essas pessoas, eram na verdade, policiais infiltrados para incitar o povo. Tudo fazia parte de um plano arquitetado por Floriano para impor o estado de sitio e prender seus opositores políticos.

Depois, sabe-se o que houve: houve a descida do Sr. Floriano da Piedade, fardado, fingindo de heróe, disfarçado em salvador da Republica, mandando iluminar Itamaraty, mandando tocar o hymno. E, logo em um dos salões do Itamaraty começou a ser organizada a lista das prisões. A opposição tinha cahido no laço.⁴³⁶

A lista com os nomes das pessoas com ordem de prisão teria sido feita tendo

⁴³³ *Cidade do Rio*, 10 de abril de 1893.

⁴³⁴ *O Combate*, 12 de abril de 1892.

⁴³⁵ *Idem*.

⁴³⁶ *Ibidem*.

como critério os desagrados pessoais dos amigos do governo. “Chegava um ministro: mande prender Fulano! chegava um repórter: mande prender Sicrano! chegava um deputado: mande prender Beltrano!”⁴³⁷ Sem respeitar patentes, posições sociais e imunidades parlamentares, os presos eram acolhidos como criminosos, como se o julgamento já estivesse realizado.

Semanas após a prisão, já no desterro, os presos reforçaram a idéia de manipulação do governo. José Joaquim Seabra afirmou o caráter pacífico da manifestação em homenagem a Deodoro e que as prisões foram ilegais. Nas palavras de Patrocínio, a sua prisão foi consequência da oposição realizada pelo seu jornal *Cidade do Rio* e que nenhuma conspiração existiu para derrubar o vice-presidente. Ele ainda protestou “com os seus collegas de deportação contra a maneira por que foram levadas à effeito as suas prisões, não tendo sido, nem seus amigos, inquerido, ou ao menos qualificado criminoso.”⁴³⁸ Pardal Mallet declarou ter se surpreendido com a prisão e “com a noticia que lhe foi dada aqui de um plano detalhado de uma conspiração que protesta nunca ter existido e que considera uma continuação da força policial com o fim de arredar os ooposicionistas.”⁴³⁹

De plano arquitetado pelo governo a fim de acabar com a oposição a uma sedição disposta a depor o vice-presidente, o movimento contava com a participação de jornalistas, deputados federais, militares e de curiosos. Que era a principio uma homenagem a Deodoro da Fonseca ao longo do seu préstito foi se radicalizando, e transformou-se em uma manifestação contra o governo. Não era a primeira vez que o governo recebia criticas, elas não eram novidades, pois a imprensa já muito se expressava duramente contra o que chamava de governo ditatorial. José do Patrocínio é um exemplo nesse sentido ao promover editoriais contra Floriano. Talvez o que tenha preocupado o governo fosse a presença da oposição na Capital e o permanente clima de instabilidade política. Por isso, a dura repressão com prisões e desterro.

E qual a versão do governo?

Um grupo de sediciosos, incitados por discursos violentos proferidos por José Joaquim Seabra e Pardal Mallet contra o governo, saiu à rua em desordem a “a ir em depor o marechal Floriano Peixoto do supremo cargo da Republica e delle investir o marechal Manoel Deodoro da Fonseca.” A tentativa de deposição era inaceitável e contava com a presença de membros do Congresso Nacional e das Forças Armadas, por

⁴³⁷ Ibidem.

⁴³⁸ Os desterrados. *Diario de Manaos*, 4 de maio de 1892.

⁴³⁹ Os desterrados. *Diario de Manaos*, 5 de maio de 1892.

isso a necessidade de decretar estado de sítio por 72 horas no Distrito Federal, ou seja, a suspensão provisória dos direitos constitucionais. Ainda assim o governo “resolveu manter a inviolabilidade do sigilo da correspondência, a liberdade de imprensa e de locomoção.”⁴⁴⁰ Como o Congresso Nacional não estava em funcionamento coube ao chefe do Executivo decretar o estado de sítio. Assim poderia impor as medidas repressivas aos culpados como: “1º) a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns; 2º) o desterro para outros sítios do território nacional.”⁴⁴¹

O estado de sitio foi o meio empregado pelo executivo para reunir forças e punir energicamente aqueles chamados de sediciosos. O governo justificou a penalidade. Primeiro era dever do governo manter a ordem e a segurança publica. A ameaça ao país promovida pelos “mãos cidadãos”⁴⁴² no momento, ainda, de mudança e reconstrução política e financeira tornava mais grave o crime cometido. Contava, também, a necessidade de tornar a punição exemplar, de não deixar impune pois “seria causa fecunda de maiores calamidades e mais graves commoções, que o governo incumbe a todo transe impedir.”⁴⁴³

O governo qualificou o evento de *conspiração e sedição*, prescritos no Código Penal como crimes. Era conspiração por constituir um ajuntamento com mais de vinte pessoas cujo desejo era, segundo o inciso 4 do artigo 115, “oppor-se, directamente e por factos, ao livre exercicio das attribuições constitucionaes dos poderes legislativo, executivo e judiciario federal, ou dos Estados”⁴⁴⁴, nesse caso o exercício do poder executivo representado pelo vice-presidente. A pena era a reclusão por um a seis anos.

E também uma sedição, pois os conspiradores ultrapassaram o desejo e tentaram colocar em prática a deposição do Chefe de Estado, utilizando da desordem, da violência e de ameaças, “embora nem todos se apresentem armados”⁴⁴⁵. Bastava um grupo com mais de 20 pessoas se reunirem com tais ações para ser qualificado de sedicioso. Neste caso os sediciosos exerceram atos de ódios contra um funcionário público e tentaram impedi-lo no exercício da sua função. A pena aos líderes era de três meses a um ano.

⁴⁴⁰ Diário Oficial, 11 de abril de 1892.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² Diário Oficial, 13 de abril de 1892.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Último acesso 25/09/2011.

⁴⁴⁵ Art. 118º do Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Op.cit.

Aqueles, por exemplo, que se opuseram com duras críticas, na imprensa, como José do Patrocínio e Olavo Bilac, foram incluídos pelo governo no patamar de conspiradores. A liberdade de expressão era, na verdade, uma quimera. Os jornalistas opositores corriam risco de terem seus escritórios e oficinas invadidos e quebrados pela própria polícia.

Ana Carolina Feracin da Silva relatou, em seu trabalho, a investida policial contra a folha *A Capital* acusada de publicar artigos sediciosos tendo inutilizada as edições do dia por vandalismo. “Nesse mesmo dia, *O combate*, também recebia a visita de outro chefe de polícia, que adentrando a redação da folha acompanhado por alguns soldados oferecia auxílios aos escritórios sob a justificativa de constar que o jornal ia ser assaltado.”⁴⁴⁶ Na verdade, conclui a autora, era mais uma estratégia para vigiar os redatores.

Conforme *O Combate* o movimento não foi nem uma conspiração, quanto mais sedição. “O facto de sahirem pessoas a depôr o chefe do Estado, só por si não constituia o crime de sedição.” Era preciso a promoção de um conjunto de fatores como: presença de gente armada, atitude violenta com ameaças e ruídos. Que não aconteceu, tendo a própria polícia como testemunha, uma vez que autorizou o evento e o acompanhou em todo o trajeto. A polícia não pegou nenhuma arma com os manifestantes, como não agiu energicamente, como prescrito pelo Código Penal, diante de uma sedição. Que vem confirmar “o caracter pacifico da reunião.”

Para *O Combate* o evento do dia 10 de abril foi exagerado pelo governo, como se tivesse atingido toda a nação e gerado grande comoção.

O acontecimento do dia 10 [...] não trouxe perturbação à ordem publica, não teve repercussão o, não deu logar a que noutres pontos da cidade ou de fora apparecesse qualquer movimento de character criminoso; tudo passou-se numa noite e em algumas ruas; um facto circumscrio quanto à localidade e pessoal.⁴⁴⁷

A ordem publica não foi ameaçada, continuou *O Combate*. A cidade permaneceu em paz. E mais, dias antes os deputados opositores se reuniram e constataram serem maioria no Congresso, por dois votos, num momento delicado para o governo, que dependia do reconhecimento do Congresso das eleições realizadas em alguns Estados. A derrota era visível para o governo. “E então fica explicada a prisão de

⁴⁴⁶ SILVA, Ana Carolina Feracin da. Op. Cit.,p.160.

⁴⁴⁷ O Estado de Sitio. *O Combate*, 21 de abril de 1892.

meia dúzia de deputados. Nada mais claro.”

No dia 13 de abril saiu a relação das 45 pessoas punidas com o desterro ou com a prisão, os lugares destinados foram: São Joaquim, Cucui e Tabatinga no Estado do Amazonas. Além das detenções nas fortalezas da Lage, de Villegaignon, de Santa Cruz e de São João. José do Patrocínio foi incluído no grupo enviado para Cucui, esse era formado pelo marechal José de Almeida Barreto, Coronel reformado Alfredo Ernesto Jacques Ouriques, Major reformado Sebastião Bandeira, Capitão reformado Antonio Raymundo Miranda de Carvalho, Capitão-tenente reformado Gentil Eloy de Figueiredo, Dr. José Joaquim Seabra, Plácido de Abreu, Manoel Lavrador, Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz e o conde de Leopoldina.

Além das prisões e desterro, o governo puniu alguns oficiais que “attentaram contra a ordem, envolvendo-se em crime de conspiração e sedição”⁴⁴⁸. Todos foram reformados. Três eram membros da Armada e nove do Exército.

O governo teve o cuidado em esclarecer o motivo do desterro de alguns jornalistas, como Patrocínio e Mallet, em consequência do envolvimento na conspiração e na sedição para depor o vice-presidente e não um ato de censura à imprensa.

No Manifesto ao Congresso Nacional, por conta da abertura dos trabalhos na Câmara, o vice-presidente reforçou a idéia de conspiração e sedição contra o seu governo. Declarou aos deputados federais ser a oposição resultado de interesses e ambições contrários às virtudes republicanas, que decidiram reagir, agora, ao perder espaço de ação com a deposição de Deodoro da Fonseca. Enquanto o governo desejava a paz, “viu a Nação o recrudescencia das hostilidades na imprensa e na via publica, tentativas de greves, emissários agitando ora a idea separatista, como em Minas Geraes, ora movimentos sediciosos, [...] e por ultimo, a explosão do dia 10 de abril.”⁴⁴⁹. Avisado do movimento que intimava a sua deposição foi imediatamente para o Palácio do Governo, quando viu como líderes da multidão membros do Congresso e oficiais de alta patente.

“Sendo necessário salvar o prestigio da autoridade, esmagar a anarchia, assegurar a ordem”, coube ao Executivo decretar o estado de sitio, a prisão e o desterro. Floriano Peixoto esclareceu serem as suas decisões amparadas por um conjunto “de prova testemunhal e circunstancial, que teve ao seu alcance e que lhe bastou para formar

⁴⁴⁸ *Gazeta de Noticias*, 12 de abril de 1892.

⁴⁴⁹ Brazil. Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil. Por ocasião de abrir-se a 2º sessão ordinária da 1º legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

convicção segura da necessidade das medidas de repressão que adoptou.” O governo não esclareceu quais provas foram essas, apenas declarou serem as provas documentais e circunstancias. Algumas pessoas foram presas em flagrantes, outras “em frente das tropas, proferindo aclamações sediciosas, outros porque franca e publicamente foram vistos na multidão”⁴⁵⁰, e tinha ainda o grupo solidário aos manifestantes e prontos para apoiar a ação.

O jornal de Patrocínio, *Cidade do Rio*, publicou um duro artigo contra Floriano e o Manifesto apresentado ao Congresso. Afirmou ser o documento de valor nulo, insignificante e destituído de provas, “a mensagem é um longo e fastidioso amontoado de futillidades, sem uma idea, sem um principio, sem um programma ”. Com relação aos desterrados e presos pedia a apresentação das provas que os tornavam culpados, pois a palavra do acusador, ou seja, do vice-presidente não “merece fé, [...] porque o accusador é uma parte e toda parte é suspeita.”⁴⁵¹

O governo foi muito pressionado para divulgar as provas documentais e circunstancias que motivaram as penalidades. Na descrição do *O Combate*, foram feitos apenas três interrogatórios, de Pardal Mallet, Olavo Bilac e José Elysio dos Reis. “Aos outros nem ao menos se perguntou como se chamavam.”⁴⁵²

Para a *Gazeta de Noticias*, o governo mostrou ser “forte e enérgico” quando foi preciso, diante da situação de desordem instalada desde o dia 10 de abril, no entanto cobrava do agente executivo as provas que o levaram a tal decisão. Pois “a energia não exclue a justiça, nem o recurso de meios extraordinario se legitima senão pela prova plena e cabal da indispensabilidade da sua applicação.”⁴⁵³ Mais do que ser forte era preciso mostrar ser justo. Entretanto, para o *Diario de Noticias* “graças às enérgicas e bem entendidas providencias do governo, a ordem acha-se restabelecida, e parece que essas medidas, tomadas oficialmente com a necessária presteza e devido critério, asseguram o inicio da paz”⁴⁵⁴. O jornal fixou na porta do seu escritório o *Diário Oficial* que decretou o estado de sítio.

Rui Barbosa, que entrou com pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal favorável aos presos e desterrados, também defendeu a apresentação das tais provas. Em 23 de abril o jurista fez o seu pronunciamento ao STF em favor dos presos

⁴⁵⁰ As citações a seguir foram extraídas da mesma referência. Idem, p. 7.

⁴⁵¹ *Cidade do Rio*, 14 de maio de 1892.

⁴⁵² A Cilada. *O Combate*, 21 de abril de 1892.

⁴⁵³ *Gazeta de Noticias*, 16 de abril de 1892.

⁴⁵⁴ *Diário de Noticias*, 12 de abril de 1892.

políticos e afirmou ter recebido duas cartas dos deputados federais José Joaquim Seabra e João da Silva Retumba, em ambas estão “a prova de que os detidos não passaram pela menor inquirição. Não se lhes perguntou, sequer, o nome. É pois, falsíssima falsidade a asserção, de origem oficial, que os dá como examinados, em longo interrogatório, por autoridades policiais.”⁴⁵⁵ A prisão era ilegal por diversos motivos: não houve chance de defesa aos presos, nem ao menos foram ouvidos; coube ao Executivo julgar e condenar quando na verdade essa era atribuição do Poder Judiciário, o único poder imparcial, “... o conselho nacional da razão jurídica”⁴⁵⁶, além disso o Executivo era totalmente parcial, pois era a outra parte do litígio. Mesmo que julgasse imprescindíveis as detenções durante o estado de sítio, com o seu fim 72 horas depois, em 14 de abril, não haveria, mais razão para a permanência das penalidades.

Será perpétua a privação da liberdade, imposta pelo governo aos presos durante o estado de sítio? Manifestadamente não pode ser. Perpetuidade é elemento de penalidade; e a penalidade é força exclusiva da justiça. Essa privação há de ser pois, temporária. Mas quem lhe limitará o termo? O ato do Executivo, ao impô-la? Ou o arbítrio do Executivo, quando se saciar? [...] Seria uma justiça fora da Justiça e acima dela absurdo, anomalia, despropósito.⁴⁵⁷

A anistia, de acordo com Rui Barbosa, serviria mais para o Governo. Ele é que seria o verdadeiro anistiado por se livrar dos “tribunais, furtando à verificação judicial as provas da opressão, que exerce.”⁴⁵⁸

O jurista, em determinado momento do seu discurso, falou do degredado José do Patrocínio, como homem de grande renome, glorificado como libertador dos escravos pela mocidade, pelo exército e pelo jornalismo. “Agora bastou que o aceno do poder lhe pusesse um sinal de suspeita, para que essas flores se transformassem em detrito. Mas que sociedade é esta, cuja consciência moral mergulha em lama, ao menor capricho da força, as estrelas da sua admiração?”⁴⁵⁹ José do Patrocínio foi lembrado por Rui Barbosa como uma referência positiva, aquele cujo passado o tornava um exemplo para a sociedade, mas que agora era uma vítima do governo.

O discurso de Rui Barbosa durou quase duas horas, conforme notificou a *Gazeta*

⁴⁵⁵ BARBOSA, Rui. Oração perante ao Supremo Tribunal Federal, 23 de abril de 1892. Disponível em : http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/p_a2.pdf. Último acesso: 16/10/2011.

⁴⁵⁶ BARBOSA, Rui. Op. Cit.,p. 123.

⁴⁵⁷ Idem,p. 143.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ Idem,p.134.

de Notícias. Essa sessão do STF foi muito disputada, tanto assim que às 11 horas da manhã ela teve início, com a presidência do conselheiro Freitas Rodrigues. “A aglomeração no recinto era extraordinária. Além da alta magistratura reunida para deliberar, a exceção da causa levantada pelo delegado Ruy Barbosa congregou no tribunal distintos representantes do fôro”⁴⁶⁰. Embora bem fundamentado o *habeas corpus* não foi aprovado pelo STF. Somente um votou a favor, o ministro Toledo Pizza, enquanto onze foram contra.

José do Patrocínio foi lembrado não apenas nessa petição de *habeas corpus*. Um grupo de jornalistas e deputados franceses enviou uma mensagem ao Congresso brasileiro pedindo a anistia para Patrocínio e os demais desterrados. Eis a mensagem:

Paris, 31 de maio de 1892

Ao Sr. presidente do Congresso brasileiro no Rio de Janeiro.

Os directores dos jornaes parizienses abaixo assignados receberam com dolorosa impressão a noticia da prisão e da deportação, sem julgamento, para Cucuhy, do seu eminente confrade brasileiro José do Patrocínio.

Pensam elles que o governo militar do Brasil devia tratar de outro modo o homem que fez dar a liberdade a um milhão de escravos e que proclamou a Republica no Rio de Janeiro.

Em nome da justiça e do direito pedem ao presidente do Congresso que faça votar a amnistia em favor de José do Patrocínio e dos seus companheiros presos com elle.

Aos honrados presidente e membros do congresso apresentam os protestos de sua solidariedade republicana.⁴⁶¹

É evidente o reconhecimento de Patrocínio em França entre os próprios jornalistas. Pessoas importantes do jornalismo e da política francesa assinaram o manifesto: Augusto Vacquerie, Paul Maurice, Raoul Canivet. Patrocínio era o “libertador dos escravos” e “proclamador da República”, dois feitos relacionados à liberdade e respeito aos direitos. Como Patrocínio poderia ser punido dessa forma sem mesmo nenhum julgamento, indagavam os franceses.

Os jornais franceses⁴⁶² *Figaro*, *Rappel*, *Justice*, *Temp*, *Petit journal* e *Evénement* noticiaram a prisão de José do Patrocínio, considerando um grande escândalo político. A péssima impressão causada pela prisão do jornalista e a imagem tirânica do chefe do poder Executivo, chegou a ponto de abalar os títulos brasileiros vendidos na Europa.

⁴⁶⁰ *Habeas corpus*. Gazeta de Notícias, 24 de abril de 1892.

⁴⁶¹ O manifesto foi assinado por 36 pessoas. Gazeta de Notícias, 12 de julho de 1892.

⁴⁶² O jornal *Cidade do Rio* traduziu alguns artigos e *O Combate* as republicou.

A prisão do nosso director Jose do Patrocínio, pelos agentes de um governo, que vale menos do que aquelle que o precedeu, produziu uma viva emoção e provocou surpresa dolorosa no seio desta imprensa parisiense que conhece o heróico campeão da abolição dos escravos, que o ama e aprecia grandemente o seu talento, a sua lealdade, os seus sentimentos cavalheiresco. [...] Agarra os melhores cidadãos condemna-os sem julgamento, deporta-os para longe, sem importar-se com as menores formalidades judiciais ! [...] Peço-lhes que acreditem que o meu amigo José do Patrocínio, foi defendido muitíssimo por aqui. Dous jornaes monarchistas, o Figaro, e a Autorité prestaram homenagem a honorabilidade desse homem amabilíssimo e distincto. Julguem por isso, o que poderiam ter escripto os órgãos republicanos. (Charles Boss, Paris 19 de abril de 1892)

Os negócios vão de vez a peios no Brazil! O banimento de pessoas como sr. Patrocínio que nós todos conhecemos aqui eq que é um homem amável e pacífico, demonstram em que estado acha-se a segurança individual na nascente republica. (Jacques St. Cére, do Le Figaro, 18 de abril de 1892)

O terror reina no Brasil. O governo de Floriano Peixoto, ainda um general que terá uma triste pagina nos annaes brasileiros, poz de parte todo o pudor. Os melhores cidadãos, os republicanos mais sinceros, os patriotas mais convencidos são presos e encarcerados por suas ordens. É assim que o nosso amigo José do Patrocínio, o director do valente jornal Cidade do Rio, o heróico campeão do abolicionismo, o eloqüente tribuno que proclamou a republica no rio de Janeiro, [...], foi preso há dois dias com um de seus confrades e um general e embarcados com destinação a Cucuhy ns fronteiras da Venezuela, e sob o clima mais mortífero da America do Sul. [...] Acreditamos que os brasileiros não quererão supportar por mais tempo um dictador que escravisa o que há de melhor entre elles. (C. B. do Rappel, 15 de abril de 1892)⁴⁶³

De fato o Brasil vinha perdendo prestígio na Europa com as medidas autoritárias do vice-presidente. A imagem apresentada pela imprensa européica foi a pior possível: militarismo, ditadura, violação dos direitos dos cidadãos, inconstitucional. O *Figaro* chegou a declarar que o Brasil, assim como os países da América do Sul, só se governava por meio do estado de sitio, sua política não podia ser levada a sério, “tem alguma cousa de opereta – e desgraçadamente, por vezes, também sangue!”

José do Patrocínio, por sua vez, tinha a sua imagem exaltada, principalmente com a chegada do dia 13 de maio quando se comemora a abolição dos escravos. *O Combate* estampou seu rosto na primeira página em companhia de um artigo que louvava a sua ação pela libertação dos escravos. “O 13 de maio é José do Patrocínio e já que elle está ausente, respeitemos a sua memoria em silencio, sem festas, e esperemos

⁴⁶³ José do Patrocínio. *O Combate*, 11 de maio de 1892.

por elle, o Redemptor.”⁴⁶⁴

3.3.3. A viagem dos desterrados a Cucui

Em 14 de abril os desterrados do governo Floriano iniciaram a viagem, no paquete Pernambuco, aos lugares longínquos do Amazonas. No dia marcado para a viagem, receberam visitas de familiares e amigos. Às 3h30min, o navio zarpou com os presos políticos. Enquanto Jacques Ouriques lia um romance, o general Almeida Barreto “recolhido no seu camarote, estava muito abatido. [...] José do Patrocínio discutia com muito calor os últimos actos do governo.” Os últimos a chegarem foram o conde de Leopoldina, sua esposa, o capitão-tenente José Carlos de Carvalho e José Gonçalves Leite⁴⁶⁵. O *Diario de Noticias* ironizou a viagem, como se estivesse iniciando um passeio: “Às 3 ½ horas da tarde, de uma bella tarde, calma e serena, de céu azul e mar calmo, levantou ferros o paquete Pernambuco, [...], fretado especialmente para conduzir os desterrados, que leva a seu bordo.”⁴⁶⁶

Cucuí, no Estado do Amazonas foi o destino escolhido para o desterro de alguns presos. A escolha não foi por acaso, além de distante da capital era um risco à saúde dos presos devido às doenças que assolavam a região como a malária.

Onde fica Cucuí, o local destinado ao grupo de José do Patrocínio? O mapa abaixo nos dá a noção da longinquidade.



⁴⁶⁴ José do Patrocínio.

⁴⁶⁵ Partida dos Desterrados.

⁴⁶⁶ Os últimos acontecimentos. *Diario de Noticias*, 14 de abril de 1892.

Ver: igrejacucui.vilabol.uol.com.br

Conforme a biografia de José Joaquim Seabra⁴⁶⁷ na época do desterro, Cucuí era um posto militar com apenas uma casa para o comandante do forte, outra para o quartel e mais quatro a cinco palhoças. A comunicação com Manaus era precária e a navegação difícil. De Manaus a Santa Isabel a navegação podia ser feita a vapor, mas dessa cidade a Cucuí a viagem deveria ser feita em canoa devido às cachoeiras. “Descendo do rio, a viagem até Cucuhi, sendo boa póde ser feita em 17 a 20 dias; subindo-o, porém, toma às vezes de 1 mez e mais, pellas difficulldadess das cachoeiras.”⁴⁶⁸

Até o próprio governador do Amazonas, Eduardo Ribeiro, relatou ao vice-presidente o péssimo estado que se encontravam os fortes, em telegrama informou “que os fortes estão completo abandono sem commandante (de) confiança sem sufficiente guarnição”⁴⁶⁹.

As cidades de Cucuí, Tabatinga e São Joaquim ficaram conhecidas pelos moradores de outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo, em consequência do decreto de 12 de abril. Os jornais foram os principais divulgadores, seus artigos traziam informações que aguçavam a curiosidade do leitor, eles procuravam responder: onde ficavam as cidades, quais as condições de vida que seriam enfrentadas pelos desterrados, as doenças, e até curiosidade do nome. O *Diario de Manáos* trouxe para o público a explicação para o nome Cucuí, cuja origem é tupi. Segundo consta caiu um meteoro no meio da floresta, e a grande pedra começou a ser chamada de ‘cucuê’ que significa ‘cahido por si mesmo’. Cucuí, portanto, vem da palavra “‘cucuê, ‘cahir-se”⁴⁷⁰.

Os desterrados a Cucuí chegaram a Manaus em 28 de abril e logo foram notícias do *Diário de Manáos* que manifestou total apoio aos mesmos. De primeiro rebateu uma nota publicada no *Commercio do Amazonas*: “Em Manáos, a noticia da chegada de *Pernambuco* foi recebida com frieza; não aconteceu o mesmo no Pará, onde os presos – ao ser permittida a entrada a bordo às pessoas munidas de precisa auctorisação - foram visitados por pessoas de todas as classes.” Notícia falsa, exclamou o *Diário de Manáos*.

⁴⁶⁷ BARROS, Antonio Borges de. Dr. José Joaquim Seabra, sua vida, sua obra na republica. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1931.

⁴⁶⁸ BARROS, Antonio Borges de. Op. Cit.,p. 85-86. Telegrama 25 de abril de 1892.

⁴⁶⁹ ARQUIVO NACIONAL. Coleção Floriano Peixoto. BR NA,RIO Q6.LEG.COR,TEL.28. Telegrama 25 de abril de 1892.

⁴⁷⁰ Cucuy. *Diario de Manáos*, 21 de maio de 1892.

Ao povo manauense não foi permitido entrar no vapor Pernambuco e muito menos ficou sabendo com antecedência da chegada dos presos políticos. “Somente na manhã do dia 29, por volta das 9 horas, foi que a cidade soube que ali se achavam os prisioneiros políticos, cuja chegada, aliás, se pensava não teria logar antes de 2 ou 3 deste mês.”

Os presos ficaram incomunicáveis. O governo do Amazonas proibiu qualquer aproximação com o Pernambuco, para isso colocou em prontidão o batalhão de linha, a polícia e os navios da flotilha. Qualquer tentativa de burlar o bloqueio seria punida com prisão. Por tudo, os manauenses não puderam expressar o verdadeiro sentimento de admiração para aqueles punidos por “defender a República”.

Se esta permissão houvesse sido concedida aqui, como foi ao Pará, estamos certo que o contemporaneo mesmo ter-se-hia apressado, como nós, e muitos outros, a ir a bordo do ‘Pernambuco’ offerecer aos nossos illutres compatriotas, entre os quais contamos confrades da imprensa, as seguranças de estima e admiração que lhes tributamos com a mais sincera cordialidade.⁴⁷¹

Outra versão veio do telegrama emitido ao Vice-presidente pelo governador do Amazonas, confirmando a chegada dos presos e a frieza com que foram recebidos, onde até os “próprios jornaes de opposição dizem que os presos foram recebidos com maior indiferença. Não decretei nenhuma medida extraordinária, nem anormal. Tudo correo em plena paz”⁴⁷².

A incomunicabilidade desejada pelo governo não foi de todo respeitada pelos presos de Cucuí. O *Diario de Manáos* divulgou um protesto escrito e assinado por todos os presos, incluindo José do Patrocínio, emitido ao capitão-tenente de Pernambuco. O documento reclamava do lugar destinado para cumprir a prisão, inóspito e perigoso. Longe de qualquer comunicação, difícil de chegar devido às inúmeras cachoeiras presentes ao longo do caminho, assolado por doenças. “Mais ainda: [...] o posto militar de Cucuhy não tem casas, nem hospedaria, nem habitação por mais modesta e menos confortável, em que os desterrados se abriguem. Não há também commercio”⁴⁷³. O lugar era isolado e sem estrutura para recebê-los. Para os prisioneiros políticos o governo os estava enviando para a morte. Morria pelos perigos apresentados pela viagem ou pelas doenças. Assim, o *Protesto* foi a forma encontrada pelos desterrados

⁴⁷¹ Os desterrados. *Diario de Manáos*, 1 de maio de 1892.

⁴⁷² ARQUIVO NACIONAL. Op. cit. Telegrama 25 de abril de 1892.

⁴⁷³ Protesto. *Diario de Manáos*, 1 de maio de 1892. Telegrama 30 de abril de 1892.

para exporem suas angústias quanto aos perigos eminentes que estavam correndo ao seguirem para Cucuí. E mesmo sentindo-se prejudicados, tanto por terem sido condenados sem um julgamento legal e alocados no pior lugar, os desterrados em Cucuí terminaram seu protesto com tom de superioridade, afirmaram nada temer e deixavam à posteridade os seus direitos.

Os desterrados encontraram no *Diario de Manáo* um veículo para divulgar suas opiniões. Em diversos momentos o jornal recebeu cartas relatando a viagem e a forma como estavam vivendo no exílio. E ainda republicavam notas e artigos sobre os presos noticiados em outros periódicos. Uma dessas notas foi curiosamente sobre uma subscrição organizada pelos presos em comemoração ao dia 21 de abril, morte de Tiradentes, herói republicano. Todo o dinheiro arrecadado deveria ser entregue a Sociedade Protetora dos Homens do Mar, representante dos marinheiros. Os presos delegaram ao capitão-tenente do Pernambuco José da Cunha Ribeiro Espindola a tarefa de levar à sociedade a quantia de 407\$000 conto de réis. A maioria dos presos doou 20 ou 10 contos réis, como foi o caso de Patrocínio que participou com 20.⁴⁷⁴

Em outro momento, o jornal desmentiu um telegrama enviado pelo secretario do governo amazonense F Pires Ferreira ao *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro, comunicando certa indiferença do povo de Manaus com a partida do vapor Pernambuco. Declarava não ter havido “nenhum ajuntamento, acto, manifestações, nada absolutamente.” Que demonstrava, por outro lado, a popularidade do governo florianista. No entanto para o *Diario de Manáos* era uma completa inverdade a declaração contida no telegrama.

Não é verdade que a população desta capital assistisse com maior indifferentismo à chegada e partida dos illustres victimas do jacobinismo actual. É verdade que não houve e nem podia haver manifestações de sympathia e admiração aos beneméritos desterrados; mas isso não foi devido a frieza do povo, foi por causa das grandes e extraordinárias medidas de precaução que com muita antecedência tinha tomado o Sr. governador Eduardo Ribeiro.⁴⁷⁵

As medidas tomadas pelo governo do Amazonas foram para tornar os presos sem qualquer comunicação. O vapor Pernambuco, segundo as instruções recebidas do governo, deveria ficar no porto da ilha de Marapatá, próximo a Manaus. Ninguém, sem autorização do governador, deveria subir a bordo, além das forças policiais em

⁴⁷⁴ Comemoração de Tiradentes. *Diario de Manáos*, 5 de maio de 1892.

⁴⁷⁵ Os desterrados. *Diario de Manáos*, 6 de maio de 1892.

prontidão para qualquer evento revolucionário motivado pela presença dos desterrados.

Com esta falsa notícia publicada no *Jornal do Brasil*, os governistas desejavam afastar dos desterrados o apoio recebido e a imagem heróica atribuída pelo povo amazonense. Mais uma vez entrava em cena o conflito pela construção da imagem. Quem era o herói e o vilão da história? Para os governistas o verdadeiro herói nacional era Floriano Peixoto. As honrarias e manifestação de apoio deveriam ser direcionadas a ele. Mas para os opositores do governo os desterrados eram os heróis vivos da pátria e da república, heroísmo reconhecido e aplaudido pelo povo.

O certo é que o vapor Pernambuco partiu de Manaus para o desterro. E o *Diario de Manáos* continuou tornando notícias tudo que envolvia os presos.

Em Santa Isabel, o último porto antes de Cucuí, o vapor recebeu mais um integrante, com a permissão do governador do Estado, era o Conde Ermano Stradelli, correspondente da Sociedade de Geografia de Roma e muito amigo do capitão Jacques Ouriques. Segundo Ernesto Sena a presença de Stradelli⁴⁷⁶ reforçou o plano formulado pelos desterrados para não chegarem a Cucuí, caberia a ele dificultar a chegada de qualquer lancha que pudesse levar os presos para o destino, pois o vapor não passava pelo caminho. “Mas o comandante? Não perceberá a manobra? [...] O homem ficará por conta de Patrocínio que se incumbirá de convencê-lo da necessidade de pedir providências ao governo, em face do imprevisto”⁴⁷⁷. Os presos ganhariam tempo em consequência da burocratização e da precariedade de comunicação entre o comandante, o governador e o vice-presidente.

O *Pernambuco* atracou em Santa Isabel e com a ajuda de Stradelli⁴⁷⁸ e do subdelegado de Santa Isabel, o comandante recebeu a notícia de “não haver barcaças nem gente para remar. Ali tudo era difícil.”⁴⁷⁹. O comandante não viu outra saída para a questão, mas também não desejava assumir a responsabilidade pela permanência em Santa Isabel. Então, Patrocínio sugeriu: “A solução é requisitar, por escrito, do subdelegado e de quaisquer outras autoridades ou pessoas importantes do lugar, a condução necessária. Uma vez obtidas respostas negativas, como o preto no branco,

⁴⁷⁶ Ermano Stradelli nasceu na Itália em 1852 e morreu em Manaus em 1926. Foi um expedicionário, Viajou pelos rios da Amazônia fotografando e estudando a riqueza nativa. Interessou e desenvolveu estudos sobre a língua nativa. Chegou ao Brasil em 1879. Seu trabalho traduzido mais recentemente é STRADELLI, Ermano. *Lendas e notas de viagem a Amazônia de Ermano Stradelli*. São Paulo: Martins, 2004. Disponível em: http://it.wikipedia.org/wiki/Ermano_Stradelli. Último Acesso: 17/10/2011.

⁴⁷⁷ CUNHA, Ciro Vieira da. *No tempo de Patrocínio*. São Paulo: Sariva, 1960, p.57.

⁴⁷⁸ Essa história também foi narrada por Antonio José Couto Loureiro no Discurso pronunciado na Academia Amazonense de Letras, em 23 de março de 2002. Ver: STRADELLI, Ermano. *Op.cit.*

⁴⁷⁹ CUNHA, Ciro Vieira da. *Op. Cit.*, p. 58.

cobri-las com officio seu governo, pedindo providências”⁴⁸⁰. O comandante enviou as requisições e obteve respostas em negativo, graças a Stradelli, que teve o papel de dificultar a remoção dos presos para Cucuí.

Exagero ou não a descrição acima, o fato é que os presos de fato permaneceram em Santa Isabel e não chegaram a conhecer Cucuí. Os presos foram acomodados em um pequeno rancho. O *Diario de Manáos* relatou, em 21 de maio, a permanência dos presos em Santa Isabel por falta de transporte e a ameaça eminente de uma inundação, “em virtude de extraordinária cheia que vae dominando as terras mais altas daquellas paragens.”⁴⁸¹ As cheias traziam outros inconvenientes, as febres endêmicas.

O preso Campos da Paz, segundo relato, foi vítima da malária. Outro cometido por febres foi José Joaquim Seabra, “tendo tido um acesso de 41 grãos com phenomenos nervosos e se bem que se tenha curado, não está, entretanto, de todo restabelecido, porquanto, resta-lhe um embaraço gastrito”⁴⁸² José do Patrocínio também ficou doente, mas logo se recuperou da febre. Segundo alguns trabalhos⁴⁸³ coube a Patrocínio, Farmacêutico de formação, o cuidado com os doentes embora não fosse um “manipulador ‘habil’. Era também um enfermeiro ‘carinhoso’. Não descuidava dos doentes.”⁴⁸⁴ A única morte constatada foi do empregado do Conde de Leopoldina.

Além das doenças os desterrados tinham de conviver com a precariedade da alimentação. Em diversas passagens pelo jornal *Diario de Manáos* foi descrita a falta de uma alimentação adequada enviada pelo governo, restrita a “carne seca, bacalhao, arroz e bolachas”⁴⁸⁵. Muito dos recursos gastos pelos presos para alimentação, moradia e remédios foram dados pelo conde de Leopoldina. “Graças à munificência do conde de Leopoldina, que foi uma espécie de thesouro da expedição e abriu generosamente sua bolsa aos companheiros de exílio, permaneceram todos em S. Isabel do Rio Negro”⁴⁸⁶.

Os presos de Cucuí acusaram o governo de Floriano Peixoto de querer matá-los de fome, ao não se preocupar em enviar os mantimentos necessários para a sobrevivência. Em uma passagem o jornal de Manaus publicou a carta de um dos desterrados, que relatou a suspensão, pela União, do fornecimento de qualquer produto aos condenados a Cucuí.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Os desterrados de Cucuy. *Diario de Manáos*, 21 de maio de 1892.

⁴⁸² Os deportados. *Diario de Manáos*, 21 de junho 1892.

⁴⁸³ Ver: CUNHA, Ciro Vieira da. Ernesto. Op.cit. e JÚNIOR, Raimundo Magalhães. A vida turbulenta de José do Patrocínio. Rio de Janeiro: Ed. Sábia, 1969.

⁴⁸⁴ CUNHA, Ciro Vieira da. Ernesto. Op.cit., p. 62.

⁴⁸⁵ Os desterrados de Cucuy. *Diario de Manáos*, 21 de maio de 1892.

⁴⁸⁶ PEIXOTO, Silvio. No tempo de Floriano. Rio de Janeiro: Ed. S.A. Noite, 1953, p. 125.

É preciso que se saiba que o governo do Sr. Floriano Peixoto, não tendo tido coragem precisa para cumprir o decreto de fusilamento que redigio para alguns dos nossos e que, em tempo sonegou, pretende traiçoeiramente matar-nos fazendo seus cúmplices as cachoeiras do Rio Negro, a fome e as moléstias. Das cachoeiras nos livrou a falta de condução, da fome, as relações do Conde de Leopoldina em Manáos, das moléstias ... a Providencia.⁴⁸⁷

Em 15 de julho o *Cidade do Rio* reforçou essa situação com um artigo escrito por Patrocínio no desterro em Santa Isabel. O título do artigo reflete bem o teor do texto e a dramaticidade do autor— *O suplicio da fome*. Ele e seus amigos desterrados estavam condenados a morte. Seja pela viagem perigosa com cachoeiras e barcos rústicos, ou pela fome pois estavam em um lugar distante de comércio, e / ou ainda pelas constantes cheias que traziam as doenças. Para Patrocínio o governo “cego pela colera mandou-nos privar-nos de alimentos. O que não pode fazer o naufrágio foi clandestinamente delegado à fome. Mudou-se apenas o instrumento de supplicio.” E tudo, segundo o relato, foi cuidadosamente preparado pelo vice-presidente. Presos de forma súbita não tiveram tempo de “providenciar meios de subsistência”, ficando a mercê do governo federal. Longe da civilização, “não valemos a ração. Por moradia um rancho de palha, cercado por taboas de bambu, sem assoalho, convertido pelas chuvas e pela enchente em infecto lameiro. Nem uma cama, nem um lençol, nem um travesseiro.”

Patrocínio reclamava da precariedade de vida levada no desterro. Não tinham objetos básicos de uma casa, como uma cama e um travesseiro. Os presos políticos acostumados a uma rotina e a uma vida cômoda no Rio de Janeiro estavam sofrendo com essa condição. Vivemos, descreveu o jornalista, graças ao crédito do conde de Leopoldina. “Parasitamos, é a esmola de pão que recebemos cada dia de um patriota para restituil-a em sangue e com civismo à nossa pátria, por amor da qual fazemos este indiscriptível sacrificio.”⁴⁸⁸ A tirania de Floriano de Peixoto tirou tudo dos presos, a vida em família, o direito à liberdade, a uma vida cômoda, o emprego. José do Patrocínio lutava, com seus artigos, para restituir o que havia perdido.

Em outro momento, Patrocínio enviou uma carta ao *Cidade do Rio*, carta esta que teve trechos lidos pelo deputado Luiz Murat durante a sessão para a Câmara dos Deputados em 14 de junho de 1892. O jornalista descreveu as condições que viviam.

⁴⁸⁷ Os deportados. *Diario de Manáos*, 21 de junho de 1892.

⁴⁸⁸ Artigo também publicado no *Diario de Manáos*, 10 de agosto de 1892.

Nós estamos em um barracão coberto de palha e cujas paredes se podem chamar assim um tapamento com largas frestas, são feitos de tabocas espocadas e achatadas pelos índios. Pelas frestas entram à noute os morcegos. Felizmente há poucos mosquitos; em compensação não se póde parar durante o dia com os piuns, espécie de borrachudos, que mordem deixando baba, si é coçada, abre em ferida. A humidade é tal que a roupa fica toda mofada e amanhece molhada. Nossa casa não tem assoalho; o rio continúa a encher caudalosamente. Já estamos ilhados, a qualquer dia esperamos que a água nos invada a barraca e fiquemos com as redes suspensas sobre o lamaçal. Nunca se imaginou tamanha maldade contra homens civilizados: é uma tentativa de assassinato, clara [...]⁴⁸⁹

Pardal Mallet em carta para *O Combate*, jornal de sua propriedade, narrou a falta de comodidade e de comida, só não morreram de fome devido ao abastecimento feito pelo conde de Leopoldina. “Diariamente um de nós cosinha para os outros, auxiliado por um creado do conde de Leopoldina.”⁴⁹⁰

Outra novidade imposta ao grupo foi a convivência com as cheias do Rio Negro. Segundo relatos dos viajantes do vapor *Javary*, que estiveram com os presos em Santa Isabel, “restava apenas aos exilados cerca de 8 à 10 metros de terra ainda são atingida pela aguas!”⁴⁹¹ Com isso, mais uma vez tiveram de se mudar para um lugar maior e em terra firme. Foram para um sitio em São Joaquim de Tomar.

No vapor *Javary* estava o jornalista da folha *Estado do Amazonas*, Gentil Rodrigues de Sousa, que trouxe “de lá uma colleção de photographias que nos dão idea da miseravel barraca que por tanto tempo abrigou as synpathicas victimas do general Floriano.” Uma dessas é a seguinte⁴⁹²:



⁴⁸⁹ CONGRES
Legislatura. S

⁴⁹⁰ CONGRES

⁴⁹¹ Os exilado

⁴⁹² SILVA, A

da Primeira
. 160-161.

a de José do
Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, mimeo, 2006, p.
187.

Outra fotografia foi descrita pelo jornal *Diário de Manáos*.

Entre ellas existe uma do grupo de exilados, salientando-se o vulto erecto do dr. Manuel Lavrador, trajando calça e camisa grossa, chapéu de feltro desabato, botas de montar, punhal e revolver à cinta e a inseparável carabina.

Assentado em uma cadeira ligeiramente inclinado, está a figura legendaria do venerando marechal Almeida Barreto não deixando transparecer na phisionomia respeitável e sympathica nenhuma das contrariedades que há de haver experimentado.

José do Patrocínio, de pé, trajando roupa alvacentas dessas de lã usadas pelos viajantes.

O conde de Leopoldina está em pé vestindo roupa branca completa e tem nas mãos espingarda.

Dr. Seabra, assentado em uma cadeira simples, apresenta-se magro e pensativo.

Coronel Jacques Ouriques, também assentado, afigura-se magro, mas de phisionomia traquila.⁴⁹³

3.3.4. Finalmente, anistia.

Com o *habeas corpus* requerido por Rui Barbosa negado, o caminho para a anistia dependia da Câmara dos Deputados. Por isso, a casa legislativa pediu ao governo, em 10 de junho, o conjunto de provas utilizado para legitimar a sua decisão de prisão e desterro.

Quais provas foram estas, que fundamentaram os atos do governo? O primeiro documento apresentado foi de trechos de artigos dos jornais *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Noticias*, cuja impressão era favorável ao governo, apresentando o evento como arruaça atizado pelo deputado Seara e pelo jornalista Mallet que propuseram a deposição do vice-presidente. Outros documentos foram o inquérito realizado pela 4ª delegacia da capital e o parecer do delegado José Candido Pimentel de Duarte. Segundo o parecer “uma conspiração tinha sido tramada

⁴⁹³ Os exilados de S. Izabel. *Diario de Manáos*, 20 de julho de 1892.

para depor do seu elevado posto o actual Vice-presidente da Republica⁴⁹⁴, por isso a policia agiu imediatamente colhendo informações para esclarecer todo o ocorrido.

O testemunho do capitão Thomaz Cavalcanti de Albuquerque referendou a idéia de sedição, “pois alguns manifestantes, tornando claro os seus fins, tinham declarado por discursos que era chegado o momento de collocar o general Deodoro na presidência da Republica e depor o general Floriano Peixoto.” O capitão afirmou ter ouvido declarações neste sentido feitas pelos cidadãos Pardal Mallet, Dr. Campos da Paz, Dr. Manoel Lavrador, José do Patrocínio e outros. O guarda-livros João Fonseca Ribeiro Bastos disse saber “não só pelos jornaes *Combate*, *Novidades* e *Cidade do Rio* e outros, como pelas palestras na rua Ouvidor, que se tramava uma revolução contra o Vice-presidente da Republica”. Que ainda compareceu a uma reunião convocada por José do Patrocínio, João Clapp e Dr. Campos da Paz no *Cidade do Rio*, e ouviu dos mesmos discursos radicais contra o chefe de governo. Disse saber também, por meio de Patrocínio, Mena Barreto e Pardal Mallet, que os revolucionários contavam com o apoio da 1º, 7º e 24º batalhão de infantaria, 2º de infantaria de policia e parte do 23º de linha e oficiais do exercito e da marinha, como o general Jacques Ouriques, almirante Wandenkolk e o tenente-coronel Mena Barreto.

Outros testemunhos apareceram nesse sentido, ou seja, a trama contra Floriano Peixoto era de conhecimento de quase todos, civis e militares. A homenagem a Deodoro da Fonseca era apenas uma estratégia para reunir grande número de pessoas e depor o vice.

O inquérito apresentou, ainda, depoimentos de militares que fizeram a escolta dos desterrados nos encouraçados que os levaram para o Amazonas. Alguns afirmaram terem ouvidos dos próprios desterrados a participação na revolução dos coronéis Sólon e Ferraz comprada por 40 e 36 contos de réis consecutivamente e que o jornal *O Combate* teria recebido dez carabinas e se tramava, entre a alta officialidade, o assassinato de Floriano Peixoto.

Os acusados ouvidos negaram qualquer trama para depor ou matar o vice-presidente. Tudo não passava de acusações feitas por inimigos. Por exemplo, Gustavo Desousart foi acusado de arquitetar a morte de F. Peixoto e em seu depoimento disse “que não tomou parte em nenhum acto sedicioso ou plano de assassinato contra o Vice-presidente⁴⁹⁵, tudo não passava de boatos de inimigos contra ele.

⁴⁹⁴ As citações a seguir compreendem a mesma referência. CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano IV, n. 29, 21 de junho de 1892, p. 363.

⁴⁹⁵ CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional, p. 365.

Para o governo esses depoimentos bastavam para comprovar o plano de conspiração e sedição. E não levou em consideração a maquinação dos mesmos, seja para prejudicar um inimigo ou para obter graças do governo. As críticas de Patrocínio, Mallet, Ouriques, ao chefe de governo, eram de conhecimento do público leitor direto e indireto dos jornais escritos por eles. As palavras de ordem por eleição e a acusação de ilegalidade do governo não eram segredos. No entanto, não interessava ao governo saber se eram ou não verídicos os depoimentos, a circunstância estava propícia para frear a oposição na capital, e o governo soube aproveitar a oportunidade utilizando os argumentos da oposição contra ela mesma. Outro ponto que chama atenção é a ocupação da maioria das testemunhas, ligada as Forças Armadas e policial.

Por fim, após a apresentação e análise dessas provas a comissão da Câmara concluiu que os acontecimentos do dia 10 de abril foram suficientes para declarar o estado de sitio, sendo a medida de sitio “uma medida de segurança, de prevenção. Ella não deve ser posterior à lucta revolucionaria. Não tem o intuito de *punir* e sim de prevenir.”⁴⁹⁶ O governo entendia que corria risco, pois antes teria ocorrido uma revolta nas fortalezas da Laje e Santa Cruz, e no dia 6 de abril 13 generais expuseram um manifesto contra Floriano nos jornais. A população da capital vivia assustada com os boatos de “próximos movimentos revolucionários”⁴⁹⁷, em oposição ao Vice-presidente.

Sendo assim, a Câmara propôs a aprovação das medidas tomadas pelo governo no estado de sitio e a seguinte emenda: “A Camara, em cumprimento do disposto do art. 80 e do n. 21 do art. 34, resolve aprovar os actos do governo referentes aos acontecimentos da noite de 10 de abril e constantes dos decretos de 10 e 12 do mesmo mez.”⁴⁹⁸ Além disso, a comissão apresentou-se favorável a anistia, “compreendendo que a ordem publica talvez não soffra perturbações com a restituição das garantias aos cidadãos”⁴⁹⁹ punidos pelo decreto de 12 de abril.

Em 14 de junho o deputado Luís Murat fez um discurso ferrenho na Câmara contra o governo de Floriano Peixoto chamado de tirânico e cruel. Em países civilizados os desterrados, assinalou Murat, possuíam direitos diferenciados dos presos comuns, e eram alocados em lugares que lhes davam total mordomia a ponto de poderem levar suas famílias. No Brasil de Floriano se passava o contrário. Os presos foram condenados à morte, para lugares “onde reinam febres mortíferas, onde faltam todas as

⁴⁹⁶ Idem. *ibidem*.

⁴⁹⁷ Idem, p. 360.

⁴⁹⁸ Idem, p.365.

⁴⁹⁹ Idem.

commodidades, onde a morte é uma ameaça perenne”. Sem contar das permanentes calúnias, na tentativa de manchar a imagens dos desterrados, implantadas pelo governo na imprensa governista.⁵⁰⁰

O deputado Murat fez uma analogia, entre o Itamarati, sede presidencial, e uma jaula de feras. “Nella encerram três animaes: a raposa, a serpente e o leão mocho.”⁵⁰¹ Coube a Floriano Peixoto a alcunha de *leão mocho*, aquele, segundo o deputado, “é o leão sem juba, isto é o leão sem majestade; Julio Cesar sem a láurea. Jungido pela fome, magro, esquelético, com a rafa a uivar nos olhos, com a sanha a uivar no estomago”⁵⁰² Os ministros do governo estavam divididos entre raposas e serpentes. O povo não tinha em quem confiar, as instituições republicanas estavam estragadas, a República doente, os ideais e sonhos puídos “como um corpo em decomposição.”⁵⁰³

O objetivo do seu pronunciamento, que resultou em um requerimento, era solicitar do vice-presidente informações sobre as denúncias presentes na imprensa, “do abandono em que se acham os desterrados políticos”⁵⁰⁴. Essas denúncias vieram de duas cartas, uma de Pardal Mallet, publicada no *O Combate*, e outra de José do Patrocínio, no *Cidade do Rio*. Nas cartas os desterrados denunciaram as condições terríveis em que se encontravam, esquecidos propositalmente pelo governo, incapaz até de enviar mantimentos para aqueles que faziam a escolta, sustentada, desde então pelos próprios presos. Luis Murat enfatizou as denúncias contidas nas cartas, e chamou o governo de

parasytas, governo em dinheiro, que depois de amordaçar a palavra dos jornalistas, depois de commeter todos os actos de insanável delirio de perseguições, consente que os desterrados, a quem devia proporcionar todos os meios de subsistencia naquellas paragens inhospitas, estejam a alimentar os soldados à custa da sua fortuna particular⁵⁰⁵.

O discurso de Luis Murat levantou os ânimos da Câmara dividida entre os favoráveis ao governo e os que apoiavam os desterrados. Em dois momentos o deputado foi interrompido pelo presidente da Câmara a fim de finalizar o seu discurso. Ora não havia mais tempo, pois o expediente já estava no fim, ora porque Murat, em momento

⁵⁰⁰ CONGRESSO NACIONAL. Annaes da Camara dos Deputados. Segunda Sessão da Primeira Legislatura. Sessões de 1 a 31 de junho de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 14 de junho de 1892, p. 158.

⁵⁰¹ Idem, ibidem, p. 159.

⁵⁰² Idem, p. 160.

⁵⁰³ Idem, p. 159.

⁵⁰⁴ Idem, p. 160.

⁵⁰⁵ Idem.

exaltado desejava citar nomes dos deputados que não mereciam respeito, sendo imediatamente advertido pelo presidente da proibição de “dirigir-se nominalmente aos seus collegas.”⁵⁰⁶ O parlamentar pode não ter ganho a votação do requerimento pedido, no entanto o seu pronunciamento foi reproduzido em diversos jornais, até no *Diario de Manaus*. Ganhou uma dimensão que extrapolou a Câmara. Provocou debates entre os leitores de vários estados do país. Se o governo desejava esconder a situação vivida pelos desterrados, agora o escândalo estava formado. A vitória parcial de Murat, nos leva reconhecer também a do governo Floriano, maioria na Câmara, que emperrou o projeto de anistia por quase 4 meses.

O processo se arrastou no Congresso, com debate em cima de debate, retórica e mais retórica, da Câmara ia para o Senado, depois voltava para a Câmara e prosseguia para o Senado. O projeto, apresentado pelo Senado, “tem tido uma longa discussão, e seu destino já está conhecido – não ser aprovado”, e consta “que o Sr. Vice-presidente da Republica seria muito agradável que a amnistia não viesse tão cedo, entende que ainda é preciso mais rhetorica para castigar pelo prolongamento no exílio”. E de fato foi que ocorreu. Em 3 de julho a Câmara dos Deputados não aprovou o requerimento, de um de seus membros, para dar como encerrada a discussão do projeto de anistia.

A Câmara foi acusada de partidarista / governista, quando deveria se preocupar com os direitos dos cidadãos presos, correndo risco de morte e “cujos delictos e crimes ainda não têm sido apontados, e muito menos provados”. É um claro atentado do governo, legitimado pela Câmara, à liberdade instituída na Constituição, assim a *Gazeta de Noticias*, favorável à anistia, interpelava e pressionava o governo.

Se o governo julga inconveniente a amnistia, se cada um dos desterrados lhe perturba o somno em aparições de fantasmas, e se a maioria da camara partilha esses pavores verdadeiramente infantis, regeite-se logo e francamente o pedido de amnistia e abandonem-se por uma vez, em nome da dignidade e da moral da Republica, os meios tortuosos e artificiaes, que de preferênciã parecem ser os escolhidos por esta política, que nos tem condemnado à situação de desconfiança, de descrédito em que nos encontramos.⁵⁰⁷

Em 7 de julho o projeto deveria ser votado na Câmara depois de ter sido aprovado por unanimidade no Senado. A esperança da aprovação é logo morta. Um artifício usado pelo deputado Zama atrapalhou a votação, quando o mesmo requereu

⁵⁰⁶ Idem, p. 162.

⁵⁰⁷ Os desterrados e o congresso. *Gazeta de Noticias*, 3 de julho de 1892.

que o projeto fosse votado em duas partes, isso porque além da anistia ao desterrados e presos incluía-se uma medida de aprovação dos atos do governo durante o estado de sitio. O Sr. Deputado desejava aprovar primeiro as ações do governo. A sua atitude provocou a saída de deputados da Câmara, impedindo a aprovação de qualquer medida. A Câmara dos Deputados dava mais uma prova de interesse político.

Mais uma vez, foi adiada a aprovação de uma medida tão importante. A Câmara perdia cada vez mais credibilidade, de uma casa imparcial e defensora dos direitos dos cidadãos. Quando a matéria a ser discutida e aprovada pelos deputados era do interesse do governo, rapidamente se tinha a provação. “Como se já não fossem poucas e graves as dificuldades com que luctamos todos, parece ser empenho especial da politicagem, responsável pelos nossos destinos, augmentar e complicar os obstáculos que impedem a organização do paiz.” O povo estava inquieto e não era mais bestializado, declarou a *Gazeta de Noticias*, preocupada com o rumo dado ao país, entregue a uma “política mesquinha”.⁵⁰⁸

Depois de tanta discussão foi organizada uma comissão, composta por Gonçalves Ferreira, João Pinheiro e Augusto de Freitas, para promover um acordo entre a maioria e a minoria da Câmara para a aprovação do projeto de anistia. A proposta mais aceita, entre os deputados, era a de aprovar, por meio de uma moção, os atos do governo durante o estado de sitio e logo em seguida o projeto de anistia.

Finalmente, depois de tanto debates, emendas, retóricas e descaso do legislativo o projeto foi aprovado. Algumas mudanças foram realizadas no projeto.

Senado – Art. 1 É concedida amnistia a todos os cidadãos detidos e desterrados por força do decreto de 12 de abril do corrente anno. Art. 2 Revogam-se as disposições em contrario.⁵⁰⁹

Câmara dos Deputados – Art. 1 São approvados, em cumprimento do disposto no art. 80 e do n.21 do art. 34 da Constituição Federal, os actos do governo referentes aos acontecimentos da noute de 10 de abril e constantes dos decretos de 10 e 12 o mesmo mez. O art.1 substitua-se pelo seguinte, passando a ser o art.2: I. A todos os cidadãos implicados nos acontecimentos que motivaram o decreto executivo de 10 de abril deste anno, declarando em estado de sitio a Capital Federal; II. A todos os que directa ou indirectamente tomaram parte na revolta das fortalezas da Laje e Santa Cruz, em 19 de janeiro deste anno, quanto aos crimes somente que estiverem ligados a este movimento. O art. 2 passa a ser o 3.⁵¹⁰

⁵⁰⁸ A situação. *Gazeta de Noticias*, 9 de julho de 1892.

⁵⁰⁹ CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano IV, n. 71, 5 de agosto de 1892, p. 1058.

⁵¹⁰ Idem, p 1059.

O projeto foi separado em duas partes. O primeiro aprovava os atos do governo “dando-lhe a fôrma parlamentar de resolução, por isso mesmo que independe de sancção do Poder Executivo”⁵¹¹, enquanto que o artigo 2 referente aos anistiados dependeria da sanção do vice-presidente para entrar em voga. A redação aprovada e publicada no *Diário Oficial* ficou assim:

Artigo unico. São aprovados, em cumprimento do disposto no art. 80 e do n.21 do art. 34 da Constituição Federal, os actos do governo referentes aos acontecimentos da noute de 10 de abril e constantes dos decretos de 10 e 12 o mesmo mez

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1. É concedida amnistia: A todos os cidadãos implicados nos acontecimentos que motivaram o decreto executivo de 10 de abril deste anno, declarando em estado de sitio a Capital Federal;

II. A todos os que directa ou indirectamente tomaram parte na revolta das fortalezas da Laje e Santa Cruz, em 19 de janeiro deste anno, quanto aos crimes somente que estiverem ligados a este movimento.

Art. 2 Revogam-se as disposições em contrario.⁵¹²

A aprovação na Câmara e a sanção presidencial aconteceram no mesmo dia, 5 de agosto, assim como a ordem do Vice-presidente para que os anistiados fossem postos em liberdade o mais rápido possível, para isso emitiu ordens ao Arsenal de Guerra para enviar lanchas as fortalezas, e um telegrama ao governador do Amazonas para providenciar o transporte dos presos políticos exilados em Cucui, Tabatinga e São Joaquim.

A confirmação da anistia demorou alguns dias para chegar à imprensa do Amazonas. Em 9 de agosto o *Diário de Manáos* publicou um telegrama expedido, no dia 7 de agosto, pelo sogro do conde de Leopoldina, Joaquim R. de Souza Aranha, 1 tenente da armada reformado, que declarava dada a anistia aos desterrados. No entanto, ainda esperava confirmação do governo. Parece, argumentou o *Diario de Manáos*, “que foi afinal concedida pelo congresso federal a humanitária medida há tanto tempo reclamada pelo paiz a favor dos imaginários criminosos políticos da noite de 10 de abril.” Mesmo sem a confirmação oficial da anistia, os jornais *Diario de Manáos* e o *Estado do Amazonas* felicitaram os desterrados, considerando-os ilustres brasileiros

⁵¹¹ CONGRESSO NACIONAL. Annaes da Camara dos Deputados. Segunda Sessão da Primeira Legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. IV, 5 de agosto de 1892, p. 108.

⁵¹² Idem.

presos injustamente pelo autoritarismo do governo.⁵¹³

A notícia da anistia, embora ainda não confirmada, foi recebida com festa pela cidade de Manaus, foguetes foram lançados e casas iluminadas. O *Diario de Manáos* pedia paciência ao publico, pois tão logo os presos políticos estariam no seio do povo para receber as devidas homenagens.

Um boletim foi distribuído ao povo amazonense ratificando a informação da anistia, chegada por meio de um telegrama.

Ao povo amazonense
Venceo a opinião nacional!
Está dignificada a Patria Brazileira.
Ante a exigência do povo heróico que fez a republica, cedeo o
Governo.
Os grandes cidadãos, os imperterritos patriotas desterrados pelo crime
de terem muito patriotismo e civismo, acabão de ser amnistiados, não
pelo Governo, mas pela Nação.
Hurrah! Pela liberdade!
Gloria ao povo!
E vós, grande povo amazonense que tantas provas de independências
e civismo tendes dado, levantai-vos e manifestai o vosso
contentamento com as provas mais publicas e solemnes.
Iluminai as vossas cazas, erguei bem alto o pavilhão nacional ainda
não vilipendiado, e mostrai ao mundo inteiro que vos corre nas veias o
sangue puro e livre dos Timbyras!⁵¹⁴

Um segundo boletim foi emitido, agora sob a autoria do jornal *Diario de Manáos*. O teor presente é o mesmo do citado acima, ou seja, parabenizava o povo pela vitória da anistia, concedida graça a sua intervenção junto ao governo. Assim anistia aparecia como resultado da ação popular, e o governo, apenas, coube ceder. Os presos eram tratados como heróis da Nação e mereciam uma recepção digna, por isso o boletim pedia à população que recebessem com festa os desterrados, a “proporção que forem chegando [...] uma grande girândola e uma salva de 21 tiros chamarão o Povo ao seu desembarque [...]. Pede-se ao patriótico commercio e as exmas. Famílias que illuminem e embandeirem suas casas para maior brilhantismo da recepção.”⁵¹⁵

Para a realização de uma grande festa pública um grande grupo de pessoas decidiram se organizar em comissões, dividindo as tarefas para as homenagens. Foram criadas as comissões de festejos, do baile, para hospedagem e para viagem. A comissão de festejo emitiu um comunicado convidando o “corpo commercial, a independente

⁵¹³ Amnistia. *Diario de Manáos*, 9 de agosto de 1892.

⁵¹⁴ Boletim distribuído no dia 13 de agosto. Encontra-se em anexo ao *Diario de Manáos* de 1892.

⁵¹⁵ Boletim de autoria do jornal *Diario de Manáos*.

corporação artística, e a esperançosa mocidade que estuda, a todas as bases patrióticas”⁵¹⁶ a comparecerem a festividade, e pedia, também, que as casas se iluminassem e se adornassem. O desembarque, no caes, companhia do Amazonas, seria alertado ao povo com a salva de 21 tiros.

No entanto, nem tudo foram flores e festa. Os preparativos da homenagem não era do agrado do governo do Estado do Amazonas, de acordo com o *Diario de Manáos* o governo demonstrava ira e má vontade para com aqueles que desejavam festejar. Os catraieiros teriam sido impedidos de irem a bordo do navio, que traria os anistiados e de recepcionarem o ex-presidente do estado Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Mesmo ameaçados pelo capitão do porto, “os catraieiros de Manáos irão, a despeito de tudo, receber em seus botes o heroico presidente do Amazonas.”⁵¹⁷

Os deportados de Cucuí chegaram no dia 18 de agosto e, segundo o governo amazonense, foram recebidas por uns cento e cinquenta “mal trapilho, quando muito houve alguns foguetes nada mais.”⁵¹⁸ O menosprezo do governo amazonense aos que acabavam de chegar era claro. Por telegrama, o governador adiantou ao governo federal os discursos violentos feitos pelos anistiados contra Floriano Peixoto. Em um deles foi assim escrito: “Seabra Lavrador e outros amnistiados Cucuy tem pronunciado discursos violentos contra vosso patriótico governo. Povo os tem ouvido indifferente”⁵¹⁹.

José do Patrocínio não permaneceu muito tempo em Manaus. No dia 18 chegou a Manaus e embarcou para o Rio de Janeiro no paquete Princesa Isabel em companhia do conde de Leopoldina e do Dr. Campos da Paz. Em carta de despedida, endereçada ao *Diario de Manáos*, o jornalista agradeceu as manifestações de apreço do “generoso povo amazonense”⁵²⁰, e embora tivesse programado ficar mais tempo na cidade, estava impaciente para saber notícias da família instalada em Paris. A oportunidade em chegar mais rápido na capital do país veio com o paquete Princesa Isabel, que no Pará encontraria com um paquete inglez cuja rota era o Rio de Janeiro. A partida inesperada o levou a pedir perdão aos amigos e ao povo amazonense. Ao povo de Manaus assegurou “que elle vive em meu reconhecimento, porque a sua attitude, que vibrou na sua imprensa durante o nosso exílio, e na palavra de seus oradores nas horas da sua generosa recepção, basta para impo-lo ao respeito e veneração de todos os patriotas!”

⁵¹⁶ Festejos. *Diario de Manáos*, 20 de agosto de 1892.

⁵¹⁷ As Manifestações. *Diario de Manáos*, 17 de agosto de 1892.

⁵¹⁸ ARQUIVO NACIONAL. Op. Cit., Telegrama 24 de agosto de 1892.

⁵¹⁹ Idem, telegrama 27 de agosto de 1892.

⁵²⁰ As citações a seguir estão no artigo Ao povo de Manáos. *Diario de Manáos*, 18 de agosto de 1892.

Para aqueles que ficaram em Manaus as festas continuaram. O advogado e deputado federal José Joaquim Seabra foi homenageado pelos estudantes da cidade em dois momentos. Primeiro por aqueles que iriam ingressar no Ensino Superior e depois pelo grupo do Instituto Nacional Superior. O Partido Operário de Manaus, também, preparou uma noite de celebração aos anistiados, realizada no dia 23 de agosto e com a presença da “multidão compacta que partiu do largo 5 de Setembro, onde se formou”⁵²¹, dos representantes do Partido Operário e dos anistiados. A multidão e membros do partido caminharam para o coreto construído próximo a casa que hospedava os anistiados. Muitos discursos foram proferidos e conseqüentemente palmas, bravos e vivas por parte do público ouvinte. O poema abaixo foi recitado em homenagem aos anistiados.

Em meio a saldação ardente, delirante,
 Que agita de alegria a viva multidão,
 Não é demais – UM BRAVO!- à idéia triunphante!
 Não é demais – UM VIVA! – aos bravos da nação!

Não é demais o quando os d`almas e de pés tortos,
 De tyrannia atroz fazendo-lhes captivos,
 Desejaram-lhes ver assassinados, mortos,
 Em quanto lhes conserva a Providencia vivos!

Parabens, parabéns,a vós as saudações
 Que sois da patria augusta o lábaro immortal;
 Vencendo com a razão as mil machinações
 Do cérebro fallaz do Cezar marechal!

E quando o Cesarismo em lei for transformado
 E quando a lei surgir matando o cesarismo,
 Ensinae a essa fera a ser um bom soldado
 E dizei-lhe – que a pátria precisa de heroísmo.

Dizei lhe outra verdade urgente, e com vigor:
 - que para ser-se grande e para ser bemquisto,
 - Não é preciso ser, UM TRIPLICE TRAIADOR!
 - Tyranisar a pátria e nem depor a Christo!

Em meio a saldação ardente, delirante,
 Que agita de alegria a viva multidão,
 Não é demais– UM BRAVO!- à idéia triumphante!
 Não é demais – UM VIVA! – aos bravos da nação!

O poema de Celso de Menezes ao passo que exaltou os anistiados fez uma dura

⁵²¹ As citações estão no artigo A manifestação do Partido Operário. *Diario de Manáos*, 25 de agosto de 1892.

crítica ao governo florianista chamado de tirânico, assassino, traidor e Cesar. O governo saía dessa história da pior forma possível, era o vilão.

Os heróis desterrados de Cucui embarcaram para o Rio de Janeiro no paquete *Pernambuco*, um sábado do dia 27 de agosto. Foi oferecido a eles um almoço de despedida. Discursaram José Joaquim Seabra, Jacques Ouriques, o jornalista amazonense Coelho de Resende, Almeida Barreto e demais personalidades da vida social e política de Manaus. “Depois de muitos outros brindes, que nos escapam encerrou o Sr. dr. Jonathas Pedrosa aquelle festim de amigos, de compatriotas, e de irmãos, saudando em nome do povo amazonense [...] os illustres e benemeritos patriotas que iam deixar o Amazonas”⁵²². Após o almoço um grande número de pessoas acompanhou os anistiados até o porto, onde deveriam embarcar no vapor *Solimões* que os conduziriam ao vapor *Pernambuco*. O Solimões estava “vistosamente embandeirado, para receber todos aqueles que desejassem render aos beneméritos patriotas as derradeiras provas de estima e consideração.”⁵²³ Após tantas homenagens os anistiados seguiram viagem com a alma em jubilo pelo reconhecimento recebido em Manaus.

A manifestação aos desterrados continuou em outros estados. O Maranhão, por exemplo, quando soube da chegada dos três anistiados, José do Patrocínio, Campos da Paz e do Conde de Leopoldina logo se agitou para vê-los. Grupos de populares foram ao Hotel do Commercio, já todo embandeirado, saudar os ilustres visitantes. Durante a estadia em solo maranhense os anistiados visitaram as ruínas do jornal *Nacional* recentemente invadido e destruído por ser oposição ao governo. O interessante que todo trajeto, do hotel até o jornal, foi acompanhado por uma banda de música do corpo de polícia e pela multidão. Nesse dia Patrocínio pronunciou três discursos, um no jornal *Nacional*, outro no escritório do jornal e por fim no porto antes do embarque.

O jornalista emérito que o paiz inteiro applaude e cuja reputação brilhante, transcendendo o oceano, [...] ficou profundamente emocionado deante do que vira e a palavra sahia-lhe vibrante [...] Tudo nelle fallava: o gesto, a expressão de physinomia, o olhar, tudo, tudo, tinha uma expressão n'esse homem extraordinário ao tratar da imprensa a que elle tem consagrado toda a força do seu talento enorme e o melhor de sua existência.⁵²⁴

No escritório do jornal, Patrocínio foi convidado pela multidão, instalada na rua,

⁵²² O ultimo almoço. *Diario de Manáos*, 28 de agosto de 1892)

⁵²³ Os amnistiados. Embarque dos amnistiados do cucuy. *Diario de Manáos*, 29 de agosto de 1892

⁵²⁴ Maranhão. Manifestação aos amnistiados. *O Combate*, 11 de setembro de 1892.

a comparecer a janela e pronunciar um discurso. E “fez um outro de improviso tão brilhante como o primeiro”. Mais aplausos e brindes foram levantados. O momento era de muita festa. Por volta das quatro horas, os anistiados foram para o hotel e depois para o porto onde seguiriam viagem. Em todo trajeto foram acompanhados pela banda de música e pela multidão.

Da rampa para bordo seguiram os três illustres victimas em escaleres especiaes. Ao chegarem em frente à canhoeira *Guarany* foi pelo jornalista José do Patrocínio saudado a armada brasileira, sendo correspondido com saudações da tripulação.

A bordo cantou o tenor brasileiro, nosso conterrâneo Antonio Rayol, terminando a festa com um brinde feito pelo Conde de Leopoldina ao povo maranhense.⁵²⁵

Na descrição da festa maranhense o jornalista Patrocínio parece o mais festejado dentre eles. Seu nome está sempre atrelado as nomeações de honrado batalhador do abolicionismo, lutador da democracia, homem de reputação brilhante e extraordinário, redentor dos escravos e grande batalhador. A participação na campanha pela libertação dos escravos marcou a sua trajetória, mas outras batalhas foram incluídas na vida do jornalista – a República e a legalidade da Constituição.

José do Patrocínio antes de embarcar deixou uma carta aos jornalistas do jornal *Nacional*, desejando forças para continuar o trabalho de luta pela liberdade e pela garantia dos direitos constitucionais. “A imprensa, única força, que não pode ser suprimida pela dictadura militar, que nos avilta”, escreveu Patrocínio, deve “tomar a linha negra da batalha.” E assim foi feito por ele, assim que chegou ao Rio de Janeiro tomou a direção do *Cidade do Rio* e as críticas ao governo florianista.

A chegada dos anistiados foi noticia de inúmeros jornais, uns dando mais ênfase que outros. O *Diario de Noticias*, defensor do governo, noticiou em uma pequena nota:

Chegaram hontem a esta capital, vindos do norte, a bordo do paquete Segurança, os srs.: conde de Leopoldina, José do Patrocínio e dr. Campos da Paz, que voltaram de Cucuhy, onde se achavam por força do decreto de 12 de abril do corrente anno. Foram a bordo receber [...] muitos dos seus amigos, tendo o Sr. conde de Leopoldina desembarcado em S. Christovão e d’ahi seguido para uma das suas casas de residências.⁵²⁶

A *Gazeta de Noticias*, por sua vez, foi mais detalhista na descrição da recepção

⁵²⁵ Idem.

⁵²⁶ *Diário de Noticias*, 5 de setembro de 1892.

preparada para os anistiados. O jornal informava que o vapor Ruy Loundes, com mais de duzentas pessoas, saiu às 7:00 horas do cais Pharoux ao encontro do paquete Segurança que trazia três dos anistiados, entre eles o “distinto collega da *Cidade do Rio*, José do Patrocínio.” Uma hora depois houve o encontro entre as duas navegações, e os ilustres cidadãos foram conduzidos, por uma lancha, a bordo do vapor, “sendo ahi servido champagne, trocando-se diversos brindes.” Os funcionários e amigos do *Cidade do Rio* estavam a bordo e acompanharam Patrocínio conduzido para o cais Pharoux, onde foi recebido com festa por muitas pessoas que o esperava.

No cães esperavam 2 carros, embarcando em um José do Patrocínio acompanhado por João Clapp, Serpa Junior e Orozimão Barreto, e em outro, alguns empregados do *Cidade do Rio*, seguindo para a residência do Sr. Serpa Junior, onde almoçou e passou o dia em companhia de muitos amigos.⁵²⁷

3.3.4. A luta continua

A experiência do desterro não amenizou as críticas de José do Patrocínio contra o governo, pelo contrário. Em 1893 o jornalista atacou todos os dias os atos do governo e do vice-presidente. O “governo viu bem que era preciso sahir da hypocrisia constitucional e agir pela tyrannia franca e desbragada”, prendendo a desterrando para, assim, calar a oposição. A deposição, a mando do vice-presidente, foi ampla: governadores, congresso, tribunal, e da imprensa. No intuito de controlar a oposição os Estados eram constantemente coagidos com a intervenção da União, a exemplo do Ceará onde há um ano era deposto do cargo de governador José Clarindo, e também o Rio Grande do Sul entregue a uma guerra civil violenta. Patrocínio ironizava: “Tudo está calmo ... Não há horror com que a gente não se familiarise afinal, quando não é possível evital-o.”⁵²⁸

O horror de que mencionou o jornalista vinha do Rio Grande do Sul⁵²⁹. No Estado duas forças políticas lutavam pela hegemonia do poder: uma sob a liderança de Júlio de Castilho, chamada de castilhistas ou pica-paus, e outra com Gaspar Silveira Martins, os gasparistas ou maragatos, membros do Partido Federalista. De acordo com Rafael Sêga⁵³⁰, a Revolta Federalista, como ficou conhecida a guerra civil no Sul, foi um movimento de forte contestação ao governo. “O fundador do Partido Federalista do

⁵²⁷ *Gazeta de Noticias*, 5 de setembro de 1892.

⁵²⁸ Concórdia. *Cidade do Rio*, 18 de fevereiro 1893.

⁵²⁹ O objetivo desse trabalho não é entrar em detalhes sobre a guerra e sim inserí-la no cotidiano de debate traçado por José do Patrocínio contra Floriano Peixoto

Rio Grande do Sul, Gaspar Silveira Martins [...], defendia uma reforma da Constituição e a adoção do parlamentarismo.” Júlio de Castilho, que assumiu, pela segunda vez, o governo do R.G.S., em 25 de janeiro de 1893, defendia os projetos centralizadores. A guerra civil teve início quando Gumerindo Saraiva, aliado de Gaspar Silveira Martins, invadiu a cidade de Bagé com quatrocentos federalistas. A reação governista foi rápida e vitoriosa. Os federalistas foram obrigados a se retirarem momentaneamente e reunirem forças para combater o governo de Júlio de Castilho apoiado pelo vice-presidente.

Na Capital do país a Revolta Federalista era associada pelos governistas ao movimento sebastianista, ou seja, um movimento monarquista, com isso desejava impedir a formação de qualquer simpatia aos federalistas. Essa acusação, para o *Cidade do Rio*, era um golpe no coração do Partido Federalista, privado dos seus direitos pelo governador Castilho. “Quem se lembra das notícias, que chegam diariamente ao governo e á nossa imprensa, denunciando attentados inqualificáveis, crimes sem nome, abusos de poder e violências que apavoram”, cometidos por Castilho compreendia a ação desesperada do Partido Federalista que pegou em armas⁵³¹.

Caluniados, José do Patrocínio afirmou temer pelos revolucionários do Sul, “condemados sem qualificação nem processo como os de 10 e Abril”⁵³², porquanto a evitar essa situação vinha a publico apresentar provas contrárias. Ao federalistas João Barros Cassal, o general Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins foram acusados de monarquistas. Patrocínio desmentiu cada uma das acusações, afirmando todos serem pela República. Esses revolucionários estavam defendendo, na verdade, a liberdade e a segurança para a prática dos direitos prejudicados, pois até a imprensa estava sofrendo censura do castilhismo. “Para concluir que há no Rio Grande do Sul uma revolução sebastianista, é preciso admittir que a revolução desceu tão baixo, que repugnou aos melhores republicanos”, rebateu Patrocínio.

A guerra civil no Rio Grande do Sul foi resultado, de acordo com Patrocínio, das ações arbitrárias da União ao substituir o governo legal nos Estados por “espíritos intransigentes e atrabiliarios”⁵³³. Por sua vez, os vencidos e humilhados por essa política autoritária não aceitavam essa situação. Pediram ajuda ao governo central “como mediador natural, entre as duas facções irreconciliáveis.” Ao longo dos meses o

⁵³⁰ SÊGA, Rafael. Prova de fogo republicana. a Revolta Federalista deixou milhares de mortos e abalou a republica recém-proclamada. IN: Revista de História. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Edição nº 64, janeiro de 2011.

⁵³¹ O sebastianismo. *Cidade do Rio*, 18 de fevereiro de 1893.

⁵³² Sebastianismo. *Cidade do Rio*, 19 de fevereiro de 1893.

⁵³³ Amor vincit omnia. *Cidade do Rio*, 4 de março 1893.

governo não se pronunciou, o que acirrou mais os ânimos no Rio Grande do Sul. O vice-presidente somente tomou partido quando a guerra começou, apoiando o lado do terror representado por Júlio de Castilho.

O castilhismo ao agir com autoritarismo estava promovendo a emigração de milhares de pessoas. O desespero dos oprimidos era tanto, narrava o *Cidade do Rio*, que milhares de pessoas abandonaram os seus lares, as suas propriedades por não se sentirem seguras, protegidas pelo governo.

Os revolucionários que ajudaram combater a ditadura de Deodoro de Fonseca eram os mesmos que agora se abatiam contra Floriano Peixoto e Júlio de Castilho. Por isso, o governo dava total apoio aos ataques conferidos contra os federalistas. “O governo do Rio Grande do Sul é, hoje, um prolongamento telegraphico do Itamaraty e o Sr. Julio de Castilho a sombra do Sr. Floriano Peixoto”. Uma ditadura servindo a outra. Ambos os governos em nada podia temer, “não há civismo que vença metralhadoras, cachões Krapp e armas de repetição.”⁵³⁴

A imprensa, dita parcial, se dividia entre os que apoiavam Castilhos e os que eram contra. O jornal *O Pais*, nesse momento governista e oponente do *Cidade do Rio*, publicava artigos reforçando a imagem sebastianista dos federalistas, chamando Silveira Martins e outros líderes federalistas de monarquistas⁵³⁵. Patrocínio exigia a palavra do governo sobre a questão: os revolucionários eram ou não restauradores? Cada jornal apresentava um perfil dos federalistas. Os boatos eram tantos sobre a Revolução Federalista que o *Cidade do Rio* recebeu um telegrama de Demetrio Ribeiro⁵³⁶ pedindo para retificar a declaração atribuída ao Dr. Antão de Faria⁵³⁷ publicada no *O Paiz*, nomeando os revolucionários de sebastianismo. “É inexata a noticia d’O Paiz. Não declarei tal. Só os amigos do governo acreditam nos intuito restauradores da Revolução.” Defendia-se Antão de Faria⁵³⁸.

Os dois tradicionais republicanos, Antão de Faria e Demetrio Ribeiro, não acharam nada de suspeito nos intuitos dos federalistas que os ligassem a monarquia. A

⁵³⁴ No seio da morte. *Cidade do Rio*, 22 de fevereiro 1893.

⁵³⁵ Rio Grande do Sul. *Cidade do Rio*, 28 de fevereiro 1893.

⁵³⁶ Nasceu em 1853 em Alegrete e morreu no Rio de Janeiro em 1933. Formou em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Atuou como professor, jornalista, engenheiro e político. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dem%C3%A9trio_Nunes_Ribeiro. Último acesso: 10/11/2011.

⁵³⁷ Formado em engenharia trabalhou também como jornalista e político. Defensor da república, fundou o jornal republicano A Federação em 1884. Foi deputado da Assembléia Constituinte e Ministro da Agricultura e Aviação durante alguns meses do governo de Floriano Peixoto. Depois tomou frente na luta contra o governo florianista, participando da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%A3o_Gon%C3%A7alves_de_Faria. Último acesso: 10/11/2011.

⁵³⁸ As citações a seguir estão no artigo Carne ao Canhão. *Cidade do Rio*, 2 de março 1893.

causa da luta era nobre, porque defendia os oprimidos e perseguidos. Outro telegrama veio de Montevideu: “É falso que os federalistas arvorem a bandeira da monarchia. Levantam bem alto a bandeira da Republica.” Os federalistas procuravam se defender das intrigas e boatos criados para manchar sua imagem e deslegitimar a sua motivação, sabiam que a guerra não estava circunscrita aos campos de batalha, ela havia se expandido para a imprensa com a disputa pela criação de uma imagem legítima e heróica

O *Cidade do Rio* não perdeu a oportunidade em alfinetar *O Paiz*. Esse jornal foi chamado de agitador das paixões e responsável por criar um clima de desconfiança, tudo para favorecer o governo. “*O Paiz* não tem razão. Não é de compressão, não é de terror que precisamos, é de amor e fraternidade. Não é uma bandeira do extermínio, que devemos defender é a bandeira branca do patriotismo e da humanidade.”⁵³⁹

José do Patrocínio sempre criticado como impulsivo e guiado por paixões, era quem agora atribuía tais características a folha de Quintino Bocaiúva, *O Paiz*. Em outro artigo do *Cidade do Rio* foi defendida a liberdade de imprensa, seja ela oposição ou não. O atos do governo deveriam ser avaliados por todos os cidadãos e cabia a imprensa este papel. No entanto, enquanto uma parte da imprensa, diga-se o *Cidade do Rio*, desejava a paz, “que não se divida uma parte da communhão brasileira em vencido e vencedores”, outros como *O Paiz*, “pedem repressão, que é a irritação dos animos, que é a perpetuidade dos ódios”⁵⁴⁰. Escreveu Patrocínio:

Nós pedimos paz e fraternidade. Poderá ouvir-nos o Sr. Floriano Peixoto? Terá a nossa palavra força para fazer bucha por entre os espectros [...]? Que necessidade temos de sangue de irmão nós que somos admirados pela tolerância e pela discussão? O povo, que em 13 de Maio deu a sua fortuna pela honra da pátria, negar-se-há a ser governado pelo sentimento? [...] Quizeramos poder fazer ouvir ao Sr. vice-presidente da Republica esta observação⁵⁴¹.

O discurso do jornalista é todo voltado para a pacificação. A República deveria ser colocada acima de todos os interesses pessoais. Cabia a União ir ao Rio Grande do Sul para apaziguar a situação, resolver a contenda da melhor forma possível, e não para levar armas e incentivo a mais sangue. A vitória deveria ser do país e não de um determinado grupo político. Tanto assim que a direção do jornal não publicou um artigo

⁵³⁹ Amor Vincit omnia. *Cidade do Rio*, 4 de março de 1893.

⁵⁴⁰ Política de sansão. *Cidade do Rio*, 11 de março de 1893.

⁵⁴¹ Uma observação. *Cidade do Rio*, 19 de março de 1893.

de Jacques Ouriques que defendia o confronto direto entre os oponentes, estremecendo a relação de amizade entre ele e o diretor do jornal, Patrocínio. Para o *Cidade do Rio* o artigo de Ouriques era contrário ao que vinha defendendo. A solução da folha, considerada por Ouriques romântica e platônica, era uma conciliação orquestrada pelo governo, ou seja, a decretação do estado de sítio e a ocupação do Estado “não para afirmar, mas para garantir a liberdade de voto do Estado, ou a convocação imediata do Congresso, para que este decretando a anistia e o Estado de sitio, e também a ocupação militar indispensável”⁵⁴² para o restabelecimento da ordem. Dessa forma, o artigo foi rejeitado por apresentar opinião divergente ao programa e idéias defendidas pelo redator e proprietário do jornal.

Como o restabelecimento da paz tornava-se cada vez mais distante, era prioridade cuidar dos feridos nos embates, para isso o *Cidade do Rio* lançou a campanha *Pelos irmãos que morrem* para arrecadar dinheiro e enviar às vítimas no Rio Grande do Sul. As pessoas que desejavam participar bastavam ir ao escritório desse jornal. Pedidos de ajuda foram diariamente publicados, pedia “ainda uma vez ao publico, aos verdadeiros patriotas, aos cidadãos que desejam a cima de tudo à felicidade da pátria, que continuem a enviar-nos as quantias com que quizerem contribuir para esta obra de amor e caridade.”⁵⁴³ A Cruz Vermelha apoiou a campanha e organizou uma comissão para ajudá-la na parte prática.

Logo o jornal começou a divulgar cartas de doadores e voluntário para a Cruz Vermelha. De Barbacena a iniciativa em arrecadar dinheiro foi tomada por outro jornal *A Folha*, depois todo o dinheiro seria remetido para o *Cidade do Rio*. Outro exemplo veio de Luiz de Padua Nogueira e Severiano Figueiredo, moradores de São Paulo, que enviaram a permissão de dois saques do Banco do Commercio e Industria, nos valores de duzentos e dez mil réis. O movimento em prol das vítimas no Rio Grande do Sul cresceu, o General Solon organizou uma comissão formada por senhoras para arrecadar donativos, já o tenente Pio Torelly o fez entre os oficiais da Armada e arrecadou 921\$000 réis⁵⁴⁴.

Para criar um clima emotivo e estimular as doações a campanha apresentou uma subscrição de caráter especial, criada por crianças moradoras da rua Barão de Itamby, que chegou a arrecadar 150\$00 réis. A idéia formulada era que todos estavam envolvidos pela melhorar a sorte dos feridos, das viúvas e das crianças vítimas da guerra

⁵⁴² Uma explicação. *Cidade do Rio*, 25 de março de 1893.

⁵⁴³ A cruz vermelha. *Cidade do Rio*, 18 de maio de 1893.

⁵⁴⁴ *Cidade do Rio*, 19 de maio de 1893.

civil.⁵⁴⁵

Paralelo à campanha para arrecadar fundos para as vítimas no Rio Grande do Sul, os deputados José Joaquim Seabra e Eptacio Pessoa apresentaram à Câmara dos Deputados um abaixo assinado constando os crimes cometidos pelo vice-presidente. José do Patrocínio deu todo destaque ao encontro e publicou em primeira página os crimes citados e qualificados pelos deputados. A longa listagem começou com as medidas tomadas pelo governo na ocasião do dia 10 de abril, quando o vice decretou estado de sítio e mandou prender, desterrar, reformar oficiais do Exército e da Armada, e demitir dois professores – um da Faculdade de Direito do Recife e outro de Medicina do Rio de Janeiro. A Constituição permitia ao chefe do executivo deter e desterrar. Reformar militares e demitir professores de cargos vitalícios fugiam da alçada do Executivo. “As reformas dos officiaes, no caso corrente, e as demissões de empregados vitalícios, sempre constituem uma pena, e nem ao Poder Executivo, nem ao Legislativo, incumbe o direito de impor penas.”⁵⁴⁶

Outra intervenção do Executivo ocorreu em 17 de dezembro de 1892, quando permitiu a fusão do Banco do Brasil com o Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil, criando o Banco da Republica do Brasil. Na verdade, cabia ao Congresso Nacional, com base no artigo 31 da Constituição, parágrafo 8, “criar bancos de emissão, legislar sobre Ella e tributar.”⁵⁴⁷ Mais uma vez, o vice-presidente descumpria normas prescritas na Constituição.

Outro escândalo era o recrutamento forçado de cidadãos enviados ao Rio Grande do Sul, quando a Constituição determinava a abolição de qualquer recrutamento, seja a pessoa empregada ou não. Tal ato era empregado para beneficiar o governo do Rio Grande Sul representante de Floriano neste Estado. Mais um crime de responsabilidade do vice-presidente a constar contra o próprio.

Concluiu o documento, todo argumentado com base nos artigos constitucionais, que o governo cometeu um crime aos direitos, ao não respeitar a Constituição e o federalismo com “a intervenção indébita e criminosa do governo no Rio Grande do Sul, onde, [...], se verifica que o sangue que alli tem corrido e o estado e anarquia, [...] são devidos a política desorientada, refalsada e criminoza do Presidente da Republica.”⁵⁴⁸ A denúncia feita à Câmara dos Deputados por dois membros da instituição prescrevia os

⁵⁴⁵ Pelos irmãos que morrem. *Cidade do Rio*, 26 de maio de 1893.

⁵⁴⁶ Congresso Nacional. *Cidade do Rio*, 24 de maio de 1893.

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ Ibidem.

atos do chefe do executivo como crimes definidos no artigo 54⁵⁴⁹, portanto desejava a abertura de um processo contra Floriano com o devido julgamento.

José do Patrocínio esteve presente em duas campanhas, uma em prol das vítimas do Rio Grande do Sul e outra contra Floriano Peixoto. E nessa, ele não poupou críticas. Segundo o jornalista, o Brasil estava sendo lentamente assassinado pela política de rancor e dissimulação empregada por Floriano. “O homem da cilada de 10 de Abril, quer do mesmo modo firmar o seu poder, dando-lhe como argamassa dos alicerces a carne, o sangue, a fortuna dos seus compatriotas e a integridade da pátria.”⁵⁵⁰ Sangue que vinha do Rio Grande do Sul no qual o governo nada fazia para restabelecer a paz. Vergonha era que sentia os verdadeiros cidadãos.

Do Rio Grande do Sul chegavam telegramas com relatos de conflitos e o preparo para eminentes batalhas. As notícias indicavam a gravidade da situação. No entanto, o governo, pelo Diário Oficial, desmentia tais notícias. A contradição na declaração oficial foi o pano de fundo para mais um artigo de Patrocínio. Indagava o jornalista:

Inimigos da pátria os que se batem, os que morrem pela Constituição, pelo lar, pela desaffronta da honra da família? Que será o governo? Frio, implacável que procura acirrar o ódio de irmãos contra irmãos e reaver o prestígio perdido pelo extermínio?
O governo quer sangue, derrama-o. Não lhe basta o do Rio Grande do Sul, tanto pior para elle.[...] Responda a imprensa com a navalha da policia secreta e, quando não mais puder espalhar o pânico por este meio, obtenha do exercito e da armada o espisgardeamento dos patriotas.⁵⁵¹

A opinião de José do Patrocínio era clara, o governo era a tirania em ação. E mesmo narrando um quadro de terror, com extermínios, medo e covardia, para o jornalista o futuro seria promissor, pois a causa da liberdade e da honra nacional era maior.

Os defensores de Floriano⁵⁵² não deixaram por menos a oposição do *Cidade do*

⁵⁴⁹ Segundo o artigo 54 São crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra: 1º) a existência política da União; 2º) a Constituição e a forma do Governo federal; 3º) o livre exercício dos Poderes político; 4º) o gozo, e exercício legal dos direitos políticos ou individuais; 5º) a segurança interna do País; 6º) a probidade da administração; 7º) a guarda e emprego constitucional dos dinheiros públicos; 8º) as leis orçamentárias votadas pelo Congresso. Apud : Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891.

⁵⁵⁰ Pudor! *Cidade do Rio*, 30 de junho de 1893.

⁵⁵¹ Idem.

⁵⁵² Os defensores de Floriano Peixoto foram chamados de jacobinos, sua base era principalmente militar, mas muitos civis engrossaram a fileira jacobina. O grupo era heterogêneo e com finalidades diferentes, no entanto estava unido pelo ideal republicano com base no nacionalismo, no militarismo, no antilusitanismo e no florianismo. Após a morte de Floriano Peixoto, em 29 de junho de 1895, houve a radicalização do

Rio e em 11 de julho foram para a frente desse jornal e da *Gazeta de Noticias* dando vivas a Floriano Peixoto e morras ao seu opositores. A manifestação dos jacobinos ficou nas ofensas ao almirante Wandenkolk e aos jornalistas. A polícia chegou muito tempo depois. Passado o susto de uma invasão a folha, o artigo de fundo do dia seguinte, não silenciou frente ao acontecido e defendeu a morte para salvar a honra do país. A morte, para os defensores da liberdade, “não é um espectro, é uma visão da posteridade”. O jornalista destacava como covarde o ato do governo federal de mentir e esconder a sua política de espionagem e intimidação, quando até os jornalistas se sentiam ameaçados. Patrocínio pressionava o governo a assumir seus atos de terror, principalmente contra os profissionais da imprensa. “Nas nossas pessoas”, declarou o jornalista, “não morrerão somente alguns indivíduos, mas a liberdade da Republica. Si o senhor Floriano Peixoto quer matal-a, ataque de frente, não entregue a capangas a execução da sentença clandestina.”⁵⁵³ O clima entre os jacobinos e José do Patrocínio ficou cada vez mais acirrado, assim como entre os militares opositores e o governo.

Em 6 de setembro estourou outro conflito, agora na capital do país. Um grupo de oficiais da Armada sob a liderança do almirante Custódio de Mello embarcou no navio *Aquidabã* e iniciou o movimento pela renúncia do vice-presidente, assim como ocorreu no dia 23 de novembro de 1891 com Deodoro da Fonseca.

Custódio de Mello e seus amigos enfatizavam a necessidade urgente de uma reação contra a política autoritária e violenta de Floriano Peixoto. Há tempo vinham confabulando um momento oportuno para a empreitada. Confessou o almirante Custódio de Mello: “faltava-nos apenas para darmos começo à revolução, o “Aquidaban” cujas machinas estavam soffendo reparos”⁵⁵⁴. Entretanto, um acontecimento abreviou a espera, o veto do vice-presidente ao decreto que organizava as próximas eleições presidenciais, em especial o art. 5. que declarava “inelegível para os cargos de Presidente ou Vice-presidente da República o vice-presidente que succeder ao Presidente, verificada a falta deste (art. 43 da Constituição)”⁵⁵⁵

movimento jacobinistas que tentaram assassinar o presidente em exercício Prudente de Moraes. José do Patrocínio sofreu ataques dos jacobinos, primeiro porque sempre foi contra o governo de Floriano, e depois foi grande defensor de Prudente de Moraes. Apud: QUEIROZ, Suely Robles Reis. Os radicais da república. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986. GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 21, nº42, julho-dezembro de 2008, p. 284-302. SIMAS, Luiz Antonio. O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República brasileira. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ - IFCS, mimeo, 1994.

⁵⁵³ O Terror. *Cidade do Rio*, 12 de julho de 1893.

⁵⁵⁴ MELLO, Custodio José de. O Governo Provisório de a Revolução de 1893. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, v.1, 1938, p. 306.

⁵⁵⁵ MELLO, Custodio José de. Op. cit., p. 310.

O artigo constava na Constituição e os deputados apenas fizeram valer a lei. O vice-presidente ao vetar o decreto transpareceu o desejo de concorrer para um dos cargos, deixando a oposição em polvorosa com essa possibilidade. “Si alguma duvida ainda havia a respeito do plano do vice-presidente da Republica de perpetuar-se no poder, [...], seu veto, personalíssimo, veiu dissipar completamente essa duvida.”⁵⁵⁶. A única saída era reagir antes da consumação do poder pelo governante da nação. Segundo o relato do almirante Custódio de Mello, rapidamente foram tomadas providências para consertar o navio Aquidaban, e no mesmo dia, em 5 de setembro, por volta das 3 horas e meia o Diretor de Máquina, o engenheiro Carlos José de Araujo Pinheiro, deu a notícia do embarque das peças no navio. Faltava pouco, á noite teria início à revolta dos oficiais da Marinha contra Floriano.

Antes Custódio de Mello visitou o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Noticias* na intenção dos mesmos publicarem um artigo contra o veto. No primeiro não encontrou o redator chefe, no segundo o proprietário Ferreira de Araújo declarou ser favorável ao veto do Vice-presidente. Conforme o Almirante,

Nessa discussão estávamos quando entrou o Sr. José do Patrocínio que nella logo tomou parte com opinião também contraria ao veto. Sendo quatro horas e meia e tencionando darmos começo à revolução na noite daquelle dia, retiramo-nos [...] O Sr. José do Patrocínio, que então sabia, por lhe haverem dito, que a revolução estava prestes a rebentar, disse nesse momento ao Dr. Araujo: - “pois meu jornal, a Cidade do Rio, publicará amanhã um artigo combatendo o acto do Floriano”; - o que disse, e realizou⁵⁵⁷.

O *Cidade do Rio* publicou, no dia seguinte, um artigo formalizando a sua opinião a respeito do veto do Vice-presidente ao decreto que organizava as próximas eleições presidenciais. Todo o argumento do jornal foi fundamentado nos artigos constitucionais. Dessa forma, concluía a folha, a arbitrariedade do chefe de Estado era dupla, ao não respeitar a Constituição, quando proibia a eleição do vice-presidente em exercício à imediata eleição presidencial, e ao não sancionar um decreto da Câmara responsável por organizar as eleições, segundo o n. 22 do art. 34 da Constituição: “Regular as condições e o processo da eleição para os cargos federaes em todo o pais.”⁵⁵⁸

Com a deflagração da revolta, o *Cidade do Rio* apoiou os revoltosos,

⁵⁵⁶ Idem, p. 312.

⁵⁵⁷ Idem, p.307.

⁵⁵⁸ O veto. *Cidade do Rio*, 6 de setembro de 1893.

chamando-a de Revolução. Na perspectiva de Patrocínio o conflito se dividia em dois grupos, de um lado “a armada prompta a reagir contra o despotismo do presidente da republica, d’outro, o poder dictatorial”⁵⁵⁹. Governo ao deixar de ouvir a onda patriótica no Rio Grande do Sul provocou o assassinato de milhares de irmãos. “Agora se acha o Sr. presidente da republica a braços com a tremenda revolução no Rio Grande do Sul e para a sua gloriosa coroa de sangue ahi estão à nossa porta os canhões da armada.” É preciso que o vice-presidente, reflita, pois enquanto permanecesse no poder provavelmente outras contestações apareceriam.

Uma nova sessão foi criada no jornal *Cidade do Rio*, chamada de *A revolução da esquadra. Os sucessos de hontem*, cuja finalidade era noticiar os acontecimentos favoráveis aos revoltosos liderados pelo almirante Custódio de Mello. Esse apoio publicado era uma medida perigosa ao jornal, constantemente ameaçado pelos jacobinos. Em 14 de setembro o jornal foi intimado pelo governo a não publicar notícias relacionadas à revolta, pois a população da cidade do Rio de Janeiro estava alarmada e assustada com que liam nos jornais. O propósito do governo era impedir um caos maior na cidade.

Fomos hontem, de novamente, intimados, por ordem do governo, para nos abstermos de publicar quasquer noticias alarmantes, sob pena de prisão. Não sabemos, depois, que nos chegou ao conhecimento, a vontade do governo, em relação ao nosso noticiário, onde, como e quando infringimos essa ordem. Como, não queremos de modo algum concorrer para o esphacelamento das instituições republicanas, [...], fazemos ponto final, em relação aos casos occorrentes, e como simples observadores⁵⁶⁰

A aceitação do silêncio imposto pela polícia, sob pena de prisão, logo foi rompida no *Cidade do Rio*, o redator do jornal, Luiz Murat, considerou uma injustiça não poder noticiar que vinha ocorrendo, enquanto *O Paiz* e *O Tempo* estampavam no editorial tais eventos. “O Decreto de Estado de sitio é para todos. Não estamos habituados a ouvir injurias sem as responder.” E ameaçou: “se essa injustiça continuar, começaremos a transcrever tudo quanto *O Paiz* e *O Tempo* publicarem, para, deste modo, livramo-nos da acção da policia.” No dia 17 de setembro o redator do *Cidade do Rio* foi intimado a comparecer a polícia, chegando lá recebeu ordem de detenção pelo “Dr. Bernardino da Silva, que o mandou apresentar no quartel-general do exercito, à

⁵⁵⁹ Revolução? *Cidade do Rio*, 7 de setembro de 1893.

⁵⁶⁰ Ponto final. *Cidade do Rio*, 14 de setembro de 1893.

disposição do Sr. ministro da Guerra”. Junto a Murat, também foi preso o poeta Guimarães Passos. Somente no dia seguinte os dois foram liberados pelo governo. Devido à ausência do redator o *Cidade do Rio* não teve publicação neste dia. O governo e a polícia davam demonstrações de intolerância a aqueles que ousassem publicizar a sua oposição.⁵⁶¹

Mesmo correndo risco de uma nova prisão Murat permitiu a volta, ao *Cidade do Rio*, da sessão *Os sucessos de hontem*, onde trouxe a informação de um bombardeio a cidade, nessa “ocasião foi geral o pânico que apoderou-se da população correndo os transeuntes em toda as direcções em procura de refugio, onde pudessem livrar-se dos projectis que crusavam os ares.”⁵⁶² O quadro descrito era de caos e medo. Por isso, o governo decretou, em 25 de setembro, estado de sitio no distrito Federal, no Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e na cidade de Santa Catarina.

Com os canhões dos navios Aquidaban e Republica apontados para a cidade do Rio de Janeiro, o jornalista Patrocínio receava uma nova prisão em represália ao seu apoio aos manifestantes da armada, por isso decidiu sair de cena e se exilar no mesmo dia em que estourou a revolta. Luiz Murat foi o escolhido para assumir a direção do *Cidade do Rio*, que logo saiu em defesa do seu chefe. “O redactor chefe desta folha ausentou-se, não por cobardia, porque mil vezes foi jogado sua vida em prol das causas mais santas e mais nobres.”⁵⁶³ E muito menos foi chamado a comparecer a polícia como divulgou o jornal *O Paiz*, afim de explicar como chegou a redação o manifesto de Custódio de Mello publicado na folha no dia 7 de setembro de 1893.

Nos meses finais de 1893 e ao longo de 1894 a moradia de Patrocínio foi a casa de sua sogra e cunhados em São Cristovão, somente com o fim do mandato de Floriano Peixoto pode sair do seu exílio. São poucos os relatos acerca desse período vivido pelo jornalista, um deles foi narrado pelo seu cunhado Ernesto Sena.

Durante todo o período daquele agitado e lutuoso tempo, conservou-se ele em um quarto de portas envidraçadas [...]. Quem entrar nesse quarto pela sala de vista do lado direito, próximo da janela encontrará ainda um alçapão onde ele se recolhia, quando qualquer pessoa aparecia, a não ser sua esposa, sua sogra, seu filho José e o Sr. Horácio Luiz da França e Silva. [...]

Buscas foram por vezes dadas no quarto pela polícia e por patriotas [...] mas tudo felizmente em vão.

Um dia, porém, tão precipitada foi a busca, que Patrocínio não teve

⁵⁶¹ O dia. *Cidade do Rio*, 16 de setembro de 1893.

⁵⁶² Sucessos de hontem. *Cidade do Rio*, 26 de setembro de 1893.

⁵⁶³ Duas palavras. *Cidade do Rio*, 13 de setembro de 1893.

tempo de descer para seu esconderijo, metendo-se então rapidamente dentro de uma das duas grandes malas que estavam no quarto. Invadido este por uns quatro indivíduos e o tenente [...], limitou-se este oficial a abrir a tampa da mala que estava mais afastada, e, não encontrando senão roupas, retirou-se, com significativos sinais de aborrecimento. A mala em que estava Patrocínio não fora atingida pela argúria dos agentes do poder⁵⁶⁴.

Pela narração de Ernesto Sena percebemos que o jornalista tinha razão em se esconder, enquanto a polícia procurava o seu paradeiro, foram espalhados boatos pela cidade carioca sobre a sua morte em Guaratiba por fuzilamento. Ernesto Sena afirmou ter ouvido “de muitos a afirmação de que haviam visto sua cabeça separada do tronco, tendo sido o corpo enterrado na praia da Pedra naquela localidade.”⁵⁶⁵

Em 13 de maio de 1901, Patrocínio fez um pequeno relato sobre o seu exílio.

A casa, em que me refugiei para escapar ao ódio, que me farejava por toda parte, apesar de se haver propalado com insistência a noticia do meu martírio e fuzilamento, em Sepetiba, devia estar sempre prompta para soffrer a mais rigorosa busca dictatorial. Cumpria, pois, não deixar o menor indício de que eu ali estava.

Vi-me obrigado a privar-me de livros de certa ordem, a passar os dias a repassar no espírito desoccupado os perigos a que estava exposto e a commentar passivamente desventuras, que dia a dia se agravavam.⁵⁶⁶

3.4. O sonho de voar

Que fez José do Patrocínio durante o exílio motivado pela Revolta da Armada? Foram quase 15 meses escondido, como aproveitar esse tempo longe do *Cidade do Rio*?

O jornalista deixou a pena de jornalista de lado e abraçou a pena de inventor, seu novo empreendimento era construir um balão, seu sonho era voar.

O inventor jornalista abraçou idéia como uma válvula de escape a realidade angustiante que vivia. O caminho foi confirmado pelo próprio. “Senti necessidade de um trabalho mental, que me absorvesse completamente, que me alheiasse do mundo”⁵⁶⁷, desabafou Patrocínio. Para a materialização do balão, totalmente idealizado por ele, desde o modelo até a escolha do motor e combustível, foi fundamental a ajuda do marceneiro Horacio Luiz da França e Silva que toda semana ia visitá-lo no esconderijo e “por seu intermédio, poderia fazer construir as peças para o propulsor do meu

⁵⁶⁴ SENNA, Ernesto. *Rascunhos e Perfis*. Brasília: Ed. Universidade Federal de Brasília, 1983, p. 305.

⁵⁶⁵ Idem, p. 304.

⁵⁶⁶ O Aerostato Santa Cruz. *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1901.

⁵⁶⁷ O aerostato Santa Cruz. *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1901.

aeróstato.” Depois de muito trabalho, ao longo dos meses, e já no governo de Prudente de Moraes⁵⁶⁸ as peças em madeiras estavam prontas.

Na hora da complicada parte mecânica, o inventor Patrocínio pediu auxílio de mecânicos que insistiram na mudança do seu projeto. Cedeu. Mudou. “O resultado da minha facilidade, foi ver perdido todo o trabalho, o sagrado trabalho, que me havia salvado da loucura.”

A segunda tentativa apareceu quando conheceu Manoel de Magalhães Viegas, mestre da oficina de fundição do Arsenal da Marinha, nas eleições para deputado em 1895. “Narrada a Viegas a historia do meu primeiro aparelho, elle incumbiu-se de construir o segundo”. Mas nada foi fácil, os dois se dedicavam aos seus trabalhos, como jornalista e mestre, durante os dias úteis, o dinheiro era pouco, impossibilitando a contratação de operários.

Com a chegada de recursos, finalmente puderam contratar dois funcionários. Patrocínio contou também com a ajuda do Dr. Viriato Stockler que fez o desenho do aeróstato. “Em fevereiro de 1900 podíamos, enfim, fazer experiência do aparelho propulsor para aerostato e requerer garantia provisória para elle em março.” Nesse artigo, que ora descrevemos, José do Patrocínio mostrou seu conhecimento de física, falou de ar quente, hidrogênio, da combinação das duas fontes de energia que em sua opinião levantaria o aeróstato sem a preocupação de incêndio.

Com effeito, todo o segredo da navegação aérea se reduz ao emprego das duas forças combinadas de ar quente e de hidrogeneo, aproveitando deste a densidade minima para tornar possível a flutuação dos grandes pesos e utilizando aquelle para dominar o aerostato na atmosphaera, graças à facilidade de perder e renovar ar quente⁵⁶⁹.

A inovação trazida por Patrocínio era, segundo o mesmo, a reunião de modelos de estudos sobre a viação, o seu aeróstato era o meio termo entre “os systemas do mais leve e do mais pesado.”⁵⁷⁰

Todo o relato da sua história com o aeróstato tinha um propósito. Na verdade Patrocínio estava comemorando a obtenção da patente do Aerostato Santa Cruz⁵⁷¹ emitida pelo governo no dia 12 de abril de 1901, era um passo importante, era o

⁵⁶⁸ Prudente de Moraes foi presidente do Brasil nos anos de 1894 a 1898.

⁵⁶⁹ Idem.

⁵⁷⁰ Ibidem.

⁵⁷¹ Ver em anexo os desenhos do Aeróstato Santa Cruz projetados por José do Patrocínio e apresentados ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para obtenção de patente em 19 de março de 1901.

reconhecimento da possibilidade da máquina funcionar, além da inauguração da exposição, aberta ao público na oficina do seu jornal, para apresentar os dois modelos de aeróstatos e o propulsor, construídos por ele.

O reconhecimento de patente de invenção⁵⁷², presente do *Diário Oficial*, veio com a descrição do funcionamento da máquina, onde José do Patrocínio mostrou todo o seu conhecimento sobre a tecnologia envolvida nos dirigíveis e balões da época. A patente reconhecia os seguintes pontos do seu projeto:

1. Formar o aerostato um só systema entre os balões e a barca.
2. Conciliar as hypotheses do mais leve e do mais pesado, dando, de facto, dirigibilidade ao aerostato.
3. Realizar um systema mecânico, que pelas próprias correntes aéreas contrarias augmenta a força de propulsão mediante as turbinas.
4. A possibilidade de subir, descer, parar e pôr-se de novo em movimento pela compensação da densidade, já, pela carga, já pela descarga do balão, ou balões de ar quente, onde e quando convier o auronauta.
5. Conservar inalterado, no balão, o volume de gaz hydrogeneo ou de iluminação, com que foi cheio e guardar no aerostato o mesmo peso inicial da ascensão.⁵⁷³

Patrocínio tinha a convicção de ter achado a solução para o funcionamento da máquina de voar, bastava unir as opiniões do mais leve e do mais pesado, ou seja, uma barca e um balão unidos, o hidrogênio ou o gás de iluminação como combustível, o alumínio para sustentação da barca, quatro asas, duas na frente e duas atrás, feitas de alumínio e entre si e ligadas à barca, para dar maior equilíbrio ao aeróstato, o motor foi encomendado em França e o balão seria revestido com tecido de seda japonesa. “Santa Cruz era uma coisa séria. [...] E quem lhe visitasse a biblioteca, que assiduamente freqüentava na rua do Riachuelo, não podia ignorar que ele estudara larga e profundamente o problema que o fascinava.”⁵⁷⁴

Após a conquista da patente o passo seguinte foi a organização de uma comissão encarregada de ajudar construir o aeróstato, a comissão era composta por Ernesto Sena, Paranhos Perderneiras, Luiz Bartholomeu, Felisbello Freire, João Clapp, Salvador Santos e Henrique Chaves, Serzedello correa. A primeira reunião aconteceu no dia 2 de julho de 1901, às 4 horas da tarde na Confeitaria Paschoal. A reunião foi presidida por Paranhos Perderneiras, a ambição da comissão era envolver todo o povo na construção

⁵⁷² ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Diário Oficial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano XL, n. 85, 19 de março de 1901.

⁵⁷³ Idem.

⁵⁷⁴ COARACI, Vivaldo. Todos contam sua vida. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1959, p. 247..

da máquina, pois o sucesso dela ingressaria o Brasil no “mesmo nível dos povos do velho continente, onde a aerodynamica está preocupando os cérebros de maior capacidade.”⁵⁷⁵

Serzedello Correa propôs fazer um apelo ao governo a fim de auxiliar financeiramente o projeto, já Paranhos Perderneiras e Patrocínio indicaram urgência na organização de uma comissão de jornalistas para divulgar aos demais Estados e ao povo brasileiro o desenvolvimento da “obra científica”. Formou-se duas comissões uma da imprensa e outra para dirigir-se ao presidente da república para obter recursos, fizeram parte das comissões: Felisberto Freire, Serzedello Correa, Luiz Domingues, Paranhos Perderneiras, Salvador Santos, Henrique Chaves, Theophilo Barbosa, João Clapp, Agenor de Raure, Ernesto Sena. Era uma reunião de amigos jornalistas e políticos que firmaram total apoio a construção do aeróstato, fornecendo todos os meios necessários para a concretização.

Segundo a *Gazeta da Tarde*⁵⁷⁶ no invento de Patrocínio “se descatam verdadeiras novidades, idéias inteiramente suas, [...] é digno de toda protecção de todas as classes, mormente das intellectuais, que medem o valor de semelhante descoberta.” *O Dia* apontou como positivo a harmonia presente na reunião, num momento que as paixões políticas agitavam o país. “Como se tratava de um assumpto importante, assumpto que se impõe dainte de um numero espontâneo de progressos scientificos e industriaes desses últimos seculos, a reunião revestiu-se de um particular encanto”

No dia 19 de julho, na terceira reunião, alguns passos já haviam sido dados pelas duas comissões. A comissão para dirigir-se ao presidente, presidida por Serzedello Correa, relatou as “disposições de que se mostra animado o governo para que sejam auxiliadas as experiências dos inventos de aerostatação.”⁵⁷⁷, a comissão de imprensa, leu uma mensagem a ser dirigida ao povo brasileiro a respeito das experiências com o aeróstato.

O Clube de Engenharia, presidida pelo Sr. Fausto Pedreira Machado, criticou o projeto de Patrocínio, desmerecendo-o por não ser engenheiro. O jornalista, no entanto, argumentou que teve ajuda de pessoas competentes no assunto de mecânica, fundição e engenharia e não cabia a ele ir ao clube de engenharia pedir auxílio pois “quem pede juízo sbmette-se à sentença e eu não me considero obrigado a reconhecer a

⁵⁷⁵ Aerostato Santa Cruz. *Cidade do Rio*, 5 de julho de 1901.

⁵⁷⁶ Os jornais *Gazeta da Tarde*, *A Tribuna* e *O Dia* foram ao evento e escreveram sobre o encontro. O *Cidade do Rio* transcreveu as noticias no dia 5 de julho de 1901.

⁵⁷⁷ Navegação Aérea. *Cidade do Rio*, 19 de julho de 1901.

infallibilidade dos tribunais científicos em matéria de invenções.”⁵⁷⁸ A briga era de ego. Para Patrocínio era o clube de engenharia que deveria tê-lo procurado para examinar o seu invento, o aeróstato e o propulsor estavam em exposição no *Cidade do Rio*.

O jornalista só tinha a agradecer a comissão de amigos dispostos a ajudá-lo, e se tudo caminhasse como o programado o aeróstato ficaria pronto entre dois a três meses. “O que não é justo é exigir que euparalyse os meus trabalhos até que o AeroClub se organize a adquirir recursos e se habilite a julgar em concorrência qual dos inventores merece o seu auxilio.”

Em outro momento foi o jornal paulista *Platéia* que escreveu sobre o Santa Cruz, e começou com a seguinte provocação. “E o balão do Patrocínio? [...] Desanimou o José com os triumphos do Dumont?”⁵⁷⁹ Segundo relatos de amigos de Patrocínio a vitória obtida por Santos Dumont tornou um grande estímulo para o desenvolvimento do seu invento, pois ele mostrava a possibilidade de sucesso das invenções voadoras.

- Mas isso não prejudica o teu invento? Perguntou-lhe no Paschoal, um velho companheiro de imprensa.

- Nunca! É para mim um presente do céu. Vem livrar-me completamente do ridículo. Agora tomarão ao sério a minha descoberta. Vou metter mãos à obra com maior entusiasmo.⁵⁸⁰

Segundo os jornais da época a força de vontade de Patrocínio, em realizar o projeto, era “assombrosa”. Dedicava-se a profissão de jornalista e a de inventor. A atenção era dupla, ora com os assuntos políticos, ora com o invento. No pavimento térreo do *Cidade do Rio* foi instalado a oficina do aeróstato, e a tipografia foi transferida para a rua do Sacramento, onde estava a *Gazeta da Tarde*. Na oficina trabalhava-se dia e noite. “Sob a direcção do hábil artista Sr. Stock. È um bater, um arrostar, um pregar sem conta, que se ouve da rua.”. Patrocínio se dedicava a uma dupla jornada, exercia o jornalismo e direcção do *Cidade do Rio*, após terminar todo o serviço com o jornal, descia para a oficina. “Aos domingos então, e aos feriados, vem para CIDADE à hora do costume, muito cedo, como se tivesse jornal – e emprega o dia todo, contente, na faina do balão.” O serviço estava adiantado, mas Patrocínio fazia surpresa. A

⁵⁷⁸ O aerostato Santa Cruz. *Cidade do Rio*, 20 de agosto de 1901.

⁵⁷⁹ Aerostato Santa Cruz. *Cidade do Rio*, 2 de setembro de 1901.

⁵⁸⁰ Idem.

montagem, especulava o jornal, seria feita em São Cristovão na residência de sua sogra.⁵⁸¹

Em 15 de outubro a *Platéia* continuou dando notícias do aeróstato Santa Cruz. O momento não era propício para o inventor jornalista, a sua oficina contava com cinco mortes por peste, dentre elas a de um mecânico. O jornal *Cidade do Rio* e a oficina do Santa Cruz foram transferidos, ninguém se preocupava em saber se a empreitada havia sido interrompida. Coube a *Platéia* chamar a atenção do leitor para o invento de Patrocínio. “Em torno de qualquer engenheiro desconhecido empenhado a concorrer com Dumont, anunciando ter alguma coisa nova a apresentar, todo Pariz, Pariz que é Pariz, se abala, discute, escreve artigos, enche a civilização de telegrammas.”⁵⁸² As invenções brasileiras pareciam não chamar a atenção do povo.

José do Patrocínio mesmo abalado continuou tenazmente o seu trabalho. Diria a *Platéia* ser o Santa Cruz a sua abolição, república, pacificação no Rio Grande. Como antes não recuaria em nenhum momento.

A oficina foi transferida para uma casa na rua do Hospício, enquanto o barracão em São Cristovão ainda estava em construção. Segundo a *Platéia* a primeira experiência foi marcada para o dia 7 de novembro, aniversário da lei que extinguiu o tráfico de escravos. No primeiro vôo além de Patrocínio, iriam um oficial da marinha Sr. capitão da Fragat Bueno Brandão, Olavo Bilac, Engenheiro mecânico Stochler, um maquinista e um ajudante. A grande viagem ficou para o dia 15 de novembro com destino a Santos, a idéia era homenagear o padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão.

Toda essa programação e o empenho de Patrocínio foram destruídos por uma tempestade que acometeu a cidade do Rio de Janeiro no dia 12 de dezembro de 1901.

Ainda há bem pouco tempo, a peste implacável e crua, roubava vidas crissimas de companheiros seus; agora, na tarde de hontem, o desastre do barracão onde em breves dias o Santa Cruz estaria prompto, ancioso por erguer vôo.

Por amor do seu invento, afastara-se Patrocínio da vida outr’ora tão querida da imprensa. Raro escrevia para esta folha saudosa do brilho da sua pena privilegiada.

Entregara-se de corpo e alma ao Santa Cruz, só nelle pensava, só para elle vivia.

Esse desastre foi, pois, para elle o mais brutal dos choques, a mais terrível das punhaladas.⁵⁸³

⁵⁸¹ Ibidem.

⁵⁸² Republicado pelo *Cidade do Rio*. O balão Santa Cruz, 24 de outubro de 1901.

⁵⁸³ Idem.

O barracão em São Cristóvão foi construído em trinta dias e teve a supervisão do engenheiro Alfredo Carlos Muller de Campos. Finalizado em 11 de dezembro era uma obra imponente, “Tinha elle cincoenta e poucos metros de comprimento, por vinte e cinco de largura e cerca de trinta na sua maior altura. Vinte e oito pilastras o sustentavam, quatorze de cada lado.”⁵⁸⁴ Foi realizado um jantar com os operários para comemorar a finalização do barracão. No dia seguinte o jornalista foi avisado que um desastre acontecera em São Cristóvão devido a tempestade. “Imediatamente tomou um tilbury e fez tocar, a toda disparada, para S. Christovão. Ao chegar uma commoção violentíssima o empolgou e elle cahiu desmaiado”.

O desastre acabou provocando a morte de dois operários, Baldomero Cortez e Vicente Provinzano.

O *Cidade do Rio* publicou uma nota defendendo o engenheiro Alfredo Carlos Muller de Campos, o isentando de qualquer responsabilidade sobre o fato infeliz e das mortes provocadas. O coronel engenheiro Muller tinha total competência para a realização da obra e não merecia as acusações sofridas, o que aconteceu foi uma fatalidade, uma desgraça.⁵⁸⁵

No dia 14 foi a 8ª delegacia prestar depoimento sobre o desabamento do barracão. Declarou ter contratado o engenheiro Muller para derrubar um barracão que não apresentava nenhuma segurança e construir um novo no mesmo local. Deixou em sua responsabilidade o trabalho de fiscalização, pois não possuía formação para isso além de confiar no trabalho do engenheiro. Patrocínio isentou oficialmente Muller da responsabilidade sobre o desabamento.

Com o desabamento do barracão, Patrocínio decidiu montar o balão no lugar onde já estava em um curtume da Companhia de São Lázaro em Inhaúma.

O ano de 1902 começa com uma decisão radical tomada pelo jornalista, se afastou da direção do *Cidade do Rio* para se dedicar totalmente ao balão. “Patrocínio só queria, mesmo, acompanhar os trabalhos do balão, receber visitantes ilustres, das explicações...”⁵⁸⁶ Em 5 de julho o pavilhão do Santa Cruz recebeu a visita do presidente Campos Salles, do seu secretário Tomás Cochrane, do deputado Serzedelo Corrêa e do jornalista Ernesto Sena. O prefeito do Distrito Federal, Joaquim Xavier da Silveira Júnior, também visitou o local. “Ao visitar o antigo curtume, Xavier da Silveira acabou colocando na armação do balão, sob os aplausos dos presentes uma das chapas de

⁵⁸⁴ O sinistro e hontem, O barracão do Santa Cruz. *Cidade do Rio*, 13 de dezembro de 1901.

⁵⁸⁵ O barracão do “santa Cruz”. *Cidade do Rio*, 14 de dezembro de 1901.

⁵⁸⁶ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op.cit., p. 400.

alumínio preparadas pelo mestre fundidor”.⁵⁸⁷ A perspectiva era voar no dia 7 de setembro.

No entanto, a falta de recursos dificultava a construção do balão e levou o *Cidade do Rio* a situação de quase fechamento, sendo expulso da oficina da Rua do Sacramento por falta de pagamento dos aluguéis. O jornal foi para Rua Uruguaiana graças ajuda de amigos. O deputado Nilo Peçanha apresentou à Câmara o projeto de financiamento, no valor de quarenta contos, para construção de dois aeróstato, um deles era o Santa Cruz. O projeto foi contestado pelo deputado Barbosa Lima o que impossibilitou a Patrocínio uma fonte recurso para o seu aeróstato. Desabafou o jornalista.

Há 27 anos que trabalho pela gloria da minha terra, e bem posso soffer resignado os discursos dos Barbosas Limas, que apenas podem empanar, no presente, o prestígio do meu nome,mas não têm o poder de diminuir uma linha dos meus serviços. Se eles não garantem perante o Congresso um auxilio para a terminação das obras do Santa Cruz é um incidente que a historia discutirá mais tarde.⁵⁸⁸

Infelizmente o aeróstato Santa Cruz não voou. E o *Cidade do Rio* encerrou sua publicação ao final de 1902. José do Patrocínio empenhou seu recurso, tempo e sonho em todas as causas que o motivou, assim foi com a abolição e a república. Alcançou vitórias nas duas. A última, inserir o Brasil no patamar dos países inventores, não obteve vitória. Que importa ressaltar é o seu empreendedorismo. José do Patrocínio gostava de novidades e tecnologia.

Segundo relato de biógrafos e amigos foi ele quem trouxe o primeiro carro que circulou nas estradas da cidade do Rio de Janeiro em 1901. O carro, um modelo francês movido a vapor, de 8 cavalos,era um Serpollet da marca Peugeot. Causou frisson na cidade. O carro de Patrocínio quando “chegou, foi motivo de escandalosa atenção. Gente de guarda chuva debaixo do braço, parava estarecida como se tivesse visto um bicho de Marte ou um aparelho de morte imediata.”⁵⁸⁹ O automóvel não durou muito, em pouco tempo sofreu uma batida causada por Olavo Bilac que inutilizou a máquina. E curiosamente na primeira página do seu jornal, *Cidade do Rio*, consta um número de telefone - 530, já em 18 de fevereiro de 1893.

⁵⁸⁷ Idem, p. 401.

⁵⁸⁸ Os Balões, *Cidade do Rio*, 26 de novembro de 1902.

⁵⁸⁹ RIO, João. Vida Vertiginosa. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 7.

O progresso sonhado para o país não passava apenas pelas questões sociais e políticas, com a libertação dos escravos e a República, era preciso inserí-lo no patamar dos países inventores, ávido por novas tecnologias, pela modernização e pela ciência. A proximidade com o início do século XX inspirou um momento de invenções, “em que o futuro parecia tão próximo, [...], as imagens e idéias florescem. Dos pequenos instrumentos às grandes invenções, dos sonhos ligeiros a utopias realizadas, eis que era hora de imaginar o novo século.”⁵⁹⁰ O desejo em ser um grande inventor, ficar conhecido mundialmente e ajudar o país motivaram inúmeras invenções, foram mais de 9 mil pedidos de patentes ao governo entre os anos e 1870 a 1910⁵⁹¹.

Patrocínio fazia parte deste grupo de homens que acreditava na ciência e na tecnologia como o caminho ao sucesso, a felicidade ao progresso. O otimismo era geral. “De forma acelerada entraram no Brasil a luz elétrica e com ela o telegrafo, o telefone, o cinematógrafo, o raio x. Na era dos transportes o trem a vapor é substituído pelo elétrico, que assiste a entrada do automóvel e até do aeroplano.”⁵⁹² As transformações sociais, materiais e cultural eram uma realidade.

O sonho de voar de José do Patrocínio era o sonho comum a época, que consagrava Santo Dumont pelo feito em Paris em 1901, quando contornou a Torre Eiffel. Era um sonho inserido ao contexto em que vivia. A possibilidade estava aberta àquele que se dedicasse a materialização do seu sonho, fosse ele simples ou mais complexo como a construção de um aeróstato. Loucura, delírio, fuga da realidade são comumente atrelado a Patrocínio quando se fala do seu aeróstato Santa Cruz., pois se dá maior relevância ao fracasso do seu projeto, que a seriedade do invento, resultado de muito estudo, conhecimento do que acontecia mundo a fora e a crença no progresso. As inovações tecnológicas estavam atreladas a afirmativa - O homem pode tudo.

E José do Patrocínio trabalhou para a concretização dos seus sonhos. O maior deles, a libertação dos escravos, de fato o consagrou e não podia ser diferente, pois a escravidão presente no país por mais de 300 anos era um câncer que destruía as possibilidades de crescimento e modernização, além de vir contra os direitos inalienáveis do homem. A substituição da Monarquia pela República, também, foi preocupação do jornalista. A sua república era sinônima de democracia, liberdade, cidadania e trabalho. Essas mudanças são mais difíceis de serem concretizadas do que a

⁵⁹⁰ COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 128.

⁵⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 131.

⁵⁹² Idem, p. 129.

construção de um aeróstato, visto que exige mudança de pensamento da sociedade, de uma cultura social e política. Envolvem sentimentos, argumentos, convencimento do outro, e quando preciso imposição, por isso, foi preciso anos para se concretizarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para biógrafos de Patrocínio é comum afirmação que o jornalista foi isolado e excluído na República. Este trabalho teve como objetivo descaracterizar o aspecto

negativo atribuído à vida de Patrocínio após a proclamação da República. Não assumir cargos políticos importantes, como Ministro ou Deputado, não quer dizer isolamento político, uma vez que a prática política escapa das instituições e cargos oficiais do governo. Patrocínio foi muito atuante nos artigos que escreveu para seu jornal. Em cada momento de crise política expôs a sua opinião.

Patrocínio em nenhum momento vivenciou o ostracismo na República. A instabilidade política, nos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, atingiu a todos que cotidianamente exerciam seus direitos de cidadão. O desterro a Cucuí e o exílio na casa da sogra foram momentos difíceis para Patrocínio, entretanto tais penalidades refletiam a importância política adquirida por anos de luta a frente do *Cidade do Rio*. A sua pena de jornalista e o seu talento como orador eram por todos reconhecidos. Circulou entre literatos, políticos e jornalistas brasileiros e franceses.

Patrocínio esteve envolvido nos eventos mais importantes para o país. Amigos exaltavam seu nome e saíam em sua defesa, a exemplo da declaração escrita por jornalistas e políticos franceses e enviada ao Congresso Nacional, defendendo a libertação do jornalista e seus amigos desterrados, ou ainda o *habeas corpus* apresentado por Rui Barbosa, também pela libertação dos presos, que lembrou a importância do jornalista para o país, um exemplo de homem para mocidade.

Quando foram anistiados, festas e discursos lembravam a campanha abolicionista de Patrocínio, ele não era um homem qualquer, possuía uma história de luta e todos que o felicitaram memoravam com respeito a sua trajetória política e jornalística. O ostracismo tão pouco fez parte de sua vida, nem quando esteve desterrado ou exilado, o seu nome era sempre lembrado na imprensa, fosse para exaltá-lo ou denegri-lo.

O fato de atravessar problemas financeiros ao longo do regime republicano não representa um revanchismo dos republicanos a Patrocínio, tendo em vista a sua aproximação a Princesa Isabel por discordar do direcionamento tomado pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro e de São Paulo nos anos de 1888 a 1889. A crise financeira foi muitas vezes consequência do excesso de gastos com viagens a Europa, por exemplo. Pela segunda vez ele e sua família foram ao Velho Continente e passaram uma longa temporada, entre outubro de 1890 a fevereiro de 1892. Em julho de 1901 seu filho mais velho, José do Patrocínio Filho, fez a viagem sozinho para estudar⁵⁹³.

Além das viagens o jornalista investiu dinheiro em tecnologia, ao importar o

⁵⁹³ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Op. Cit., p. 374.

primeiro carro que circulou na cidade do Rio de Janeiro em 1901 e na construção do aeróstato Santa Cruz, que exigiu não apenas mão de obra, como peças importadas, a exemplo do motor vindo da França, e espaço para a montagem do aeróstato.

O jornal *Cidade do Rio* foi o empreendimento de Patrocínio que sustentou por muito tempo grande parte destes gastos e foi também o mais prejudicado com essa situação. A sua tipografia mudou algumas vezes de lugar por falta de pagamento do aluguel. Em setembro de 1893, quando teve fechado o seu jornal e foi obrigado a se esconder na casa da sua sogra por conta da perseguição do governo florianista, foi também despejado do prédio onde funcionava a tipografia e teve sua oficina perdida em processo judicial. Anos depois, setembro de 1901, as portas da sua oficina foram fechadas pelo proprietário do prédio, e “enquanto não lhe pagassem, o ultimo vintém dos aluguéis atrasados não as abriria”⁵⁹⁴. Neste dia o *Cidade do Rio* foi para as ruas às “6 horas da tarde. Mas saiu. Ninguém podia ler a folha. Os tipos encravados de tinta seca e empedernida só produziram borrões. Iguais uns aos outros.”⁵⁹⁵ Depois de muita agonia o tradicional jornal de Patrocínio encerrou a sua publicação.

Financeiramente os anos finais de sua vida, de fato, não foram fáceis. O aeróstato Santa Cruz não alcançou os ares, depois de muito gasto com tempo e dinheiro, o *Cidade do Rio* fechou as portas, sem dinheiro não conseguiu acompanhar o processo de modernização⁵⁹⁶ da empresa editorial, além da necessidade de se mudar com sua família para Engenho de Dentro, longe do burburinho da cidade do Rio. Patrocínio se viu obrigado a buscar novas fontes de recursos e começou a escrever artigos para os jornais *O Paiz* e *A Notícia*.

Em janeiro de 1905 morreu em casa escrevendo o artigo para *A Notícia* sobre a criação da Sociedade Protetora dos Animais. Seu velório foi um grande acontecimento na cidade carioca com a participação de muitas pessoas influentes na política e literatura nacional, além dos membros da Confederação Abolicionista e da Irmandade da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e da população em geral.

Os jornais dedicaram espaços para narrar a história de Patrocínio, enaltecendo a

⁵⁹⁴ COARACI, Vivaldo. *Todos contam sua vida*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1959, p. 242.

⁵⁹⁵ Idem, p. 244.

⁵⁹⁶ Segundo Marialva Carlos Barbosa a imprensa procurou evidenciar a sua entrada na modernidade construindo edifícios com todo aparato tecnológico possível como bebedouro, luz elétrica e elevadores, sem contar nas máquinas envolvidas na produção direta do jornal como as impressoras que permitiam imprimir 20 mil exemplares por hora. A modernidade estava também impressa no editorial com a presença maior de entrevistas, fotografias, notícias policiais e diversas reportagens cotidianas. BARBOSA, Marialves Carlos. *Imprensa e encenações de modernidade no início da República*. In *Revista Vivencia*. Paraná: CCHLA, UFPR, n° 38, 2011, p. 129-142.

sua luta pela libertação dos escravos, seu ápice na história nacional. Assim ajudaram a fortalecer e reconstruir a imagem de herói dos escravos. A sua atuação na república ficou relegada. Posteriormente, os biógrafos ao reconstruírem a vida de José do Patrocínio legitimaram esse discurso – valorizaram toda sua trajetória até o 13 de maio de 1888, data da abolição, e atribuíram valor secundário aos anos na República. Acredito que parte dessas narrativas tenha contribuído para formalizar a concepção de ostracismo no regime republicano.

Patrocínio pode ter alcançado o ostracismo como personagem histórico, pois enquanto esteve vivo era notória a sua presença, o seu valor como defensor da liberdade e como grande jornalista.

Fontes

A – Jornais.

- *A Província de São Paulo* (1888 – 1889)

- *Cidade do Rio* (1888 – 1901)
- *Corsário* (1881 – 1882)
- *Diário Oficial* (1892 – 1901)
- *Diario de Manáos* (1892)
- *Diario de Noticias* (1892)
- *Gazeta de Notícias* (1884 -1905)
- *Gazeta da Tarde* (1884 - 1901)
- *Novidades* (1892)
- *O Combate* (1892)
- *O Paiz* (1888 – 1905)

B – Fontes Manuscritas.

- *Acta da apuração dos votos do 1º escrutínio para vereadores da Illma Camara Municipal da Corte*. Sessão extraordinária em 29 de Julho de 1886.
- *Coleção Floriano Peixoto*. BR NA,RIO Q6.LEG.COR,TEL.28. Telegrama 25 de abril de 1892. Arquivo Nacional.
- *Proposta, Requerimentos, Pareceres e votos apresentados em sessões da Illma Camara Municipal no anno de 1889*. Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, março, 1916.

C- Fontes Impressas.

- A FESTA DAS CRENÇAS. *Commemoração da Lei 13 de Maio que aboliu a Escravidão no Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.
- BOCAIÚVA, Quintino. *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados, por Eduardo Silva. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

- *Boletim da Illustrissima Camara Municipal da Corte*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., jan., fev. e março de 1887 / 1888 / 1889.
- BRASIL. In: *Coleção de leis da Republica Federativa do Brasil de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. (Decreto n. 511 de 23 de junho de 1890).
- BRAZIL. *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil*. Por ocasião de abrir-se a 2º sessão ordinária da 1º legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
- BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos políticos no Segundo Império*. (1878). Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.
- COARACI, Vivaldo. *Todos contam sua vida*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1959.
- *Coleção de leis da Republica Federativa do Brasil de 1886*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol.1. (Decreto 9.602 de 12 de junho de 1886.)
- *Coleção de leis da Republica Federativa do Brasil de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. (Decreto n. 200A de 8 de fevereiro de 1890).
- CONGRESSO NACIONAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão extraordinária em 7 de janeiro de 1881. Redação do projeto n.2 D 1881. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico.
- CONGRESSO NACIONAL. *Annaes da Camara dos Deputados*. Segunda Sessão da Primeira Legislatura. Sessões de 1 a 31 de junho de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
- CONGRESSO NACIONAL. *Annaes da Camara dos Deputados*. Segunda Sessão da Primeira Legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. IV, 5 de agosto de 1892.
- CONGRESSO NACIONAL. *Diario do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano IV, n. 29, 21 de junho de 1892.
- CONGRESSO NACIONAL. *Diario do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano IV, n. 71, 5 de agosto de 1892.
- ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Diario Oficial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano XXXI, 11 de abril de 1892.
- ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Diario Oficial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano XXXI, 13 de abril de 1892.

- SENNA, Ernesto. *Rascunhos e Perfis*. (1909) Brasília: Ed. Universidade Federal de Brasília, 1983.

- CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta Nacional, 1883.

D – Fontes impressas (internet).

- BARBOSA, Rui. Oração perante ao Supremo Tribunal Federal, 23 de abril de 1892. *FCRB*. Disponível em : http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/p_a2.pdf. Acesso em: 16/10/2011.

- BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. *Senado Federal*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 02/05/2010.

- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891. *Planalto*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm Acesso em: 14/02/2011

- BRASIL. Governo Provisório. Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889. *Sistema Educacional Online* Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?pagina=1&idarea=17&idmodelo=2117>. Acesso em: 27/07/2011.

Referência bibliográfica.

ABREU, Mauricio de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 3º Ed., 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamira R. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimentos: a geração de 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *O polêmico Corsário: um pasquim da Corte Imperial (1880-1883)*. Monografia. Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo, 2006.

AULETE, F. J. Caldas. *Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1881.

BARBOSA, Marialves Carlos. Imprensa e encenações de modernidade no início da República. In Revista *Vivencia*. Paraná: CCHLA, UFPR, nº 38, 2011, p. 129-142

BARROS, Antonio Borges de. *Dr. José Joaquim Seabra, sua vida, sua obra na república*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitora apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

BOCK, Kenneth. Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução. In: Bottomore, T. B. e Nisbet, R. (orgs.) *História da análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Como liberar os intelectuais livres*. Entrevista a Didier Eribon. Le Monde Dimanche, 4 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/15633854/382dfa8b/> Último acesso no dia 15 de dezembro de 2009.

BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Otávio Guilherme C. A. Velho (trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

CAMEU, Francolino; PEIXOTO, Artur Vieira. *Floriano Peixoto: vida e governo*. Brasília: ED. UNB, 1983, Vol. 44,

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *José do Patrocínio, a Monarquia e a Abolição*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, vol. 116, 1996.

_____. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, nº1, pp. 123-152.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- COMTE, Auguste. *Os Pensadores*. Seleção e tradução José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Nova Cultura 1983.
- COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 8º Ed., 2008.
- CUNHA, Ciro Vieira da. *No tempo de Patrocínio*. São Paulo: Sariva, 1960.
- DARNTON, Roberto. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 21, nº42, julho-dezembro de 2008, p. 284-302.
- GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas. (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889). *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: (21): 75-96, dezembro de 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988.
- GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. De diplomacia, política externa e diplomacia internacional. Rio de Janeiro: edição do autor, 1938.
- JÚNIOR, Hildiberto Ramos Cavalcanti de Albuquerque. *O Republicanismo fluminense: 1887-1891*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, mimeo, 1974.
- JÚNIOR, Raimundo Magalhães. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed. Sábina, 1969.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência. 1821 – 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, mimeo, 1991.

_____. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. In: XXIV Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Leopoldo, 2007.

_____. *O abolicionismo “ganha as ruas” no Rio de Janeiro*. Revista da SBPH. Curitiba, n. 4, pp. 71-76, 1998, p. 72.

_____. *A Guarda Negra na visão de um jornal abolicionista*. Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Porto Alegre, 1992.

_____. *Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos "Republicanos de 14 de maio"*. In: Linguagens e práticas da cidadania no século XIX. RIBEIRO, Gladys Sabina e FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz, (orgs.). São Paulo: Alameda 2010.

MARTINS, Mario Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros da Academia Brasileira de Letras*. Goiânia: Kelps, 2007.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. *“Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”:* memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, n. 68, dez. jan. fev. 2005 e 2006.

MELLO, Custodio José de. *O Governo Provisório de a Revolução de 1893*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, v.1, 1938.

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. FGV: Ed. da UFRRJ (Eduer), 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953.

PATROCÍNIO, José Carlos do. *Campanha abolicionista: coletâneas de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional de Livros, 1996.

PEIXOTO, Silvio. *No tempo de Floriano*. Rio de Janeiro: Ed. S.A. Noite, 1953.

PESSOA, Reinaldo X. C.(org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

PESSANHA, Andréa dos Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro. 1884 -1888. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, mimeo, 2006.

_____. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford-Roxo RJ): UNIABEU, 2005.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os radicais da república*. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.

REBOUÇAS, André. *Diário e Notas Autobiográficas*. Coleção Documentos Brasileiros. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e Inácio José VERÍSSIMO. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

RIO, João. *Vida Vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RODRIGUES, João Paulo de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na ABL (1896 – 1913)*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, Cecult, 2001.

SCHWARCZ, Lília, Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SÊGA, Rafael. *Prova de fogo republicana*. a Revolta Federalista deixou milhares de mortos e abalou a república recém-proclamada. IN: Revista de História. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Edição nº 64, janeiro de 2011.

SENA, Ernesto. *Deodoro: Subsídios para a história*. Brasília: Sendo Federal; Conselho Editorial, 1999.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada*. Literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do jornal O Combate (1892). In: Literatura e Imprensa no século XIX. Caderno AEL. São Paulo: Unicamp, n.16-17, v. 9, 2002.

_____. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, mimeo, 2006.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SIMAS, Luiz Antonio. *O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República brasileira*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ - IFCS, mimeo, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: *Por uma história política*. René Remond (org.). Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996.

STRADELLI, Ermano. *Lendas e notas de viagem a Amazônia de Ermano Stradelli*. São Paulo: Martins,

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.